

ROSELI ALVES DOS SANTOS

**O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO
SUDOESTE DO PARANÁ**

**Tese de doutorado elaborada junto ao Programa de pós-graduação em Geografia – área de concentração: “Produção do espaço Geográfico”, na UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO MESQUITA FILHO”.
Campus de Presidente Prudente, para obtenção do Título de Doutora em Geografia.**

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

PRESIDENTE PRUDENTE

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DEDICATÓRIA

Entre uma mamadeira, um chamado, um choro, um abraço, um grito, uma birra, um sorriso, esta tese foi sendo construída. Por isso, entre as inúmeras pessoas e fatos relevantes a quem eu a dedicaria, não posso me furtar em dedicar especialmente a **Heloísa Helena**, que da sua gestação à defesa acompanha a trajetória deste trabalho; e à **Maria Vitória**, de quem tão cedo lhe foi tomado o colo.

AGRADECIMENTOS

A tese é um diamante em pedra bruta que vai sendo lapidado pelas diversas mãos que a toca. Vai reluzindo aos poucos e seu brilho, às vezes, ofusca aqueles que o lapidaram e possibilitaram a materialização de um sonho. Por isso lembro e sou muito grata a todos que me ajudaram nessa construção:

Ao **Marcos Aurélio Saquet**, orientador, que não se sensibilizou com as reclamações costumeiras e exigiu sempre mais, sendo paciente e impaciente na medida precisa. Para além da tese, sua contribuição tem sido importante em meu crescimento acadêmico e intelectual.

Ao professor **Antônio Nivaldo Hespanhol** pela atenção e paciência dedicada, realizando também o papel de orientador deste trabalho enquanto o Marcos esteve na Itália.

Ao Programa de **Pós-graduação da UNESP** e aos professores com os quais convivi.

Aos professores da banca pela leitura e indicação de caminhos: **Álvaro Luiz Heidrich, Antônio Nivaldo Hespanhol, Eliseu Savério Spósito e Elpídio Serra**.

Também aos colegas de turma do mestrado e doutorado pela convivência, pelas risadas regadas ao pão de queijo, em especial: **Túlio Barbosa, Adilson Bordo, Ana Lia Farias e Antônia Ieda**.

A **UNIOESTE** pelo tempo que oportunizou para que pudesse concluir os créditos das disciplinas e aos colegas do colegiado de Geografia que assumiram minhas atividades nesse período.

Aos meus alunos que contribuíram no debate e para quebrar a monotonia da tese, em especial, ao **Ednei, Fabiana, Elionara e Daniela Damo** pela ajuda na aplicação dos questionários.

Aos amigos do **GETERR** pela compreensão nas ausências; pelos debates. Em especial ao **Adilson**, companheiro na luta insana de uma tese e assessor nas dificuldades tecnológicas; também a sua companheira **Adriana** por suportar nossos estresses.

Em nome da família de seu **Ibrelino** e **Tere** agradeço aos **agricultores e agricultoras** que me receberam em suas casas, sindicatos e cooperativas.

A EMATER de Francisco Beltrão na pessoa de **Elza Barboza**, pela paciência e dedicação com que me apresentou o acervo histórico da instituição, que também é parte de sua história, assim como ao **Lazinho**, da EMATER Curitiba e ao **Antoninho**, do DERAL, por possibilitarem o acesso aos dados mais atualizados sobre a agricultura no Paraná.

A **Ednéia**, da CRESOL de Dois Vizinhos, e o **Mauri**, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pelas indicações e acompanhamento na realização das entrevistas.

A **Danielli Batistella Saquet**, pela organização dos mapas.

A minha **família**, em especial as matriarcas **Bia** e **Terezinha**, pelo suporte com a duplinha do barulho, mesmo sem entender o porquê de tanta ausência.

Ao meu pai **Arnaldo** por acreditar antes de mim mesma nessa concretização.

Ao **Luiz César**, companheiro de caminhada, a quem além de obrigada, talvez deva algumas desculpas por não poupá-lo das tensões do momento.

As minhas pequenas, **Heloísa Helena** e **Maria Vitória**, por não entenderem esse tal doutorado e me forçarem aos passeios nos parques e visitas aos amigos.

A outras pessoas que o brilho ofusca da memória: **muito obrigada!**

[...] O homem amava a terra tanto quanto o banco
amava a terra
O homem admirava o trator, a sua estrutura
mecânica, a plenitude de sua força, o barulho dos
cilindros que
detonavam; contudo o trator não era dele.
Atrás do trator rolava o disco reluzente, cortando a
terra com lâminas aguçadas, não arando, mas
cortando
como faca de cirurgião, repuxando a terra cortada
para a direita, onde uma segunda fileira de lâminas
cortava-a mais ainda e depois lançava-a à
esquerda;
lâminas brilhantes, polidas pela terra triturada.
E depois, lançada para trás, a terra triturada
misturava-se às grades de dentes de ferro, de
maneira que os pequenos torrões que ainda
existiam ficavam também triturados e a terra toda
ficava reduzida a uma areia fina.
Atrás das grades dentadas, as sementeiras
alongadas - doze ganchos recurvos de ferro -
giravam metodicamente, giravam sem paixão.
O homem ficava sentado no seu assento de ferro e
sentia-se orgulhoso com os sulcos que traçava na
terra, orgulhoso do trator que não lhe pertencia e
que não amava afinal, orgulhoso da força que não
podia manietar.
E quando a safra progredia e a colheita terminava
nenhum homem pegava num punhado de terra
quente e deixava a terra escorrer entre os dedos.
Nenhum homem
tocava nas sementes ou sentia alegria com a safra.
Os homens comiam aquilo que não tinham
plantado; não tinham amor ao pão que comiam.
A terra produzira pelo efeito do ferro e sob os
efeitos do ferro morria gradualmente; não era
amada, nem odiada, nem adorada, nem
amaldiçoada ..." (John Steinbeck, 1939)

RESUMO

A característica mais reconhecida da *modernização* da agricultura é a mudança na base técnica da produção e suas conseqüências econômicas. Entretanto, é resultado de um processo histórico de articulações de poder, estruturado a partir de uma concepção de desenvolvimento, que se repercute territorialmente. Na *modernização* da agricultura brasileira, a política é uma dimensão expressiva tanto quanto a econômica e a cultural, as quais se manifestam no cotidiano da sociedade brasileira, alterando a organização territorial: o trabalho, a produção, a tecnologia, o consumo, as relações sociais. O Sudoeste do Paraná é um território formado predominantemente pela agricultura familiar, baseada em pequenas parcelas de terra, as alterações na sua forma de produção são precedidas e procedidas por mudanças políticas, culturais, econômicas e ambientais. Na compreensão do Sudoeste como um território, buscam-se no seu processo de ocupação efetiva e de *modernização* da agricultura, as principais relações de poder que o consubstancia, de forma a compreender, entre 1960 e 2006, como são articuladas e quais são os seus principais desdobramentos territoriais. Para tanto, faz-se coleta de dados secundários, primários, entrevistas, pesquisa bibliográfica e representação geográfica. A *modernização* da agricultura, no Sudoeste do Paraná, apresenta diferentes ritmos na sua inserção ao pacote tecnológico, os quais implicam mudanças mais rápidas ou mais lentas na organização territorial, atingindo os lugares de formas distintas, resultando em diferentes organizações territoriais através da mecanização, do desmatamento, da concentração de terra etc. Uma de suas faces é facilitar o trabalho físico dos agricultores, porém, realiza-se uma crítica sobre a forma como essa se processa e sua inadequação às pequenas unidades agrícolas. A pesquisa realizada, numa abordagem territorial, possibilita entender as condições locais que caracterizam e diferenciam as unidades agrícolas produtivas, assim como suas diversidades, revelando, também, aspectos centrais do contexto internacional que condiciona a *modernização* da agricultura. Assim questiona-se o modelo de desenvolvimento e de *modernização* adotado no Brasil e verifica-se a urgência de um projeto de desenvolvimento e de *modernização* para melhoria efetiva das condições de vida de homens e mulheres que compõem o território do Sudoeste do Paraná, especialmente dos agricultores familiares.

Palavras-chave: agricultura familiar, modernização da agricultura, território, Sudoeste do Paraná.

ABSTRACT

The most important characteristic on the modernization of agriculture is the change of the techniques in the basis of production and its economic consequences. However, it's the result of historical process of power articulations that is structured from a development conception, rebounding territorially. In the modernization of Brazilian agriculture the politic is an outstanding dimension, as much as the economic and cultural, which are manifested in the everyday living of Brazilian society, changing the territorial organization: the work, the production, the technology, the consume and the social relations. In the southwest of Paraná, a territory formed basically by the family agriculture, based on small parcels of land, the modernization has implied in changes in the production way, which are preceded and proceeded by politic, cultural, economic and environmental changes. Understanding the southwest as a territory, it has been sought on its process of effective occupation and of modernization of agriculture, the main relations of power that substantiate, in a way to understand as these are articulated and which are the main territorial breakdown, between 1960 and 2006. For that it was made a secondary and primary data collection, interviews, bibliography survey and geographic representation. The modernization of agriculture in southwest of Paraná, presents different rhythms in its insertion to the technological package, which imply in faster or slower changes in the territorial organization, hitting the places in different ways, has a result different territorial organizations through mechanization, deforestation, land concentration etc. One of the agriculture modernization facets is that the farm work gets easy, but it is made a criticism in the way it is processed and its unsuited to the small farm units in the Southwest of Paraná. The survey made, in a territorial approach makes possible to understand the local conditions that characterize and differentiate the productive farm units, its diversities. Revealing also the central aspects of the international context that subject to conditions to the agriculture modernization. Thus we wonder the development and modernization model adopted in Brazil and its checked the urgency of a development and modernization project for the effective improvement of the life conditions of men and women that compose the Southwest Paraná territory, especially the family farmers.

Key words: family agriculture, agriculture modernization, territory, southwest of Paraná.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Quantidade de entrevistas realizadas por município de acordo com estrato de área	20
Tabela 02 - Evolução da população no Sudoeste do Paraná	44
Tabela 03 - A produtividade agrícola de uma propriedade rural da Comunidade de Maracajá, no município de Dois Vizinhos – PR	83
Tabela 04 - Recursos destinados ao Crédito Rural no Brasil – em valores constantes .	90
Tabela 05 - Frota brasileira de tratores de roda – 1960/2006	103
Tabela 06 - Consumo mundial de agrotóxicos.	107
Tabela 07 - Venda de agrotóxicos por estado brasileiro (2006)	107
Tabela 08 - Brasil: produção nacional e importação de fertilizantes (mil toneladas)	108
Tabela 09 - Quantidade de produto agrícola necessário para aquisição de uma tonelada de fertilizante - Brasil.	109
Tabela 10 - Evolução da densidade demográfica- 1950 – 1970.	126
Tabela 11 - Área total cultivada no Sudoeste do Paraná, 1960, 1970, 1975 e 1980 – em hectares.	130
Tabela 12 - Estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná - 1970 a 1980.	131
Tabela 13 - Área média dos estabelecimentos rurais no Sudoeste do Paraná, em hectares.	132
Tabela 14 - Municípios do Sudoeste do Paraná que tiveram maior redução na área média dos estabelecimentos, entre 1970 e 1980, nos estratos de até 10 ha.	133
Tabela 15 - Municípios do Sudoeste do Paraná com aumento da área média dos estabelecimentos, entre 1970 e 1980, nos estratos acima de 500 ha.	133
Tabela 16 - Condição de produtor – número de estabelecimentos e área em hectares .	134
Tabela 17 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários de 14 anos e mais 1970 e 1980	135
Tabela 18 - Municípios que têm menor crescimento no total de pessoas responsáveis e membros da família nas ocupações agropecuárias.	136
Tabela 19 - Áreas de lavouras permanentes e temporárias no Paraná – em hectares – 1960, 1970, 1975 e 1980.	138
Tabela 20 - O uso da terra no Sudoeste do Paraná – 1970, 1975 e 1980 - em hectares.	138
Tabela 21 - Variação percentual da produtividade de lavouras entre 1980/70 nos municípios do Sudoeste do Paraná (%).	145
Tabela 22 - Número de arados de tração animal e de tração mecânica no Sudoeste do Paraná e no estado em 1970 e 1980.	146
Tabela 23 - Área média cultivada por trator no Sudoeste do Paraná – em hectares.	148

Tabela 24 - Uso da força utilizada nos trabalhos agrícolas - número de estabelecimentos.	148
Tabela 25 - Estabelecimentos rurais que utilizam fertilizantes químicos e orgânicos. .	151
Tabela 26 - Número de informantes referentes à fonte de financiadora.	153
Tabela 27 - Total da população urbana e rural.	155
Tabela 28 - Armazéns no Sudoeste do Paraná cadastrados na CONAB 2005/2006. ...	168
Tabela 29 - Estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná - número de estabelecimentos e área em hectares (ha) - 1980 e 1995/96.	169
Tabela 30 - Municípios do Sudoeste do Paraná de acordo com o número de estabelecimentos e a área nos estratos acima de 500 hectares.	170
Tabela 31 - Distribuição fundiária dos municípios do Sudoeste do Paraná nos estratos de área de até 10 hectares e de mais de 10 a 20 hectares. – 1985 e 1995/96. ..	172
Tabela 32 - Número de propriedades rurais no Sudoeste do Paraná – 2006.	174
Tabela 33 – Número e distribuição do pessoal ocupado na agropecuária, no Sudoeste Paranaense, segundo categoria de ocupação e estrato de área – 1995/96.	175
Tabela 34 - Uso do solo no Sudoeste do Paraná – número de informantes e área em hectares – 1980 a 1995/96.	176
Tabela 35 - Ocupação do solo no Sudoeste do Paraná, em hectares.	177
Tabela 36 - Produção agrícola (ton) e área colhida (ha) no Sudoeste do Paraná, entre as safras 1984/85 e 2005/06.	180
Tabela 37 - Produtividade agrícola no Sudoeste do Paraná – em toneladas/ha.	184
Tabela 38 - Frequência de práticas agronômicas utilizadas pelos sojicultores no Paraná, na safra 2002/03.	185
Tabela 39 - Número de colheitadeiras nos municípios do Sudoeste do Paraná.	191
Tabela 40 - Quantidade e percentual de arados de tração mecânica e de tração animal no Sudoeste do Paraná.	196
Tabela 41 - Plantio direto com tração mecânica e tração animal no Sudoeste do Paraná.	207
Tabela 42 - Total de contratos de custeio e investimento agrícola, no Sudoeste do Paraná – Unidade.	212

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização da área de estudos.	24
Mapa 02 – População rural no Sudoeste do Paraná 2000.	162
Mapa 03 – População Rural e número de colheitadeiras 1980.	192
Mapa 04 – População Rural e número de colheitadeiras 1995.	193
Mapa 05 – Número de colheitadeiras 2004/2005.	195
Mapa 06 – Quantidade de tratores no Sudoeste do Paraná	197
Mapa 07 – Contratos agrícolas no Sudoeste do Paraná em 1993	216
Mapa 08 – Contratos agrícolas no Sudoeste do Paraná em 2000	218
Mapa 09 – Contratos agrícolas no Sudoeste do Paraná em 2004	218

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Aquisição do Governo Federal 1985/2006.	97
Gráfico 02 - Produção brasileira de tratores de rodas e colheitadeiras - 1960 – 2006..	102
Gráfico 03: Área destinada às lavouras temporárias no Paraná (em hectares).	142
Gráfico 04: Área destinada às lavouras temporárias no Sudoeste do Paraná (hectares).	143
Gráfico 05: Número de tratores no Sudoeste do Paraná – 1970, 1975 e 1980.	147
Gráfico 06: Origem da adubação utilizada nos estabelecimentos rurais no Sudoeste do Paraná (%).	152
Gráfico 07: Destino do crédito agrícola no Sudoeste do Paraná e no Paraná -1970 e 1980 - em percentual.	154
Gráfico 08: Percentual de distribuição da população urbana e rural do Sudoeste do Paraná - 1960, 1970 e 1980 (%).	156
Gráfico 09: Produto Interno Bruto Total e agropecuário* - R\$ 2000(mil).	164
Gráfico 10: Preço médio da saca de soja no Paraná – na Bolsa de Cereais de São Paulo – em reais.	165
Gráfico 11: Área colhida de soja e milho no Sudoeste do Paraná (em hectares) safras 1984/1985 a 2005/2006.	167
Gráfico 12: Produção obtida de soja e milho no Sudoeste do Paraná (em toneladas) safras 1984/1985 a 2005/2006.	167
Gráfico 13: Percentual de estabelecimentos e de pessoal ocupado em atividades agropecuárias no Sudoeste do Paraná – 1985.	174
Gráfico 14: Área colhida (em hectares) e produção obtida de soja (em toneladas) safra 1995/96 a 2002/03 e cotação média do preço da saca de soja (60Kg) em reais	183
Gráfico 15: Produção obtida (em toneladas) e área colhida (em hectares) da produção de milho no Sudoeste do Paraná - safra 1980/81 a 2005/2006.	186
Gráfico 16: Forma de cultivo da terra utilizado pelos produtores entrevistados	198
Gráfico17: Uso de adubo químico no Sudoeste do Paraná - safras 1996/97 a 2005/06.	202
Gráfico 18: Disponibilidade de implementos para o plantio direto de acordo com a força utilizada na safra 2005/2006.	204
Gráfico 19: Número de plantadeiras de tração motor e de tração animal no Sudoeste do Paraná - safras 1996/97 a 2005/06.	205
Gráfico 20: Renda mensal obtida na produção agropecuária nos estabelecimentos estudados -em salários – em 2006.	208
Gráfico 21: Renda mensal obtida nos estabelecimentos entre 10 e 20 hectares, entre os entrevistados.	209

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Vista da produção agrícola de um estabelecimento rural no município de – PR	118
Foto 02: Área de encosta desmatada, em processo de erosão no município de Marmeleiro.	141
Foto 03: Área de encosta cultivada no município de Marmeleiro.	142
Foto 04: Cultivo agrícola com uso de plantadeira mecânica	149
Foto 05: Cultivo agrícola com arado de força animal.	150
Foto 06: Produção de soja no município de Francisco Beltrão.	181
Foto 07: Vista parcial de estabelecimentos rurais no município de Salgado Filho.	182
Foto 08: Depósito de sucatas de colheitadeiras na Comunidade da Barra Grande – Itapejara d’Oeste – PR	189
Foto 09: Vista parcial do depósito de sucatas de colheitadeiras na Comunidade da Barra Grande – Itapejara d’Oeste – PR	189
Foto 10: Vista da produção de milho com cultivos mecanizados no município de Verê.	201

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Demonstração do custo da produção de soja, safra 2005/2006.	82
Quadro 02: Viabilidade econômica da produção de soja de uma propriedade rural da Comunidade de Maracajá, no município de Dois Vizinhos - safra 2006/2007.	84
Quadro 03: Esquema da <i>modernização</i> agrícola no Sudoeste do Paraná.	86
Quadro 04: Relação de municípios emancipados no Sudoeste do Paraná após 1985, data e locais de respectivo desmembramento.	173

LISTA DE SIGLAS

ACARPA: Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
AGF: Aquisição do Governo Federal
ANFAVEA: Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores
APASEM: Associação Paranaense dos Produtores de Sementes e Mudas
ASSESOAR: Associação de Estudos e Orientação Rural
ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDS: Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAI: Complexo Agroindustrial
CAMDUL: Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense
CANGO: Colônia Agrícola Nacional General Osório
CEASA: Central de Abastecimento
CIBRAZEM: Companhia Brasileira de Armazenamento
CITLA: Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.
CLAF: Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar
COAGRO: Cooperativa Agropecuária Capanema
COASUL: Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda.
CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
COOPAFI: Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada
CRESOL: Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
DERAL: Departamento de Economia Rural
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EGF: Empréstimo do Governo Federal
EMATER: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETRAF-SUL: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FAEP: Federação da Agricultura do Estado do Paraná
GETSOP: Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná
IBASE: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIC: Instituto Nacional de Imigração e Colonização
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MODERFROTA: Programa de *Modernização* da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras

MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTA: Ministério do Trabalho e Administração

NORCOOP: Projeto Norte de Cooperativismo

OGM: Organismo Geneticamente Modificado

PGPM: Política de Garantia de Preços Mínimos

PIB: Produto Interno Bruto

PIC: Projeto Iguaçu de Cooperativismo

PROAGRO: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PROALCOOL: Programa Brasileiro de Álcool

PROGER- Rural: Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural

PRONAF: Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar

PSD: Partido Social Democrático

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais

SDT: Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAB: Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SINDAG: Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola

SNCR: Sistema Nacional de Crédito Rural

SULCOOP: Projeto Sul de Cooperativismo

UDN: União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ	31
1.1. A expansão do capitalismo no Brasil via colonização.....	31
1.2. A imigração européia e a constituição da pequena propriedade no sul do Brasil	35
1.3. A formação territorial do Sudoeste do Paraná	37
1.3.1. Os primeiros habitantes e o processo de expropriação	39
<i>1.3.2. A chegada dos migrantes</i>	<i>43</i>
1.3.3. Colônia Agrícola Nacional General Osório: uma das materializações fundamentais do Estado	47
1.3.4. A Revolta de 1957: um marco na institucionalização da propriedade privada da terra .	49
1.4. O jogo de relações sociais como condicionante da <i>modernização</i> agrícola neste território	52
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A IDEOLOGIA DO MODERNO NO DESENVOLVIMENTO E NA <i>MODERNIZAÇÃO</i> DO TERRITÓRIO BRASILEIRO.	60
2.1. Concepções de desenvolvimento	65
2.1.1. O desenvolvimento rural.....	69
2.2. A <i>modernização</i> da agricultura: um produto do pensamento moderno	70
2.3. Agricultura familiar, <i>modernização</i> tecnológica e desenvolvimento	74
3- A <i>MODERNIZAÇÃO</i> DA AGRICULTURA BRASILEIRA: POLITICAS PUBLICAS E MUDANÇA NA BASE TÉCNICA.....	79
3.1. A <i>modernização</i> agrícola e suas implicações territoriais	79
3.2. Mecanismos para a <i>modernização</i> agrícola brasileira.....	85
3.2.1. O Estado e a subordinação da renda agrícola via crédito fundiário.....	87
3.3. Relações de poder efetivadas, através do crédito rural, nas mudanças e permanências no território brasileiro.....	88
3.3.1. O crédito como forma de subordinação do pequeno produtor agrícola mercantil.....	94
3.4. Política de Garantia de Preços Mínimos e a <i>modernização</i> agropecuária	95
3.5. As relações de poder de cooperativas na territorialização da <i>modernização</i> agropecuária	98
3.6 As mudanças na base técnica de produção.....	101
3.6.1 Máquinas agrícolas	101
3.6.2. As sementes	104
3.6.3 Fertilizantes e agrotóxicos	106
3.7. Contradições territoriais resultantes da <i>modernização</i> da agricultura brasileira ...	110
4. O LIMIAR DA <i>MODERNIZAÇÃO</i> AGRÍCOLA NO SUDOESTE DO PARANÁ....	116

4.1 O arranjo das condições locais na estruturação do Sudoeste do Paraná para implantação do pacote tecnológico.....	117
4.1.1. A territorialização de relações de poder, a partir de 1960	119
4.2. Os reflexos da <i>modernização</i> na estrutura da produção agrícola no Sudoeste do Paraná.....	129
5. A CONSOLIDAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SUDOESTE DO PARANÁ	159
5.1. A <i>modernização</i> da agricultura e seus desdobramentos territoriais	160
5.1.1 Da estrutura fundiária, do pessoal ocupado e do uso do solo na produção agropecuária no Sudoeste do Paraná.....	169
5.1.1.1. A produção de soja e milho no Sudoeste do Paraná.....	179
5.1.2. Importância e contradições no uso de tecnologias na produção agrícola.....	187
5.1.3 O crédito rural	209
5.2. Perspectivas para o território da agricultura familiar no contexto de uma agricultura moderna	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
ANEXO	237

INTRODUÇÃO

Este estudo compreende a *modernização* agropecuária revestida de atualidade, pois expressa relações de poder, que tenciona uma organização territorial. Assim, busca-se a compreensão em nível macro das relações que consubstanciam o território, uma vez que este não é resultado apenas das formas de poder local.

A *modernização* é um processo heterogêneo, que se conforma territorialmente de acordo com as condições que encontra, sejam elas políticas, econômicas, culturais ou ambientais e, também, metamorfoseia-se à medida que estas variam. Assim, não se faz referência a um processo uniforme, ao contrário, expressa singularidades territoriais que se manifestam a partir de diferentes ritmos.

Ao se discutir a *modernização* implantada, não está sendo negados a modernidade nem os seus benefícios; o que se procura fazer é uma reflexão no sentido de compreender o seu papel na formação territorial e, assim, questionar os problemas desencadeados a partir desse processo.

Conceituar a expressão “território” é fundamental para a leitura da realidade. Para tanto, este trabalho apóia-se em alguns pesquisadores, os quais são salutareos na construção conceitual amplamente elaborada no âmbito da Geografia e de outras ciências.

O objeto desta pesquisa corresponde ao processo da *modernização* da agricultura no Sudoeste do Paraná que, assim como em outros lugares do Brasil, apresenta uma paisagem diferenciada. Existem, por exemplo, máquinas modernas como colheitadeiras, plantadeiras e instrumentos rudimentares como o carroção de bois, as trilhadeiras; são estes e outros os símbolos das contradições e que, ao mesmo tempo, marcam os diferentes ritmos e as características presentes na formação territorial.

O Sudoeste do Paraná é, fundamentalmente, constituído por pequenas propriedades rurais baseadas no trabalho familiar. Portanto, esta análise converge para a *modernização* da agricultura nas unidades de produção. No entanto, durante o trabalho de campo, foi possível entrevistar produtores rurais que cultivam grandes áreas, muitos dos quais utilizam tecnologias modernas na produção agrícola.

O objetivo geral da pesquisa, além de compreender o processo de *modernização agrícola*, é conhecer os atores que o influenciaram, seus diferentes ritmos e as principais manifestações territoriais no período entre 1970 e 2006; procura explicar as diferentes determinações do processo e as relações territoriais a ele relacionadas. Assim, a pesquisa está

organizada a partir de um referencial teórico e metodológico articulado à base empírica, procurando descrever e refletir sobre o processo de *modernização* agrícola no Sudoeste do Paraná.

Os objetivos específicos que permearam o estudo são:

- 1) Aprender os fatores que influenciaram na *modernização* agrícola e suas variações no ritmo de seu desenvolvimento;
- 2) Discutir o que significa o processo de *modernização* agrícola no Sudoeste do Paraná: como ocorre; a quem atinge; as políticas que (des)favorecem o processo;
- 3) Verificar a atuação do Estado no processo de *modernização* agrícola no Sudoeste do Paraná.

Tais objetivos são estabelecidos a partir da hipótese de que a *modernização* da agricultura, da forma como foi conduzida, no Sudoeste do Paraná, é incompatível com as pequenas propriedades e, embora esteja territorializada, significa uma forma de subordinação do agricultor familiar à lógica excludente e concentradora do capital.

No mapa 1, está representado o Sudoeste do Paraná, o recorte de estudos, constituído por 27 municípios, os quais são caracterizados por pequenos estabelecimentos familiares, com colonização efetiva recente, a partir da década de 1940 e, em sua maioria, constituídos por pessoas vindas dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Para demonstrar o processo de *modernização* da agricultura são utilizados dados secundários e reportagens referentes aos municípios das microrregiões de Capanema e Francisco Beltrão.

Os dados secundários e entrevistas são obtidos a partir dos municípios de Ampére, Capanema, Pérola d'Oeste, Planalto, Pranchita, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Barracão, Bom Jesus do Sul, Bela Vista da Carobá, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Manfrinópolis, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pinhal de São Bento, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge d'Oeste e Verê, municípios estes com índices consideráveis de *modernização* da agricultura.

Além dos dados secundários, realizam-se entrevistas com 93 produtores de milho e/ou soja dos municípios de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Verê, Renascença, Realeza e Marmeleiro, em 28 estabelecimentos com menos de 10 hectares; 30 estabelecimentos de 10 a menos de 20 hectares; 23 estabelecimentos de 20 a menos de 50 hectares; 10 estabelecimentos de 50 a menos de 200 e em 2 estabelecimentos acima de 200 hectares.

A escolha das unidades produtivas estudadas empiricamente é estabelecida de acordo com a indicação dos Sindicatos Rurais Patronais de Francisco Beltrão e de Dois

Vizinhos; de Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão e Verê; EMATER de Realeza e Secretarias Municipais de Agricultura de Renascença e Marmeleiro. A opção pelos produtores de soja e milho decorre do fato de se tratar de cultivos expressivos produzidos com base na matriz tecnológica decorrente do processo de *modernização*. No caso do milho, é uma produção que ocorre há um muito tempo no Sudoeste do Paraná, para a qual se utiliza tanto tração animal quanto mecânica e seu destino é o mercado e o consumo interno realizado nas unidades produtivas.

Na tabela 01, verifica-se o número de entrevistas realizadas. A seleção dos municípios decorre da maior expressividade em relação ao número de colheitadeiras e tratores por hectares, da utilização de maior quantidade de adubo químico e da produção verificada de soja e milho de acordo com dados do Censo Agropecuário 1995/96.

Tabela 01 - Quantidade de entrevistas realizadas por município de acordo com estrato de área.

Município/estrato (ha)	Menos de 10	10 a menos de 20	20 a menos de 50	50 a menos de 200	Mais de 200	total
Dois Vizinhos	7	6	5	2	0	20
Francisco Beltrão	10	10	7	4	0	31
Marmeleiro	3	8	3	1	1	16
Realeza	4	2	5	1	1	13
Renascença	1	1	1	1	0	4
Verê	3	3	2	1	0	9
Total	28	30	23	10	2	93

Fonte: trabalho de campo.

Em virtude do universo dos estabelecimentos existentes no Sudoeste do Paraná, as entrevistas, nas quais é possível contextualizar e qualificar os dados obtidos através dos censos realizados correspondem a demonstrações e a alguns detalhamentos da realidade de cada município.

Apesar das principais mudanças territoriais, no sentido da *modernização* agrícola, ocorrerem no pós 1960, realiza-se um resgate histórico desde a colonização brasileira, pois a construção do território é resultado das relações intrínsecas da articulação entre os diferentes tempos históricos.

Na história de constituição do Sudoeste do Paraná é possível identificar três períodos de maior destaque:

a) o de sua ocupação efetiva no início do século XX até por volta da instituição da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), na década de 1940;

b) o da colonização oficial, que gera as disputas instauradas pelas terras, culminando na *Revolta dos posseiros*, em 1957; e na criação do Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), em 1962;

c) e por último, o período a partir da década de 1960, com o processo de *modernização* agrícola em curso no Brasil, o qual provoca alterações, embora preserve sua característica principal de sua colonização que é a pequena unidade agrícola de produção familiar.

A partir da década de 1960, o Brasil passa a vivenciar um processo de *modernização* capitalista da agropecuária, com a importação de tecnologias para o setor a montante, bem como de um *novo* direcionamento na pauta de produtos para atender o ramo agroindustrial, estabelecido à jusante. Este período da chamada *modernização da agropecuária brasileira* provoca mudanças na estrutura territorial no Brasil e, evidentemente, no Paraná. Todavia, tais implicações afetam de forma mais intensa e consistente a região Norte do estado. No Sudoeste do Paraná, os efeitos se objetivam de forma tardia e com características específicas, em virtude das particularidades do processo de colonização e de seus desdobramentos territoriais.

Embora o processo de *modernização* da agricultura esteja presente no cotidiano das pessoas do Sudoeste do Paraná, através de produtos que expressam a forma de produzir, como a soja, ocorrem manifestações muito particulares que destoam da lógica imposta pelo tipo de *modernização* agrícola adotado no país, principalmente no que se refere ao tamanho das propriedades e na utilização do trabalho familiar. Estas e outras contradições apresentam-se no território em estudo, onde os indicadores da *modernização* tecnológica como insumos químicos, implementos e máquinas agrícolas têm utilizações elevadas, demonstrando a presença de uma forma de produzir inerente ao processo em curso no Brasil. Simultaneamente, aumenta em muitos municípios o número de pequenas unidades produtivas, da utilização da força mecânica, de financiamentos etc.

Para compreender as características desta realidade territorial, é fundamental conhecer os homens e as mulheres que se constituem nos atores principais de um território. Também, faz-se necessário pensar sobre a lógica que o constrói e o desconstrói e os agentes públicos e privados que sustentam e são sustentados por esta lógica.

O conhecimento, indubitavelmente, representa um fator fundamental para compreensão e para o processamento de mudanças, no entanto, algumas dificuldades impõem-se neste percurso. Um desses obstáculos é o acesso a informações referentes ao território e aos seus agentes. O último censo agropecuário divulgado pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, ocorre em 1995/1996¹ e muitas mudanças acontecem nos onze anos decorrentes. Assim, opta-se por trabalhar, além dos dados do IBGE, com os dados secundários da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SEAB), os quais são de responsabilidade do Departamento de Economia Rural (DERAL); dados dos relatórios da Realidade Agrícola do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e com reportagens das décadas de 1970 e 1980 referentes à introdução do *pacote tecnológico* no Sudoeste do Paraná. Os dados da EMATER, referentes ao período 1995/96 a 2006, são utilizados a título de ilustração. Esta pesquisa é realizada nos municípios das microrregiões de Capanema e Francisco Beltrão, que compõem o Núcleo Regional de Francisco Beltrão definido pela SEAB, doravante denominada de Sudoeste do Paraná² como uma forma de demonstração do processo aqui estudado. Outro elemento importante a ser considerado advém do fato destes serem os municípios que, em 2005, compunham parte do Território do Sudoeste, definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), embora, na atualidade, todos os municípios do Sudoeste do estado estejam inseridos no referido recorte.

A garantia da correlação entre os dados utilizados, principalmente os do Relatório da Realidade Agrícola, e a realidade empírica não é fidedigna, pois, muitas vezes, as condições precárias dos técnicos da EMATER para coleta de dados, bem como o reduzido número de profissionais, refletem numa coleta sem exatidão. Todavia, tais problemas não comprometem a compreensão acerca deste território, pois os trabalhos de campo demonstram aproximação das informações com as características indicadas pelos dados do IBGE e da EMATER.

Santos (2001), ao estudar o Paraná, destaca que, desde a década de 1970, efetiva-se o processo de *modernização* capitalista da agropecuária. Esta provoca implicações territoriais que promovem a desestruturação da pequena propriedade, o êxodo rural, o crescimento desordenado de médias cidades, o “sufocamento” das pequenas e a ampliação de um contingente de trabalhadores sem terra. O que leva a refletir sobre as implicações do processo de *modernização* agrícola capitalista no Sudoeste do Paraná e, mais que isso, desafia a entender se é possível pensar o desenvolvimento territorial a partir de uma outra ótica.

¹ No ano de 2007, realizou-se o censo agropecuário, no entanto, até o momento, somente os dados preliminares foram divulgados.

² A classificação do IBGE correspondente ao Sudoeste Paranaense refere-se aos municípios das microrregiões de Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco. Sempre que se referir ao Sudoeste do Paraná nesta pesquisa, são dados das microrregiões de Francisco Beltrão e Capanema.

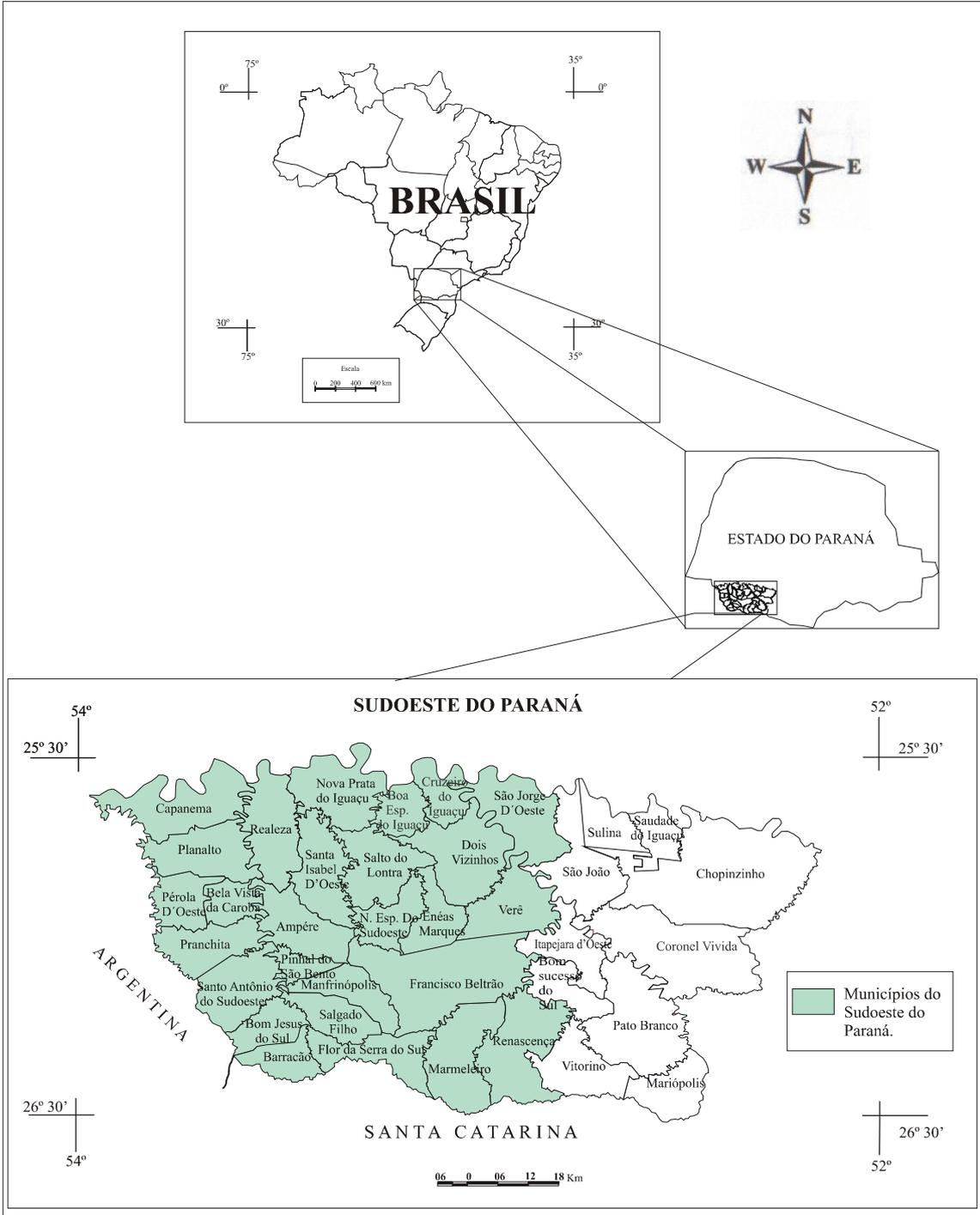
Nesse sentido, indaga-se: os efeitos da *modernização* agrícola são homogêneos? Que fatores a condicionam no Sudoeste do Paraná? Quais as principais mudanças e permanências territoriais? Por que predomina a pequena propriedade? O que significa modernizar a agricultura familiar? Para essas questões existem relações de complementaridade, a partir da configuração territorial do Sudoeste do Paraná, e são estas e outras questões que se procura desvelar durante a pesquisa, buscando, para tanto, também, fatos e dados do passado, que permitam compreender o presente. Como nos afirma Abreu (1997): “Para se analisar o espaço geográfico não basta desvendar as suas múltiplas dimensões atuais. Há que se investigar também o processo histórico que lhe deu origem, pois aí estão, muitas vezes, os segredos da sua boa interpretação” (p.240).

Compreender o conceito de território, como já mencionado, é fundamental quando se pretende analisar, a partir de uma base geográfica, o processo de *modernização* agrícola, seus diferentes ritmos e implicações territoriais.

O território não é um espaço pronto, acabado, definido e imutável; ao contrário, é um espaço em constante processo de metamorfoses, que vai sendo constituído a partir das relações que nele se estabelecem. Embora não exista linearidade e a *parte* está no *todo* como o *todo* está na *parte*, é possível definir determinados períodos históricos na construção do território do Sudoeste do Paraná, conforme citado anteriormente. Assim, a compreensão de tal constituição está para além da delimitação das fronteiras, baseando-se nas relações econômicas, culturais e políticas que dão ao Sudoeste uma feição peculiar.

A composição do território do Sudoeste do Paraná é resultante de muitos conflitos que ocorrem na década de 1950 entre um grupo constituído por pequenos produtores agropecuários, comerciantes locais, representantes políticos locais e externos; e, outro formado pelas empresas de colonização de terras e também por representantes políticos. A vitória dos primeiros resulta na regularização da posse da terra e na definição do território sudoestino, com base no pequeno estabelecimento e no trabalho familiar, com traços marcantes das áreas de origem desses pequenos produtores agrícolas mercantis como o carroção de bois, o arado de tração animal e a policultura. Ao mesmo tempo, esse processo institui o grande estabelecimento e a concentração de terras principalmente no espaço rural.

O processo de *modernização* tecnológica imposta à agropecuária tem alterado a identidade dos atores nesse território e configurado novas territorialidades, que alteram não apenas a apropriação das terras, mas a própria forma de realizar o trabalho. Além da diminuição do tempo destinado às atividades agropecuárias, há redução da quantidade de pessoas necessárias à produção, há mecanização e mudanças nas relações produtivas.



Mapa 1- Localização da Área de Estudos.
 Fonte: Base Cartográfica AMSOP, 2004.
 Organização: Danielli Batistella Saquet.

A *modernização* agrícola que vem ocorrendo no Sudoeste do Paraná não é o único elemento constituinte do referido território. Há outros aspectos relevantes que marcam e demarcam este espaço, como as pequenas propriedades, a pobreza rural, o esvaziamento das funções exercidas pelas pequenas cidades, a subordinação do trabalhador do às agroindústrias, diversificação industrial e das atividades de serviços em algumas cidades, entre outros. Estes e outros elementos combinam-se e articulam os diferentes territórios. Na articulação destes encontram-se uma *malha* e a formação de *nós* constituintes da relação capital-trabalho e de outras relações e redes culturais, econômicas e políticas que se estabelecem na produção do espaço que, por sua vez, revelam o poder. Esses *nós* podem ser expressos pelas unidades produtivas, pelas *comunidades* rurais e pelas cidades que compõem o território.

Ao optar pelo conceito de território, percebe-se que o mesmo é, muitas vezes, utilizado como sinônimo de Estado Nação, ou seja, a sua delimitação – o território nacional. Mas a compreensão é de que este extrapola a definição de fronteira. Considera-se o território, segundo entende Raffestin (1993), como a própria expressão do poder. Nele e através dele se conformam relações políticas, econômicas e culturais que definem o espaço e, evidentemente, a constituição do território como o domínio das relações de poder.

Segundo Saquet (2003, p.27):

Se o território é marcado profundamente por relações de poder; relações sociais, evidentemente, que se cristalizam no espaço. Se um território pode ter sua re-produção interrompida, ou re-produzida constantemente e, se a existência de um território pressupõe um espaço construído, com homens e relações, um espaço produzido pode não ser um território, no caso de não conter, ou envolver, relações de poder. Se assim for, o espaço geográfico pode ser sinônimo de território, mas não necessariamente [...].

Na Geografia moderna, o conceito de território surge com Ratzel que o considera como solo em algumas passagens de sua obra. Porém, não apenas como solo, mas como recursos naturais, incluindo a água e o clima: “[...] um povo permanece sobre um determinado território; [...] Exame das propriedades do solo, da água, do clima, do território correspondente” (Ratzel, 1990, p.58)

Segundo Santos et al (2002, p.46):

[...] A preocupação de Ratzel com o conceito de território, justifica-se pelo próprio objeto de estudo da AntropoGeografia. A necessidade de entender a formação de territórios está vinculada à sua compreensão das relações/influências das condições naturais nos processos civilizatórios. Ratzel dá uma importância central ao território, ligado ao Estado-Nação. O solo é o elemento fundamental do Estado e sua unidade, condicionando, entre outros fatores, o crescimento espacial do Estado. Não há nos textos de Ratzel uma preocupação com a definição do conceito de território. Ora

aparece como sinônimo de ambiente, ora como solo, ora como Estado-Nação[...].

Ratzel, nas obras *Geografia do Homem (AntropoGeografia)* e *As leis do Crescimento Espacial dos Estados*, não supera a visão naturalista do território e o utiliza de diferentes formas, marcando, inclusive, a relação entre sociedade e domínio do Estado. Todavia, não é possível observar o claro delineamento desse conceito.

Dessa forma, Souza (1995, p.86) destaca:

[...] Sintomaticamente, a palavra que comumente Ratzel utiliza não é território (Territorium), e sim solo (Boden), como se território fosse sempre sinônimo de território de um Estado, e como se esse território fosse algo vazio sem referência aos atributos materiais, inclusive ou sobretudo naturais (dado pelo sítio e pela posição), que de fato são designados de modo mais direto pela expressão Boden.

A compreensão que se tem é diferente da de Fredrich Ratzel. É necessário destacar que, ao trabalhar com o processo de *modernização* agrícola no Sudoeste do Paraná, a partir de uma abordagem geográfica, o conceito de espaço não é considerado categoria superada. O território expressa uma relação direta entre poder e sua configuração e materialização espacial. Logo, os territórios são construídos, desconstruídos e muitas vezes superpostos, sempre envolvendo determinados espaços. Assim, espaço e território não são sinônimos, conforme afirma Raffestin (1993), mas se complementam e se sobrepõem, ambos são fundamentais, por isso, nesta pesquisa é utilizado numa abordagem histórico - crítica.

A *modernização* agrícola, no Sudoeste do Paraná, provoca diferentes alterações nas relações produtivas e sociais. O mesmo processo que possibilita a emancipação econômica de uns, provoca a sujeição de tantos outros. Mesmo entre os produtores que modernizaram a produção, há os que são proprietários dos maquinários e os que deles dependem para produzir. Cada qual estabelece diferentes relações, mas o *poder*, representado pelo Estado e pelo capital industrial, inicialmente, impõe a tecnificação do campo e, com ela, o estabelecimento de diferentes mudanças territoriais. Esse processo, da forma como é implantado no Brasil, altera a localização, a produção, as relações sociais, enfim, as organizações territoriais, extrapolando limites e fronteiras internas e externas, de acordo com os interesses econômicos.

No Sudoeste do Paraná, predominam as pequenas unidades produtivas, mas as principais ações no que se refere à produção agrícola (produção-circulação-troca-consumo) não são dirigidas por eles e para eles. Cria-se uma rede de interesses em que os comandantes são os donos do capital. As manifestações territoriais, constituídas a partir da *Revolução*

Verde, criam um *campo* de poder de grandes proprietários que têm acesso ao crédito e a formas de produção baseadas em tecnologias de última geração.

O território, como já salientado, vai além de uma delimitação espacial; inclui relações de poder, que estão presentes em determinadas extensões terrestres, nas redes de circulação e comunicação e na identidade. Estes são componentes essenciais; sua concretização requer, necessariamente, apropriação e dominação ou controle.

Dessa forma, as práticas adotadas pelos agricultores correspondem a manifestações de territorialidades que representam mudanças e permanências, em tempos diferentes. Também expressam a modernidade capitalista, são relações sociais e, portanto, espaciais, produzindo o território.

De acordo com Alves et al (2004), a partir do processo social de produção e circulação de mercadorias, o homem organiza o território e re-produz-se a si mesmo, biológica e socialmente, reproduzindo a sociedade e o próprio modo capitalista de produção. Na reprodução da sociedade, os sujeitos são os próprios homens e suas relações sociais recíprocas. Os resultados desse processo, as objetivações significam um momento da reprodução social do homem na cidade e no campo.

Nesse sentido, um outro conceito aqui utilizado é o de agricultura familiar, o qual não é consensual na academia e mesmo entre os movimentos sociais ligados à questão agrária. Assim, é importante destacar que a agricultura familiar é utilizada nesta abordagem por ser a forma corrente de denominação da organização agrícola no Sudoeste do Paraná. Embora a definição apresentada pelo INCRA/FAO não expresse o dinamismo político e cultural da agricultura familiar no Sudoeste, ela contém as características básicas que a estabelece e a delimita.

A agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 1996, p. 04).

Outro motivo pelo qual se opta por esta denominação, diz respeito à compreensão da produção agrícola familiar centrada na pequena produção de mercadorias, geralmente, com baixo índice de mecanização, como acontece no Sudoeste do Paraná. A dimensão política representada por essa categoria é explicitada ao longo do trabalho bem como os conflitos decorrentes que fomentam mudanças e/ou permanências no território.

Por fim, é importante destacar que se objetiva oferecer informações que possam ser utilizadas em um desenvolvimento endógeno, contraponto com a proposta exógena e efetivada através da *Revolução Verde*, que prevê o desenvolvimento da agricultura brasileira, numa dimensão econômica. É preciso pensar o crescimento econômico conjuntamente com o desenvolvimento territorial, em que homens e mulheres sejam os atores e atrizes principais dos processos e beneficiários diretos dos dividendos gerados.

Os projetos para o desenvolvimento territorial, no Sudoeste do Paraná, precisam primar por uma construção coletiva, articulada entre os diferentes agentes que o compõem de modo a *nortear* as políticas para a transformação da realidade. Para isto é salutar conhecer a formação territorial observar as singularidades culturais, políticas e econômicas. É preciso estabelecer uma racionalidade de crescimento econômico e de desenvolvimento a partir das identidades que constroem o território do Sudoeste do Paraná.

A preocupação central é com os agricultores familiares, que constituem a maioria da população e apresentam condições de vida precárias. Esses agricultores têm uma trajetória de vida social bastante próxima, que gera manifestações territoriais, embora semelhantes, em alguns casos, e contraditórias em outros, como é apresentado no decorrer do texto.

O processo territorial representa uma realidade social de múltiplas determinações, na qual se apresentam os municípios, cuja população rural é de aproximadamente 15 a 30%, de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, e outros, com uma população rural de 76 a 90%, como Flor da Serra, Manfrinópolis, Nova Esperança do Sudoeste, entre outros. Todos eles são territórios tecnificados que, segundo dados do Censo Agropecuário de 1995/96, é a quinta mesorregião do Paraná com a menor quantidade de área cultivada por trator e a maior parte da população vivendo no campo.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. No primeiro, é realizado um resgate histórico da lógica de ocupação dos espaços e de suas transformações territoriais. Assim, o estudo volta-se para a ocupação do Sudoeste do Paraná e a edificação do território a partir do Estado como articulador de uma rede de pessoas e da criação de infra-estrutura, especialmente de transportes para circulação de pessoas e de mercadorias. A chegada dos migrantes no Sudoeste do Paraná é marcada pelas dificuldades de acesso, sendo necessário abrir as picadas para o deslocamento de pessoas, animais e mercadorias. Com a *modernização* há necessidade de abertura de estradas, em especial as de rodagem. A partir da articulação de interesses locais e externos ao território, o Sudoeste vai-se conformando, territorialmente, em um processo conflituoso e antagônico, responsável pelas singularidades encontradas.

No segundo capítulo, é realizada uma análise do conceito de moderno no Brasil e sua relação com a *modernização* da agricultura brasileira como movimento mais amplo, relacionado à idéia de progresso e de desenvolvimento econômico. Procura-se demonstrar que a lógica estruturante da *modernização*, com o sentido exposto anteriormente, decorre da reestruturação capitalista que, para se expandir, necessita da ampliação da produção e do consumo. Ressalta-se que a forma de relação urbano-industrial é considerada característica da sociedade moderna bem como a significação do moderno como progresso, em especial do econômico.

Busca-se compreender a gênese da *modernização* da agricultura brasileira como concepção de moderno e de desenvolvimento, que se desenvolve a partir de um contexto social de mudanças, tanto no sistema produtivo como no ideário cotidiano; o que converge em um processo concentrador e contraditório, vinculado as empresas multinacionais, porém, internamente, representa uma forma de dominação dos grandes proprietários de terras que se beneficiam das políticas e das redes construídas pelo Estado. É nesse sentido que se esboça uma crítica aos problemas decorrentes desse modelo de desenvolvimento, especialmente em relação à *modernização* da agricultura e suas conseqüências para a agricultura familiar.

No terceiro capítulo, são abordadas as principais políticas para *modernização* da agricultura brasileira, assim como as mudanças verificadas na base técnica. Procura-se mostrar a modernização como uma manifestação de poder de agentes do capital nacional e internacional a qual se territorializa a partir de um modelo de desenvolvimento que impõe aos diferentes territórios, por meio de mecanismos como as políticas públicas de crédito e preços, uma forma de produzir que valoriza o uso de produtos industrializados, numa sujeição do campo a uma lógica urbano-industrial. Nesse orquestramento, o Estado, as cooperativas e agroindustriais são atores importantes para o fomento da *modernização*.

No quarto capítulo, é estudado o início do processo de *modernização* no Sudoeste do Paraná e as ações do Estado através da Assistência Técnica que constrói e auxilia localmente na incorporação das novas práticas e instrumentos da *modernização* da agricultura. Assim se define a primeira fase o período, entre 1960 e 1980, no qual se constituem as bases ideológicas e matérias para a modernização em um território de ocupação recente e baseado nas pequenas unidades produtivas familiares. São apresentados os principais reflexos da *modernização* nas unidades agrícolas dos municípios do Sudoeste do Paraná.

O quinto capítulo compreende a segunda fase, de 1985 até o período atual, em que se verifica a efetivação das condições locais para a *modernização* da agricultura e as implicações territoriais decorrentes. São apresentadas as permanências e mudanças que

caracterizam os diferentes ritmos na constituição do território estudado. Para ilustrar o contexto analisado são utilizados dados oriundos das entrevistas realizadas com agricultores em seis municípios do Sudoeste do Paraná, verificando as principais implicações territoriais decorrentes do processo de *modernização* da agricultura.

1. O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ

1.1. A expansão do capitalismo no Brasil via colonização

A proposta de estudar a *modernização* da agricultura no Sudoeste do Paraná parte do pressuposto de que não se trata de um acontecimento exclusivo deste território, mas é uma manifestação técnica que ocorre de forma processual e se manifesta territorialmente sob a lógica do capital, estruturada ao longo do tempo de forma sucessiva, simultânea e com manifestação singular.

Conforme destaca Santos (1997), no início da história social do planeta, os lugares têm técnicas locais isoladas, mas à medida que a evolução científico-tecnológica se desenvolve, as trocas desiguais entre os lugares e seus sistemas técnicos tornam-se inevitáveis: “o movimento *local* das técnicas deixa de ser apenas horizontal, antropológico, e recebe uma influência, um componente vertical, incluindo o lugar numa história técnica e social mais abrangente” (p. 152).

Para Santos (1997), este aumento de abrangência, sob a égide do desenvolvimento capitalista, diminui o número das técnicas. No que se refere à forma de produção na agricultura, é consensual que as técnicas e as tecnologias sejam praticamente as mesmas, em diferentes lugares do mundo, embora a base física e cultural dos países sejam distintas. A reduzida diversificação de produtos agrícolas existentes na atualidade representa um indicador da concentração da produção agrícola nacional que se reduz a um pequeno número de produtos.

O desenvolvimento científico-tecnológico possibilita a expansão do capitalismo e sua feição monopolista permite a redução em nível mundial dos produtos agrícolas. Desta forma, os produtos existentes são cada vez mais controlados, antes e após sua produção, por grupos privados e monopolizadores.

Nesse sentido, uma breve introdução do processo de colonização brasileira se faz necessária, para poder identificar algumas mudanças econômicas e políticas importantes, assim como suas manifestações na formação do Sudoeste do Paraná. Como destacado na Introdução, é utilizado o conceito de território, com o propósito de discutir as diferentes formas de *Poder* e *poder*³, conforme destaca Raffestin (1993), pois a processualidade

³ Segundo Raffestin o poder (letra minúscula) se refere as diversas formas que são exercidas por outros atores sociais que não constituem o Poder (letra maiúscula) representado pela estrutura do Estado.

histórica é fundamental, mesmo sendo tão amplamente conhecida no que se refere à colonização brasileira. Não se trata de uma reinvenção dos fatos históricos, mas retomada de processos passados e, ao mesmo tempo, presentes, em que o conceito contribui para compreensão da realidade.

O Sudoeste do Paraná é caracterizado, em sua maioria, pelo predomínio de pequenas propriedades de produção familiar, que visam garantir a sobrevivência a partir da inserção no mercado. A produção para autoconsumo⁴, presente no início de sua colonização, principalmente no caso dos primeiros povoadores da região denominados “caboclos”, é substituída paulatinamente pela produção de mercadorias, seguindo a lógica de desenvolvimento do capital, sob a qual o valor de uso é subjugado pelo valor de troca. Nesse contexto, a maioria da população mundial necessita recorrer ao mercado para satisfazer suas necessidades de existência.

Contudo, a permanência de milhares de produtores familiares que ainda produzem boa parte dos alimentos necessários a sua sobrevivência, demonstra que o capital tem espaço para se expandir e também significa uma forma de resistência política e cultural a sua ampliação. Não obstante, é possível reconhecer, nesta situação, como destaca Martins, a sujeição da renda da terra, por meio da qual “[...] o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições de extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe” (1981, p. 175).

A estruturação do capital, com base no valor de troca, age como uma força poderosa e dá forma ao território enquanto *locus* do poder. Para que a reprodução ampliada do capital ocorra é necessária uma divisão social e territorial do trabalho. Desta forma, acontece a separação entre o valor de uso, o valor de troca e a detenção dos meios de produção, representada por meio de uma territorialização desigual e combinada das relações políticas, econômicas e culturais. O transcorrer desse processo, no tempo e no espaço, apresenta ritmos e formas diferenciadas, ora demonstra avanços ora recuos.

Neste sentido, a consolidação do modo capitalista de produção na Europa, entre os séculos XV e XVIII, manifesta-se historicamente na formação do Brasil; enquanto território, para além do conceito de fronteira. Assim, entende-se o capital como um elemento estrutural do território, da sociedade e da lógica que o organiza e o reorganiza em nível mundial.

A partir do século XVI, com o fortalecimento do modo capitalista de produção, instala-se, na Europa, o chamado *tempo moderno*, cujas práticas econômicas, políticas e

⁴ A produção de autoconsumo é aquela através da qual o agricultor familiar produz a maior parte dos produtos necessários a sua sobrevivência e de sua família, cujos excedentes podem ser destinados ao mercado.

culturais se articulam e são articuladas de modo a possibilitar a produção e a reprodução ampliada do capital.

Neste período ocorre o renascimento das artes, da filosofia, da literatura; enfim, da forma de se conceber a vida social, política e econômica. Há, a partir deste período, o rompimento com as doutrinas religiosas e a ciência ganha espaço, tornando o conhecimento um elemento importante para a concepção dos homens e de sua existência. A idéia materialista passa a ser elaborada paralelamente às antigas preocupações religiosas e a ciência torna-se fator de legitimação da “verdade”. Mudanças técnicas marcam o período: melhoria de estradas; uso de especiarias; comunicação entre regiões distantes; desenvolvimento da imprensa; aperfeiçoamento de cartas marítimas e do uso da bússola; e desenvolvimento das técnicas e instrumentos de navegação.

Nessa efervescência, o desenvolvimento econômico se faz presente e necessário para saciar os *novos* desejos. O êxito pessoal e a busca pela riqueza individual são estimulados. Como destaca Santos (1997), o desenvolvimento do comércio e a subordinação das colônias aos impérios europeus têm por base um domínio político. Mas, o desenvolvimento histórico demonstra que a dimensão política ocorre associada à dimensão econômica. É na esfera política que ocorre a centralização do poder de forma monárquica e a constituição do Estado Nacional passa a controlar as atividades políticas e econômicas. O novo papel desempenhado pelo Estado centralizador é de suma importância para o comércio, inclusive se transformando em agente econômico.

A propriedade privada da terra, dos meios de produção ou da força de trabalho constitui o alicerce que garante a produção de mercadoria enquanto valor de troca via um processo de expropriação do trabalho, através da divisão social e territorial capaz de potencializá-la. O conhecimento e reconhecimento do mundo é condição essencial para a expansão do mercado que muda de escala e passa de nacional a internacional. Estrutura-se a divisão territorial do trabalho, para garantir o processo de ampliação do capital através da exploração e concentração. Assim, são criados novos valores para o uso e para a troca e, o Brasil, neste contexto, assume o papel de consumidor e produtor de mercadorias com base na exploração de sua população, constituída em sua maioria por indígenas, negros africanos e imigrantes empobrecidos, que representa garantia de uma produção com custo reduzido.

Nesse sentido, Oliveira (1990) afirma que o tráfico negreiro constitui-se em um negócio rentável e o escravo é transformado em mercadoria, sobre a qual se extrai riqueza através da sua revenda e da sua gestação.

As riquezas extraídas das colônias são utilizadas para o fortalecimento do capitalismo e para sua expansão. São elas que potencializam as condições materiais para a efetivação da Revolução Industrial, ocorrida a partir do século XVIII como desdobramento da evolução capitalista. Essas mudanças, centradas no domínio das tecnologias, são fundamentais nos controles político e econômico, até então ancorados nas atividades comerciais. O capitalismo passa de modo acelerado, a impor ao mundo um sistema em rede, com a utilização das técnicas como forma e meio para garantir sua ampliação.

No Brasil, essa situação forja uma série de condições através das quais as resistências à expansão do capital e de sua lógica são inviabilizadas. Para garantir o domínio territorial brasileiro, é instituído um povoamento indireto, por meio de donatários com poderes quase soberanos. De norte a sul, o Brasil é dividido em extensões de cinquenta léguas portuguesas, que são doadas para doze portugueses. Todavia, apenas as capitânicas (como são denominadas as terras doadas) de Pernambuco, São Vicente e Santo Amaro prosperam.

A imigração de europeus para o Brasil constitui-se por pessoas menos capitalizadas, principalmente, em decorrência das condições precárias de sobrevivência e da forma de exploração produtiva implantada.

Conforme salienta Prado Jr. (1986), para o desenvolvimento da economia de exportação, é necessária a constituição de uma série de atividades acessórias, que se destinam, principalmente, à subsistência. Neste contexto, se estabelecem as pequenas propriedades rurais, nas quais o trabalho passa a ser desempenhado pelo proprietário e sua família, produzindo basicamente para abastecer o pequeno comércio que surge com a emergência de acanhados centros urbanos. Forma-se um tipo de exploração rural diferente. Esse papel de produtor de alimentos é desempenhado, inicialmente, pelo indígena que contribui para as diferentes espécies de produtos produzidos.

Entretanto, essa forma de produção agrícola e pecuária torna-se insuficiente para abastecer os centros urbanos mais densos que se constituem a partir do século XVIII. A dificuldade de acesso aos alimentos afeta, principalmente, os menos abastados, pois os *senhores* da aristocracia rural dispõem de condições materiais para importar sua alimentação. Aos primeiros resta um estado de subnutrição.

No século XIX, a economia vivencia o apogeu da cultura do café e com ela as manifestações decorrentes, como a construção de infra-estrutura de estradas de ferro e armazéns, aumento na arrecadação de impostos entre outras. A cultura agrícola encerra o ciclo do Brasil Colônia, do trabalho escravo, da baixa tecnificação e cria as condições, juntamente

com outros fatores, para que a conjuntura interna do Império seja reorganizada, embora o processo de exclusão e exploração de poucos, sobre muitos, permaneça.

A cafeicultura, inicialmente baseada no trabalho escravo e depois no trabalho livre, especialmente do migrante que se encontra em situação precária na Europa, possibilita a efetivação de uma aristocracia rural muito forte e algumas das condições materiais para a industrialização brasileira. Posteriormente, um pacto entre a aristocracia nacional, a burguesia local e os representantes do capital internacional reforça, no Brasil, a submissão ao capital internacional e aos seus representantes imperiosos: primeiro os países europeus como Portugal e Inglaterra; depois os impérios capitalistas emergentes dos Estados Unidos, Japão, Alemanha etc. Desta forma, substantiva-se uma série de imposições econômicas que, somadas ao obscurantismo cultural e político, subsidiam a forma de desenvolvimento implantado no país.

1.2. A imigração européia e a constituição da pequena propriedade no sul do Brasil

A partir do século XIX, o Brasil tem uma ocupação/colonização mais efetiva, diretamente ligada à proibição do tráfico negreiro e à vinda de imigrantes europeus para trabalharem nas lavouras de café. Todavia, um contingente significativo de migrantes europeus desloca-se para as terras do sul do país a fim de dar continuidade à ocupação de áreas fronteiriças, principalmente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde se inicia a constituição de uma economia baseada na policultura e na pequena propriedade, diferindo-se de outros lugares brasileiros. Já no início do século XIX, formam-se as condições basilares que determinam uma considerável imigração alemã, a partir de 1824, para o sul do Brasil. Isso ocorre, principalmente, em virtude da pobreza dos agricultores naquele país, pela estratégia político-militar de povoamento do Rio Grande do Sul e pela expansão do capitalismo.

No final do século XIX as mudanças no cenário internacional, como a restrição da entrada de imigrantes nos Estados Unidos, o crescimento da economia brasileira e a crise agrícola européia, provoca a migração de milhares de italianos para o Brasil para trabalharem como assalariados. “A emigração italiana para o Brasil, muito escassa até 1875, subirá em 1876 para quase 7.000 indivíduos; e no ano seguinte, com mais de 13.000, superará largamente todas as demais correntes, inclusive a portuguesa, até então vanguarda e que mal atingirá 8.000.” (Prado Jr., 1986, p. 188).

Segundo Saquet (2003, p. 63), “entre 1878 e 1896, aproximadamente 67%, em média, dos emigrados italianos eram camponeses. Emigravam porque não conseguiam se reproduzir biológica e socialmente no seu lugar de origem. Muitos não tinham terra nem trabalho e os que trabalhavam eram violentamente subordinados e explorados”.

No sul do Brasil, os imigrantes são organizados em forma de colônias que pretendem a fixação da população e não sua serventia direta como a mão-de-obra. Assim, instalam-se em pequenas parcelas de terra, sobre as quais produzem e se adaptam ao *novo* território em constituição. Territorializam-se também os seus costumes e as suas tradições.

A migração de europeus atende ao interesse de branqueamento da sociedade brasileira. A maneira como as colônias agrícolas se constituem (no Rio Grande do Sul, por exemplo) possibilita a articulação de relações políticas, econômicas e culturais que se concentram em um território específico, demonstrando o Poder do Estado e o dos migrantes.

Neste sentido Saquet (2003, p. 54) afirma:

[...] Com a imigração e a colonização, atende-se a cinco processos principais complementares entre si: café/colonato/trabalho assalariado/exportação/grandes lavouras; apropriação/pequena propriedade policultora/trabalho familiar/mercado interno; geopolítica; cobranças estrangeiras sobre a qualidade de vida dos imigrantes no Brasil e o *branqueamento* desejado pela classe hegemônica, ligado ao processo de constituição do mercado de trabalho *livre*.

A pequena propriedade policultora destina-se a atender o mercado interno crescente com a produção de gêneros de subsistência, diminuindo a necessidade de importação e possibilitando que as divisas utilizadas possam ser empregadas na aquisição de bens de capitais.

No início do século XX, os pequenos estabelecimentos do Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina, colonizados no contexto anteriormente descrito, começam a dar sinais de esgotamento do modelo baseado na pequena propriedade e da fertilidade dos solos. Paralelo a isto, ocorre à intensificação da produção destinada à comercialização e o aumento da demanda por alimentos e mão-de-obra em nível nacional.

Para Rückert (2003), no Rio Grande do Sul, a partir da década de 1930, ocorrem mudanças no setor agrário, provocando alterações no tamanho das propriedades e no destino da produção, que se estrutura a partir de uma lógica comercial para atender ao mercado interno. Na figura do comerciante, que posteriormente se transforma em industrialista, concretiza-se uma exploração da agricultura familiar. Ao mesmo tempo encontra-se no Estado um forte aliado para edificar políticas favoráveis às mudanças para transformação da

agricultura em uma atividade comercial e não mais familiar, especialmente na produção comercial do trigo.

O território é constituído a partir de relações desiguais e combinadas que podem ou não apresentar contigüidade, ou seja, as mudanças ocorridas no Rio Grande do Sul, como o fracionamento e a concentração das terras, que se aliam às mudanças nacionais de industrialização e formação de uma sociedade urbano-industrial, as quais podem ser consideradas como um dos fatores que fomentam a ocupação das terras do Sudoeste do Paraná, efetivamente, a partir dos anos de 1940.

Esse processo, resumidamente descrito, apresenta os interesses e a lógica presente na formação territorial e, portanto, econômica, política e cultural do Brasil. Uma lógica que é adequada ao sistema capitalista mundial, uma vez que sua ampliação não conhece fronteiras nem etnias e as concessões possíveis em alguns lugares dependem da sustentação do processo de exploração em outros. De tal modo, as diferentes facetas visíveis e invisíveis ao longo do processo histórico mundial, demonstram o imperativo alienante do capital em seu processo de reprodução ampliada, através do qual advém a subordinação das características locais como ocorre no Sudoeste do Paraná.

A seguir são analisadas a formação do Sudoeste do Paraná e os principais protagonistas da sua construção a partir de um processo de lutas “consolidado” em um território que expressa as relações que o constituíam e o constitui.

1.3. A formação territorial do Sudoeste do Paraná

A colonização efetiva do Sudoeste do Paraná, promovida pelo Estado, a partir da década de 1940, representa uma aliança entre agentes econômicos e políticos, a fim de facilitar a acumulação capitalista e a ocupação de uma área de fronteira, sob a expansão da produção agrícola e da estruturação de um *novo* território.

O processo de urbanização e industrialização brasileira, a partir de 1930, gera uma demanda por alimentos, mão-de-obra e consumidores. No Sudoeste do Paraná é efetivada, uma década depois, a colonização que atende parcialmente estas *novas* demandas através da produção de alimentos na pequena propriedade de base familiar. Isto ocorre paralelamente a uma lógica nacional da grande propriedade monocultura, que visa à exportação.

Ao estudar a constituição da frente de expansão neste território, observam-se três fases que marcam sua identidade e territorialidade. A primeira demonstra ser um processo mais livre de ocupação, sem a preocupação com a propriedade da terra, centrada na ocupação, efetivada

pelos índios e caboclos que vivem na área do atual Sudoeste do Paraná. A segunda fase ocorre, por volta da década de 1940, com a chegada dos migrantes vindos, especialmente, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e da instalação de companhias colonizadoras que têm por objetivos: a propriedade da terra, o enriquecimento e, a estruturação da vida em patamares diferentes dos primeiros habitantes. A terceira fase decorre do processo de *modernização* da agricultura que se instaura no Sudoeste, em um território baseado na pequena propriedade familiar, em pequenas cidades, na policultura e com fortes traços culturais e étnicos trazidos pelos migrantes *gaúchos* e catarinenses. Essa última fase, por se tratar da questão central deste estudo, será apresentada de forma mais explícita no quarto e no quinto capítulo. Aqui a análise se deterá nas duas primeiras fases: a primeira, que antecede a ocupação efetiva do Sudoeste; e a segunda, que está na base da institucionalização da renda territorial capitalizada.

Mesmo sendo possível distinguir a existência de fases por períodos pré-definidos, as manifestações territoriais se entrelaçam. Algumas destas apresentam maior relevância, tal como o processo de *modernização* agrícola, outros são praticamente desconsiderados como modo de vida, são exemplos destes os caboclos e os indígenas. Nesse sentido, algumas marcas desse processo podem ser visíveis, como as pequenas propriedades que ocupam áreas de topografia mais acidentadas, enquanto que, de modo geral, as grandes propriedades se localizam em áreas mais planas. Por outro lado, destroem-se marcas decorrentes da organização territorial dos caboclos e dos indígenas, como o trabalho em mutirão, o trabalho coletivo na terra, a preservação ambiental entre outras.

Uma observação mais atenta na paisagem do Sudoeste do Paraná remete a conclusão de que as mudanças ocorrem de forma lenta, pois estas, muitas vezes, não são perceptíveis. A paisagem apresenta aspectos desiguais e contraditórios, nas propriedades com monocultura tecnificada, por exemplo, não existem sequer moradias, demonstrando que mudanças rápidas processaram-se. A compreensão dessas modificações e/ou permanências pode ser explicada a partir da análise de um tempo mais longo.

Conforme baliza Saquet (2003, p. 139), um território é constituído “por um tempo histórico com tempos coexistentes específicos, alguns mais rápidos, porém, predominantemente, podem ser mais lentos, que somente podem ser compreendidos num tempo de longa duração”. Embora se trate de um espaço distinto daquele abordado pelo autor, concorda-se que a apreensão dos processos históricos e de suas diferencialidades temporais são fundamentais para entender a constituição de um território, assim como a percepção das redes e das relações de poder.

As redes constituem as conexões que marcam e demarcam o território. Elas são estabelecidas a partir da materialidade e da imaterialidade que interligam os territórios, por intermédio, como destaca Raffestin (1993), da circulação e da comunicação. Estão sempre presentes, assumindo diferentes arranjos, de acordo com as características de cada sociedade.

A expansão da tecnologia no campo quantifica o processo de mudanças, imprime *novas* feições, *novos* ritmos e formas. A evolução técnica provoca mudanças que alteram a atuação dos diferentes atores inseridos e/ou excluídos deste espaço, torna a comunicação instantânea e global, une e separa estes sujeitos no mundo. Raffestin (1993, p. 200) destaca: “a circulação e a comunicação são as duas faces da mobilidade. Por serem complementares, estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias”.

Nesse sentido, a colonização do Sudoeste do Paraná materializa a existência de pequenas propriedades produtoras de alimentos com base no trabalho familiar, ao mesmo tempo em que atende a uma lógica de planificação estatal de ocupação de partes do Brasil. Há um processo histórico e relacional que caracteriza e condiciona a vida. A atualidade acirra e desnuda a contradição da forma de produção com técnicas antigas, paralela àquelas de cunho moderno, com utilização de alta tecnologia que revelam os ritmos que se combinam e dão formas a esse território.

1.3.1. Os primeiros habitantes e o processo de expropriação

São os caboclos e os indígenas os primeiros habitantes do Sudoeste do Paraná. Segundo Abramovay (1981), os caboclos que migram para o Sudoeste vêm de três lugares: das fazendas de gado, nos Campos de Palmas, que não absorvem toda mão-de-obra disponível; do estado do Rio Grande do Sul, afastados pela imigração européia que ocorre a partir de 1824 e detém a legalização das terras, enquanto a população cabocla detinha apenas a posse; e de áreas envolvidas pela Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916. Trata-se de uma população que vive de forma semi-nômade através da prática de uma agricultura de subsistência.

A configuração da população do Sudoeste paranaense, para Veronese (1998), apesar de ter sido inicialmente centrada no povo Kaingang e nos caboclos, manteve as características básicas de exploração e dominação da formação sócio-econômica européia imposta ao Brasil desde o início de sua colonização pelos interesses das frações de grupo predominantemente portugueses.

Embora índios e caboclos sejam povos distintos, para eles a terra tem valor à medida que dela se pode extrair a sobrevivência, portanto, não se constitui em patrimônio privado, conseqüentemente seus donos não exercem sobre ela uma exploração predatória. As suas marcas territoriais, em geral, são sobrepostas por outras no processo de colonização efetiva. Tal fato contribui para que a presença desta população seja praticamente desconsiderada na história da ocupação do Sudoeste⁵ e no cotidiano daqueles que são oficialmente considerados os pioneiros desse *sertão*. A ideologia da classe dominante, centrada na população branca, tida como superior e mais eficaz no trabalho, é a que prevalece.

No Paraná, os índios Kaingang remanescentes vivem em condições miseráveis na reserva de Mangueirinha, lutando pela sobrevivência biológica e cultural. No que se refere à população cabocla, Boneti (2005, p. 110) destaca que é fundamental considerá-la no estudo do Sudoeste do Paraná, pois “certamente quem vive nesta região há vinte ou trinta anos, sabe testemunhar da presença marcante dos caboclos, dos seus feitos, dos seus traços culturais, da infra-estrutura regional começada por eles”.

Assim, índios e caboclos são os primeiros a povoar o Sudoeste do Paraná e, contraditoriamente, são agora os atores que menos espaço têm, estando praticamente no anonimato. Os indígenas podem ser vistos comercializando seus artesanatos, andam pelas ruas das cidades com seus balaios, carregando sua arte, fragmentos de sua cultura e muitas vezes trocando-a por roupas e alimentos, dormindo no concreto das rodoviárias, no frio, ao relento. Os caboclos estão dispersos entre a população em geral, morando nas periferias das cidades e são mais facilmente silenciados.

A população do Sudoeste do Paraná é incipiente até 1940. Conforme Corrêa (1970, p. 88): “em 1900, segundo recenseamento daquele ano, a população do vastíssimo Município de Clevelândia, no qual em grande parte se incluí o Sudoeste Paranaense, é pouco superior a 3.000 habitantes”. Em 1920, conta com 6.000 habitantes e uma densidade de 0,5 hab/km². Em 1940, a densidade é de 02 habitantes por quilômetro quadrado, na sua maioria, caboclos.

Segundo Abramovay (1981), a forma de vida da população cabocla deve ser compreendida a partir das condições materiais que permitem a sua existência. Neste caso, o pequeno número de habitantes tem como fonte de sobrevivência, graças à presença da mata, a caça e a coleta. Assim, não dispendo de técnicas modernas na agricultura, necessitam de condições técnicas rudimentares para garantir sua subsistência e optam pela busca de novas terras quando esgotadas as condições de sobrevivência em determinado espaço.

⁵ Referente á população cabocla verificar: Abromovay (1981) e Boneti (1998).

Uma prática comum utilizada pelos caboclos na agricultura é o uso do fogo como uma técnica para poupar trabalho e facilitar a execução da “limpeza” do local. O uso da queimada implica, por sua vez, em um sistema de rotação de terras e, em decorrência, há maior preservação com pequeno impacto ambiental.

Em entrevista a um caboclo, Abramovay ilustra a característica deste tipo de produção (1981, p. 16):

Então quando você falava em se plantar aqui no Paraná, se plantava duas quadras de feijão prá nós é um absurdo. A gente costumava plantar aos quilos. Se plantava muitas vezes um quilo de milho, litro, como se dizia naquele tempo, se plantava um litro de milho, um canecão de amendoim, mais um canecão de arroz, era a safra as veiz pra oito, dez famílias prá comer.

Para o autor, a forma de vida dos caboclos pode ser justificada pela abundância de proteínas animais e alimentação vegetal, obtidas pela caça, pesca e coleta. Não houve a necessidade de se preocuparem com a forma de utilização da terra. Para o caboclo, a racionalidade, no que tange à produção de alimentos, está no fato de utilizar os recursos disponíveis com a utilização de menor quantidade de trabalho. Compreende-se, assim, porque utilizam grandes áreas e técnicas rudimentares. Entretanto, à medida que ocorre o aumento da população, estas condições propícias a este tipo de organização desaparecem.

Os estudos de Boneti (2005) mostram que os caboclos vivem, inicialmente, da extração da erva mate, da comercialização de pele de animais silvestres e da criação de suínos no mato, cuja ligação comercial ocorre entre estes e os argentinos. Da Argentina provêm produtos como sal, querosene, tecidos, entre outros. Para a comercialização são utilizadas *picadas*⁶ e somente mais tarde as estradas começam a ser construídas no Sudoeste.

A relação dos caboclos com o mercado não é sistemática e nem contínua, pois não produzem visando à troca. Suas produções são sempre para atender as necessidades básicas. Há, obviamente, alguns caboclos que estabelecem relação efetiva com o mercado e conseguem capitalizar-se. Abramovay (1981) explica que os caboclos que dispõem de melhores condições financeiras, são aqueles que desenvolvem o comércio regular de suínos, os chamados “safristas”.

Para polarizar o fato, Boneti (2005) assevera que é do comércio da erva-mate e do couro de animais que os caboclos capitalizam-se minimamente e investem na criação de suínos. Essa atividade torna-se a principal tarefa econômica do Sudoeste na década de 1960. Dessa relação, deriva uma forma especial de comercialização denominada de *safra*, através da qual o

⁶ As picadas eram os caminhos abertos no meio da mata e se constituíam, muitas vezes, nas únicas vias de transportes de mercadorias e pessoas.

caboclo se insere no mercado capitalista enquanto produtor de mercadorias e, também, consumidor.

Denominou-se safra na região, o processo de engorda de suínos criados soltos no mato, em mangueirão ou no meio de uma lavoura de milho. O safrista, graças ao seu capital disponível, adquiria de seus vizinhos suínos magros e os juntava para engordar. No final da engorda, transportava-os a pé, pelas picadas no mato, os “enchotando”, o que se denomina de “tropas”. [...] O que chama a atenção é o comércio gerado a partir desta produção e a capitalização interna a partir deste comércio (BONETI, 2005, p. 111).

Esta forma de criação de porcos revela que a mercadoria possibilita melhor geração de renda, principalmente diante das dificuldades existentes no período e das condições precárias dos meios de transporte. Mesmo com a existência desse comércio incipiente, não se desenvolve uma rede de infra-estrutura de comunicação e circulação, privando a população local, de certa forma, de se comunicar com o restante do estado e mesmo de outras regiões. Paula (1983) lembra que as primeiras estradas são construídas a partir dos anos de 1950, com a chegada dos migrantes vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A escala de valores que caracterizava o comportamento nômade da população que habitava o Sudoeste era sustentada também pela condição de isolamento econômico em que essa se encontrava. O nível de atividade não requeria a implantação de infra-estrutura de transporte devido ao seu baixo grau de mercantilização, apesar dos povoados já estabelecidos em alguns pontos da região, como Chopinzinho, Santo Antônio do Sudoeste, Pato Branco, além de outros de menor importância. Mesmo que a criação representasse um cunho mercantil no interior da região, ela não atraiu a totalidade dos habitantes e nem se estendeu às demais atividades. Havia um hiato entre a base social e os agentes comerciais que transportavam os poucos produtos para fora da região. Portanto, nem o produtor se envolveu com o mercado e nem os agentes comerciais atingiram o produtor de forma a converter o seu processo produtivo no primeiro elo da circulação de mercadorias (PAULA, 1983, p. 38).

A população cabocla, embora relativamente isolada, faz parte de um contexto nacional de organização do setor agrário. A partir da Lei de Terras e Colonização de 1850, para se obter uma parcela de terra, é preciso pagar por ela e muitos que constituem a população brasileira, após a promulgação dessa lei, são excluídos e têm que buscar novos espaços, construir novos territórios. Mais de meio século depois, estes trabalhadores ocupam a terra, mas não têm a propriedade privada da mesma, fato que leva ao processo de interiorização da população em diferentes lugares do Brasil.

Veronese (1998, p. 43) destaca que:

[...] na região de Palmas a colonização promovida com base na prática da pecuária extensiva não incorporava a mão-de-obra que aumentava com o crescimento vegetativo da população. Os posseiros existentes na região do Contestado defrontavam-se, por sua vez, com a violência dos grandes grupos econômicos encarregados de promover a colonização das terras situadas na bacia do vale do rio do Peixe. Do Rio Grande do Sul, por outro lado, saíram os caboclos que foram sendo expulsos de seus locais de origem pela colonização promovida com base na inauguração européia.

A presença dos caboclos no Sudoeste do Paraná significa um fator amenizador para o migrante descendente de europeus que chega posteriormente e encontra um lugar relativamente organizado, onde pode se instalar e constituir sua propriedade. Abramovay (1981), em seus estudos, observa que o fim da economia cabocla representa, além da substituição de uma população por outra, uma *nova* forma de produzir e conceber a posse da terra. Significa uma transição étnica e cultural.

À medida que cresce o número de migrantes *gaúchos* e catarinenses no Sudoeste, principalmente após a década de 1920, os caboclos vão abrindo *novas* áreas e trocando-as com os migrantes. Uma outra lógica começa a se estabelecer e ocorre à desagregação da economia cabocla, a terra de sobrevivência vai sendo transformada em terra de produção de mercadorias. A chegada dos migrantes sufoca a organização cabocla, pois o que se estabelece a partir de então é a produção mercantil, em que a terra torna-se o meio fundamental para sua obtenção. Portanto, o importante passa a ser a propriedade e não apenas o uso como meio de obtenção dos recursos de sobrevivência.

1.3.2. A chegada dos migrantes

A partir de 1930, o modelo agro-exportador e, conseqüentemente, as instituições brasileiras passam por uma forte crise. No seio desta, insurge um movimento nacionalista embrenhado na sociedade desde a constituição da República brasileira. Tomam força e formam o movimento tenentista e o movimento decorrente da Coluna Prestes. Com a crise, o Brasil inicia o processo de industrialização, dependente do capital internacional e da parceria com a burguesia agrária. Trata-se de processos que resultam, na década de 1960, na *modernização* da agricultura e o êxodo rural. Ocorre assim, a manutenção do latifúndio simultaneamente a minifundialização e o parcelamento de propriedades subordinadas, de diferentes formas, à lógica de exploração e manutenção capitalista, especialmente do centro-sul do país.

Segundo Beskow (1982), a partir do início da década de 1920, principiam os fluxos migratórios das áreas rurais, minifundiárias do Rio Grande do Sul, dando origem à pequena propriedade, sobre a qual se processa a produção através do trabalho familiar. Nestas criam-se

suínos e pratica-se a policultura. Porém, somente na década de 1940, o fluxo torna-se mais intenso, conforme demonstra a tabela 2.

Tabela 02 - Evolução da população no Sudoeste do Paraná.

Período	População
Início do século XX	< de 3.000
1920	+ ou - 6.000
1950	7.147

Fonte: Lazier (1986).

Muitos dos migrantes, atraídos ao Sudoeste do Paraná, são excluídos social e territorialmente, sendo que para muitos desses as condições precárias permanecem. No sudoeste, atualmente é visível, na paisagem, as pequenas unidades produtivas em condições de precariedades, localizadas nas áreas de topografia mais acidentadas. As áreas menos íngremes são destinadas à produção de grãos e os morros às pastagens. Mais recentemente, as áreas mais inclinadas estão sendo reflorestadas para a comercialização de madeira. A implantação de aviários, integrados a empresa Sadia, têm aumentado a demanda por pequenas áreas de terra.

Essas ações promovem um aumento no valor da terra, tornando-se um investimento atrativo e, ao mesmo tempo, um impedimento ao seu acesso para uma parte significativa da população. Assim, o valor mercantil da terra e sua importância na sobrevivência de muitas famílias é que provoca conflitos pela sua posse.

A partir da década de 1930, é posto em prática a política nacional do governo Vargas, conhecida como a “marcha para o oeste”. No Paraná, essa política possibilita a efetivação da colonização de suas regiões oeste e sudoeste. Veronese (1998) declara que, somente na década de 1930, os quatro fatores considerados essenciais para a efetivação do povoamento do Sudoeste paranaense se manifestam efetivamente, são eles:

- a) condições naturais favoráveis ao desenvolvimento de atividades rentáveis;
- b) mercado consumidor nacional para os produtos alimentares;
- c) investidores interessados e em condições de desenvolver as atividades agrícolas de maior viabilidade econômica;
- d) interesse e apoio do Estado em promover o povoamento da região, com base na produção minifundista e policultora que, aparentemente, parece contraditória à lógica que rege o povoamento brasileiro.

Da chamada “marcha para o oeste” surge, no Paraná, uma colonização pautada em moldes empresariais com forte clamor empreendedorista por parte dos migrantes vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, comumente chamados de *colonos modelos*, e que atualmente

produzem grãos sob um sistema de produção altamente tecnificado, contrastando com os conterrâneos sudoestinos que, embora também produzam grãos, não alcançam as mesmas condições sociais. Neste caso, o tamanho das propriedades e a própria topografia são fatores limitantes.

Quando os migrantes vindos de outros estados do sul do país chegam ao Sudoeste do Paraná, encontram as terras ocupadas, porém não ocorre resistência para se estabelecerem. Os migrantes forçam o deslocamento dos “caboclos” para outros espaços mais interioranos. Prova disto é quando se verifica que a maior parte da população cabocla não permanece nas terras que possui.

Os migrantes enfrentam uma luta pela terra, a partir da década de 1950, pois não têm seus direitos de posse reconhecidos por parte do Estado, que atribui o direito das terras para a Companhia Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) e a empresa Comercial, responsáveis por efetivar a colonização desta última porção do Estado.

É nesse contexto que uma das famílias entrevistada adquire sua terra, na comunidade do Km 20, em Marrecas (atual município Francisco Beltrão), na década de 1950, onde ainda hoje reside parte da família⁷:

Vim por terra a cavalo, com vaca de leite, terneiro, chegamos aqui. Levamos 12 dias para vir. Por terra, trazendo uma vacas, terneiros passamos em um rio que tinha cascata e tivemos que puxar os animais para não cair na enxurrada. Tinha um atalho por onde o caminhão da mudança ia passar. Descarregamos a mudança em Francisco Beltrão, antiga Marrecas. Viemos até aqui de carroça, lá embaixo, morávamos lá embaixo.

Meu pai e meu tio compraram o direito de posse de um caboclo que era gente boa. Compraram 100 alqueires de terra, meu pai assumiu o compromisso de tudo. Os outros tinham medo. Depois dividiu e cada um ficou com um pedaço. No início viemos só nós, depois é que vieram os outros (depoimento do entrevistado A., em 14/04/06, na Comunidade Km 20).

Essa família pioneira retrata que o pai, mesmo de posse da terra, continua a viajar para Santa Catarina, onde compra animais, trazendo-os para Marrecas com a finalidade de trocar com os moradores da região. Ao serem questionados como se estrutura o lugar para fixar moradia e como se desenvolve a produção agrícola relatam que, apesar da dificuldade de chegada, encontram características que não lhes parecem inóspitas:

Como era o lugar quando chegaram?

Já tinha uma casinha, depois construímos outra, com tábua lascada, onde moramos 10 anos. Nós criávamos porco e plantávamos milho para

⁷ Neste estudo, opta-se por não identificar as pessoas entrevistadas. É utilizada a inicial dos nomes e a comunidade onde residem.

alimentá-los. Um alqueire de milho dava 200 sacas, todo plantado na catraca, quando ia tratá dos porcos se tinha uma espiga boa, tirava para semente. Não precisava limpar o milho, porque não tinha inço, tinha um matinho que não atrapalhava. Também plantava trigo para consumo, era moído no moinho. O porco era a principal fonte de renda. O pai continuava viajando, ia para Santa Catarina comprava gado e aqui realizava trocas. Todo mundo da região vinha comprar animais do meu pai (entrevistado A., Comunidade Km20).

A formação territorial desta parte do Paraná resulta do processo de ocupação e do esgotamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul, que provoca uma migração intensa de *gaúchos* para esta última fronteira agrícola no Paraná. Apesar de ter iniciado na década de 1930, o processo de migração toma maior vulto a partir de 1940, período em que muitos catarinenses também têm uma participação efetiva, nessa formação territorial.

Os migrantes que, em maior número se deslocam para a região, são os de origem ítalo-germânica. Também estes migrantes deixam seus locais de origem pelo esgotamento das terras provocado pelo modelo de ocupação/colonização. O Sudoeste configura-se como lugar de edificações de seus sonhos.

Esses migrantes, quando se estabelecem, utilizam os conhecimentos de que dispõem para reorganizar suas vidas. A reportagem da Equipe local da ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná), no jornal Tribuna do Sudoeste (06/07/1968, p. 4) demonstra que duas décadas após o início da colonização do Sudoeste, as características culturais de sua origem ainda predominam:

Embora sendo um dos mais novos municípios, Capanema se constituiu numa das principais fontes de arrecadação da Região Sudoeste. A colonização se faz numa rapidez surpreendente, por agricultores emigrantes dos estados sulinos, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O colono ao se instalar tenta conseguir de maneira urgente, a subsistência para sua família, através do uso de práticas tradicionais de agricultura na exploração da terra e do seu potencial. Todo sistema ou círculo vicioso nas práticas agropecuárias empregados em suas regiões de origem, é aplicado novamente no município, ficando este sujeito a enfrentar os mesmos problemas já sentidos e vividos por municípios sulinos: o empobrecimento das terras, a divisão das propriedades rurais e a conseqüente migração.

A viagem dos primeiros habitantes é difícil por falta de infra-estrutura como estradas e meios de comunicação, entretanto o deslocamento realizado em grupos facilita o enfrentamento dos problemas encontrados. Assim, os primeiros moradores constituem redes sociais no processo de migração: são parentes, amigos ou os compadres quem trazem o outro, se estabelecendo todos próximos. É este o caso de uma família na Comunidade do Jacaré,

município de Francisco Beltrão. Eles vieram de Urussanga, em Santa Catarina, para Francisco Beltrão, em 1952, em uma viagem de 03 dias, são três irmãos com suas respectivas famílias.

Segundo N. (Comunidade Secção Jacaré), a família compra a posse de 90 alqueires de um caboclo, onde até uns quinze anos atrás ainda produzia da mesma forma: roçando, queimando e plantando. A vida em comunidade sempre é intensa e uns ajudam aos outros. A colheita é realizada em conjunto. Das 37 famílias que havia na comunidade, atualmente são apenas 20; os filhos têm ido para a cidade estudar e não têm retornado. Porém, na maior parte das famílias, permanece um dos filhos junto aos pais.

Segundo relatos, são inúmeras as dificuldades enfrentadas por estes atores para efetivar o *novo* território. Assim, a ajuda dos vizinhos e a presença do Estado, representado pela Colônia Agrícola Nacional General Osório, são fundamentais para facilitar o processo.

1.3.3. Colônia Agrícola Nacional General Osório: uma das materializações fundamentais do Estado

O Estado tem papel marcante na constituição territorial no Sudoeste, quer através da colonização oficial ou posteriormente, através da política de *modernização* agropecuária, que estampa a localidade mudanças significativas no que se refere à sua inserção no mercado nacional e, especialmente, no uso e apropriação do solo, com novas técnicas e tecnologias de produção, relações de trabalho etc.

Conforme destaca Martins (1986), o apoio do Estado à efetivação da colonização pode ser observado no relatório de julho de 1941, enviado ao Exército Brasileiro com o objetivo de escolher uma área a ser utilizada na organização de uma colônia agrícola em área de fronteira para instalação de reservistas do exército. No citado relatório, as condições naturais da região escolhida (fronteira entre Brasil e Argentina, em Barracão e Santo Antônio), em especial o clima, são caracterizadas como as mais salubres possíveis.

Além do clima, são ressaltadas as características benéficas do solo, da hidrografia, da flora e da fauna. Também é proposta a utilização do que chamam de método racional de exploração das terras, com a utilização da mecanização em substituição das atividades nômades desempenhadas pelos caboclos.

A colonização do Sudoeste do Paraná ocorre neste processo e, embora surja em um momento temporal, político e econômico parcialmente diferente do período da dominação portuguesa, tem, atrelado a ela, características sociais semelhantes aos decorrentes da

colonização brasileira do século XVI, pois a lógica de expropriação social e territorial permanece para sustentar a reprodução ampliada do capital.

Questiona-se, nesse sentido: a colonização do Sudoeste do Paraná, pautada no minifúndio, demonstra uma política dominante destoante do restante do país? É um *novo* tipo de sociedade que se estabelece? A história mostra que não. O Sudoeste é formado por uma sociedade fruto da exclusão gerada pelo processo de ocupação: primeiro quando europeus, em especial italianos e alemães, vêm de seus países de origem, em busca de vida melhor no Brasil e, posteriormente, quando os descendentes desses grupos sociais precisam deixar suas terras em decorrência dos processos de fragmentação e concentração da terra ocorridos a partir de 1930. Além de razões peculiares para a ocupação, há um direcionamento político dos migrantes sulistas para o oeste. A institucionalização desta ocorre em 1943, com a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO). Embora o relatório que instrui a localização da colônia indique que a área mínima dos lotes para produção agropecuária devesse ter 50 hectares, na prática, o tamanho dos lotes é menor. Mas o papel desempenhado pela CANGO importa, fundamentalmente, para a ocupação. Ela distribui suporte à produção com a cessão de sementes e ferramentas, constrói estradas e serrarias, dá assistência médica entre outras ações.

Martins (1986, p. 26), referindo-se ao povoado de Marrecas (atual Francisco Beltrão), onde se instala a sede da CANGO, denuncia:

Sabia-se que o lado de lá do Rio Marrecas, isto é, o que ficava a sua margem esquerda, pertencia à União que instalara na área a Colônia Agrícola General Osório (CANGO); e que do lado de cá, à margem direita do rio, as terras consideradas devolutas, já tinham sido ocupadas e requeridas ao Governo do Paraná pelos respectivos posseiros.

Em ambos os lados, a ocupação das glebas era tranqüila e ordenada, excetuados desentendimentos ocasionais entre posseiros, motivados por linhas divisórias mal definidas, pela disputa de pequenos mananciais ou pela manutenção de caminhos vicinais que pessoas menos avisadas teimavam em interceptar com suas cercas.

Para Lazier (1986, p. 59-60), a Companhia torna-se uma instituição benfeitora e responsável pelo sucesso do sudoeste: “Em síntese, o Sudoeste da Paraná tem um crescimento demográfico bastante expressivo. A região rica, a terra fértil e gratuita e as obras realizadas pela CANGO atraem pessoas de toda parte. Era uma marcha para o sudoeste”.

Não se pode negar o papel que a CANGO desempenha na ocupação do Sudoeste, pois sem suas obras, a colonização poderia ter sido inviabilizada naquele período, por se tratar de uma região inóspita; com comunicação precária, com o restante do país, praticamente isolada.

Portanto, esta tem um papel central na ocupação efetiva do sudoeste, enquanto área de fronteira e também receptora dos excluídos dos estados sulinos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Todavia, essa visão romantizada e benfeitora da companhia, é desfeita após julho de 1964. Nesse sentido, Martins (1986, pp. 317-319), destaca que o desligamento da CANGO na Divisão de Terras e Colonização, passa à tutela do Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC- com prejuízos significativos aos agricultores nela situados. Nesta nova fase, os lotes de terras passam a ser comercializados, assim como as ferramentas e insumos necessários à produção. O autor destaca ainda, em discurso realizado, em 1956, enquanto prefeito de Francisco Beltrão e, oposição ao Governo Federal, que a única preocupação com os interesses do INIC é que este se transforme em um estabelecimento comercial, com gerência, por vezes, desonesta.

Os pioneiros do Sudoeste do Paraná têm, em sua maioria, algum vínculo com a CANGO, conforme salienta Martins (1986), e muitos deles se transformam em comerciantes e/ou políticos importantes.

1.3.4. A Revolta de 1957: um marco na institucionalização da propriedade privada da terra

Quando se faz referência ao Sudoeste do Paraná, torna-se inevitável uma alusão à Revolta ocorrida em 1957, na qual as relações econômicas, políticas e culturais manifestaram-se de modo explícito. Esta luta representa a manifestação de diferentes formas de poder local, contrapondo-se ao Poder exógeno, materializado na forma de Governo deste Estado, o qual atende a interesses das companhias privadas de colonização.

A população aumenta rapidamente sob um território em litígio, onde nem os *colonos* e nem os *caboclos* detêm o título de propriedade da terra. É uma população constituída de posseiros.

Assim, a luta pela terra, defendida pelos *colonos* contra as companhias, é o alvo central da disputa. Para esses a terra representa a garantia de sobrevivência familiar, é dela que se extrai o sustento de suas famílias e, para alguns, o início da construção de seu patrimônio particular. Nesse contexto ocorrem disputas políticas internas ao fim de se estabelecer o controle político partidário do território, insuflando os *colonos* para questionar a ordem imposta. Afinal, a luta posta no cenário nacional entre UDN (União Democrática Nacional) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), se expressa no Sudoeste do Paraná. Assim como a participação do PSD na disputa pelo governo na política local entre este e o PTB. Figurando na Vitória do PSD em 1952 as eleições municipais.

Neste contexto político, segundo Martins (1986), há um “clima” de constante insegurança que, devido à falta de juízes, delegados de carreira e destacamento policial, torna a região um bom refúgio para foragidos da lei. O papel do policial é desempenhado pelos homens das comunidades, são os denominados Inspetores de Quarteirão, que também agem como juízes locais. Mesmo não recebendo vencimentos para exercício do cargo, é um trabalho ambicionado por permitir respaldo social.

Aqueles que conviveram em meio a agressividade, a intranquilidade, a insegurança, a incerteza e o medo, decorrentes das condições sócio-econômicas de uma região conturbada e sem lei, compreendem o quanto era significativa a figura quase onipotente do inspetor do quarteirão, a quem se permitia o porte ostensivo de armas de fogo e se oferecia o necessário respaldo à prática de atos por ele julgados necessários para impor e fazer cumprir os dispositivos legais (MARTINS, 1986, p. 77).

Outra luta se estabelece entre os posseiros e os donos do capital imobiliário, representado no território por duas Companhias de colonização: a CITLA e a Comercial. Ao mesmo tempo em que a ocupação dos *colonos*, em uma área ocupada por *caboclos*, ocorre, até certa forma, pacificamente, por outro lado, na mesma área ocorrem grandes e violentas disputas entre esses ocupantes e as companhias de colonização, de modo especial com a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA). Mesmo não havendo ninguém com o título efetivo das terras, é preciso destacar que há uma nítida distinção entre os “colonizadores oficiais” reconhecidos pela CANGO e os demais posseiros.

Esse fato pode ser observado em Martins (1986, p. 55):

Em 1948 a **população oficialmente reconhecida – não computados os invasores da gleba**, em número supostamente reduzido – era de 4.956 habitantes; destes, 886 (17,87%) constituíam os cabeças de família e 4.070 (82,12%) seus dependentes; 1.245 (25,12%) sabiam ler e escrever e 3.711 (74,87%) eram constituídos de analfabetos e de crianças em faixa etária ainda distante da escolaridade (sem grifo no original).

A presença das companhias demonstra um conflito interno entre a frente de expansão instalada e a frente pioneira; voltada, estritamente, para os interesses do capital. Assim, a terra e o seu fruto se tornam mercadoria e expressam-se pelo seu valor de troca e não apenas pelo seu valor de uso. As marcas destes dois processos vão materializar-se na figura do posseiro e do proprietário de terras que, no Sudoeste, enfrentam-se no conflito armado de 1957 e lutam de lados opostos, pelo mesmo objetivo: a posse legal das terras, revelando o caráter contraditório e antagônico da própria expansão do capitalismo no campo.

No que se refere à *revolta dos posseiros* do Sudoeste do Paraná, é importante destacar que a mesma é articulada também a partir de interesses políticos partidários locais, pois os líderes do movimento são pessoas ligadas ao partido de oposição do governador do Estado, Moisés Lupion. Assim, discursos inflamados chamando os *colonos* para a luta armada é também uma forma de marcar a presença da oposição no poder local, principalmente aquela ligada ao PTB que vem perdendo espaço político em alguns municípios.

Neste sentido, afirma Boneti (2005, p. 119):

Mas no caso do Sudoeste do Paraná, não apenas questionava-se a legitimidade da propriedade da terra reivindicada pelas Companhias. O Levante Armado dos Colonos do Sudoeste do Paraná teve um caráter mais amplo, o de assegurar um sistema produtivo estruturalmente constituído na região. Neste caso, o movimento não foi apenas dos colonos, mas da sociedade como um todo, representada pelos colonos e comerciantes.

Como prova disto tem-se o fato de a liderança principal do movimento se constituir de comerciantes e não de agricultores. Por que os comerciantes entraram na luta, lado a lado com os colonos, na defesa da propriedade da terra da região? Não se pode cair no simplismo de explicar este fato a partir da simples ameaça aos comerciantes, da presença das Companhias de Terra na região, e o medo da perda da sua fonte de lucro, com a comercialização dos produtos agrícolas. Na verdade, a ameaça que as Companhias de Terra exerciam sobre os comerciantes motivou sim a reação destes, mas não foi somente isto que os motivou lutar, os comerciantes entraram na luta porque estes se constituíam do segmento dominante da região, porque tinham liderança e porque faziam parte do todo social já constituído no Sudoeste. Essa condição tinha um peso de ordem política estrutural no sentido da viabilização de condições à perpetuação da ordem vigente. Sociologicamente falando, é próprio da classe dominante lutar pela preservação da ordem vigente.

Desta forma, como resultante da Revolta dos Posseiros de 1957, muitos dos líderes ganham destaque na vida pública.

A *revolta dos posseiros* de 1957 representa uma conquista dos *colonos* sobre a CITLA que potencializa sua expropriação direta, cobrando por uma terra que já lhes pertence. Mas o desdobramento da vitória com a presença do Estado, por intermédio do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste Paranaense (GETSOP), legitima uma estrutura de manutenção de uma ordem desigual, na qual se encontrará a legitimação das pequenas e grandes propriedades rurais do Sudoeste paranaense.

O papel dos *colonos*, através da pressão que exercem sobre os governos federal e estadual, é fundamental para que a posse da terra seja estabelecida dentro dos princípios da apropriação capitalista, na qual é dono quem tem o título. É importante ressaltar que, após a *revolta dos posseiros* não ocorre uma distribuição igualitária das terras, mas a regularização de quem já detém a posse, resultando numa estrutura fundiária com centenas de proprietários com

poucos hectares e dezenas com grandes áreas de terra. Assim, não só o pequeno produtor se faz presente na configuração territorial como também os representantes do capital. Entretanto, deve-se considerar que a *revolta dos posseiros* emerge de uma luta contra a marginalização e exclusão imposta pelos representantes do capital.

Apesar da conquista dos *colonos*, transformando-se de posseiros em proprietários, o processo de exploração continua. Mesmo considerando os avanços tecnológicos da atualidade, a distância do Sudoeste do Paraná em relação aos centros de comercialização, a inexistência ou precariedade das vias de comunicação e transporte, constituem-se em aspectos que dificultam as condições de comercialização, uma vez que encarece o produto.

Segundo Veronese (1998), o Sudoeste do Paraná sempre esteve afastado dos centros de poder a partir dos quais são formuladas e decididas às políticas governamentais, em contrapartida, o capital comercial da região, representado pelos comerciantes locais, tem uma participação mais ativa.

Se os donos das Companhias Colonizadoras historicamente estavam incorporados ao grupo de interesse que tinha acesso aos espaços públicos de decisão nos diferentes níveis municipal, estadual e federal, a fração dos comerciantes locais e regionais não demorou em se constituir no grupo dominante de poder político nos municípios da região, com crescente participação nas esferas estadual e federal (p.27).

Este processo revela a contradição instaurada na formação do território, através da qual se constitui um lugar com relações sociais específicas e interesses divergentes.

1.4. O jogo de relações sociais como condicionante da *modernização* agrícola neste território

Em poucas décadas, o Sudoeste do Paraná é colonizado efetivamente e se transforma. As características de povoamento são expressas na sua territorialização: pequenas propriedades; trabalho familiar; hábitos culturais dos descendentes de alemães, italianos e poloneses, como dança e comidas típicas (como a polenta); exclusão territorial etc. Enfim, um território que atende às necessidades de demandas de esgotamento/fracionamento/concentração nas terras do Rio Grande do Sul, geopolíticas e de uma urbanização/industrialização na região Sudeste do Brasil, ou seja, é definida em virtude de fatores econômicos, políticos e culturais, conforme se argumenta.

Neste contexto, interesses econômicos se aliam aos políticos na construção de um *novo* território, para uma população específica. A dimensão cultural, por sua vez, constitui em um

fator importante na caracterização do sudoeste. Trata-se de uma população que migra para constituir sua morada e desenvolver a atividade agrícola por meio do trabalho familiar: as ferramentas, as técnicas de trabalho e a própria linguagem significam a singularidade deste território. Essa edificação não se realiza apenas a partir de forças exógenas; também as endógenas representadas pelos interesses dos *colonos*, políticos locais e comerciantes são responsáveis pela formação territorial, baseada na atividade agrícola, na circulação de mercadorias, nas pequenas cidades, nas alianças políticas etc.

A figura do comerciante local, amplamente estudada na história brasileira, é conceituada como a de fornecedor de produtos, os quais não eram produzidos pelos agricultores; também representa a figura do comprador do excedente, tendo papel importante na constituição deste território. O comércio efetiva-se, geralmente, em uma bodega instalada nas comunidades rurais, a compra é anotada em cadernetas e o pagamento realizado após a colheita, no ato da venda da produção agrícola.

Em um território com condições precárias em termos de infra-estrutura, a presença do comerciante é muito importante. A entrevista com um pioneiro de Nova Esperança do Sudoeste demonstra as dificuldades na comercialização:

Nós plantava de tudo e vendia na bodega do Rodolfo Vandelim, era o único comércio que tinha. Milho, feijão a gente levava com o cargueiro e vendia em Beltrão. Já era difícil ir até ao Jaracatiá por causa da estrada, ir para Beltrão então era muito mais complicado, mas a gente ia. Nós também vendia os porcos, mas esses eram vendidos para os Penso lá no Jaracatiá. Naquele tempo não tinha muito pra quem vender, se chegasse a produzir muito, as vezes até tinha que jogar a produção fora. (BERCKENBROCK, 2004, p. 22).

A produção agrícola, embora vise o autoconsumo, também atende o mercado, principalmente no que se refere à suinocultura. Até a década de 1960, parte da produção de milho e soja, retirada a quantidade destinada à alimentação humana, serve de ração para os suínos.

Neste sentido Beskow (1982, p. 17) destaca:

Utilizando-se os dados referentes à produção agropecuária da Colônia Agrícola – atual município de Francisco Beltrão – abrangendo o período 1947/1956, verifica-se até o ano de 1950 uma nítida predominância do binômio milho-suíno, representando 62,5% do valor total da produção rural, mesmo assim uma cifra subestimada, pois para o ano de 1949 só há dados para a produção de milho. Por outro lado, já como resposta à política agrícola federal de então, de incentivo à produção tritícola visando auto-suficiência no abastecimento interno, de uma insignificante participação no valor da produção total até 1948, a participação da produção de trigo atinge 68,6% em 1956. Neste mesmo sentido, a importância relativa do valor da produção de feijão quase sêxtuplica

neste período, sendo mais um indicador de um caráter cada vez mais mercantil da produção familiar agrícola na região.

Do início da colonização do Sudoeste do Paraná até aproximadamente o final da década de 1940, a produção destina-se praticamente ao autoconsumo e a relação mercantil ocorre na venda do excedente, mecanismo que possibilita à aquisição de produtos que não são produzidos na unidade de produção. Todavia, a partir da década de 1950, a preocupação, principalmente dos recém migrados, destina-se à produção de mercadorias. A suinocultura constitui-se na atividade principal e a produção de milho e mandioca destina-se, principalmente, para a elaboração de ração para os porcos.

O aumento na produção traz intrínseca a sua relação com o mercado. Contudo, em uma região de condições precárias de meios de transporte, a relação entre produtor e mercado consumidor é dificultada. Neste contexto, a presença do comerciante significa a *solução* e, ao mesmo tempo, mais um problema aos produtores agrícolas. O que para uns tem o significado da ampliação da produção, para outros significa a submissão ao comerciante.

São os colonos e os comerciantes, com papéis distintos e bem definidos, os responsáveis pela solidificação de um sistema produtivo no sudoeste. Não se trata de uma relação de exploração. “[...] Porém, o comerciante guarda para si a ‘chave do segredo’, centralizando o mando do circuito mercantil, o que, no contexto das relações capitalistas, o comerciante, a longo prazo, passa a se beneficiar desta relação.” (BONETI, 2005 p. 115)

Neste estudo discorda-se do autor por compreender que a relação estabelecida com o mercado, sob os caminhos do comércio, constitui-se em uma forma de extrair do pequeno produtor a parte da renda da terra que lhe cabe. Neste sentido Martins, (1981, p. 176) afirma: “Onde o capital não se torna proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda. [...] Por isso, começa estabelecendo a dependência do produtor em relação ao crédito bancário, em relação aos intermediários etc.”

Veronese (1998, p. 30) reforça esta análise:

Libertos das ameaças das companhias Colonizadoras, a partir dos anos 60 os agricultores familiares descapitalizados da região foram se dando conta, progressivamente, que a exploração por eles sofrida passava pelos comerciantes locais e regionais. Eram eles que serviam de mediação junto ao grande mercado e por onde ocorria a apropriação e acumulação da renda obtida com a atividade agrícola. A partir de então o Sudoeste do Paraná acabou sendo marcado crescentemente: pela vazão da renda agrícola da região para as mãos dos comerciantes locais e regionais e destes para os estabelecimentos fora da região, chegando, em última instância, a beneficiar o setor industrial; pelo fortalecimento econômico e político de uma elite regional; e pela exclusão crescente de agricultores familiares dos benefícios do processo produtivo e político em andamento no país. O processo de

exclusão, no sentido de não apresentar qualquer perspectiva de viabilização da agricultura familiar, acentuou-se particularmente com a chegada do modelo de *modernização* agrícola identificado como pacote tecnológico da Revolução Verde, e firmado no interesse do desenvolvimento urbano-industrial do capital internacional.

Sucintamente, os comerciantes desempenham o papel posteriormente efetivado pelas cooperativas agrícolas de produção e comercialização, mediando a circulação simples de mercadoria e a produção agrícola. Com a *modernização* agrícola, privilegiam-se alguns segmentos da sociedade brasileira, os mais capitalizados, e no sudoeste, muitos são os que se enriquecem fazendo a ligação entre os produtores rurais locais e o comércio situado fora deste circuito.

Assim, as forças exógenas do território impõem mudanças que são disseminadas por forças endógenas, como as cooperativas de produção e comercialização que crescem em todo o país, a partir da década de 1960, e atendem aos interesses do setor industrial com aparato de sustentação do Estado.

Conforme Corrêa (1970), no final da década de 1960 existe seis cooperativas voltadas para a comercialização dos produtos de seus cooperados. Porém elas ainda são pouco representativas em termos de produção e comercialização, representando uma dificuldade na viabilização do pacote tecnológico da chamada revolução verde.

Assim como as cooperativas, a crise da suinocultura constitui-se em um fator endógeno que contribui no processo de *modernização* da atividade agrícola no Sudoeste do Paraná, pois esta é a principal fonte de renda dos produtores e a dinamizadora da economia regional. Além dessas, outros elementos fomenta a necessidade de modernizar a agricultura, como o esgotamento dos solos decorrentes do manejo inadequado. A reportagem da Tribuna Sudoeste (28/04/1968, p. 6) expressa tais condições: “o uso abusivo da queima, o mau preparo da terra, a ausência de prática de combate à erosão, a ausência de rotação de culturas etc.” Esta propõe ainda, como forma de recuperar a fertilidade do solo, a utilização de calagem e a rotação de culturas; além de propor que os agricultores sejam orientados para adoção de novas práticas, principalmente pelo serviço de orientação rural. Cabe lembrar que é no ano de 1968 quando a ACARPA (atual EMATER) é instituída no Sudoeste, através da regional de Francisco Beltrão, atendendo, além deste município, os de Chopinzinho, Coronel Vivida, Pato Branco, Capanema, Realeza e Dois Vizinhos.

Trata-se de uma construção a partir das características locais que, apoiada num projeto nacional, articula a implantação de um modelo de produção cuja concepção de desenvolvimento tem por base a modernização da agricultura e sua submissão à lógica urbano-industrial. Para

tanto, o Estado constitui-se em ator central do processo, tanto como financiador quanto como responsável pelas implantações e disseminação de um sistema de pesquisa e de extensão, para atender as demandas geradas. No capítulo 3, destacam-se as principais políticas que sustentam e/ou motivam a efetivação da *modernização* agrícola.

A *modernização* tecnológica da agricultura no Sudoeste do Paraná provoca alterações na sua configuração territorial e no ritmo das mudanças. Possibilita repensar o espaço em rede, verificando o processo de exclusão e/ou inclusão dos diferentes atores sociais em um sistema global. Todavia, a tecnificação das relações de trabalho no campo, provoca a inserção instantânea em um sistema mundializado, ao mesmo tempo em que essas condições materiais (ou a falta delas) provocam a exclusão de muitos agricultores desse sistema. Pode-se afirmar, utilizando essa lógica, que tanto os lugares como as pessoas são incluídas e excluídas da constituição das redes de produção/comercialização agrícola.

A idéia de moderno tem uma relação intrínseca com a presença e o uso da tecnologia avançada e estas estão presentes no Sudoeste do Paraná. Portanto, as indagações que se fazem necessárias são: trata-se de um território moderno? As propriedades que as utilizam podem ser consideradas um (ou parte de um) território moderno? No sudoeste há uma parte considerável das pequenas propriedades que utilizam técnicas rudimentares. Então há um território rudimentar no Sudoeste do Paraná? O que se verifica são desigualdades territoriais coexistentes, conectadas entre si.

Alguns artifícios ainda utilizados nas pequenas propriedades representam um tempo lento que se contrapõem ao tempo rápido da plantadeira mecânica, da colheitadeira, do pulverizador e do trator, pois fazem uso de técnicas rudimentares: como o preparo das terras feito com uso da tração animal; o cereal debulhado na trilhadeira dentre outros. Ademais, ainda encontram-se construções remanescentes de madeira retirada das florestas de araucárias, existentes em abundância no período da colonização efetiva, o que dá aos contornos da paisagem do território do Sudoeste do Paraná um “ar bucólico” que contrasta com alguns signos da modernidade no campo. A materialização das mudanças decorrentes do uso da técnica possibilita compreender as rupturas, as mudanças e a permanência no território do Sudoeste do Paraná. São estas mudanças territoriais, lentas ou rápidas, que se procura decifrar.

Conforme destaca Santos (1997, p. 213),

É certo que o tempo a considerar não é o das máquinas ou instrumentos em si, mas o das ações que animam objetos técnicos. Mesmo assim são estes que oferecem as possibilidades e dão os limites. [...].
O tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações.

Mas, graças à globalização e a seus efeitos locais, os tempos lentos são referidos ao tempo rápido, mesmo quando este não se exerce diretamente sobre lugares ou grupos sociais.

As estradas, em 1938, são precárias ou, em alguns trechos, inexistentes; atualmente, elas existem, mas muitas continuam débeis, considerando as demandas econômicas e sociais. Embora o Sudoeste Paranaense ocupe o terceiro lugar na produção de milho e soja, no Estado, não conta com um sistema ferroviário, são poucas as estradas duplicadas e os aeroportos operam apenas com aviões de pequeno porte, não tendo sequer vôos comerciais regulares.

Entretanto, quando se observa a quantidade de linhas de ônibus existentes que passam por Francisco Beltrão, fazendo a ligação entre o norte e o sul do Brasil, verifica-se que a “marcha para o oeste” não pára, mas desloca-se para o norte, efetivando na conquista do oeste brasileiro a forte presença da população sulista do país.

E esse fluxo migratório é inerente, entre outros fatores, à *modernização* agrícola adotada e amplamente incentivada pelos governos militares, que visa à ampliação do mercado consumidor agrícola de bens de produção e, ao mesmo tempo, na base de uma série de políticas que prejudicam a produção de alimentos para o mercado interno. Isso ocorre quando se implementa políticas a fim de beneficiar o segmento exportador. Exemplo disso é o caso do Estatuto do Trabalhador Rural, instituído em 1963, que provoca a aceleração do êxodo rural e a exclusão econômica, social, política e territorial de muitos produtores rurais.

Uma agricultura moderna e cada vez mais tecnificada quem tem o domínio da técnica, de certa forma tem também o domínio econômico-político-cultural e territorial. Este é o caso de pequena parcela de produtores rurais no Sudoeste do Paraná que possui o controle das tecnologias e a eles submetem o restante dos produtores, inclusive àqueles que mantêm certa autonomia, como é o caso dos participantes do projeto Vida na Roça⁸. No papel de controladores das técnicas, encontram-se desde empresas multinacionais até fazendeiros e comerciantes locais. A posse ou mesmo a propriedade da terra nem sempre proporciona o domínio sobre a terra e o trabalho.

Neste contexto, edifica-se um projeto político - econômico de “*modernização*” da agropecuária brasileira que tem atrelado a si, como causa e consequência, a incorporação de *novas* áreas de expansão agrícola – a “conquista do oeste brasileiro” – novamente com base nos

⁸ O projeto Vida na Roça trata de uma alternativa de renda e qualidade de vida aos agricultores através da manutenção do homem no campo, motivado, consciente e procurando desenvolver alternativas pautadas na agroecologia e na produção limpa. O projeto é desenvolvido de 1996 a 2007, na Comunidade de Jacutinga no município de Francisco Beltrão, além de outras comunidades do município e a partir de 2001 no município de Dois Vizinhos. A partir de um coletivo buscam novas perspectivas de produção, renda e qualidade de vida. O projeto tem se constituído como referência regional para pensar o desenvolvimento sustentável. Todavia a análise do mesmo não será aqui realizada.

interesses do mercado internacional e em detrimento de um projeto de reforma agrária e de ampliação da produção alimentar.

Ao traçar um paralelo temporal entre a história da ocupação do Sudoeste do Paraná e outros lugares, percebe-se que no momento no qual os primeiros posseiros se estabelecem neste espaço muitos países já estão consolidados e as dominações mundiais, por parte daqueles que detêm o poder tecnológico, já estão preestabelecida. No Brasil, consolidam-se no poder aqueles que apóiam a dominação mundial exercida principalmente pela Inglaterra e, posteriormente, pela Alemanha e pelos Estados Unidos que, anos mais tarde, fomentaram a Primeira Guerra Mundial, para definir o comando na dinâmica social.

Enquanto, no início do século XX esta disputa se acirra, o Sudoeste do Paraná se constitui no território de *gaúchos* e *catarinenses* de origem ítalo-germânica, que migram para tentar se reproduzir biológica e socialmente, estabelecendo, ao mesmo tempo, o seu domínio. Para essa construção territorial são necessárias terras e a produção resultante de seu cultivo.

No *jogo* das relações sociais que compõem o território do Sudoeste do Paraná, a compreensão do papel desempenhado pelos diferentes atores sociais é fundamental. Ao longo do tempo estes papéis se metamorfoseiam e as relações decorrentes são modificadas. Na constituição do território, conforme se acerca, a disputa é marcada por uma correlação de forças entre produtores agrícolas, comerciantes, dirigentes políticos e as cooperativas agropecuárias de produção e comercialização do Estado.

Cada um desses atores sociais procura, através de suas práticas, fazer com que prevaleça a sua concepção de mundo. Para isso, agem em conjunto ou de forma isolada, gestando um território em que as marcas destas concepções são concretizadas. Como se procura demonstrar, as políticas públicas têm destaque na formatação do Sudoeste do Paraná. Trata-se de ações políticas macros (como a criação da CANGO) e micros (como a definição dos chefes de quarteirão). Estas políticas pretendem homogeneizar a formação territorial e, os atores sociais fazem parte dessa construção. Os diferentes personagens assumem papéis distintos, muitas vezes antagônicos e, em outras situações, complementares. Trata-se de uma correlação de forças que, dialeticamente, através de diferentes relações de poder, constrói e/ou destrói os territórios.

A *modernização* da agricultura, foco central desta pesquisa, só pode ser apreendido no contexto das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, que constituem o território. Entretanto não se trata de um movimento linear, mas que vai sendo constituído a partir de um processo histórico com ritmos diferenciados, os quais traduzem territorialmente uma lógica construída pelas diversas manifestações de poder que atuam sobre o território. Essas não são

neutras e estabelecem uma rede com diferentes atores e contextos, no sentido de materializar tal lógica a partir da construção de uma ideologia presente no cotidiano das pessoas.

No capítulo seguinte é demonstrado como a construção ideológica do moderno é direcionada para um modelo de desenvolvimento do Brasil, baseado na perspectiva urbano-industrial, viabilizada por um suporte político e cultural de mudanças de valores e materializado por um processo de *modernização* das relações sociais e produtivas.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A IDEOLOGIA DO MODERNO NO DESENVOLVIMENTO E NA *MODERNIZAÇÃO* DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Neste estudo descarta-se a idéia de pré-capitalismo brasileiro na área rural, embora se tenha utilizado textos de autores que trabalham com tal concepção. Partir-se-á do pressuposto de que, no Brasil, prevaleça a lógica capitalista, apesar de muitas vezes esta aparecer multifacetada.

Nesse sentido, o campo é muitas vezes considerado como sinal de atraso, no qual se desenvolvem as atividades agropecuárias. Entretanto, é mais do que isto, é território de homens, é lugar de vida, com desigualdades e diferenças. Se existe um espaço rural no qual se desenvolvem as relações capitalistas, pode-se ensejar a existência, também, por parte de muitos atores do campo, de outra concepção, deste como espaço e modo de vida singular, mesmo em uma sociedade que promova a supervalorização do urbano, utilizando-o como sinônimo de moderno.

A intenção, neste capítulo, é compreender o contexto político, cultural e econômico do qual deriva a valorização do moderno no Brasil e, as suas implicações, na opção de *modernização* agrícola brasileira que, na atualidade, se expressa no agronegócio, considerado por muitos como sinônimo do desenvolvimento agrário.

Se a realidade posta no Brasil, na atualidade, permite supor que o processo de industrialização é dominante, na década de 1920, segundo Fausto (1981), a industrialização brasileira está em processo de instalação, porém com dependência do setor agrário-exportador, além de apresentar insignificância em atividades produtivas básicas (siderurgia, mecânica pesada etc.) e baixa capitalização. Predominam as indústrias têxteis e as alimentares, com reduzido número de trabalhadores, e ainda assim concentradas em São Paulo.

A crise de 1929, conforme destaca Oliveira (1989), é o marco principal da mudança no padrão de economia baseado na divisão do trabalho, com produtores de manufaturas, de um lado, e produtores de bens primários, de outro. Essa ruptura significa uma *nova* inserção do Brasil no capitalismo internacional.

A industrialização brasileira, especificamente concentrada em São Paulo, a partir da década de 1930, consoante os estudos de Oliveira (1981), forja uma divisão regional do trabalho nacional, provoca uma integração, com a definição de leis e impostos específicos. O

progresso técnico, centrado em alguns países, passa a ser desconcentrado, fortalecendo a expansão do modo capitalista de produção.

No momento, pois, em que a expansão do sistema capitalista no Brasil tem seu *locus* na “região” Sul comandada por São Paulo, o ciclo toma *espacialmente* a forma de destruição das economias regionais, ou das “regiões”. Esse movimento dialético *destrói para concentrar*, e capta o excedente das outras “regiões” para centralizar o capital. O resultado é que, em sua etapa inicial, a quebra das barreiras inter-regionais, a expansão do sistema de transporte facilitando a circulação *nacional* das mercadorias, produzidas agora no centro de gravidade da expansão do sistema, são em si mesmas tantas outras formas do movimento de concentração; e a exportação de capitais das “regiões” em estagnação são a forma do movimento de centralização. Aparentemente, pois, sucede de início uma destruição das economias “regionais”, mas essa destruição não é senão uma das formas da expansão do sistema em *escala nacional* (OLIVEIRA, 1981, p. 75).

Para Bielschowsky (2000), entre 1930 e 1945, ganham força e forma as idéias desenvolvimentistas, caracterizadas pela crise da economia cafeeira e do poder hegemônico das oligarquias regionais. Embora o referido autor reconheça manifestações anteriores a 1930, em defesa da indústria nacional, sob o ataque ao livre cambismo, ao liberalismo e à realização da associação feita entre indústria e progresso, é a partir dos anos de 1930 e, sobretudo, da década de 1940, que se expande, no Brasil, a ideologia do moderno, centrada no processo de industrialização. A partir desse período difunde-se a ideologia da industrialização, marcada por uma fase de transição, na qual se mesclam elementos tradicionais e elementos inovadores.

Para Bielschowsky (2000, p. 250), a consolidação da ideologia da superação do subdesenvolvimento, através da industrialização só ocorre a partir de 1950:

No período 1930-45, o que ocorria era, principalmente, uma primeira e limitada tomada de consciência a problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, que então se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador pós – 1930. As questões de alcance nacional que esses técnicos iriam forçosamente enfrentar os conduziam a pensar nos problemas de longo prazo da economia e, com isto, na solução histórica da industrialização. É provável, aliás, que, do ponto de vista de criação e difusão da ideologia industrializante, esse fenômeno tenha sido muito mais importante que o alargamento da conscientização no interior da própria classe industrial [...].

O autor salienta os quatro elementos ideológicos considerados fundamentais ao projeto desenvolvimentista:

a) a consciência da necessidade e viabilidade da implantação de um setor industrial integrado para produzir insumos e bens de capital;

b) a consciência da necessidade de criar mecanismos de centralização de recursos financeiros para financiar a acumulação industrial;

c) a formação da idéia do Estado enquanto gestor, planejador e promotor da unificação nacional e da economia;

d) o acirramento do nacionalismo.

Assim, as primeiras décadas do século XX podem ser definidas como um período fundamental da *modernização* técnica ocorrida em alguns ramos da economia brasileira, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. O moderno insurge com força nos ideários de parte da população do país, justamente como um apelo àquilo que seja nacional. Esta expressividade é percebida na economia, além de sua expressão na cultura, como na Semana de Arte Moderna, no ano de 1922.

Mesmo sem a intencionalidade de constituir-se em um movimento de mudanças para além da cultura artística literária, a Semana de Arte Moderna é uma das expressões das mudanças políticas e econômicas que ocorre no Brasil. A crise da cafeicultura e a tônica central voltada para industrialização, materializam-se na cultura. Todavia, os níveis de consciência, conforme afirma Bosi (1994, p. 305), manifestam-se em diversos ritmos, expressando um *Brasil Plural*:

Assim, os conflitos deram-se em tempos e lugares diferentes, não raro parecendo exprimir tensões meramente locais. Só para exemplificar: o núcleo jagunço de Canudos, matéria de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, o fenômeno do cangaço, o “caso” do Padre Cícero em Juazeiro, no primeiro quartel do século, refletiam a situação crítica de um Nordeste marginalizado e, portanto, aderente a soluções arcaicas. Os movimentos operários em São Paulo, durante a guerra de 1914-18 e logo depois, eram sintoma de uma classe nova que já se debatia em angustiantes problemas de sobrevivência numa cidade em fase de industrialização. E as tentativas militares de 22, de 24, e a Coluna Prestes, em 25, significam a reação de um grupo liberal-reformista mais afoito que desejava golpear o *status quo* político, o que só ocorreria com a Revolução de 30. Estudados em si, esses movimentos têm uma história de todo independente; mas, *no conjunto, testemunham o estado geral de uma nação que se desenvolvia à custa de graves desequilíbrios.*

Para Bosi (1994, p. 306), nesse ambiente, os intelectuais da época assumem posturas, ideologias e fazem suas opções: “Nós países de extração colonial, as elites, na ânsia de superar o subdesenvolvimento que as sufoca, dão às vezes passos largos no sentido da atualização literária: o que, afinal, deixa ver um hiato maior entre as bases materiais da nação e as manifestações culturais de alguns grupos”. Os intelectuais viveram a dramaticidade da consciência dividida entre a “sedução” da cultura ocidental e as exigências do seu povo, múltiplo nas raízes históricas e na dispersão geográfica. (BOSI,1994)

Busca-se na Semana de Arte Moderna elementos para uma discussão que, anos mais tarde, faz parte da pauta das questões políticas e econômicas do Brasil, demonstrando que a questão cultural não é neutra e traz consigo aspectos de mudanças ou permanências. Há uma relação mútua entre processos econômicos, políticos e culturais.

As concepções de moderno, apresentadas na arte, sofrem críticas, uma vez que as apresentações de 11 a 18 de fevereiro de 1922, conhecidas como a “Semana de Arte Moderna”, ocorrem sob vaias e ofensas. São repúdios a uma nova expressão que pugna pela autonomia artística e põe o Brasil na atualidade com a produção artística mundial.

A ideologia do moderno, para um país que sempre está às sombras do ocorrido na Europa, é fundamental para repensar a sua estrutura. As mudanças culturais são salutares, pois revelavam o redirecionamento das políticas, que vêm acompanhadas das alterações econômicas que se pretendem implantar, principalmente, por uma burguesia nacional que se constitui naquele período.

As obras decorrentes da Semana de Arte Moderna expressam não somente novos ideais estéticos, mas também matizes ideológicos mais precisos, que, embora apresentem mobilidade e firmeza, são subordinados a uma temática nacional. Apesar da importância política desta manifestação cultural, Bosi afirma que os grupos modernistas apresentam uma *inconsistência* ideológica, devido ao foco puramente literário em que se inserem.

[...] O culto da Blague e o vezo das afirmações dogmáticas acabaram impedindo que os modernistas da “fase heróica” repensassem com objetividade o problema da sua inserção na práxis brasileira. Os resultados conhecem-se: o vago liberalismo de uns vai desaguar na adesão ao movimento de 32, tão ambíguo entre os seus pólos democrático-reacionário (Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo, Alcântara Machado); nada impediria que o nacionalismo da Anta resvalasse no parafacismo integralista de Plínio Salgado, nem, enfim, que o antropofágico Oswald se esgotasse no comprazimento da crise moral burguesa em que ele próprio estava envisgado. Considerações que não implicam juízo idealista: constataam apenas as fatais limitações de um grupo nascido e crescido em determinados estratos da sociedade paulista e carioca numa fase de transição da República Velha para o Brasil contemporâneo. E considerações que, ressaltando embora o extraordinário talento verbal de alguns dos modernistas entende sublinhar o risco que representa a mitização das suas brilhantes inconsistências, no nível do pensamento e da prática (BOSI, 2004, p. 343).

Trata-se de um momento de gestação de mudanças e que demonstra as insatisfações com as diretrizes políticas e econômicas efetivadas no Brasil. Instaura-se a idéia de um *Brasil moderno*, na qual é realizada uma leitura da “realidade brasileira”, mostrando suas origens

políticas e culturais, além de lançar as bases para o debate de um projeto de desenvolvimento nacional.

O moderno significa ruptura, pela qual novos caminhos são trilhados, possibilitando chegar a outro lugar ou ao mesmo, porém com trajetórias diferentes. Conforme se observa na atualidade a *modernização* técnica da agricultura brasileira leva ao mesmo lugar, apesar de trilhar diferentes caminhos. O lugar da acumulação e da exploração.

Esta realidade remete a Faoro (1992) que mensura uma distinção entre a modernidade, enquanto processo amplo que envolve toda a sociedade, que molda no Brasil, através de força impositiva, seja pela ideologia ou pela coação, uma política de transformação. Para este autor a modernidade distingue-se da *modernização*.

Fundamentalmente, a *modernização* é um traço de linhas duplas: a linha do paradigma e o risco do país modernizável. Quando ela, a *modernização* se instaura, como ação voluntária, quem a dirige é um grupo ou classe dirigente – com muitos nomes e de muitas naturezas – que, na verdade, não reflete passivamente a sociedade sobre a qual atua. Tal grupo, para mudar o que não vai, ao seu juízo, bem, começa por dissentir da classe dirigente tradicional. O desvio, entretanto, não altera a pirâmide social, nem os valores dominantes [...] (FAORO, 1992, p. 09).

Nessa perspectiva, o ideal moderno conduz a um processo *revolucionário*, com as relações territoriais, políticas, econômicas e culturais. A *modernização* provoca mudanças profundas nas forças, relações produtivas e no ideário de vida diária, no campo e na cidade.

A *modernização* brasileira tem seu ponto central na cafeicultura e, posteriormente, na indústria. Como base política - ocorre no exército - mais precisamente na ação de militares, com o movimento tenentista da década de 1920, o apoio ao governo de Getúlio Vargas, o governo de Juscelino Kubitschek e com Golpe Militar de 1964, a partir do qual edifica o projeto de “desenvolvimento” do país, via *modernização* da agricultura e outros grandes projetos.

Este conflito aparente entre *modernização* e desenvolvimento é corrente e presente na ideologia política do Brasil, inclusive nos dias atuais. No que se refere à questão, Faoro (1992, s/p) comenta que: “o desenvolvimento é uma realização. A progressão que a *modernização* é capaz de fazer é uma passagem de um para outro, enquanto o desenvolvimento é o aparecimento de algo adequado ou que o ser comporta que estava na essência do ser”.

Em seu processo de *modernização*, o Brasil toma o caminho histórico das convergências sobrepostas pela elite tradicional. As matizes têm servido para sustentar essa fração da sociedade no poder. São mudanças que conservam a dominação social, gerida por industriais, banqueiros, políticos etc.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento não é exógeno, mas decorre de um processo interno que, ao mesmo tempo, é local e global. Assim, quando se pensa em *modernização* brasileira e na instituição de uma ideologia moderna, centrada na valorização do nacional, com a infindável busca de sua concretização, assim como ocorre na Semana de Arte Moderna, talvez, possa encontrar o caminho do desenvolvimento. Todavia, a forma como se processa essa *modernização*, em que parte significativa da população é mantida em um nível de pobreza, não significa a forma de desenvolver o país, considerando o desenvolvimento enquanto ampliação das condições humanas de maneira equilibrada.

Conforme se destaca, a *modernização* é uma característica implícita da sociedade moderna e mantém uma relação estreita com a concepção de desenvolvimento, logo com as diferentes manifestações do poder que realizam o planejamento e a construção do território.

2.1. Concepções de desenvolvimento

A adoção do conceito de território, como categoria de análise para compreensão do processo de *modernização* agrícola no Sudoeste do Paraná exige que antes de se prosseguir no debate à cerca da *modernização* como consequência do pensamento moderno, é preciso esclarecer o significado que se advoga ao desenvolvimento, bem como a importância do Estado neste *jogo* de poder que dá forma e expressão ao território.

Rückert (2007) valida o papel do Estado brasileiro neste sentido:

A posse e o controle do território têm, classicamente, sustentado a construção do Estado no Brasil, o qual antecede, historicamente, a própria nação. A relação clássica entre Estado e território aponta para a implantação das formas estruturantes deste último pelo papel dirigente do poder unidimensional do Estado. No pós-30, o Estado Desenvolvimentista consolida as principais infra-estruturas estratégicas nacionais e, com isso, assume o papel de principal artífice da construção da nação. O Estado Desenvolvimentista brasileiro, de corte cepalino, implementa, a partir dos anos 40, um núcleo de consenso desenvolvimentista análogo ao keynesianismo europeu. De corte explicitamente geopolítico no pós-64, o Estado autoritário brasileiro enfrenta, a partir dos anos 80, o esvaziamento de suas propostas e viabilidades com a crise do Estado Desenvolvimentista (Disponível em: <www.ub.es/geocrit/sn/sn-24566.htm>).

O processo de produção territorial é materializado a partir dos planos de desenvolvimento que tencionam as ações territoriais, cujo foco é dimensionado principalmente pelos aspectos econômicos, mas também aparecem de formas implícitas e explícitas às dimensões culturais e políticas.

A história brasileira tem demonstrado que a lógica do desenvolvimento nacional é pautado nas diretrizes burguesas de transformações econômicas, culturais e sociais, constituindo ideologias que possibilitem a materialização de determinado tipo de desenvolvimento. Até a década de 1950 esta perspectiva aponta para um desenvolvimento, a partir da base nacionalista da intervenção estatal no planejamento e na atuação do Estado, em setores considerados estratégicos para preservação dos interesses nacionais. Essa ideologia concebe o desenvolvimento como soberano. Ressalta-se que é uma proposta convergente, porém não se nega a existência de conflitos e interesses divergentes nesta concepção de desenvolvimento, tanto que no governo de Juscelino Kubisteschk a atuação estrangeira, especialmente no processo de industrialização brasileira, acirra-se e se redimensiona o desenvolvimento, a partir de bases fixadas fora do país.

Mas o que de fato está se entendendo por desenvolvimento?

Parte-se da idéia que o desenvolvimento pode ser entendido a partir de um redimensionamento do pensamento de Sen (2003) que o define como a ampliação das liberdades reais que as pessoas gozam. Embora se trate de uma visão bastante liberal, em certos aspectos, ela contrasta com aquela mais restrita que o classifica a partir do aumento da produção, da renda bruta, da industrialização ou mesmo da *modernização* técnica.

A *modernização* e o modelo de desenvolvimento brasileiro são contraditórios e expressam a idéia de modelos, tencionando para uma homogeneização territorial, o que pode provocar um desenvolvimento desigual ou um não desenvolvimento. Em outras palavras, a *modernização* para ser considerada como um mecanismo do desenvolvimento e deve servir para ampliar a liberdade das pessoas, o que implica em melhores condições econômicas, maior liberdade política e também garantia da preservação da identidade cultural e das condições ambientais. Para Sen (2000), as liberdades, além de um papel fundamental no desenvolvimento, são responsáveis pela constituição deste. Assim, a ampliação das liberdades é o caminho prioritário para o desenvolvimento, porém essa não resulta de um processo natural, e sim de algo a ser construído e planejado.

Na atualidade, o desenvolvimento tecnológico aumenta a produção mundial, facilita o trabalho, cria condições de comunicação e transmissão de informações. Ao mesmo tempo em que ampliam essas condições materiais, também se ampliam a pobreza e as dificuldades para suprir as necessidades básicas de parcela significativa da população.

Quando é feita referência ao desenvolvimento, uma confusão recorrente se estabelece, é a sua significação como crescimento econômico, utilizando como parâmetros de medida, os indicadores econômicos e de produtividade. Essa concepção implica em pensar a

modernização como forma de aumentar a produção e, conseqüentemente, o desenvolvimento, porém é preciso destacar que o crescimento tem seus limites e desdobramentos. Esses indicadores são importantes, entretanto, não se pode negligenciar outras dimensões do desenvolvimento.

Embora a dimensão econômica seja a mais representativa no discurso do desenvolvimento, a dimensão política tem uma relação direta e na sociedade atual, uma está imbricada na outra. As mudanças econômicas necessitam de uma sustentação política e sua estrutura tem por base as relações econômicas. Historicamente, os projetos de desenvolvimento assentam-se a partir de estruturas dominantes, formais e informais. A própria constatação da dimensão econômica do desenvolvimento necessita de fortalecimento político, assim como sua manutenção. Esta característica manifesta que a idéia de desenvolvimento traduz formas de poder que atuam de maneira articulada seja entre as diferentes dimensões ou entre as formas de poder materializadas nas diversas formas de organizações políticas e territoriais.

A história brasileira é construída a partir de centralismos políticos que atendem a interesses de determinados grupos da economia; atende em especial, os da elite brasileira. Justamente, o grupo político que tem colocado em prática os projetos de desenvolvimento no país. Assim, decorrem projetos de desenvolvimento centralistas, que mantêm a exclusão e a desigualdade social.

Mais recentemente, a idéia de desenvolvimento vem sendo estruturada a partir do discurso político da descentralização e do fortalecimento do poder local. Evidentemente, esta nova tônica tem uma relação direta com a minimização do Estado e a necessidade de tornar mais eficaz a aplicação dos recursos estatais.

Outro aspecto interessante a ser analisado decorre de o desenvolvimento estar associado à ação do Estado. Na sociedade capitalista, ele é figura estruturante e sua atuação, através das políticas públicas, é fundamental para o acirramento do modo de produção do capital, mesmo em tempo de neoliberalização da economia. Porém este papel não precisa ser exercido por meio de uma centralização. Ao contrário, o que se exige é a descentralização. O que pode ser considerado como um avanço nas sociedades ou segmentos mais organizados, pois o empoderamento dos atores locais possibilita potencializar o atendimento das necessidades mais prementes deste coletivo. Todavia, nos segmentos menos organizados a saída do Estado significa um aumento das carências e das dificuldades de efetivação do desenvolvimento. Nas sociedades mais organizadas existe um risco constante da

descentralização servir como pretexto da retirada do Estado e criar uma sobrecarga de ações atendidas pela sociedade civil, atribuindo papéis que não lhes pertence.

A idéia de planejamento é fundamental para a efetivação do desenvolvimento, por isso significa desafios e gestão de complexidades. Mas o planejamento depende da concepção de desenvolvimento que se tem e aonde se quer chegar. O planejamento é uma manifestação empírica das relações de poder, sendo uma das etapas do desenvolvimento.

Nesse contexto, a qual desenvolvimento o Brasil chega?

Desde a década de 1930, no Brasil, vem-se planejando o desenvolvimento. As mudanças políticas partidárias e organizativas (autoritarismo, democracia burguesa), no entanto, promovem planos de desenvolvimento que têm por base o crescimento da economia. Esses diversos planejamentos, articulados ou não entre si, culminam na *modernização* brasileira (entendida como a industrialização, a urbanização, a utilização de insumos tecnologicamente avançados e a mecanização produtiva) conservadora e excludente territorialmente. É para atender a este desenvolvimento que são instituídas as políticas e órgãos de fomento, principalmente gestados e geridos pelo Estado. Essa idéia de desenvolvimento traz em si uma concepção ideológica de que o desenvolvimento depende do crescimento, servindo, desta forma, como uma maneira para camuflar as desigualdades. Cabe ainda ressaltar que o modelo de desenvolvimento modernizante é altamente consumidor dos chamados “recursos naturais”, o qual pelo manejo inadequado e pelo consumo excessivo gera uma série de problemas de cunho ambiental.

Diante aos problemas acirrados pelo desenvolvimento modernizante, em um contexto de minimização do Estado e globalização, os atores sociais locais ganham espaço e expressão política. Esse desenvolvimento é alvo de críticas e demonstra sinais de fragilidades, tanto para o processo produtivo como para a sociedade em geral. A poluição, o efeito estufa, o aquecimento global, o desemprego estrutural etc. são fatores negativos atribuídos a ele. Assim, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento é questionado, recriam-se possibilidades para um novo olhar em uma outra forma de estruturá-lo, gestado a partir das organizações sociais, potencializando as condições locais com uma presença do Estado. Contraditoriamente, também se observa o próprio Estado fomentando as organizações sociais para que proponham e gestionem o desenvolvimento, tornando sua participação mínima.

Efetivamente o desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico e nem tem neste a sua única dimensão. Este pode possibilitar mudanças na qualidade de vida. Isto implica o aumento e a consideração da identidade local, acima de tudo, pode ser o estabelecimento de mecanismo que aumenta as redes de interlocuções e informações. Trata-se

de relações complexas e, às vezes, ambíguas, mas que são fundamentais para a superação do estágio de desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento territorial pode ser concebido como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento em vigor no Brasil e também uma contraposição ao desenvolvimento rural, que historicamente tem se caracterizado como uma faceta do modelo produtivista, com forte dependência estatal.

2.1.1. O desenvolvimento rural

O tema desenvolvimento rural está no centro do debate nacional, nos últimos cinquenta anos, pelo menos em dois momentos. O primeiro, após a Segunda Guerra Mundial até a década de 1970, polarizado pela Guerra Fria, período de significativa participação da agricultura na economia nacional, inclusive dos *países ricos*. O segundo é marcado pela concretização da *revolução verde* que impôs ao mundo um sistema agrícola baseado em novos padrões de produção e pelos seus desdobramentos.

[...] onde foi implantado de forma significativa, rompeu radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado. Com a disseminação de tal padrão na agricultura, desde então chamado de "moderno", o mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a subordinar-se, como mera peça dependente, a novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados, nos diferentes países (NAVARRO, 2001, p. 84).

O que se observa é a idéia do moderno, apreendida através da *modernização* agrícola, ressurgindo acompanhada da concepção de desenvolvimento e vice-versa. A agricultura moderna é a expressão e a forma do desenvolvimento do capitalismo, conforme exposto na *Questão Agrária* escrita por Kautsky no século XIX. Neste caso específico, parece que o desenvolvimento é consequência da introdução de tecnologias e da aplicação de conhecimentos científicos na agricultura. É o novo se contraponto ao passado, considerado como obsoleto.

Embora estejam também presentes as dimensões políticas e culturais, o que se ressalta nesta concepção de desenvolvimento é efetivamente o aspecto econômico, manifestado através da idéia de produtivismo. O primeiro período termina, consoante Navarro (2001), no final da década de 1970, quando se observa que, conquanto a *modernização* tecnológica tenha se especializado por diferentes cantos do mundo, ela não consegue resolver

os problemas decorrentes da pobreza. A partir dos anos 1980 tem início a minimização do Estado e das políticas públicas que fomentam a concepção de desenvolvimento, em especial o rural, regido pela *modernização*. A partir deste período o desenvolvimento rural deixa de ser o foco principal do debate.

O segundo período ocorre a partir de meados da década de 1990, caracterizado pelas dificuldades de implantação do desenvolvimento. “Aliás, pode-se ousadamente afirmar que talvez a inquietude social e política gerada pela disseminação da desesperança com relação ao futuro é que, de fato, tenha reavivado o crescente interesse pelo tema do desenvolvimento” (NAVARRO, 2001, p. 85).

O neoliberalismo e a globalização promovem mudanças importantes não apenas na economia, mas nas relações cotidianas. Os produtos e os mercados se espalham mundialmente, assim como as dificuldades decorrentes deste processo de concorrência internacional. Com a evolução nos sistemas de transportes e de comunicação, ocorre uma ampliação na circulação, tanto em termos de espacialidade quanto de temporalidade. O mundo é redimensionado com problemas e crises globais e poucas soluções no mesmo âmbito. Isso torna as medidas setoriais ineficazes para superar tais dificuldades.

Os problemas decorrentes da concepção de desenvolvimento até então, em especial o rural, e o seu acirramento com a “retirada” do Estado, protagonizam uma situação de dúvidas sobre o futuro e as condições efetivas do desenvolvimento, em especial aquele pensado como forma de emancipação e dignidade humana para todos, ou seja, condições efetivas de bem estar a toda sociedade.

Uma vez expressa a concepção de desenvolvimento utilizada no Brasil, retomar-se-à o debate acerca da *modernização*.

2.2. A *modernização* da agricultura: um produto do pensamento moderno

No primeiro capítulo aborda-se a chegada dos *colonos* no Sudoeste do Paraná, quando é instaurada a premissa do moderno sobre o arcaico. É a cultura dos *catarinenses* e *gaúchos* que suplanta a cultura cabocla. Mais tarde, na década de 1960, um novo apelo ao moderno é instaurado, desta vez por meio do trabalho de técnicos. Estes profissionais efetivam uma extensão rural com base no discurso ideológico dominante, seguindo a política direcionada pelo Estado de modernizar e desenvolver o espaço, com o objetivo de viabilizar mudanças na base técnica. Além desses, outros atores como cooperativas, políticos locais e

empresas especializadas no ramo, também proclamam a importância e a necessidade de modernizar o sudoeste, especialmente, no campo.

Assim, implanta-se uma política para modernizar o que ainda é considerado ultrapassado: o campo. Instala-se, dessa forma, um *novo* modo de produzir, com máquinas e implementos, sementes melhoradas e selecionadas, técnicas de uso “racional” do solo, enfim, o pacote tecnológico veiculado pela *revolução verde* no espaço rural.

Se na década de 1940, o uso do arado animal, no Sudoeste do Paraná, é sinônimo de progresso, a sua substituição pela força mecânica motriz significa uma *revolução* na forma de produzir, gerando mudanças territoriais significativas, como será visto nos próximos capítulos.

O Sudoeste do Paraná, com uma agricultura assentada na pequena propriedade de base familiar, também sofre o efeito desse processo, mas adequa-se a ele. Assim, os elementos da chamada *modernização* agrícola estão presentes nas diversas unidades produtoras, revelando-se na forma de produzir, nos produtos derivados de diferentes maneiras e intensidades, embora envolvam, em muitos casos, de forma parcial a extensão do estabelecimento agrícola ou mesmo o processo produtivo.

Nesse sentido, questiona-se a *modernização* agrícola, mesmo reconhecendo que a unidade de produção familiar também precisa ser modernizada com novas tecnologias. O objetivo dessa proposição não é fazer apologia ao arado e ao carro de bois, posto que, a compreensão de que em alguns momentos eles são os instrumentos mais adequados as pequenas unidades de produção familiar, pois permitem que haja maior autonomia⁹ frente ao processo produtivo. Mesmo sendo instrumentos considerados ultrapassados, podem significar condições efetivas para o desenvolvimento de famílias agricultoras.

Ao mesmo tempo, em um território onde mais de 80% dos produtores rurais produzem em pequenas parcelas de terra, é fundamental que os centros de pesquisas, especialmente os das universidades públicas, voltem suas atenções para essa categoria de trabalhadores.

Para realizar tal intento, são necessárias outras matrizes tecnológicas que sejam adaptadas às características de cada lugar. No Brasil, porém, os produtores acabam utilizando técnicas inadequadas e mais caras. A homeopatia animal, por exemplo, é mais barata, mas o produtor agrícola mercantil, especialmente de leite (presente em praticamente todas pequenas

⁹ A dependência de máquinas de terceiros muitas vezes inviabiliza a produção: preparo da terra, plantio e colheita. Pois em algumas pequenas unidades de produção, por exemplo, quando as máquinas chegam o tempo não é mais adequado para a produção agrícola ou parte dela.

propriedades do Sudoeste do Paraná), utiliza a alopatia que é mais cara e com muito mais riscos à saúde animal e ao ambiente. Neste caso, falta o conhecimento.

O conhecimento é um elemento fundamental para o desenvolvimento do pequeno produtor agrícola mercantil, geralmente ele tem pouca escolaridade. O produtor necessita conhecer a situação de sua unidade de produção e a forma mais apropriada de produzir, fazer cálculos, estabelecer relações e inter-relações, tarefas isto exigem conhecimento. O acesso à educação é primordial e o processo pode ocorrer em parceria com o Estado, com os sindicatos, com as organizações não governamentais, com os movimentos sociais; a fim de que estes atores sociais não apenas questionem a realidade em que estão inseridos, mas entendam a maneira como esta sociedade é organizada, como é estruturada a produção agrícola e assim possam discutir alternativas viabilizadoras para sua unidade de produção.

Tal preocupação com a viabilidade destes produtores faz parte, inclusive, das preocupações da Federação da Agricultura do Paraná (FAEP), formada basicamente por grandes produtores rurais, mas que tem desenvolvido uma série de programas, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com o objetivo de possibilitar o conhecimento da gestão da propriedade rural, ao produtor, de forma a visualizá-la como um empreendimento rural, ou seja, uma empresa. O programa “Empreendedor Rural” destinado a tal finalidade, tem (até 2006) a participação de 3500 pessoas, no Estado, além de cursos como o “De Olho na Qualidade Rural”, “Administração Rural”, “Manejo de Gado Leiteiro”, “Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos”, entre outros. A ação dessa entidade representativa explicita a intenção de incentivar a *modernização* dos produtores mais rudimentares, transformando-os em produtores mercantis. Nesta perspectiva, evidencia-se uma preocupação com a manutenção da agricultura familiar, uma vez que o êxodo rural intenso tem agravado os problemas urbanos e gerado situações conflituosas, no campo, resultando em um aumento expressivo de novas demandas aos gestores públicos e privados.

Neste sentido, Santos (2001, p. 28) corrobora:

Embora, em menor proporção que as grandes e médias cidades, os pequenos municípios tendem a acolher a população que se desloca do campo. Fica iminente, portanto, que estes apresentem uma capacidade de atrair investimento menor que as cidades mais estruturadas. Este fator recai sobre as administrações locais como um peso, que com seus poucos recursos precisam digerir tal situação. Fica, então, para cada gestão garantir as condições mínimas de sustentação da população local. O contrário: o deslocamento desta população resultaria na diminuição do orçamento geral do município, uma vez que os recursos também têm por base o número total de habitantes. Todavia, a fixação, desta população, sem uma política de atração de investimentos ou de programas sociais eficientes pode aumentar

ainda mais as desigualdades sócio-econômicas destes municípios e, gerar conflitos de difícil solução em uma escala local.

Para as entidades representativas dos trabalhadores rurais, a manutenção do homem neste espaço tem como concepção que o campo é um espaço e um modo de vida fundamental. O Fórum da Agricultura Familiar do Sudoeste Paranaense (formado pela Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF), Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI), Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), Associação de Estudos e Orientação Rural (ASSESOAR), pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais e pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) entre outras entidades) direciona ações ao processo de formação/informação dos pequenos produtores, desenvolvendo ações como o curso técnico agrícola com habilitação em “desenvolvimento social sustentável e agroecologia”.

Quando se observa a produção agrícola e seus atores sociais, parece que há um momento de crise no “padrão moderno” da agricultura brasileira que se manifesta nas dimensões ambientais e sociais. Existe uma tendência à uniformização dos modelos, mas estes muitas vezes esbarram nas condições materiais, sejam elas naturais, políticas, econômicas ou culturais, que impedem sua reprodução.

Geralmente a agricultura moderna é considerada como aquela intrinsecamente relacionada à demanda econômica do território e sua reprodução é sustentada por este viés. Faz parte deste padrão moderno a alta mobilidade populacional e o papel do Estado como “braço” forte (inclusive neste momento de crise, pede-se a mão do Estado, como é visto nas manifestações do tratorado em todo Brasil, ocorridos em junho de 2006), que se faz presente pelos financiamentos disponibilizados.

A *modernização* da agricultura como uma faceta do padrão moderno de produção no campo potencializa um território, no qual ocorrem trocas entre espaços desiguais, mas pré-definidos (campo – cidade). A cidade se impõe ao campo, mas ao mesmo tempo o desenvolvimento técnico permite que ocorram, no campo, atividades que antes tinham um caráter eminentemente urbano. No Sudoeste esta perspectiva de moderno se mescla com outras formas e técnicas de produção territorial, entre elas uma forma alternativa: a agroecologia, juntamente com técnicas que resistem às mudanças, como o carro de bois e a trilhadeira, que representam uma forma de subsistência do pequeno produtor agrícola mercantil.

Todavia, o desenvolvimento tecnológico da agricultura tem possibilitado a incorporação cada vez maior de técnicas avançadas que propiciam o aumento da produção e

da produtividade agrícola. Estas se mostram inadequadas à realidade do Sudoeste do Paraná, conforme se verifica em trabalho de campo, pois tem remetido a uma prática de atividades de monocultura com o uso intenso de agrotóxicos. Estas práticas, como têm demonstrado alguns autores, potencializam o desmatamento, a contaminação das águas subterrâneas e superficiais, o desgaste químico e físico dos solos, além de um êxodo rural intenso e acelerado que tem agravado os problemas urbanos. No entanto, há um movimento bem forte que ratifica a *modernização* da agricultura, como sinônimo de moderno e progresso.

2.3. Agricultura familiar, *modernização* tecnológica e desenvolvimento

No território do Sudoeste do Paraná observa-se que a *modernização* tecnológica é considerada como uma alavanca para o aumento da produção e também que a agricultura familiar é protagonista no mesmo. Porém, esta nem sempre impulsiona o desenvolvimento desses atores na mesma proporcionalidade. Isso remete a compreender o significado do desenvolvimento neste contexto.

O debate acerca da *modernização* da agricultura indica, em um mesmo contexto, dois lados para o qual se direcionam os projetos de desenvolvimento do campo. De um lado, o agronegócio relacionado diretamente com a grande propriedade e a agricultura patronal. De outro lado, a agricultura familiar, produtora agrícola com base no trabalho familiar.

Em muitos países, considerados desenvolvidos, a agricultura em moldes patronais já está superada e a modernidade consiste justamente na inclusão dos agricultores familiares. Neste sentido, vale chamar a atenção, no texto de Veiga (1996, p. 386 - 387):

O Brasil é um dos exemplos mais chocantes da opção inversa, isto é, de enorme tolerância com a oligarquia fundiária e claro favorecimento da agricultura patronal. Com a exceção do fluxo colonizador que partiu do extremo sul e permitiu a afirmação da agricultura familiar até o Sudoeste do Paraná, o padrão agrário das demais regiões teve características semelhantes às que predominaram no Leste europeu durante o quarto ciclo sistêmico de acumulação (britânico).

A *modernização* brasileira, assim como a maioria dos projetos de desenvolvimento, está atrelada aos interesses da classe dominante, por isso seu caráter excludente e concentrador. Assim, provocam mudanças nos padrões de produção e comercialização, como por exemplo, a *modernização* da agricultura brasileira.

Desde os estudos de Kautsky, a agricultura capitalista é associada à utilização de tecnologias modernas, as quais são atribuídas a responsabilidade pela produtividade. Este fato

resulta em ações concretas, que demonstram a ideologia de desenvolvimento o qual está ligado. Logo, agricultor viável é aquele que pode ser classificado como moderno, sendo este a referência para os demais. Com a agricultura moderna, são estabelecidos os moldes do que na atualidade denominamos de agricultura patronal.

Indubitavelmente, a variável tecnológica é um dos indicadores do desenvolvimento em um sentido mais amplo. Porém, só justifica-se quando esta possibilita a ampliação das condições de vida de forma mais equitativa. Essa perspectiva ampliada exige, em contrapartida, um desenvolvimento alternativo, com base em outra matriz produtiva e que os indicadores não sejam mensuráveis, exclusivamente, pela dimensão econômica, mas também pelas dimensões políticas, culturais e ambientais.

Apesar de o agronegócio estar voltado à agricultura patronal, a produção nos moldes, por ele indicado, é realizada também em pequenas parcelas de terra. Todavia, a dimensão econômica é a mais forte na sua territorialização, demonstrando um projeto de desenvolvimento em que os meios de comunicação, transportes, enfim a rede de circulação é potencializada, mas não estabelece condições de interação das pessoas daquele território.

Os agricultores familiares, com sua diversidade cultural e produtiva, têm dificuldades para se ajustar a este “modelo”. Potencialmente, a agricultura familiar caracteriza-se como uma possibilidade de autonomia, menor impacto ambiental e social, além de uma melhor distribuição da posse da terra.

Apesar de a agricultura familiar estar presente desde os primórdios da história brasileira, é na década de 1990 que são criados os conselhos de gestão os quais se voltam aos interesses da mesma e somente em 2006 é sancionada a Lei da Agricultura Familiar e de Empreendimentos Familiares Rurais (Lei 11.326) que consiste na institucionalização de uma política voltada exclusivamente para ela, conforme destaca IBASE (2006). Esta lei é resultado da participação de organizações da agricultura familiar e dos movimentos sociais do campo que clamam pelo seu reconhecimento.

Historicamente, o Estado assume no processo de *modernização* brasileira um papel que confere pouca relevância aos movimentos sociais na construção de um projeto de desenvolvimento do país. As práticas para a *modernização* do Brasil decorrem da década de 1930, com influência direta do governo de Getúlio Vargas, o qual é seguido por seus sucessores. Trata-se de uma política “nacionalista” de desenvolvimento, fortemente apoiada pelo Estado. Uma outra estratégia de desenvolvimento, com um viés fortemente liberal, ocorre a partir da década de 1990.

A estratégia liberal de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que diminui a pressão sobre as organizações populares, estrutura-se a partir da dimensão financeira, ante a produtiva e a comercial. O Estado deixa sua intervenção direta, principalmente nas empresas estatais, as quais são em sua maioria privatizadas. Trata-se da minimização da ação estatal. Essa concepção de desenvolvimento confronta-se com uma outra que, contraditoriamente, elege a agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural.

Conforme aponta Carneiro (1997, p. 70.):

Eleger a agricultura familiar como protagonista da política orientada para o desenvolvimento rural, apesar de todos os impasses da ação pública, não deixa de ser um indicativo de mudanças na orientação (ao menos no discurso) do atual governo em relação à agricultura e aos próprios agricultores. Ainda mais quando se pretende ampliar o conceito de desenvolvimento com a noção de sustentabilidade incorporando outras esferas da sociedade, além da estritamente econômica, tais como: a educação, a saúde e a proteção ambiental.

No contexto analisado pela autora, este indicativo de centralidade da agricultura familiar e o teor do desenvolvimento com sustentabilidade tem na política do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, seu foco central. Há uma concordância na argumentação de Carneiro (1997), pois esta política tem um teor altamente produtivista que segue os mecanismos tecnológicos e organizacionais do modelo anterior. Avançar de fato no rompimento com este desenvolvimento implica em uma mudança na forma de produzir, comercializar, enfim, de viver.

Ainda que a idéia de desenvolvimento contida no Pronaf associe o aumento da capacidade produtiva à melhoria da qualidade de vida e à ampliação da cidadania no meio rural, a noção de sustentabilidade que o acompanha não implica, ao menos explicitamente, a opção por tecnologias alternativas ao padrão que vem sendo adotado até então. Ao assumir o compromisso com a democratização de informações (“gerenciais, de mercado e tecnológicas”), o governo não enfatiza a necessidade de implementar (e pesquisar) tecnologias apropriadas à forma de exploração familiar que possibilitem a redução de custos monetários de produtos, como, por exemplo, os de “qualidade natural”, em um contexto de megamercados e de alta competitividade. O estímulo do Pronaf ao “uso racional de fatores ambientais” não parece se sobrepor ao objetivo, este sim constantemente reforçado, de aumento da capacidade produtiva e da renda. Além disso, não se define claramente o conteúdo dessa racionalidade que, no texto, parece estar restrita à questão da “proteção ambiental”. Torna-se, portanto, difícil reconhecer a real possibilidade do governo em romper efetivamente com as práticas desenvolvimentistas do passado, pautadas na tecnificação, para se orientar na direção de um “novo paradigma de desenvolvimento rural” (CARNEIRO, 1997, p. 70).

O direcionamento desta política, cuja mensuração é visivelmente produtivista, além de não potencializar outra forma de desenvolvimento, pode acirrar problemas já desencadeados na década de 1970, quando da introdução da *revolução verde*, como o endividamento junto ao sistema financeiro, o uso indiscriminado de técnicas e tecnologias que gera uma forma de degradação da terra.

Outro aspecto a ser considerado quando há a referência da agricultura familiar, é que esta não se constitui em um bloco homogêneo. Ela é formada por agricultores que incorporam as tecnologias modernas e por aqueles que ainda produzem, utilizando instrumentos rudimentares. Entre eles existem aqueles que conseguem retornos financeiros e os que não obtém. É uma realidade, inclusive, que varia de acordo com as características políticas, culturais e naturais de cada território. Portanto, não é possível estruturar um projeto único de desenvolvimento sem provocar rupturas entre os diferentes grupos da sociedade.

Ao se analisar a agricultura familiar no Brasil é importante considerar o antagonismo e a relação conflituosa desta com a conjuntura mundial, principalmente em tempos de globalização. Há uma demanda crescente por alimentos e, especialmente, por aqueles que provocam menor agressão ao meio ambiente. Mas o meio para o aumento da produção depende do uso de tecnologias mais modernas, as quais nem sempre são adequadas às condições locais e a estratégias mais sustentáveis. As soluções para estas demandas e os conflitos gerados dependem do *jogo* de forças entre Estado, setor privado, movimentos sociais e organizações ligadas à agricultura.

Veiga (1996, p. 388) ressalta que uma agricultura direcionada ao combate da degradação ambiental, provocada pelo processo modernizador do século XX e a demanda por alimentos mais saudáveis constam das preocupações dos países desenvolvidos, que encontram as seguintes dificuldades:

Seus principais opositores dizem que uma população mundial de dez ou onze bilhões de habitantes em meados do século XXI só poderá se manter se a engenharia genética engendrar um novo salto de produtividade nas zonas nobres da agricultura moderna. Afirmam que o uso mais intensivo das melhores terras disponíveis com tecnologias já consolidadas é que minimizaria os custos econômicos e ambientais, pois incrementaria a biodiversidade nas terras menos aptas, que deixariam de ser cultivadas por força da globalização. Por isso, mudanças estratégicas motivadas por preocupações ambientais só agravariam a insegurança alimentar do globo. O melhor seria que os países periféricos desistissem definitivamente da auto-suficiência e importassem cada vez mais alimentos das nações que podem facilmente aumentar a oferta.

Para o referido autor, este é um dilema que se impõe e que exige definição, pois o aumento da produção para garantia da segurança alimentar requer tecnologias adequadas as diferentes realidades, principalmente de forma a atender os apelos ambientais. As práticas agroecológicas que se destacam como potencialidade de uma agricultura mais sustentável requer muito conhecimento e em contra partida tem baixa competitividade econômica e política, destoando da lógica global. A reversão da situação pode vir do aumento da demanda por alimentos mais saudáveis, o que incentivaria as pesquisas e a produção. Porém são mudanças que demandam tempo e conhecimento, além de um suporte de pesquisa e extensão direcionada a esta outra visão. Contrariamente ao pensamento de Veiga (1996), de modo geral, considera-se que esta perspectiva representa um novo paradigma para a agricultura, ou seja, requer mudanças na forma de produzir alimentos e na forma de vida, compreendendo a natureza como um patrimônio da humanidade, no desenvolvimento de cada território.

O jeito moderno de se produzir, a valorização da dinâmica urbano-industrial e da dimensão econômica resulta na construção de um modelo de desenvolvimento produtivista, baseado em um processo de *modernização* como forma de superação do atraso brasileiro em relação a outros países. O suporte para esse padrão de desenvolvimento, centrado na economia, tem na dimensão política e cultural sua base de sustentação. A seguir verifica-se o papel desempenhado pelo Estado para a materialização da forma moderna de se produzir, através da implantação de políticas que promova a mudança na base técnica, porém mantendo uma lógica de concentração da terra e o domínio político e econômico de uma pequena parcela da população.

3. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA: POLITICAS PUBLICAS E MUDANÇA NA BASE TÉCNICA

3.1. A *modernização* agrícola e suas implicações territoriais

O Sudoeste do Paraná corresponde a um território de agricultores familiares, porém não se trata de uma homogeneidade. Entre os 33.107 estabelecimentos rurais, com até 50 hectares existentes, em 1995, perfazem juntos 55% da área total dos estabelecimentos. Há desde agricultores familiares capitalizados e integrados ao processo de *modernização* agropecuária, até aqueles cujo retorno do trabalho das unidades produtivas agropecuárias mal lhes propicia condições de sobrevivência, independente de produzir ou não a partir de técnicas modernas.

Essas diferenças são produtos do processo histórico de cada produtor familiar, mas também da opção de desenvolvimento adotada no Brasil, conforme é analisado no capítulo anterior, assim como também faz parte deste as condições naturais de cada unidade produtiva, o tipo de tecnologias que dispõem, o acesso ao crédito etc.

A compreensão deste contexto é fundamental no entendimento da *modernização* da agricultura como uma expressão de poder que exerce influência, com ritmos diferenciados, na formação territorial do Sudoeste do Paraná e, a partir da qual, se estabelecem diferentes redes que aproximam ou distanciam este território de um projeto de desenvolvimento, que considere as possibilidades de emancipação humana, usando as bases em diferentes dimensões territoriais.

No Brasil a idéia de *modernização* da atividade agrícola materializa-se a partir da transformação da base técnica de produção, cujo discurso objetiva desencadear o crescimento econômico e, como conseqüência, o desenvolvimento que provoca o aumento da produtividade e melhoria para o bem estar da sociedade. Dessa forma, é preciso que a agricultura evolua a partir da lógica de incorporação de insumos modernos, como fertilizantes químicos; agrotóxicos; sementes selecionadas etc.

Esse discurso do desenvolvimento, sobre a *modernização* da base técnica da produção agropecuária, não considera que esta deva implicar em expansão, crescimento, *progresso* e também melhoria nas condições de produção e distribuição das riquezas geradas. A história mostra que a produção agrícola aumenta, mas não significa melhoria no acesso à produção gerada para todos. O que ocorre é um crescimento da produção agropecuária e a estruturação das cadeias produtivas, o que não propicia um desenvolvimento em sentido mais

amplo, que beneficie as dimensões culturais, políticas e naturais para parte significativa dos produtores rurais, especialmente dos pequenos.

A *modernização* da agricultura tem sido uma expressão utilizada para indicar a incorporação de tecnologias ao processo produtivo. Nesse país, ela significa a utilização de máquinas, implementos mecânicos e insumos químicos, visando o aumento da produtividade para atender demandas geradas por um processo de crescimento urbano-industrial. Essa mantém o caráter excludente e concentrador do uso das terras e em alguns casos inclusive, o potencializa.

Segundo Fleischfresser (1988), o conceito de *modernização* assume conotação explícita de alteração *tecnológica*, significando que as mudanças na base técnica da produção agrícola ocorrem devido à adoção de meios de produção de origem industrial e adquirida pelo mercado. Essa conceituação demonstra que as transformações na agricultura surgem como consequência da introdução de *novos* padrões de acumulação na economia, com crescente subordinação da agricultura ao capital industrial.

Para Costa (1992), a *modernização* da agricultura pressupõe, além da mudança na base técnica, uma alteração nas relações de produção e de trabalho, uma vez que a utilização das tecnologias aumenta a divisão social do trabalho e provoca o quase desaparecimento do trabalhador individual.

Silva (1996) também afirma que a *modernização* significa o processo de transformação da base técnica da agricultura, por meio da subordinação da natureza à lógica industrial. Para o referido autor, a industrialização do campo implica também numa mudança nas relações sociais de produção e nos seus instrumentos de trabalho, além de abrir espaço para a criação de uma indústria de bens de capital e insumos para a agricultura.

Porém, a *modernização* da agricultura pode expressar a idéia de adequação ao tempo atual. Nesse caso vive-se na era da tecnologia, da exclusão social, econômica e de incontestáveis problemas ambientais. Neste sentido, modernizar a agricultura significa realizar a produção em outro padrão tecnológico. No Brasil, mais efetivamente, a *modernização* não tem este sentido e, sim o da incorporação de técnicas que consolidem a constituição dos complexos agroindustriais, pelo caminho da industrialização da atividade agrícola.

A leitura do processo de *modernização* brasileira e a compreensão da dinâmica das mudanças na base técnica da produção agropecuária, embora estejam pautadas nos fatores que proporcionam o desenvolvimento tecnológico na agricultura e nas consequências do mesmo,

não se justifica por tais fatores e, sim a partir de uma análise da conjuntura local e global¹⁰ que é estruturada de acordo com o nexos que move o sistema capitalista: a produção e a ampliação do capital.

Uma das manifestações territoriais desta exclusão/concentração pode ser constatada no crescimento da produção para a exportação em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno. Assim é definida no Brasil, na década de 1960, uma política de crédito subsidiado, voltada especialmente para produtos primários de exportação, negligenciando as pequenas unidades agrícolas produtoras de alimentos com base no trabalho familiar.

Esse segundo grupo também é subordinado ao processo de crescimento urbano-industrial de forma a atender a necessidade de alimentos baratos e a oferta de mão-de-obra para a indústria. Os reflexos desses interesses expressam-se territorialmente, por exemplo, através da política de crédito concentrada nas regiões sudeste e sul; na produção de alimentos, realizada de modo geral nas unidades produtivas menos capitalizadas; na desvalorização da educação, com a extinção da maioria das escolas do campo.

O processo histórico de formação do território brasileiro define algumas áreas de ocupação pautada na pequena propriedade policultora e de base de trabalho familiar. Todavia, a forma como o pacote tecnológico é importado e implementado dificulta o acesso universal a ele, o que se expressa tanto em termos espaciais como em relação aos de produtores, pois, em muitos casos, as características naturais e as sócio-econômicas não condizem com sua implementação imediata, a exemplo do que ocorre no Sudoeste do Paraná, cuja realidade de alguns produtores ainda não se encontra efetivamente adequada a este modelo de *modernização* produtiva.

Assim, quando se vêem os agricultores familiares do Sudoeste do Paraná produzindo grãos, a partir do pacote tecnológico, considera-se que estão na contramão, pois atuam em uma área que é destinada para o *setor* produtivo e que resulta em um baixo grau de retorno e uma subordinação eminente. O que estes pequenos agricultores, em geral, realizam é uma espécie de *agronegocinho*¹¹. De modo geral, em um sistema de *commodities* a produção em pequena escala não traz retorno a esse produtor, apesar de no montante significar uma grande oferta de matéria-prima ao mercado. Outro aspecto negativo para estes produtores é a

¹⁰ Segundo Gonçalves Neto (1997), o país que buscava a substituição de importações e para este canal dirigia seus recursos, torna o *Estado dependente da agricultura* e gera dois tipos de decisões que afetam o setor agrário: sobrevalorização da moeda nacional, para punir as importações e controle dos produtos agrícolas de subsistência, de forma a não pressionar o custo de salários para a indústria.

¹¹ A expressão *agronegocinho* é utilizada por representantes de organizações da agricultura familiar para criticar a presença da produção de *commodities* nas pequenas unidades de produção familiar. A idéia é manifestar que essas unidades de produção realizam a atividade agrícola nos moldes da grande propriedade.

dependência dos insumos modernos, cujos preços variam na proporção inversa da quantidade adquirida.

Esta situação pode ser visualizada através do exemplo de um produtor rural de Francisco Beltrão que possui 04 (quatro) hectares na Comunidade do Km 20. Nesta área são plantados 03 hectares de soja (safra 2005/2006), e colhidas 70 sacas, vendidas a R\$ 22,00. O custo da produção é de R\$ 1.693,00. Nessa situação o agricultor teria um prejuízo de R\$ 153,00. Como este realiza financiamento, via Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF) de R\$ 2.500,00 apresenta dificuldades para quitar a dívida, mas, uma vez que recorre ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) não tem “prejuízos”.¹²

Outro agricultor do mesmo município, morador da Comunidade Seção Jacaré, proprietário de 08 hectares, planta 5 hectares de soja, e colhe 80 sacas. O custo desta produção é o seguinte:

Quadro 01 – Demonstração do custo da produção de soja, safra 2005/2006.

Atividade referente à produção de soja	Quantidade	Custo total em reais
Manutenção de máquinas	1	1.000,00
Combustível	500 litros	1.000,00
Sementes	05 sacas	500,00
Fertilizantes	10 litros	500,00
Herbicidas	10 litros	200,00
Inseticidas	2 quilos	100,00
Fretes	1 frete	200,00
Gasto total	-	3.500,00
Venda do produto	80 sacas	1.760,00
Diferença entre receita e custo	-	-1.740,00

Fonte: dados obtidos em entrevista com produtor em junho 2006.

Na situação expressa, no quadro anterior, o agricultor tem, no final da safra, um saldo negativo de R\$ 1.740,00. No cálculo, o mesmo não considera depreciação dos equipamentos, mão de obra etc. Como o agricultor não fez financiamento da lavoura, os recursos para pagamento dos custos são retirados da produção obtida do aviário, integrado à Sadia, que o mesmo possui. Embora se esteja analisando dados de um ano agrícola de frustração de safra, estes não deixam de representar uma dificuldade desse tipo e forma de produção para o pequeno produtor agrícola mercantil.

¹² Dados obtidos em entrevista com o agricultor, em junho de 2006. O mesmo afirma ter conseguido Proagro, mas não tinha conhecimento do valor definido.

A seguir, demonstrar-se-à, na tabela 03, com base em uma proposta simples de custeio agrícola, um comparativo de produção e produtividade de um produtor rural de Dois Vizinhos/PR.

Tabela 03 – A produtividade agrícola de uma propriedade rural da Comunidade de Maracajá, no município de Dois Vizinhos – PR.

Safr	2002/2003		2003/2004		2004/2005		2005/2006		2006/2007	
	Área (ha)	Kg/ha								
Milho	12,1	8.200	9,68	7.890	12,1	8.200	19,36	7.800	14	7.800
Soja	9,68	3.150	12,1	3.100	9,68	3.200	-	-	7,3	3.150
Fumo	-	-	-	-	2	3.000	2	3.000	-	-

Fonte: Proposta/Plano Simples para custeio agrícola, 2006.

A previsão de gastos por hectare na safra 2006/2007, para a cultura da soja, da unidade produtiva apresentada na tabela 03, está assim distribuída: R\$ 104,48 em serviços para preparo do solo; R\$ 213,20 gastos com insumos para preparo imediato; R\$ 42,00 em serviços no trato da cultura da soja e R\$ 243,68 em insumos. Para a colheita, a previsão é de R\$ 84,88 e a assistência técnica R\$ 13, 76.

Nesta propriedade o custo da produção e colheita de soja é de R\$ 702,00 por hectare. A produtividade é de 3.150 Kg por hectare. A soja, em outubro de 2006, é comercializada a um preço médio de R\$ 26,45 a saca. Nesse caso o agricultor obtém com a produção de soja um valor total de R\$ 1.388,62 por hectare, o que significa um rendimento de R\$ 686,60/ano por hectare ou um rendimento de R\$ 434,86/mês. No plano apresentado, o resultado obtido é positivo e apresenta viabilidade financeira.

Com base nas informações da Proposta/plano Simples de Custeio Agrícola, apresentadas na tabela 03, é elaborado um quadro de viabilidade econômica. Entretanto, observa-se que a produtividade esperada da soja está acima da média do município, que é de 2,4 kg/ha nas safras de 2004/2005 e 2005/2006. O problema, nesta situação, consiste na dificuldade de pagamento do financiamento a partir do valor obtido com a comercialização da safra.

Casos semelhantes a esse são encontrados em várias unidades agrícolas pesquisadas, demonstrando a importância que o PRONAF¹³ assume no contexto da agricultura familiar, no Sudoeste do Paraná, como por exemplo, em situações como das safras de 2003/2004 e 2004/2005, em virtude de estiagem prolongada que afeta a produtividade. Todavia, tornam-se necessárias alternativas para pequenos produtores agrícolas mercantis, pois o financiamento

¹³ Em decorrência da importância do crédito agrícola é que este ganha destaque nesta pesquisa.

tem servido de fonte de renda e não de fomento à produção, principalmente em momentos de crise na produção/comercialização agrícola.

Quadro 02 - Viabilidade econômica da produção de soja de uma propriedade rural da Comunidade de Maracajá, no município de Dois Vizinhos - safra 2006/2007.

RECEITA			10.136,96	
Produto	Produtividade (kg/ha)	Área (ha)	Preço (R\$/Kg)	Receita (R\$)
Soja	3.150	7,3	0,44	10.136,96
DESPESAS			6.327,41	
Discriminação	Taxa	Referência	Despesa prevista	
Assistência técnica	1	% a.a	50,96	
Encargos/juros	8,75	% a.a	445,95	
Recepção/limpeza/secagem	3	% receita	304,1	
INSS	2,3	% receita	233,15	
Fundo/cota capital	1	% receita	101,36	
Proagro	2	% orçamento	101,93	
Frete e aluguel colheitadeira	10	% receita	1.013,67	
Serviços para preparo do solo	R\$		758,52	
Insumos para preparo do solo	R\$		1.547,83	
Serviços para o trato da cultura	R\$		304,92	
Insumos para trato da cultura	R\$		1.769,12	
RESULTADO	R\$		3.809,55	

Fonte: Proposta/Plano Simples para custeio agrícola.

Outra questão relevante refere-se ao pagamento do seguro agrícola, que em virtude de seu valor elevado, acaba não sendo contratado pelos agricultores. Assim, quando ocorre frustração de safra, estes precisam arcar com os prejuízos. Este fato, nos últimos anos, tem sido também um motivador ao financiamento da lavoura, conforme observado no trabalho de campo.

A *modernização* tecnológica para o pequeno produtor agrícola mercantil tem representado maior dependência em relação ao capital e menor ganho financeiro quando comparado ao grande produtor.

Apesar das condições dos pequenos agricultores mercantis serem precárias, na frustração de safras, como a ocorrida nos últimos anos, especialmente 2004 e 2005, atinge a todos os agricultores, independente do tamanho de seu estabelecimento. A forma de produzir, baseada no mecanismo de preços diferenciados praticados no mercado e, a dependência de insumos externos à propriedade canaliza a renda do agricultor para outros setores da economia, o que exige, cada vez, mais sacas de produtos agrícolas para aquisição dos insumos e máquinas, fatores indispensáveis para a produção *moderna*.

Uma característica básica da *modernização* tecnológica da agricultura é a diminuição da necessidade do uso da mão-de-obra. Ao potencializar o capital, em relação ao trabalho, surge a possibilidade do aumento da área produzida. No Sudoeste do Paraná, onde não se tem mais terras para ocupação, ocorre uma sub-utilização da força de trabalho, que por sua vez forçar a saída do campo.

É neste contexto que se procura compreender como se constitui o processo de *modernização* capitalista da agricultura brasileira e suas implicações territoriais.

3.2. Mecanismos para a *modernização* agrícola brasileira

O Estado tem sido um dos responsáveis pela garantia das condições de sustentação da lógica capitalista e as políticas públicas são utilizadas como instrumento do governo para garantir seus objetivos, mas contraditoriamente, às vezes, estas mesmas políticas fomentam condições de instabilidade que potencializam o empoderamento de outros agentes, como movimentos sociais, Organizações Não Governamentais etc.

No quadro 03 são apresentadas as particularidades do local e em um contexto nacional, as políticas e ações macro como o Sistema Nacional de Crédito Rural, Preços mínimos, Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, pesquisas tecnológicas, entre outras, demonstrando que estas se manifestam no Sudoeste do Paraná em períodos concomitantes ou diversos, porém possibilitam mudança na base técnica de produção da agricultura.

Desde o início do século XX, o Brasil ensaia a sua *modernização* por meio de mudanças políticas, culturais e econômicas. A partir da década de 1930 e, mais especificamente da Segunda Guerra Mundial, com a desestruturação do complexo rural e o aumento do mercado consumidor, as condições materiais exigem aumento na oferta de produtos agrícolas para atender as demandas do mercado interno.

Quadro 03 - Esquema da *modernização* agrícola no Sudoeste do Paraná.

Período	Características no Sudoeste do Paraná	Características brasileiras
Década de 1930 a 1950:	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Povoamento e colonização EFETIVA; ➤ Presença do Estado – CANGO; ➤ Pequena propriedade; ➤ Produção de alimentos (feijão e suínos); ➤ Comerciante local. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Perda de importância do complexo rural; ➤ Formação da indústria a jusante da agricultura; ➤ Implantação de estradas; ➤ Industrialização brasileira; ➤ Marcha para o Oeste.
Década de 1960	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sementes selecionadas; ➤ Introdução da “soja solteira”; ➤ Assistência técnica e extensão rural – ACARPA; ➤ GETSOP; ➤ ASSESOAR; ➤ Comerciante local. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantação do SNCR; ➤ Projeto de desenvolvimento industrial do Paraná; ➤ Política de Garantia de Preços Mínimos; ➤ Criação do Estatuto do Trabalhador Rural; ➤ Criação do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; ➤ Avanço da frente de migração interna para Centro Oeste brasileiro.
Década de 1970	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Utilização da força mecânica; ➤ Implantação das cooperativas; ➤ Lojas de produtos agroveterinários. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reestruturação das cooperativas agrícolas; ➤ Constituição de cadeia agroindustrial; ➤ Urbanização.
Década de 1980	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Uso de insumos químicos; ➤ Força mecânica; ➤ Cooperativas; ➤ Crescimento das cidades; ➤ Implantação de agroindústrias – CAIS. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diminuição do Crédito subsidiado; ➤ Aumento das exportações dos produtos agroindustriais.
Década de 1990	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Plantio direto; ➤ Crédito para agricultura familiar; ➤ Agroindústrias: CAIS; ➤ Desenvolvimento de políticas de desenvolvimento local; ➤ Agroindústrias familiares e artesanais. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aceleração da abertura econômica, desregulamentação do mercado e reestruturação produtiva; ➤ Crescimento econômico; ➤ Privatizações; ➤ Verticalização agrícola e agroindustrial; ➤ MODERFROTA; ➤ PRONAF.

Fonte: Organizado pela autora.

No capítulo 1, abordá-se que, neste contexto, estrutura-se como uma área de pequenos agricultores mercantis, com base no trabalho familiar, os quais produzem para o autoconsumo e vendem o excedente produzido, de modo a ampliar a oferta para o mercado nacional. À medida que mudanças políticas e econômicas ocorrem no país, estas também têm

suas manifestações no Sudoeste do Paraná. Paulatinamente as condições de produção são alteradas, embora permaneçam formas tradicionais de produção, consumo e organização econômica e cultural.

A *modernização* agrícola, efetivada a partir da década de 1960, significa a articulação crescente com os capitais financeiro, comercial e industrial para a acumulação ampliada de capital. Em contrapartida, ao mesmo tempo, representa para os pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e peões - os excluídos e marginalizados pelo processo de *modernização* - um período das dificuldades. Neste ocorre o aumento da produção e da produtividade da agricultura brasileira e a intensificação nas desigualdades sociais.

Conforme se pode observar, no quadro 03, os diversos momentos e os fatores que caracterizam a *modernização* agrícola não são isolados e são interligados por um sistema de redes de poder que, através de diferentes mecanismos, territorializa uma forma de produção e materializa uma concepção de desenvolvimento no qual o Estado se fundamenta.

3.2.1. O Estado e a subordinação da renda agrícola via crédito fundiário

O Estado, a partir da década de 1960, assume o papel de financiador do projeto de transformação da base técnica de produção da agricultura brasileira, numa lógica excludente e concentradora, na qual o crédito agrícola é um instrumento prioritário, no direcionamento político. Mais uma vez, o Estado assume uma condição protecionista, em defesa do desenvolvimento capitalista.

Para Hespanhol (1999), a atuação do Estado no processo de *modernização* da agricultura se constitui em uma garantia de lucratividade ao capital, quer através das estratégias políticas quer através de sua ação direta como agente econômico.

Delgado (1997) também afirma que, com a atuação do Estado, entre os períodos de 1930 a 1980, o Brasil se transforma em um país industrializado e urbanizado, com uma agricultura adaptada às pressões da demanda econômica, marcado por profunda heterogeneidade social e regional. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) contribui nesta formatação, bem como na territorialização desigual dos recursos e da infra-estrutura para a *modernização*.

Tal desigualdade pode ser visualizada, por exemplo, nas condições precárias de transporte no Sudoeste do Paraná até a década de 1960, pois trata-se de um espaço praticamente isolado do restante do país como tantas outras e, embora esteja ocupado antes do

século XX, somente após a década de 1960 passa a contar com uma infra-estrutura mais adequada e a participar de forma mais direta da lógica mercantil de exploração capitalista.

A *modernização* da agricultura brasileira, financiada inicialmente pelo Estado, através do SNCR, provoca uma situação de dependência em relação ao capital financeiro que persiste até os dias atuais. As mudanças na base da produção implicam no uso de insumos externos à unidade de produção. Estes são produtos considerados de custo elevado, apesar da parcela significativa produzida no Brasil.

Essa situação de dependência afeta todos os segmentos de produtores rurais, mas são os pequenos os mais prejudicados, uma vez que o grande produtor, muitas vezes, possui outras fontes de renda, distribuídas em outras atividades econômicas.

A *modernização* da agricultura não significa um processo de mudança na base técnica da agricultura brasileira como um todo, ao contrário, o qual se concentra principalmente nas regiões Sudeste e Sul e parte da região Centro-Oeste brasileiro. As demais regiões mantêm uma expressiva agricultura tradicional. Embora inúmeros estudos tenham destacado o caráter espacial e social seletivo do SNCR, considera-se importante reforçar que, mesmo nas áreas citadas, como as beneficiadas pelo processo de *modernização*, este não é homogêneo e são os grandes proprietários¹⁴, comumente, entendidos como improdutivos os que mais se beneficiam com os recursos abundantes do crédito. Enfim, o Estado estabelece pelo mecanismo do crédito condições de mudanças e/ou permanências territoriais, as quais se manifestam nas mais diversas formas de poder.

3.3. Relações de poder efetivadas, através do crédito rural, nas mudanças e permanências no território brasileiro

A institucionalização do crédito rural, é realizada pelo federal, em 5 de novembro de 1965, a Lei n. ° 4.829, que o como: “o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou as suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor”. (Brasil. Leis e decretos etc. apud GONÇALVES NETO, 1997, p. 160). Também compõem a lei, os objetivos que demonstram a importância do crédito para racionalizar a produção, a comercialização, o beneficiamento e o conseqüente aumento da produtividade, especialmente do pequeno e médio produtor. Para tal finalidade, coloca-se

¹⁴ Os maiores beneficiados são os grandes proprietários, pois as políticas decorrentes nem sempre garantem que os recursos sejam aplicados no setor agropecuário, muitos utilizam os recursos do crédito para se capitalizarem ou se beneficiam da política agrícola do período, via deduções em imposto de renda, de pessoa física ou outros mecanismos passíveis de serem adotados.

como intermediário os bancos oficiais e privados do Brasil que devem servir às seguintes modalidades de crédito: custeio, investimento e comercialização.

Os recursos provêm da fonte do tesouro e das normatizações que prevêm, entre outras, investimentos de pelo menos 10% dos depósitos efetuados e as taxas de operações, sob o crédito rural devem ser inferiores a $\frac{1}{4}$ às taxas máximas admitidas pelo Conselho Monetário Nacional. Enfim, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), procura estimular a participação e ampliação dos bancos estatais e privados no financiamento da produção e comercialização da agropecuária, com vistas a sua *modernização* técnica, pois esta sempre está atrelada às exigências de acesso ao crédito oficial.

Numa conjuntura nacional de valorização da indústria em relação à agricultura, não se pode desconsiderar que o SNCR é um elemento compensatório para o segmento agrário, principalmente em função dos subsídios concedidos. Porém, as compensações são desigualmente distribuídas, pois, os pequenos produtores agrícolas mercantis, que não participam da *modernização* e não utilizam insumos modernos, são excluídos do sistema de crédito. Mas em um momento em que os preços dos produtos sofrem controle por parte do Estado, com vistas a não encarecer o preço da cesta básica, os produtores familiares são afetados e muitas vezes prejudicados por essa política.

Na tabela 04 demonstra-se o total de recursos destinados ao crédito rural brasileiro, no período entre 1969 e 2005, cujos valores acompanham os projetos de desenvolvimento pensado para o espaço agrícola brasileiro, ora com mais ora com menos investimentos, atendendo os interesses de introdução e solidificação da produção, pautados em tecnologias modernas e na aliança entre os agentes do capital industrial nacional e internacional.

Com base nos dados observados, é possível identificar três grandes períodos no montante de crédito rural, de 1969 a 2005, sendo eles: de 1969 a 1984; de 1985 a 1996 (período com muitas oscilações) e após 1996, com a criação de um programa governamental de crédito, voltado especificamente para a agricultura familiar, o PRONAF. A seguir, será apresentada a análise das principais características destas etapas.

No primeiro período, entre 1969 a 1984, com relação ao crédito rural, apesar das diminuições após 1980, o Estado realiza fortes investimentos, mais de 50% desses são destinados ao custeio das atividades agrícolas, sendo o restante dividido em uma menor parte aos investimentos e, a maior à comercialização, principalmente para garantia das políticas de preços mínimos e das Aquisições do Governo Federal (AGF).

Tabela 04 – Recursos destinados ao Crédito Rural no Brasil – em valores constantes.

Ano	moeda	Valor corrente	Valor em real R\$	Variação anual
1969	NCr\$	6.489.098.000	20.509.593.233	
1970	Cr\$	9.297.980.000	24.471.627.130	19,32
1971	Cr\$	12.869.711.000	28.305.633.409	15,67
1972	Cr\$	18.668.785.000	34.995.657.024	23,63
1973	Cr\$	30.333.919.000	49.483.701.395	41,4
1974	Cr\$	48.272.761.000	61.193.704.406	23,66
1975	Cr\$	89.997.117.000	89.222.265.939	45,8
1976	Cr\$	130.226.160.000	91.407.992.309	2,45
1977	Cr\$	165.858.671.000	81.606.855.998	-10,72
1978	Cr\$	233.942.454.000	82.972.444.673	1,67
1979	Cr\$	448.730.894.000	103.398.703.540	24,62
1980	Cr\$	859.193.128.000	98.883.703.540	-4,37
1981	Cr\$	1.564.090.171.000	85.768.288.700	-13,26
1982	Cr\$	2.960.272.886.000	83.055.470.548	-3,16
1983	Cr\$	5.687.785.916.000	62.696.028.504	-24,51
1984	Cr\$	11.138.665.520.000	38.295.312.903	-38,92
1985	Cr\$	51.705.203.320.010	54.609.552.670	42,6
1986	CZ\$	186.780.085.648	81.432.459.759	49,12
1987	CZ\$	478.278.934.444	64.193.372.304	-21,17
1988	CZ\$	2.648.106.745.503	45.298.227.681	-29,43
1989	NCz\$	34.335.066.599	41.365.142.861	-8,68
1990	Cr\$	557.089.210.701	23.631.938.116	-42,87
1991	Cr\$	2.958.342.825.718	24.381.454.961	3,17
1992	Cr\$	35.799.339.489.152	27.033.730.009	10,88
1993	CR\$	677.434.965.235	23.213.996.925	-14,13
1994	R\$	8.921.742.735	37.809.348.881	62,87
1995	R\$	6.481.597.114	17.205.837.636	-54,49
1996	R\$	6.293.201.099	15.037.948.687	-12,6
1997	R\$	9.939.522.275	21.787.873.298	44,89
1998	R\$	11.133.827.728	23.729.879.384	8,91
1999	R\$	11.786.166.115	22.562.375.072	-4,92
2000	R\$	13.779.503.344	23.187.602.466	2,77
2001	R\$	17.942.118.196	27.356.477.030	17,98
2002	R\$	22.443.322.771	30.147.139.721	10,2
2003	R\$	31.102.681.808	34.025.792.975	12,87
2004	R\$	40.446.483.895	40.446.483.895	18,87
2005	R\$	41.975.598.412	41.975.598.412	-0,98

Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento de Supervisão Indireta e Gestão da informação. Divisão de informações Contábeis, Econômicas financeiras e de Créditos Especiais. Registro Comum de Operações Rurais. Deflator interno do BC.

O SNCR representa o principal instrumento da política agrícola do período no sentido de viabilizar a *modernização*; serve de articulador e reestruturador dos institutos específicos de produtos como café, trigo, cacau; além de fortalecer as estruturas para o crescimento da agricultura capitalista modernizada. Através dos pactos firmados ou mantidos com diferentes segmentos das oligarquias rurais, o grande proprietário é, novamente, aquele que obtém maior apoio, através de uma organização fiscal e financeira. Assim, possibilita a transformação da sua base técnica produtiva ou apenas a manutenção econômica e social como em políticas anteriores, sustentadas pelos institutos de produtos ou regiões. Como é salientado, anteriormente, um sistema constituído a partir de diferentes alianças garante a desoneração dos riscos produtivos e a integração técnica agricultura – indústria ao mesmo tempo em que mantém os privilégios da oligarquia rural, principalmente das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

O crédito rural, conforme se pode observar na tabela 4, entre 1969 e 1984, apresenta um incremento significativo nos primeiros anos e os recursos, para este, têm por base os depósitos à vista nos bancos públicos e privados. A partir da década de 1980 observa-se uma redução brusca no montante do crédito, assinalando a dificuldade de manutenção da política de crédito nos patamares em que se constitui. Entre 1980 e 1984 os recursos destinados ao crédito seguem uma tendência inversa àquela verificada até 1975.

Nesse sentido, Delgado (1997) afirma que o crédito, no auge de sua expansão, em 1976, significa um valor equivalente ao PIB da agricultura (cerca de 20 bilhões de dólares), no final da década de 1980 passa a equivaler cerca de 20% do PIB do *setor* agrícola do período. Sucintamente, ocorre um incremento no crédito até 1980 e uma redução a partir de então.

Conforme observa Martine (1991), no período de 1980-1984 ocorre a redução¹⁵ do crédito rural e a quase eliminação dos subsídios, provocando uma diminuição no montante de aplicação destinado a produção agropecuária, em um momento de retração do crédito e diminuição dos preços internacionais. Entretanto, a produção agropecuária não diminui, mantém um bom desempenho, o que pode ser explicado pelo redirecionamento do sistema de crédito, que não elimina os beneficiários, mas os seleciona, de modo que estes recebam mais

¹⁵ Segundo Gonçalves Neto (1997), além da crise inflacionária que assola o país a partir da década de 1980, um dos fatores de diminuição dos recursos destinados ao crédito rural, tem relação direta com o envolvimento dos bancos comerciais e sua diminuição na participação dos empréstimos, pois com o aumento da inflação ocorre uma diminuição dos depósitos à vista e os bancos privados na prática ficam desobrigados a investirem no setor de acordo com o que previa a lei. Assim de 50% do total de recursos do crédito total, em 1968, que é responsabilidade dos bancos comerciais, o percentual cai para a faixa de 20% no final da década de 70 e persiste na década de 1980.

subsídios do que antes. Tal fato pode ser observado pelo crescimento da produção de cana-de-açúcar (produto subsidiado pelo PROALCOOL), trigo, soja, cacau, laranja e algodão, todos beneficiados por mecanismos de controle e ajuste, que, portanto consegue garantir bom desempenho, mesmo em momentos de retração econômica.

Por outro lado, segundo Martine (1991), o redirecionamento e a seletividade adotada pelo sistema de crédito e subsídios diminuem a atratividade da agropecuária, tanto no que se refere à produção como à especulação anteriormente citada, proporcionando condições de certo crescimento no número de pequenas propriedades. É evidente que tal tendência não chega a alterar a estrutura fundiária, nem tem caráter de permanência, pois o retorno dos incentivos financeiros apresenta tendência à expulsão dos pequenos produtores agrícolas mercantis.

O segundo momento, entre 1985 e 1996, é marcado por várias mudanças na moeda brasileira com oscilações constantes na evolução dos recursos. O que pode ser expresso pelo crescimento de 49,12% em 1986 em relação ao ano anterior e uma queda de 42,87% entre 1989 e 1990. Neste contexto, o valor destinado ao crédito retoma o crescimento, sofrendo nova queda entre 1987 e 1988. Trata-se de um período de mudança de moedas (1986 – 1988) e a institucionalização do Plano Cruzado provoca certa estabilidade nos preços.

É uma fase marcada pela ocorrência de super-safras, aumento da produção e da demanda gerada, especialmente, pelo Plano Cruzado e pelo Programa de governo que enfatiza melhoria na situação de nutrição da população, além do aumento do emprego urbano, sustentado por incentivos à exportação de produtos industriais e do aumento da demanda interna por produtos agrícolas.

A política no período motiva um aumento da produção e promove um maior acesso da população aos bens de consumo não-duráveis, mas a retomada da crise, a partir de 1987, faz com que o governo eleve as taxas de juros ao crédito rural oficial e deixe de sustentar os preços dos produtos agrícolas; os níveis de produção e renda dos complexos agroindustriais e da agricultura (especificamente para alguns produtos) têm sido mantidos em função do mercado externo, tendo por base um forte investimento público.

Todavia, cabe ressaltar que, novamente, são os grandes produtores agropecuários os mais beneficiados com todo esse processo de distribuição de crédito agrícola, em contrapartida, o pequeno produtor agrícola mercantil, que em geral utiliza técnicas tradicionais, não consegue produzir nas mesmas condições para o mercado internacional, e o mercado nacional não oferece rendimentos suficientes para a sua sobrevivência, lembrando ainda que os produtos produzidos por esses, geralmente, chegam aos centros urbanos por

intermédio de atravessadores, muitas vezes institucionalizados na figura das Centrais de Abastecimentos (CEASAS).

Por se tratar de um período de oscilações é possível observar, nos anos de 1991 e 1992, um aumento no crédito, em decorrência de quebras de safras, o que provoca inclusive uma intervenção no Programa de Garantia de Preços Mínimos, em um período de retração do Estado e de abertura econômica.

No que tange às mudanças no direcionamento do Estado e de suas políticas agrícolas, Belik e Paulillo (2001, p. 99) asseveram:

O que restou como política agrícola, a partir da segunda metade dos anos 80, foram as ações compensatórias e pontuais para segmentos específicos do agro. Nesse processo as cadeias agroindustriais, de modo geral, sofreram uma rápida perda de regulação com relação à organização e aos incentivos setoriais. Isso não significou um grande impacto nas esferas da produção e da renda nos segmentos agropecuários do país. Analisando-se os dados de produção agrícola na década de 80 vai se constatar que a produção de grãos cresceu, assim como as carnes de aves, cana-de-açúcar, suco de laranja e outros. A explicação para essa aparente contradição está na maturidade e estabilidade desses setores específicos assim como as suas formas de financiamento e sustentação paralelas.

Nesta fase, o Estado diminui o financiamento direto da *modernização* agrícola. O mercado é quem deve direcioná-la, geralmente em nível internacional. *Novas* bases técnicas de produção e comercialização se impõem. Constata-se uma tendência para a internacionalização da economia e da integração de capitais sob o comando direto do grande capital. O financiamento, antes feito pelo Estado, é assumido por grupos privados provenientes da indústria, de *trading companies* e de outros agentes os quais financiam seus grupos de interesses e os setores mais organizados sem a intervenção estatal. Ao mesmo tempo, o financiamento realizado por esses novos agentes, industriais e financeiros, é uma forma para se controlar e dominar muitos produtores agropecuários. Há uma relação muito íntima, de complementaridade, entre Estado e os agentes do capital, que se territorializam constantemente no espaço agrário brasileiro.

A partir de 1996, observa-se o terceiro momento na estruturação do crédito rural brasileiro, com a instituição do PRONAF, quando o valor destinado ao crédito agrícola apresenta crescimento ano após ano. Esta forma do crédito tem sido considerada, por agricultores e lideranças, como um avanço na distribuição e acesso dos agricultores familiares a formas de financiamento, mas, por outro lado, representa uma forma de sujeição do agricultor ao Estado e ao capital financeiro.

Neste contexto, tem se tornado corrente a indagação por parte das entidades representativas dos agricultores familiares sobre o papel desempenhado pelo PRONAF. O questionamento não tem como centralidade o acesso a este, mas sim como a sua administração, nas unidades de produção, tem tornado o agricultor refém do crédito. O próprio Governo Federal volta suas atenções para a ação do mesmo, na forma como vem sendo aplicado, para melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar. Nesse sentido, o governo requisita, em 2006, uma pesquisa do IBASE para verificar os resultados obtidos pelo PRONAF.

3.3.1. O crédito como forma de subordinação do pequeno produtor agrícola mercantil

Historicamente o crédito tem um papel fundamental na agricultura e este permanece na atualidade. No Sudoeste do Paraná, o uso deste é bastante significativo. Sob um olhar atento aos dados pesquisados, em trabalho de campo, constata-se que 87% dos agricultores financiam a safra 2005/2006. Também verifica-se que 76% dos produtores entrevistados têm financiamentos realizados para investimentos a pagar, referentes aos anos anteriores. Esses dados demonstram o endividamento de muitos agricultores no Sudoeste do Paraná e a necessidade de repensar a forma como o crédito vem sendo utilizado. Em períodos de crise e frustração de safras, como as verificadas em 2004, 2005 e 2006, têm se tornado comum, a utilização do crédito, em especial do chamado Pronafinho¹⁶ que tem se destinado à compra de produtos para o autoconsumo da família.

Dados da produção agrícola nas safras de 2004/2005 e 2005/2006 têm demonstrado prejuízos. Os custos têm se mantidos elevados e a quantidade de recursos que, o agricultor, precisa dispor para aquisição de tratores, colheitadeiras e implementos, tem aumentado. Na safra 2006/2007, há uma redução nos custos de produção da soja e do milho, embora o crédito permaneça importante para garantir a produção.

O que se pode inferir é que tem ocorrido uma forma de drenagem do rendimento da produção agrícola para os agentes industriais e financeiros, semelhante ao processo ocorrido na colonização do sudoeste - papel desempenhado pelo comerciante local.

Uma questão que toma vulto nos últimos anos, no Sudoeste do Paraná, diz respeito ao endividamento dos agricultores. De acordo com os dados obtidos em trabalho de campo

¹⁶ O pronafinho é uma linha de crédito do PRONAF destinada aos agricultores com renda bruta anual de até R\$8.0000,00.

86% dos agricultores utilizam crédito, principalmente, para custeio das lavouras. A falta de pagamento das dívidas pode resultar em um processo de expropriação.

Em contrapartida, as condições vividas pelos agricultores fazem com que constantemente eles tenham que recorrer ao crédito, formando um círculo vicioso: crédito – produção – crédito. Nessa situação o acesso ao crédito é fundamental para a garantia de produção.

Nestas entrevistas, constata-se que os maiores produtores não utilizam crédito, muitos custeiam a produção com recursos próprios. Todavia, em decorrência da frustração de safras, alguns destes entrevistados declaram que intencionam financiar a produção, como forma de obter o seguro das lavouras, pois assim o custo deste fica menor.

O PRONAF é considerado como um avanço na distribuição e acesso dos agricultores familiares ao crédito, porém, sua utilização, ano após ano, tem se configurado como uma forma de sujeição do agricultor ao Estado e ao capital financeiro. Parte do rendimento do agricultor é canalizada pelo sistema financeiro no formato dos juros. Há uma transferência, no mercado, de uma parcela do trabalho agrícola aos agentes do capital, como mostra Boneti (2005).

Uma característica encontrada no Sudoeste do Paraná é a de uma parcela significativa de agricultores não ter o título da terra em seu nome ou de possuir mais de um cadastro rural. O que em alguns casos favorece o uso do PRONAF por agricultores, que não podem ser enquadrar em determinadas categorias.

Se o SNCR, na década de 1960, serve de base estrutural para implantação do pacote tecnológico, a diminuição deste montante não significa um rompimento com esta forma de produção. Em um contexto, pós década de 1980, de readequação do Estado e de sua diminuição, enquanto agente econômico, o papel estatal assumido possibilita que empresas passem a atuar como financiadoras da agricultura, aumentando a extração da renda agrícola em diversas atividades econômicas. Na atualidade, a distribuição de crédito, realizada através do PRONAF, assume um discurso, tanto por parte do Estado como de entidades ligadas à agricultura familiar, que é exaltado como um instrumento solidário, possibilitando condições para a produção agrícola, porém camufla uma forma de dependência por parte do agricultor e o processo de canalização de renda.

3.4. Política de Garantia de Preços Mínimos e a *modernização* agropecuária

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), criada desde a década de 1960, é uma forma de garantia oferecida pelo Governo Federal de preços mínimos para determinados produtos agrícolas. Embora se trate de uma política mais intimamente ligada ao abastecimento interno, significa, no processo de *modernização* agropecuária brasileira, uma garantia às mudanças no padrão técnico de produção. As políticas de Aquisição do Governo Federal (AGF) e de Empréstimo do Governo Federal (EGF) constituem os principais instrumentos de ação de tal política. A AGF tem por objetivo manter a renda dos produtores através da manutenção de preços mínimos, enquanto a EGF é um mecanismo de financiamento à estocagem, que permite ao produtor aguardar uma melhor época para a venda da produção.

Segundo Delgado e Conceição (2005, p. 27):

[...] O governo interviria toda vez que o preço de mercado se situasse abaixo do preço mínimo, comprando o excedente. Por outro lado, caso o preço de mercado estivesse em níveis muito elevados, definido por um critério de preço de intervenção – o Preço de Liberação de Estoque preestabelecido –, haveria desmobilização dos estoques. (Disponível em www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/108/guilherme_junia.pdf. Acesso em 2007).

Vale destacar também a importância da Política de Garantia de Preços Mínimos inicialmente como uma forma de segurança para a mudança na base técnica que, a partir da década de 1960, toma vulto e é direcionada aos produtores, cooperativas ou a intermediários que comprovem que pagam aos produtores o preço mínimo fixado. Esta política tem por objetivo principal a diminuição dos riscos e incertezas do processo produtivo para acompanhar a atividade agropecuária, principalmente em um cenário de mudança na base técnica e na própria pauta dos produtos produzidos. Representa, portanto, a garantia de renda e estabilidade de preços mínimos aos produtores e intermediários.

As opções para garantia desta política ocorrem, através dos Empréstimos do Governo Federal e das Aquisições do Governo Federal, tendo como agente financeiro o Banco do Brasil. Todavia, na prática, os preços pagos não diferem daqueles praticados pelo mercado, ficando inclusive abaixo destes, o que não serve de estímulo para o produtor, salvo raras exceções, o produtor acaba por comercializar seu produto com agentes privados que são muitos menos burocráticos. Assim como a política de crédito, a de preços mínimos também é seletiva, pois nem todos os produtos contam com a garantia desta. Das duas opções apresentadas pela política de preços mínimos, o EGF é o mais utilizado e beneficia, de forma direta, os grandes produtores, os comerciantes, as cooperativas de produção e comercialização

e as indústrias que podem obter maior liquidez, formando estoques ao não comercializar, de imediato, a produção; enfim, auferindo ganhos maiores.

No gráfico 01 observam-se os produtos da cesta básica, o arroz e o feijão, bem como a soja e o milho como produtos representantes do padrão técnico, imposto pela *modernização* agrícola implantada no Brasil.

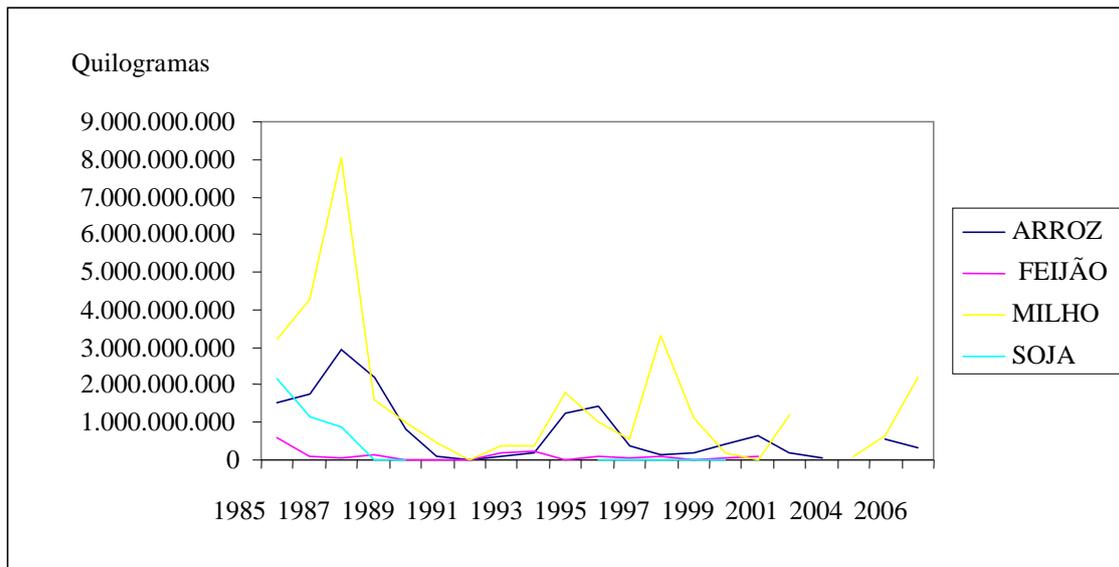


Gráfico 01 - Aquisição do Governo Federal 1985/2006.

Fonte: Sistema de Produção CONAB.

Ao longo do período exposto, de 1985 a 2006, é possível verificar que o governo tem uma atuação na compra de milho, feijão e arroz mais contínua. No que se refere à aquisição de soja, sua ação ocorre em menor quantidade e em momentos específicos, o que é uma marca de uma *commoditie*, a qual é regulada basicamente pelo mercado.

O governo federal tem na PGPM um esteio para momentos de crise, o qual tem sido utilizado em diferentes momentos para garantir o abastecimento interno e para fomentar e difundir determinados padrões de produção.

Também a PGPM favorece ao segmento mais modernizado da agropecuária, que por sua vez, apresenta-se fortemente organizado e, mesmo em um quadro geral de diminuição do crédito, influencia na estruturação de política monetária, fiscal, cambial e de comércio favorável à *modernização* agrícola brasileira.

Na atualidade esta política deve ser considerada em interlocução com o PRONAF e sua atenção voltada à agricultura familiar. Neste sentido, o Plano Safra 2005/2006 estabelece que: “por meio da PGPM, o objetivo é promover a constante adequação dos preços mínimos

dos produtos alimentares, garantindo a remuneração adequada aos agricultores e adequando-os ao mercado” (PLANO SAFRA, 2005/2006, p. 8).

A comercialização é uma etapa importante do processo produtivo e é justamente por isso que a confiança em relação à figura do comerciante se torna um elemento fundamental. É sobre esta relação de confiabilidade que se estabelecem os comerciantes locais que garantem a compra, inclusive, da pequena produção. Também as cooperativas ganham esta conotação, entre outras.

3.5. As relações de poder de cooperativas na territorialização da *modernização* agropecuária

A efetivação do processo de *modernização* agrícola impõe o ritmo principal (embora não se negue à existência de ritmos diferenciados) e define quais os atores que atuam no papel de protagonistas e quais os coadjuvantes na estruturação da produção agrícola brasileira. Mas este processo tem sido dirigido pelos interesses que se consubstanciam na aliança entre o capital nacional, o capital estrangeiro e o capital estatal e tem se expressado pela incorporação das inovações técnico-científicas na produção, comercialização, gerenciamento e nas políticas públicas voltadas para os processos dinâmicos e modernizados da agropecuária. Cabe lembrar que se trata de um *setor* excludente, concentrador e perverso do ponto de vista social e muitas vezes ambiental.

No contexto histórico de mudanças na produção agrícola e do estabelecimento das alianças, entre diferentes fontes de capitais, as cooperativas empresarialmente estruturadas, conforme destaca Senhorini (2007), são eleitas como executoras das políticas públicas destinadas a *modernização* da agricultura.

As cooperativas agrícolas são organizações de produtores que têm por objetivo melhorar as condições de produção e comercialização dos seus cooperados. No Brasil, elas surgem com a vinda dos imigrantes entre o final do século XIX e início do século XX. Essas primeiras cooperativas exercem um papel importante na adaptação dos migrantes às condições de produção no Brasil, sejam elas de ordem econômica, cultural, política ou natural. Para Serra (1989), as cooperativas, além de ajudarem na adequação nas condições técnicas para produção, as quais eram adversas às praticadas por eles em seus países de origem, também contribuem no processo de circulação das mercadorias, “evitando que os imigrantes sejam ludibriados na comercialização de sua produção agrícola.” (p. 117)

Uma outra característica das cooperativas agrícolas é o seu surgimento em momentos de crise na produção, assim como as cooperativas de mateiros, surgidas na década de 1940, e as de cafeicultores, nas décadas de 1940 e 1950. Desta forma, segundo Serra (1989), os produtores visualizam um instrumento de sua produção.

No Paraná são as cooperativas de cafeicultores que apresentam, no norte, maior expressão. Sobre estas Serra (1989, p. 124) afirma:

Foi nesta época de profundas dificuldades para a cafeicultura regional que o Norte do Paraná teve o seu maior número de cooperativas implantadas, a maior parte entre 1957 e 1964. Curioso é que as cooperativas surgiram praticamente da noite para o dia, graças a iniciativa de pequenos grupos de cafeicultores, pouco importando se o município onde fossem implantadas possuísse ou não outras cooperativas em funcionamento.

No final da década de 1960, segundo Sinhorini (2007, p. 64), é institucionalizada no Sudoeste do Paraná a maior parte das cooperativas, em moldes empresarias que encontram “[...] nas pequenas unidades produtivas de trabalho familiar, espaço *fértil* para articular territorialmente produtores aos interesses do capital, garantindo sua reprodução através do poder e força em diferentes escalas espaciais[...]”.

O período é marcado pela criação de várias cooperativas que passam a competir entre si. Elas tornam-se, na prática, grandes empresas comerciais e industriais. Em decorrência desta situação, a partir da década de 1970, o Paraná é dividido em três grandes áreas para organização do seu sistema cooperativo. O Projeto Iguaçu de Cooperativismo – PIC- criado em 1974, abrange o oeste e sudoeste do estado; o Projeto Norte de Cooperativismo – NORCOOP – também criado em 1974 e o Projeto Sul de Cooperativismo – SULCOOP- criado em 1976 e abrangendo os municípios do sul do Paraná, conforme pode ser observado na figura 01.

Na década de 1970, as cooperativas de produção iniciam um processo de integração vertical, incorporando o pacote tecnológico e utilizando do crédito oficial para desenvolver a infra-estrutura necessária a sua agroindustrialização.

Na prática, a partir da década de 1970, as cooperativas passam a exercer um papel de empresa agroindustrial, que juntamente com outras empresas passam a demandar matéria-prima para a atividade agroindustrial, em especial, a soja. Mais uma vez, o Estado viabiliza esse processo com recursos públicos, mediando uma aliança entre diferentes atores sociais.

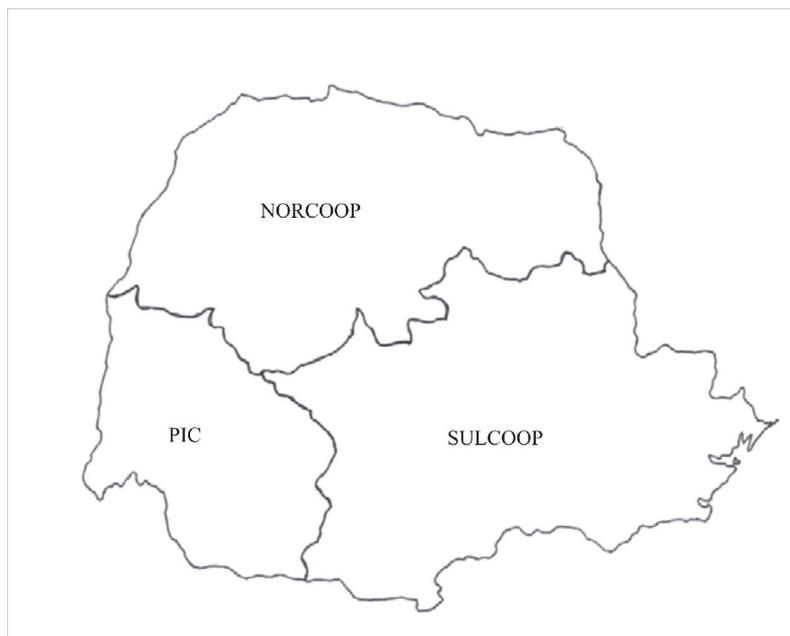


Figura 1 - Área de atuação dos projetos regionais de cooperativismo.
Fonte: Moro, 1991.

As cooperativas agrícolas têm um importante papel, juntamente com o Estado e servem de instrumento primeiro de ação na implantação do pacote tecnológico. Localmente elas viabilizam a *revolução verde*, e são as motivadoras da reestruturação produtiva em curso, representada pela mudança nos produtos agrícolas, no uso de insumos químicos e na mecanização do trabalho agrícola.

Por meio da ação das cooperativas, que se utilizam das políticas públicas, a aliança entre agricultura e indústria é firmada, assim como a subordinação da atividade agrícola à indústria, tanto no que se refere à produção como à comercialização. As cooperativas passam a atuar no sentido da empresarialização da unidade agrícola produtiva independente de sua dimensão.

Portanto, é inegável o papel desempenhado pelas políticas agrícolas no processo de integração técnica entre a indústria e a agricultura. Não obstante, é importante lembrar o caráter seletivo social e territorial desempenhado pelas mesmas, o que não impede que áreas e segmentos não beneficiados, pela política agrícola adotada - especialmente referente ao SNCR - tecnificasse sua produção. Assim como ocorre a partir da década de 1980, quando da diminuição dos recursos totais para o crédito rural, a redução implica em uma diminuição apenas parcial do processo de integração agricultura – indústria. No que tange às cooperativas, ocorre uma diminuição no número e uma ampliação na capacidade empresarial das que resistem à crise.

Assim como as cooperativas transformam-se em grandes indústrias, também as agroindústrias nacionais e multinacionais aumentam sua verticalização baseada no processo de subordinação da agricultura à atividade industrial. A maior parte dos produtos (máquinas e insumos) deriva da atividade industrial realizada por um pequeno segmento de empresas a nível mundial.

3.6. As mudanças na base técnica de produção

O processo de *modernização* da agricultura brasileira ocorre em sintonia com a internacionalização da economia e o Estado garante uma integração agricultura/indústria (comprometendo a produção de alimentos), sendo que, neste sentido, a ação estatal está orientada para os interesses do grande capital e, totalmente, a mercê da divisão internacional do trabalho. Essa condição permite compreender a valorização dos produtos de exportação em detrimento aos de consumo interno (em geral produzidos pelos pequenos proprietários e sem os recursos disponibilizados pelo crédito oficial). Em síntese, ocorre, a partir do aparato do Estado, uma alteração técnica da atividade agropecuária sem alterar a estrutura agrária concentrada. Esta mudança na base técnica ocorre territorialmente de forma diferenciada.

3.6.1. Máquinas agrícolas

Um dos primeiros sinais, no Brasil, da *modernização* da agricultura é à utilização da força mecânica e de insumos químicos. Até a década de 1960, são importados, mas no contexto de industrialização brasileira passam a ser produzidos no Brasil. Uma produção crescente, conforme pode ser analisado a partir do gráfico 02.

Na década de 70, o setor de máquinas e equipamentos chegou a produzir 82 mil unidades por ano. No entanto, ao longo das décadas seguintes, o ritmo de produção recuou. Em 1999, o setor produzia apenas 28.200 unidades por ano e contava com 29.222 trabalhadores no país (segundo dados do Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), 9.375 deles nas empresas filiadas à Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) (DIEESE, Ano I – Nº 7 – Março de 2005, p. 3).

O Sudoeste Paranaense, por exemplo, vai intensificar a sua tecnificação a partir desse período: na década de 1970, a área média por trator é de 2.681 ha; na década de 1980 diminui para 171 ha; os dados do censo de 1985 demonstram uma diminuição para 141 ha e, no censo de 1995/1996, o valor reduz para 111 hectares cultivados por trator.

Segundo dados do DIEESE (2005), como forma de recuperação desta atividade é criado em 1999, o Programa *Modernização* da Frota de Máquinas e Equipamentos Agrícolas (ModerFrota), o qual conta com financiamento subsidiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

Essa política representa uma alavanca na renovação e no crescimento da frota agrícola do Brasil, conforme pode ser observado no gráfico 02.

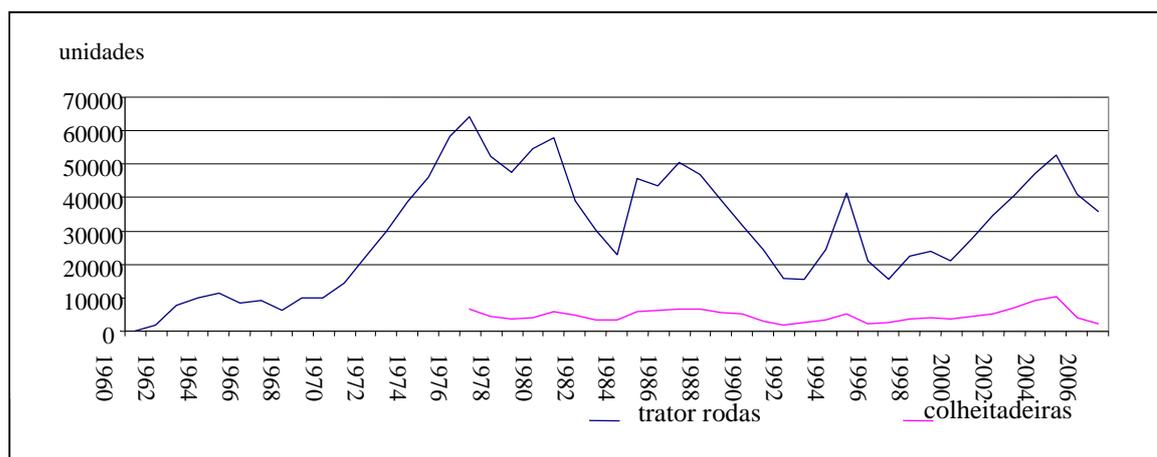


Gráfico 02 - Produção brasileira de tratores de rodas e colheitadeiras - 1960 – 2006.
Fonte: ANFAVEA, 2006.

Segundos dados da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), o Brasil exporta, no ano de 2006, 22.437 unidades de máquinas agrícolas automotrizes, sendo que 48,4% do total de exportação têm como destino países da América do Sul, em especial a Argentina para o qual se destina 24,9% das máquinas agrícolas exportadas. Os dados demonstram, assim, que a importância desta produção não se restringe às fronteiras nacionais, mas que é forte a influência brasileira sobre os países vizinhos.

Segundo dados da ANFAVEA (2007), sobre a aquisição de máquinas agrícolas, em especial, o trator, o uso do crédito agrícola para investimento, em média entre os anos 2000 e 2005 é de 22,41% do total; para aquisição de colheitadeiras a média para o período é de 17,58%. Juntas essas categorias utilizam, em média, 40% dos valores destinados aos investimentos. O que demonstra mais uma vez a atuação do Estado no fomento ao setor de *modernização* da frota agrícola brasileira.

Os dados da tabela 05, além de demonstrar o aumento na quantidade de tratores no Brasil, principalmente entre 1970 e 1985, também apresenta o crescimento na área cultivada. A partir do ano de 1990 ocorre uma diminuição no número de tratores e na área cultivada (entre 1990 e 1995; 2005 e 2006). A diminuição no número de tratores tem relação com a

diminuição dos recursos estatais destinado ao financiamento para investimentos, revelando mais uma vez a ação do Estado no fomento da tecnificação do campo. Outra consequência, observada empiricamente no Sudoeste do Paraná, é o sucateamento na frota de tratores, em especial, nas pequenas unidades produtivas familiares.

Ao se comparar a frota brasileira com a mundial, observa-se que a área média é de 50,8 hectares cultivados por trator de rodas. Uma média bem abaixo da brasileira que é de 171 ha/trator. Sendo que os países que apresentam, em 2003, os maiores índices de mecanização agrícola, em relação à área cultivada por trator, são: França 14,6, Reino Unido 11,3 e na sequência Estados Unidos 36,4. Na América Latina o menor índice é da Argentina de 93,1 hectares por unidade de trator, com uma frota, segundo a ANFAVEA (2007), de 299.620 com uma área 48% menor que a brasileira.

Tabela 05 - Frota brasileira de tratores de roda – 1960/2006.

Ano	Trator roda	Área cultivada 1.000 ha.	Índice mecanização agrícola - ha./trator
1960	62.684	25.672	410
1965	76.691	31.637	413
1970	97.160	34.912	359
1975	273.852	41.811	153
1980	480.340	47.641	99
1985	551.036	49.529	90
1990	515.815	47.666	92
1995	481.316	50.022	104
2000	450.000	53.300	118
2005	354.722	59.339	167
2006	*336.589	57.445	* 171

* estimativa.

Fonte: ANFAVEA/IBGE.

O uso de trator de rodas é um elemento importante na agricultura brasileira, entretanto, quando se refere ao uso das colheitadeiras, conforme gráfico 02, é baixo. Segundo a ANFAVEA (2007), no Brasil, em 2006, existem 43.425 colheitadeiras para uma área cultivada de 57.445.000 hectares, o que representa um índice médio de 1.322,9 hectares por colheitadeira. Esse índice é muito baixo quando comparado com a área média por trator que é de 171. No Brasil, para cada colheitadeira existem 08 tratores. Na Argentina são 06 tratores para cada colheitadeira e nos Estados Unidos a média se aproxima a do Brasil, sendo 07 tratores para cada colheitadeira. No Reino Unido são 10 tratores para cada colheitadeira.

A resposta para essa diferença consiste na utilização da colheitadeira para cultivos específicos, enquanto o trator possibilita o uso de implementos que são utilizados em

diferentes atividades agrícolas. Outro fator refere-se ao custo do trator que é bem menor que o das colheitadeiras. Por isso que, muitas vezes, o serviço de colheita é realizado de forma terceirizada.

3.6.2. As sementes

A produção de sementes selecionadas faz parte dos indicadores da *modernização* da agricultura brasileira. Ela é um insumo indispensável à continuidade do processo produtivo. No Brasil, desde a década de 1960 é estabelecido um processo de melhoramento de sementes, efetivado pela fiscalização e certificação. No Paraná existem 70 empresas responsáveis pela produção de sementes de soja e 10 empresas que produzem sementes de milho, consideradas legalizadas, de acordo com informações da Associação Paranaense dos Produtores de Sementes e Mudanças (APASEM). Essas empresas são fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esse tipo de sementes representa um importante avanço tecnológico. Porém, em função da tecnologia que utilizam, as sementes têm custo elevado, sendo este um dos motivos que tem provocado a diminuição na sua utilização.

O Brasil vem caminhando rapidamente para uma perigosa redução das taxas de uso de sementes melhoradas, o que pode colocar em risco a estabilidade da produção em médio prazo (3 a 5 anos). Para exemplificar, nos últimos quatro anos os índices nacionais de taxa de utilização de sementes caíram de 90% para 30% no algodão, de 85% para 50% na soja e de 95% para 50% no trigo. Os números são alarmantes e as conseqüências somente aparecerão nas safras seguintes. A recuperação será muito mais lenta, pois o segmento mais afetado é o da pesquisa, seguido pela indústria de sementes e finalmente pelo agricultor, que verá seus problemas aumentarem, sua produtividade reduzir e não terá a pesquisa devidamente robustecida para socorrê-lo de imediato (disponível em: <http://www.apasem.com.br/noticias.php>: acessado em 13/12/2006).

Em relação a produção de sementes Wilkinson e Castelli (2000, p. 53) afirmam:

A indústria de sementes no Brasil é composta por um número elevado de empresas produtoras. Por outro lado, as atividades de pesquisa tecnológica e alguns segmentos da indústria estão dominados por poucas grandes firmas, além de ser relevante o lugar ocupado pelo Centro Nacional de Pesquisa Embrapa na área de pesquisa tecnológica.

São justamente as condições de baixo rendimento obtida pelo produtor agrícola que o induz ao uso de sementes “piratas” ou mesmo das sementes para uso próprio. Mesmo significando um menor retorno financeiro no final da colheita, ela é uma forma de viabilizar a

produção e ainda permite certa autonomia ao produtor rural, embora exista uma legislação que controle inclusive o uso de sementes para uso próprio. Trata-se da Lei de Proteção de Cultivares (9.456/97) a qual prevê a possibilidade da reserva de parte da produção pelo agricultor para uso na safra seguinte, a qual é complementada pela Lei de Sementes (10.711/03) na qual são especificadas as atividades e a forma como deve se processar o cultivo de sementes para uso próprio. Ao mesmo tempo em que a legislação serve para garantir a qualidade genética e tecnológica das sementes, ela serve como instrumento de punição ao uso das sementes sem controle de origem e que também não contribui com a arrecadação de impostos.

O agravamento da crise que atinge a agricultura e deficiências na fiscalização estão levando à explosão no uso de sementes de soja piratas no Paraná. Na safra 2006/2007, as sementes clandestinas deverão cobrir metade da área destinada à cultura no estado, contra menos de 10% há dois anos (disponível em: <http://www.apasem.com.br/noticias.php>).

Segundo Carraro (2007), a participação da assistência técnica oficial e privada, realizada geralmente pelas cooperativas, é uma das fortes incentivadoras do uso de sementes melhoradas. Também neste caso, o processo de *modernização* estabelece diferentes redes para seu firmamento e a pesquisa, extensão se interligam na aplicação desse pacote tecnológico de produção. Neste sentido: “Mesmo sendo inquestionável o benefício proporcionado pelas sementes melhoradas, portadoras de tecnologias inovadoras e eficientes, muitos agricultores insistem ainda nos dias de hoje em não se preocupar com a origem da semente” (disponível em: www.abrasem.com.br/materia_tecnica/2004/0004_sementes_melhoradas.htm) Acesso em: 20/10/2007).

Um dos fatores que contribuem para o uso das sementes crioulas, além daquele político como uma forma de resistência ao pacote tecnológico, é o pagamento dos *royalties* pelo uso de muitas sementes melhoradas e/ou modificadas geneticamente, segundo a APASEM o valor pago no ato da compra da semente é de R\$ 19,50 por hectare e quando a compra é realizada sem esse pagamento, o valor é cobrado no ato da venda, entre R\$25,00 e R\$33,75.

As sementes expressam na atualidade o caráter de desenvolvimento tecnológico, pois com o avanço da biotecnologia estas têm alcançado elevados índices de produtividade, porém no contexto que elas se inserem o seu controle, através do patenteamento, torna o

agricultor submetido a determinadas empresas privadas¹⁷. Mas sem dúvida, o melhoramento das sementes é um fomentador do aumento da produção. O que necessita é um equilíbrio entre o conhecimento das variedades de sementes, suas qualidades e adaptações de forma a possibilitar seu uso como fortalecimento da autonomia da agricultura, em especial da familiar.

3.6.3. Fertilizantes e agrotóxicos

No Brasil os agrotóxicos costumam receber a denominação de defensivos agrícolas. Eles consistem em um dos elementos da *modernização* agrícola e são utilizados em vários cultivos agrícolas, entretanto se concentram em determinados produtos.

A soja é a principal consumidora de defensivos no Brasil, tendo sido responsável, em 2006, por 38,5% do valor total das vendas. Em segundo lugar, aparece a cana-de-açúcar (12,6%), seguida de algodão herbáceo (10,3%), milho (7,5%), café (4,9%) e citros (4,2%), o que perfaz, somente essas seis culturas, 78,0% do valor comercializado nesse ano. Considerando-se as vendas para tratamento de sementes de soja, algodão e milho, a participação desse conjunto de culturas passa para 81,7% do valor total comercializado (DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, 2007).

Os agrotóxicos são utilizados nos cultivos para diminuir os prejuízos com pragas e doenças, porém apresentam diferentes graus de toxicidade, os quais devem ser observados para evitar a contaminação humana e do ambiente. Das classes existentes a mais utilizada é a dos herbicidas, que representa 60% das importações de agrotóxicos para o Brasil. Entretanto, o uso desses pode provocar inúmeros problemas que afetam o ambiente e a sociedade. A utilização indiscriminada pode, inclusive, colocar em risco a sobrevivência desse sistema produtivo, gerando problemas territoriais em suas diversas dimensões.

Segundo Agra e Santos (2007), o uso excessivo de agrotóxicos levou à contaminação dos recursos hídricos do Brasil e à contaminação humana. Outra conseqüência é o aumento da resistência às pragas, ervas infestantes e doenças. Segundo os autores, no Brasil, até 1958 são conhecidas 193 pragas; em 1976, o número total de pragas conhecidas na agricultura é de 593.

A utilização dos agrotóxicos é uma característica central no modelo de desenvolvimento da agricultura, protagonizado pela *revolução verde*, e de acordo com a estrutura global da mesma também representa uma forma de subordinação internacional.

¹⁷ A comercialização de sementes no Brasil é dominada por empresas multinacionais e as principais são: Cargill, a Ciba-Geigy, a ICI, a Dekalb, a Rhône Poulenc, a Sandoz e a Upjohn.

Segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (SINDAG), entre 2001 e 2005 o Brasil importa em média 106.903.361 Kg/l de agrotóxicos, sendo que 58% desse total são de herbicidas, seguido por inseticidas 21%, fungicidas 17% e outras classes com 4%.

Tabela 06- Consumo mundial de agrotóxicos.

Países	kg/ha
Holanda	17,5
Bélgica	10,7
Itália	7,6
Grécia	6,0
Alemanha	4,4
França	4,4
Reino Unido	3,6
Brasil	3,2
Luxemburgo	3,1
Espanha	2,6
Dinamarca	2,2
Irlanda	2,2
Portugal	1,9

Fonte: SINDAG, elaborada pela autora.

Como se pode observar na tabela 6, em relação ao uso mundial de agrotóxicos, o Brasil ocupa o oitavo lugar, o que representa 82% a menos que o principal consumidor que é a Holanda. Porém um percentual bastante elevado quando comparado com outros países como Portugal, Irlanda e Dinamarca.

Tabela 07- Venda de agrotóxicos por estado brasileiro (2006).

	US\$1.000	%
São Paulo	808.244	20,62
Mato Grosso	702.198	17,91
Paraná	526.463	13,43
Rio Grande do Sul	405.840	10,35
Minas Gerais	351.104	8,96
Goiás	344.445	8,79
Bahia	236.358	6,03
Mato Grosso do Sul	185.087	4,72
Santa Catarina	82.678	2,11
Demais Estados	277.424	7,08
Total	3.919.841	100,00

Fonte: SINDAG, elaborada pela autora.

Em relação à quantidade de agrotóxico utilizada no Brasil, a venda entre os estados ocorre de forma bastante difusa, conforme se observa na tabela 7, o principal consumidor é o

estado de São Paulo, seguido por Mato Grosso e o Paraná. Ao se comparar com a produção nacional de soja, constata-se que os principais produtores, na safra de 2005/2006, são Mato Grosso e o Paraná, o que reafirma ser este um cultivo altamente demandante de agroquímicos.

Tabela 08 - Brasil: produção nacional e importação de fertilizantes (mil toneladas).

Ano	Produção	% Ano anterior	Importação	% ano anterior
1987	6.313	-	-	-
1988	6.095	-3,45	3.179	-
1989	5.614	-7,89	2.475	-22,15
1990	5.393	-3,93	2.935	18,59
1991	5.591	3,67	3.294	12,23
1992	5.545	-0,82	3.688	11,96
1993	6.337	14,28	4.964	34,60
1994	7.146	12,76	5.274	6,24
1995	6.537	-8,52	4.683	-11,21
1996	6.680	2,19	5.580	19,15
1997	7.265	8,76	7.056	26,45
1998	7.407	1,95	7.426	5,24
1999	7.537	1,76	7.059	-4,94
2000	7.985	5,94	10.301	45,93
2001	7.597	-4,86	9.773	-5,13
2002	8.071	6,24	10.491	7,35
2003	9.353	15,88	14.679	39,92
2004	9.784	4,61	15.468	5,38
2005	8.226	-15,92	10.870	-29,73

Fonte: ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubos (www.anda.org.br).

Nota: Total de 2005: de janeiro a novembro.

Outra característica inerente ao pacote tecnológico é a utilização de fertilizantes, em geral de origem química. Pode-se observar, no gráfico 03 e na tabela 08 que a utilização de fertilizantes tem aumentado e, mesmo com a produção nacional, a importação tem se mantido elevada. Em comparação com o ano de 2003, os anos subseqüentes apresentam diminuição significativa no uso de fertilizantes, mas é preciso considerar que se refere a um ano representado pelos preços elevados pago a saca de soja. A quantidade de fertilizantes tem uma relação estreita com o aumento ou diminuição da área de produção. O uso destes representa um elevado custo na produção, pois além da dependência da importação que chega a 65% do total que consome, trata-se de produtos derivados do petróleo e do gás natural, os quais têm tido seus preços finais elevados no mercado mundial.

O que se observa é um aumento da importação na maior parte do período entre 1987 e 2005. Verifica-se que o custo destes produtos também tem sido elevado.

A concentração da produção dos fertilizantes importados pelo Brasil contribui de forma significativa para o alto preço do produto, disse o presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil, George Wagner. Os Estados Unidos, a Alemanha, a Rússia e o Canadá produzem 70% dos fertilizantes comprados pelo Brasil, informou. Wagner destacou também a política de subsídios que os países produtores mantêm para proteger suas indústrias e apontou ainda o custo do frete marítimo e a situação precária dos portos brasileiros como fatores que influenciam no aumento do preço do produto para o consumidor final (disponível em: www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/materia.asp?codMat=33704&cdjor, acessado em 01/06/2007).

A seguir, é demonstrada a quantidade de produto agrícola necessário para aquisição de uma tonelada de fertilizantes (tabela 09) e o que se visualiza é um valor elevado e oscilante, especialmente no caso da soja. Quanto à quantidade de milho necessária para troca, é possível verificar que os valores (com exceção de 2002 quando o produto atinge seu maior preço no mercado) têm se tornado cada vez maiores. É evidente que a quantidade de sacas necessárias para aquisição de fertilizantes tem uma relação inversa com o crescimento dos preços pagos aos agricultores, mas sem dúvida representa um custo elevado principalmente por tratar-se de produtos indispensáveis em uma forma de produção convencional, o que justifica que a maior parte do crédito agrícola se direcione ao custeio das lavouras.

Com isso, os complexos agroindustriais (CAIs) se fortalecem, o que pode ser dimensionado pela participação do *setor* nas importações que tende a diminuir, após 1976, principalmente no que se refere aos fertilizantes.

Tabela 09 - Quantidade de produto agrícola necessário para aquisição de uma tonelada de fertilizante – Brasil.

Médias anuais por produto (em sacas)		
Ano	Milho	Soja
1995	45,9	23,3
1996	44,2	20,9
1997	50,7	18,5
1998	40,4	22,7
1999	45,5	26,9
2000	40,2	25,4
2001	57,8	23,4
2002	38,1	17,6
2003	50,3	19,8
2004	57,1	22,7

Fonte: DERAL e CONAB.

A produção de soja e milho, com base no sistema químico e no sistema de herbicidas, segundo Ortega e Miller (2007), tem por características a perda do solo; a captura

de nitrogênio atmosférico (bactérias nitrificantes); uso intensivo de fertilizantes químicos solúveis (fosfatos e potássios); o uso de agrotóxicos; o uso de maquinaria agrícola; o uso reduzido de mão-de-obra; a perda por lixiviação de 50% dos fertilizantes solúveis usados; a contaminação do solo; dos alimentos e da água com agrotóxicos. Ao comparar esse sistema com o orgânico, os resultados são os seguintes: perda mínima de solo (devido ao uso de plantio direto e recomposição); captura de nitrogênio atmosférico (bactérias nitrificantes); uso de fertilizantes químicos não-solúveis e esterco animal e vegetal; não utilização de agrotóxico; uso moderado de maquinaria agrícola; uso amplo de mão de obra familiar; não utilização de herbicida; mínima perda por lixiviação dos insumos usados; não contaminação do solo, dos alimentos e da água.

Dessa forma é possível verificar que as condições ambientais são mais favoráveis com a produção orgânica, devido a menor contaminação e também ao baixo uso energético. Entretanto, os dados referentes à rentabilidade econômica da produção de milho-soja no sistema químico, no de uso de herbicidas (plantio direto) e no orgânico, apresentados por Ortega e Miller (2007), demonstram os seguintes dados da relação lucro/custo de produção: orgânica 4,34; química 2,14 e herbicida 10,63. Os valores econômicos já demonstram porque a opção mais utilizada pelos produtores brasileiros é aquela baseada no uso de herbicidas. Mas ao se considerar as perdas dos sistemas (solos, água, fertilizantes etc) os resultados são os seguintes: orgânica 4,34; química 0,38 e herbicida 4,36. A partir desses resultados, os autores argumentam que as políticas públicas devem levar em consideração as perdas, para poder promover condições efetivas para uma agricultura mais sustentável, entretanto o que se nota é o oposto. Um outro fator a ser considerado nessa opção de produção, é o *lobby* exercido pelas empresas responsáveis pela produção e comercialização de produtos agroquímicos.

Apesar das dificuldades e problemas decorrentes, o uso de insumos químicos é altamente incentivado, inclusive a partir do mecanismo creditício, o que se explica pelo processo de subordinação da atividade agrícola a outras formas de dominação territorial.

3.7. Contradições territoriais resultantes da *modernização* da agricultura brasileira

Quando se faz referências às mudanças na base técnica da produção agropecuária não se afirma que a sua territorialização seja homogênea no Brasil, pois muitas vezes, a idéia de *modernização* esconde os diferentes ritmos existentes na agricultura brasileira como busca-se demonstrar no estudo específico do território do Sudoeste do Paraná. A *modernização* da agricultura implantada no Brasil, a partir da década de 1960, promove mudanças na estrutura

fundiária, na saída da população do campo para as cidades, alteração na pauta de produtos entre outras situações. Mas um aspecto notório nesse processo é o aumento da produtividade agrícola, o que comprova um dos objetivos presentes no projeto de desenvolvimento do Brasil, entretanto, contraditoriamente esse aumento da produtividade não representa o saneamento da pobreza, nem no campo e nem nas cidades.

Os reflexos dessa incoerente situação de crescimento da produção, do aumento da pobreza e dos diferentes ritmos de *modernização* agrícola se traduzem na permanência de parcela de agricultores familiares e no êxodo rural; no aumento da pobreza urbana e rural; na baixa produtividade de alimentos; na luta pela terra e na violência no campo; na exploração dos agricultores familiares, pelos sistemas de integrações; na tecnificação das unidades produtivas familiares para competição no mercado; na empresarialização rural; na expansão dos complexos agroindustriais e, na verticalização de produção.

Essas marcas contraditórias são inerentes ao próprio desenvolvimento capitalista, o qual se materializa em uma pluralidade territorial. Com isso, não se ratifica o modelo de desenvolvimento e de *modernização* da agricultura e nem intenciona-se afirmar que a questão agrária não existe mais e que, portanto apenas a lógica do capital impõe as condições e feições territoriais. Ao contrário, destaca-se que o mesmo apresenta limites para o desenvolvimento da agricultura, em especial a familiar, e que a sua superação exige uma multiplicidade de ações e de políticas para possibilitar condições de igualdade na conquista de direitos e condições de dignidade para todos e todas.

As contradições apontadas denotam sinais de uma crise no modelo de *modernização* da agricultura, denominado de *revolução verde*. Neste sentido, o debate a cerca do desenvolvimento territorial é um dos enfoques dado para tratar das multiplicidades de fatores que envolvem os territórios e, no Brasil, está focado na constituição de uma política de formação de territórios rurais, que atualmente contabilizam 119 territórios, os quais englobam 1.843 municípios brasileiros. Trata-se de uma nova temática posta as populações do campo pelo governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento agrário e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

Apesar de a história brasileira ter demonstrado a forte atuação do Estado, os números crescentes de luta pela terra e da violência decorrente demonstram a ineficiência destas políticas na geração de um desenvolvimento territorial que considere a ampliação da melhoria das condições de vida para a maioria da população.

Ressalta-se nos itens anteriores a idéia de que desenvolvimento tem sido, no Brasil, conseguido a qualquer custo, sem levar em conta as implicações sociais e ambientais.

Entretanto, importa lembrar que a *modernização* agropecuária, apesar de firmar um novo padrão técnico sobre a forma tradicional de se produzir, permanece restrita, territorializando-se de forma excludente e concentradora. São os grandes proprietários os que mais se beneficiam com as mudanças na base técnica da agricultura brasileira, pois nesse processo há uma articulação do capital e, considerando que o proprietário de terras é ao mesmo tempo, o banqueiro, o industrial, o especulador. A conclusão que se chega é que a classe dominante é a mais beneficiada, ao transformar o desenvolvimento tecnológico em mais uma forma de dominação, uma vez que a burguesia detentora da capital é quem possui o controle sobre a totalidade, deixando o trabalho subsumido a esse processo (THOMAZ JUNIOR. 1997).

Acompanhando a leitura realizada por Thomaz Junior (1997), capitalistas e trabalhadores fazem leituras distintas do processo de *modernização*. Os primeiros o vêem em sua totalidade, como forma de garantir maiores lucros, enquanto que os segundos julgam ser a tecnologia utilizada no processo de *modernização* a responsável pela expulsão do homem do campo, sendo que a relação observada pelo trabalhador, na prática, é que o trabalho anteriormente por ele realizado é substituído pela máquina. Conforme destaca o autor, o trabalhador não consegue, na maioria das vezes, compreender que esta substituição ocorre por uma questão de lucratividade e não meramente por opção pessoal. O capitalista, ao optar pela tecnificação, analisa a totalidade na qual se insere o processo produtivo, escolhendo a opção que lhe é mais rentável, afinal o capital é capaz de produzir sua própria autogestão, por isso é hegemônico. Mais uma vez verifica-se a contradição da utilização das tecnologias impostas pelo pacote tecnológico nas unidades de produção agrícola familiar, pois o uso dessas não apenas diminui a necessidade de mão-de-obra, como a substitui.

É evidente que os trabalhadores do campo são os primeiros a sentir os resultados do processo de *modernização*, o que pode ser caracterizado pelo aumento expressivo do êxodo rural e o desaparecimento de antigas relações de trabalho, como o colonato e a parceria. Esses trabalhadores expulsos do campo passam a residir nas periferias urbanas ou a buscar as áreas de fronteira agrícola (garantindo desta forma a efetivação da expansão territorial capitalista), dependendo, no primeiro caso, de renda para sobreviver.

Conforme afirma Oliveira (1981), na agricultura brasileira não estão presentes apenas relações tipicamente capitalistas, pois o próprio capital garante sua ampliação através de outras relações, como é o caso dos pequenos produtores familiares do sul do país, que produzem fumo para indústria de cigarros, ou ainda os produtores integrados de aves e suínos, que produzem para a indústria e dela adquirem os insumos e matéria-prima para a produção, efetivando o que o referido autor denomina de a monopolização do território pelo capital.

Nestes casos, a pequena propriedade mercantil familiar é regida pela lógica do capital, na qual o agricultor é mão-de-obra barata, ou seja, ao produzir consegue garantir sua sobrevivência, mas o rendimento auferido pertence aos detentores do capital – burguesia industrial-financeiros - a quem os pequenos agricultores mercantis estão submetidos, como mencionado anteriormente.

O processo de *modernização* provoca a expulsão do homem do campo, mas também fomenta novas formas de relações de trabalho, como os bóias-frias, em que a força de trabalho, seguindo a lógica do capital, torna-se móvel, adaptável e submissa a esta lógica. Segundo Benetti (1985), a condição básica para a submissão do trabalho e as imposições do capital, têm por base a mobilidade da força tarefa que cria uma relação de indiferença do trabalhador em relação ao conteúdo concreto de sua atividade, pois é desprovida dos meios de produção e de qualquer relação que a fixe no território.

A existência dessa relação de trabalho se justifica pelo fato de que a *modernização* não consegue atingir, de forma satisfatória, a todas as etapas do processo de produção e nem a todas as culturas produzidas, ou seja, não garante o nível de lucratividade alcançado com a utilização do trabalhador rural, cabendo ressaltar que a existência dessa categoria difere do trabalhador/morador rural, cujo vínculo com a terra é mais efetivo. O trabalhador rural assalariado (permanente ou temporário) realiza tarefas específicas, fragmentadas e não possui, muitas vezes, nem mesmo a noção do destino/função da produção.

Apesar de o processo de *modernização* ter sido um propulsor de expulsão da população do campo, pode-se afirmar que a pequena propriedade familiar tem apresentado um papel fundamental, pois não se situa apenas à sombra do latifúndio produtivo modernizado.

Neste sentido, Wanderley (1996, p. 49), afirma:

O bloqueio à plena expansão da agricultura familiar não afeta apenas os pequenos produtores empobrecidos: a dominação da grande propriedade restringe igualmente o espaço social em que se move a agricultura familiar “moderna”, tornando-a também, na maioria dos casos, uma agricultura pequena. Esses agricultores, que cultivam a terra sob as condições capitalistas de produção, isto é, integrada ao mercado, utilizando equipamentos e técnicas modernas e às vezes até empregando trabalhadores assalariados são igualmente e em grande parte, vítimas do bloqueio à agricultura familiar. Tornam-se assim, incapazes de desenvolver todas as suas potencialidades econômicas e sociais, permanecendo “modestos em desenvolvimento técnico-econômico”.

Apesar do modelo de *modernização* da agricultura brasileira, permanecem as condições de baixo nível de escolaridade e qualificação para o trabalho com a terra entre a maioria dos agricultores. Dessa forma, a concentração da terra, a expropriação e expulsão do

pequeno produtor, além dos baixos índices de produtividade, demonstram a ruptura de dois aspectos inseparáveis na democratização da terra: o aspecto social e o econômico. Desta separação resulta o desenvolvimento desigual e combinado da agricultura brasileira.

Segundo Belik e Paulillo (2001), a forma como a agroindústria tem se organizado nos últimos anos, sem a presença do Estado e cada vez mais aliadas ao sistema financeiro, tem provocado a perda de poder de representação de diferentes segmentos da agropecuária, em especial dos pequenos produtores. A perda pode ser sentida no âmbito da representação específica de cada segmento, pois uma parcela importante de agricultores se afasta do associativismo e no âmbito da aglutinação dos agentes em torno das organizações, grupos de pressão e recursos econômicos, pois os representantes deixam de ser interlocutores válidos, já que é difícil reunir a maioria dos agricultores para defender interesses que são comuns e podem ser obtidos com a organização. Logo, a perda de poder de negociação dos atores coletivos reflete na perda do poder de captação de recursos econômicos, o que é capitaneado por segmento não-agrário, como bancos e indústrias.

Diante dessa problemática, um movimento social emerge e se expande, envolvendo trabalhadores/moradores do campo e da cidade. Essa expansão é proporcionada pela consciência de uns e por ser a última perspectiva de sobrevivência de muitos. Trata-se do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que através da reforma agrária, desenvolve a idéia de transformação da estrutura do modelo de desenvolvimento adotado (pelo pacto da burguesia); busca, no fortalecimento da agricultura familiar, o desenvolvimento do mercado nacional e a garantia de mais alimentos para todos.

A luta pela reforma agrária, quer através do MST ou de outros movimentos sociais, deve priorizar a luta pela transformação fundiária do Brasil, eliminando a renda da terra como fonte de renda de poucos.

Não está se realizando a defesa ingênua de que o agricultor familiar não deva dirigir sua produção para o mercado, ao contrário, acredita-se que o mesmo deva, cada vez mais, ter condições de produzir de forma moderna. No entanto, esta *modernização* pode seguir outro caminho que não leve necessariamente aquele traçado pela *revolução verde* que é discutido até aqui. A produção agroecológica, a agroindústria familiar, a produção orgânica, a diversificação produtiva são outros caminhos possíveis, mas que requerem conhecimento e investimento públicos. Neste sentido, a organização dos pequenos produtores e os movimentos sociais tem um importante papel a cumprir no sentido de pressionar diferentes órgãos públicos (EMATER, Secretarias de Agricultura, EMBRAPA, Universidades etc.) a fim de atender as demandas geradas por este segmento de pequenos agricultores familiares. É

necessário ressaltar que somente a organização política pode contribuir para a conquista dessas demandas, pois o contrário disso implicará na marginalização e/ou na convivência de políticas de migalhas, que pode até servir como fonte de nutrição direta aos agricultores, mas não serve como meio de sobrevivência em seu sentido mais pleno.

Outras conseqüências da introdução de técnicas modernas são os desmatamentos, a poluição de rios e a degradação dos solos. As técnicas utilizadas exigem cada vez mais uso de insumos químicos para garantir os elevados índices de produtividade, o que leva a um círculo vicioso. O desmatamento, para aumentar as áreas de produção; o uso intenso do solo, que aumenta o desgaste, e este, por sua vez, exige mais fertilização artificial. A produção de poucas espécies destrói a biodiversidade e torna necessário o uso de agrotóxicos para garantir a produção. Pode-se elencar ainda os problemas com a poluição das águas e até mesmo a falta desta, uma vez que muitas nascentes desaparecem ou são soterradas pelas práticas agrícolas modernas.

A seguir será feita uma discussão sobre a territorialização da *modernização* da agricultura no Sudoeste do Paraná, observando os resultados das políticas públicas apresentadas. Neste sentido, novos questionamentos serão realizados, tais como: De que forma o processo de formação territorial do Sudoeste do Paraná favorece ou dificulta a *modernização* da agricultura? Quais os atores sociais e que forma de poder eles representam na estruturação do território?

Os próximos capítulos estão organizados a partir do contexto de estruturação da política agrícola para a *modernização* do Sudoeste do Paraná. Para isso, dividem-se duas fases: a primeira que abrange as décadas de 1960 e 1970, com o surgimento da ACARPA, a introdução da soja, a criação da ASSESOAR e o aumento da população rural no Sudoeste do Paraná. A segunda compreende o período de 1980 até o momento atual, com a tecnificação do campo, o êxodo rural, a urbanização em alguns municípios, a utilização do crédito, a introdução do PRONAF e a organização de cooperativas familiares (CRESOL, CLAFs) etc.

4. O LIMIAR DA *MODERNIZAÇÃO* AGRÍCOLA NO SUDOESTE DO PARANÁ

No capítulo 01, faz-se uma explanação do processo de colonização, que relembra uma rede de articulações locais e internacionais, materializando-se em um território constituído por pequenas propriedades e com uma identidade baseada na agricultura familiar. Observam-se como os diferentes atores sociais: os caboclos e os migrantes (vindos de Santa Catarina e Rio grande do Sul); o Estado; e os comerciantes locais estabelecem suas tramas de relações para se territorializarem, no Sudoeste do Paraná.

Nesse sentido, caracteriza-se a agricultura local em suas especificidades e nos aspectos comuns à agricultura brasileira, cujo modelo de *desenvolvimento* agrícola constitui-se na base da *revolução verde*, que altera o padrão técnico da produção. Considera-se a técnica como uma manifestação política. Ela expressa a lógica estruturante que a configura.

Para compreender esse processo de formação territorial do Sudoeste do Paraná e seus desdobramentos recentes, opta-se (conforme especificado na Introdução) por utilizar a produção de soja e milho, por se tratar de produtos que empregam, no preparo da terra, no plantio e na colheita, instrumentos indicadores da *modernização* tecnológica, caracterizadores da *revolução verde*. A produção de milho apresenta um diferencial, que consiste no uso das atividades internas em unidades de produção. Todavia, a realidade tem demonstrado que, nesse caso, as técnicas utilizadas para a plantação, a colheita e o beneficiamento das espigas não são, necessariamente, decorrentes do “pacote tecnológico”, assim como o destino dessa produção ocorre, muitas vezes, voltado ao autoconsumo na propriedade, na forma de farinha, insumo ou ração animal.

A partir das condições efetivas pesquisadas, definem-se duas fases do processo de *modernização* da agricultura no Sudoeste do Paraná. A primeira compreende o período da década de 1960 até 1980, quando se inicia a construção das bases ideológicas e materiais; e a segunda, a partir da década de 1980, quando se efetivam essas condições concretas para a consolidação da *modernização* agrícola.

A primeira fase tem suas raízes na colonização efetiva do território. Todavia, é a partir da década de 1960 que as terras no Sudoeste do Paraná deixam de ser domínio de posse para serem transformadas em propriedades privadas regularizadas, consubstanciando o caráter de mercadoria. É sobre essas propriedades que se constrói o arcabouço teórico e prático para a introdução de uma forma específica de produção, baseada em técnicas modernas. Nessa

perspectiva, destacam-se como atores centrais, no exercício do poder, a EMATER, as cooperativas agrícolas e o Estado.

4.1. O arranjo das condições locais na estruturação do Sudoeste do Paraná para implantação do pacote tecnológico

As condições naturais desse território, em parte, não são propícias à mecanização das atividades agrícolas, principalmente no que se refere a sua topografia, em geral com declividade entre 25% e 50%. Entretanto, possui uma rede hidrográfica bem distribuída, solos férteis, que potencializam uma significativa biodiversidade.

De acordo com Maack (1968), no Sudoeste do Paraná, o clima predominante é o Subtropical Úmido Mesotérmico, em que, nas áreas de menores altitudes ocorrem verões mais quentes, com baixa frequência de geadas; enquanto que, nas áreas de maior altitude, há predominância de verões mais amenos, com geadas intensas e mais frequentes. Se a vegetação de araucárias, típicas deste território, encontra-se devastada, assim como os solos têm perdido fertilidade natural e sofrido um processo intenso de erosão, especialmente nos espaços de maior declividade, é em decorrência do tipo de uso e manejo implantado, a partir dos anos 1960-1970. Contudo, é importante destacar que as condições iniciais adversas e os impactos gerados não se constituem em impedimento à *modernização* da agricultura.

O que se verifica, empiricamente, é que, nas áreas mais planas, são cultivados produtos que incorporam, de forma integral, o pacote tecnológico da *modernização* agrícola, como se observa na foto 01. Nas áreas de topografia mais acidentada, os cultivos agrícolas são praticados, porém, utiliza-se o referido pacote de forma parcial, através do emprego de técnicas numa parcela da área total do estabelecimento agrícola.

Nessa fotografia, é possível observar um plantio mecanizado e com uma pequena biodiversidade, ao contrário do que, em geral, ocorre nas áreas de menor extensão e com maior declividade. No fundo da foto são observadas diversificações na paisagem, justamente em área de topografia mais acidentada.

Para Raffestin (1993, p. 152), “as imagens territoriais revelam as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda”. Conforme se destaca, a *modernização* agrícola brasileira, historicamente, tem feito parte de um projeto nacional de expansão da produção, tanto na escala nacional como internacional, além de representar a articulação entre a agricultura e a indústria, em que a primeira tem papel subalterno e de dependência em relação às empresas que dominam os elementos basilares da *modernização* da agricultura -

como máquinas e insumos. Embora se trate de um movimento internacional, este se territorializa a partir das condições localmente construídas. Por exemplo, as cooperativas agrícolas de produção são consideradas como locais “seguros” de comercialização, nas quais a assistência técnica reforça a importância da técnica e redireciona a produção.



Foto 01 - Vista da produção agrícola de um estabelecimento rural no município de Realeza – PR.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2007.

Geralmente, a idéia de *modernização* da agricultura está associada a áreas com predomínio de grandes propriedades e com relevo plano que facilita o deslocamento das grandes máquinas - tratores e colheitadeiras - símbolos da *modernização*. No Sudoeste do Paraná, essas não são características predominantes, todavia, a *modernização* agrícola tem se efetivado, especialmente, a partir do cultivo da soja, considerada mercadoria chave desse processo, pois, através dela, decorre, a partir da década de 1960, a implantação do pacote da *revolução verde* de forma explícita.

A *revolução verde* aparece na pauta de produção agrícola em pequenas, grandes e médias propriedades, que, além dos maquinários citados, utilizam uma tecnologia expressa por sementes selecionadas e modificadas, adubos químicos, herbicidas, inseticidas etc. O resultado da produção, por sua vez, tem como destino as cooperativas, as agroindústrias e, ainda, as empresas cerealistas locais. Outro instrumento fundamental, que explicitamente possibilita a efetivação do pacote tecnológico, especialmente o uso de insumos químicos, é o crédito rural para custeio das lavouras, como destacado no capítulo anterior.

As condições locais são condicionantes, com potencialidades e/ou fragilidades que acirram ou diminuem o ritmo territorial da *modernização*. O que se tem observado é que a concepção de desenvolvimento e de moderno foi construída por diferentes atores sociais e manifesta-se nos diferentes territórios. É nesse entendimento que se apresentam - a partir de reportagens produzidas por extensionistas rurais¹⁸, da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA), e de dados secundários - as características da agricultura entre os anos de 1960 e 1980, período em que ocorre a introdução do pacote tecnológico.

4.1.1. A territorialização de relações de poder, a partir de 1960

Embora a ação possa ter uma condução externa, para configurar o território, a formação territorial ocorre a partir das relações de poder que se realizam localmente. A compreensão das mudanças territoriais, decorridas da *modernização* da agricultura, impõe conhecer os atores locais que exercem influência nesse processo. Assim, parte-se da compreensão de que o papel desempenhado pelo sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), no Sudoeste do Paraná, influencia nas mudanças de forma e de conteúdo da produção agrícola, procedimento que também ocorre no restante do Brasil, em diferentes momentos e com distintas intensidades.

As ações promovidas pelo sistema de ATER, junto aos produtores rurais, promovem alguns desdobramentos que caracterizam o Sudoeste do Paraná e impõem, de acordo com a identidade desse território, ritmos e manifestações que repercutem territorialmente.

A soja é, visivelmente, um tipo de cultivo que serve de *porta de entrada* aos interesses dos agentes da *modernização* da agricultura, pois se enquadra no pacote

¹⁸ O papel desempenhado pelos extensionistas possibilita a compreensão da forma como a *modernização* agrícola foi construída no cotidiano dos agricultores do Sudoeste do Paraná. Assim, as reportagens utilizadas evidenciam o poder da informação e de seu controle para dominação territorial através das mensagens transmitidas e dos filtros utilizados.

tecnológico. Porém, não é um cultivo agrícola, pelo menos em grande escala, presente na organização inicial da agricultura no Sudoeste do Paraná. Dessa forma, para que ocorra a expansão do cultivo da soja, no território em questão, é preciso convencer os agricultores e os consumidores dos benefícios que esta trará. Um desses indicativos pode ser verificado em reportagem de uma extensionista da ACARPA, divulgando a importância da soja como suprimento alimentar.

Soja: riqueza esquecida.

No mundo moderno são sem conta os usos e aplicações do soja (sic) verdadeira maravilha vegetal. Não há nenhuma planta que possa sequer cotejar com ela quanto mais equiparar-se (ROSA, 22/06/68, p. 5).

Ao pesquisar as reportagens do arquivo da ACARPA/EMATER, publicadas no final da década de 1960, até os anos 1980, observa-se que, localmente, ocorre um orquestramento, no sentido de indicar aos agricultores sobre as principais fontes de renda (suinocultura e produção de feijão), a forma como são conduzidas e como elas são inviáveis. Assim sendo, entende-se que há necessidade de mudanças na forma de plantio, evitando as queimadas, corrigindo o solo, articulando o melhoramento das sementes, efetuando treinamentos aos produtores, para se estabelecerem todas essas mudanças.

Neste sentido, Gonçalves Neto (1997) afirma que os extensionistas rurais cumprem um importante papel na política de *modernização* agrícola, complementando a ação dos centros de pesquisas e experimentação, através do apelo à melhoria da qualidade de vida econômica e social, afirmando que a base da mudança passa pelo aumento da produção e da produtividade. O programa de assistência técnica, no Brasil, já existe desde a década de 1940, mas se intensifica com a política de crédito rural, a partir da década de 1960, quando ocorre uma conjugação entre a concessão do crédito e o parecer técnico.

Conforme apresenta Gonçalves Neto (1997), de 1948 até 1964, as empresas de assistência rural se destinam ao atendimento de pequenos e médios produtores. A partir de 1964 até 1974, passam a se dedicar, basicamente, ao atendimento de médios e grandes produtores, que contribuem para o processo de *modernização* agrícola em curso. O autor destaca, ainda, que o papel da extensão, via assistência técnica, é tão importante ao Estado, que este o utiliza como suporte da *modernização*. Esse exemplo pode ser constatado pelo incremento dos recursos destinados à extensão rural, no período, o qual é maior do que o destinado à pesquisa. Comprova-se, assim, a intenção do Estado, mediando e facilitando a disseminação do pacote da *revolução verde*. A assistência técnica assume importante papel no convencimento e na instrução dos produtores rurais; na geração de demandas não

tecnológicas, cujos resultados promovem demandas tecnológicas, sob implantação do pacote para a *modernização*. Isso ocorre, por exemplo, na forma de plantio.

No Sudoeste do Paraná, a ACARPA¹⁹ foi instituída em 1968, no município de Francisco Beltrão. A partir desse período, percebe-se o sentido dado à agricultura, conforme se observa nas reportagens publicadas na imprensa escrita local.

Em 11/05/1968, na Tribuna Sudoeste, p. 04, Lauro Danzmann chama a atenção para o preparo e a conservação da terra, alegando que mais de 800 agricultores de Francisco Beltrão não possuem arados e, aproximadamente, 3.000 não têm grade para arar a terra. Na reportagem, o autor, demonstra preocupação com o futuro das terras recém desmatadas e já insuficientes em matéria orgânica.

Em 08/06/1968, o engenheiro agrônomo Márcio J. Franchi afirma ter verificado problema de baixa produtividade “decorrente das sementes fracas, doentes, infestadas de pragas e doenças completamente degeneradas [...]”. Nesse sentido, questiona a insuficiência de recursos, no Paraná, para pesquisa de sementes adaptadas, indicando-as como uma prioridade da ACARPA regional de Francisco Beltrão, instalada recentemente.

Estação Experimental: Uma grande necessidade.
Francisco Beltrão é um município cujas bases econômicas estão na agricultura. Nos lugares mais distantes do país estão o feijão, o trigo beltronenses. O paulistano, quando come, está comendo o porco de Beltrão. Ainda que a agricultura no município seja empírica, em técnica, onde os mais diversos fatores influem, não se poderá negar que é ela o sustentáculo de sua economia (FRANCHI, 15/06/68, p. 5. In: Tribuna Sudoeste).

Essas reportagens reafirmam que, no Sudoeste do Paraná, a atividade agropecuária sempre é bastante relevante, mesmo sendo efetivada em pequenas unidades de produção e em condições rudimentares. Mas, no final da década de 1960, os extensionistas técnicos questionam o padrão de produção e produtividade. Nesse período, apesar de existirem cultivos destinados para o autoconsumo, o caráter mercantil também está presente, tanto na criação de porcos, como na cultura de feijão. Porém, a existência da produção para o autoconsumo diminui a necessidade de recorrer ao mercado para aquisição da maior parte dos bens de consumo, assim como a dependência de insumos externos é pouco expressiva. Depreende-se, das reportagens, a interferência dos técnicos extensionistas, no sentido de

¹⁹No Paraná, a ACARPA foi instituída em 1959 como uma entidade civil, sem fins lucrativos, filiada à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), e vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). Em 1977, foi criada a EMATER - PR com a finalidade de absorver as atividades da ACARPA, que havia iniciado seu processo de extinção. Em 2005, a EMATER modificou seu regime jurídico, passando de empresa pública para autarquia, sendo denominada de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

alterar essa organização nos estabelecimentos agropecuários, em especial os familiares, visando ao aumento da produtividade e à intensificação da circulação de mercadorias.

Beskow (1982), ao analisar a produção agrícola do final da década de 1960, aponta que a interação com o mercado sempre existiu no Sudoeste Paranaense; entretanto, esse nível varia de intensidade, de acordo com as características econômicas e sociais na produção nos diferentes municípios. Assim, a área média das propriedades, o grau de especialização da produção, a capacidade de acumulação dos produtores familiares, e as políticas públicas influenciam diretamente na produção de subsistência ou de mercadorias.

[...] Nesta questão, também exerce influência a conjuntura dos mercados agrícolas – nos anos em que a comercialização não oferece preços compensadores aos produtores familiares e os preços relativos do milho são atrativos, como recentemente, há uma substituição de suínos por milho na esfera da comercialização. É por isso que em 1966, o milho de Pato Branco –município basicamente suinocultor – era comercializado em apenas 20% e o de Francisco Beltrão – município suinocultor mas também produtor de milho para o mercado – em 61% (BESKOW, 1982, p. 21).

Apesar do caráter mercantil, a terra significa o meio para garantir a existência da família, por isso o tamanho das propriedades e a progressiva redução de área média passam a ser consideradas como um processo normal decorrente do aumento da população. Mesmo sendo áreas de pequena extensão, existe satisfação em relação ao tamanho das unidades de produção, pois essas são maiores do que as suas propriedades nos lugares de onde migraram.

Neste sentido, um técnico da ACARPA indica a necessidade de racionalizar a suinocultura, criando porcos em áreas menores e melhorando a alimentação, pois “44,15% das famílias rurais de Francisco Beltrão tem (sic) na suinocultura sua principal fonte de renda, os demais criam porco ou sabem criar porco” (FRANCHI, 29/06/68, p. 04).

Geralmente, a implementação da *modernização* tecnológica da agricultura se viabiliza em grandes áreas, mas isto não significa, necessariamente, grandes propriedades, pois existe a possibilidade de arrendamento de outras terras. Destarte, as pequenas unidades de terra são adaptadas para uma produção mais tecnificada. Embora também tenha se observado um processo de concentração dos estabelecimentos, principalmente sobre as melhores terras em termos de topografia e fertilidade do solo.

Assim, Danzmann (1968) afirma que essas condições dificultam o desenvolvimento social e econômico no espaço rural do Sudoeste do Paraná. Com base nessa consideração, o autor aponta três problemas que considera significativo:

- 1) A fraqueza da estrutura fundiária, mais de 50% das propriedades tem menos de 20 hectares ou 8,2 alqueires. Número de filhos 06 a 09, alta densidade demográfica e a explosão demográfica 78,7% da população tem (sic) menos de 30 anos.
- 2) O baixo nível de conhecimentos do povo rural. Em cada dois anos são vendidas 33.000 cabeças de suínos produzidos no município, e morrem 69.000 cabeças devido, em grande parte, ao baixo nível técnico com que são conduzidas as criações.
Mais de 50% dos lares no meio rural não possuem privadas²⁰.
- 3) As condições negativas de comercialização. Neste aspecto basta dizer que a cultura que apresenta melhor produtividade em nossas terras, o milho, pode ter como finalidade apenas alimentação animal, pois sua comercialização é antieconômica para o agricultor (DANZMANN, 1968, p. 05).

As condições identificadas pelo extensionista rural Danzmann são consideradas como inibidoras do “desenvolvimento social e econômico”, pois decorrem das condições concretas da colonização efetiva do Sudoeste do Paraná. Trata-se de uma *frente* de expansão formada por jovens casais, que contam com mais condições para aventurar-se em um lugar com pouca ou nenhuma estrutura. Em geral, trata-se de indivíduos descapitalizados que buscam condições para sua reprodução social e biológica. Desse modo, a ocupação do território do Sudoeste do Paraná é a expressão material das condições adversas existentes na sociedade local.

As ações que se desencadeiam, calcadas na produção de feijão e na criação de suínos, para estabelecimento da *modernização*, são construídas a partir da pequena propriedade, porém, evidenciando um caráter de produção simples de mercadorias. Neste contexto, as indicações dos extensionistas rurais destacam a necessidade da *modernização*, inclusive afirmando que a melhoria na produtividade do feijão se reverte também para a soja, pois, naquele momento, os técnicos consideram que os problemas das duas culturas são os mesmos.

Com o discurso da melhoria da produtividade é construída, internamente, nas diferentes dimensões territoriais, a necessidade de mudança na forma de produzir. O que vai ao encontro, no final da década de 1960 e início da de 1970, das políticas do Governo Federal para a agricultura, que se propõem a aumentar a produtividade agrícola, através da sua *modernização*. A atuação dos técnicos e extensionistas representam, evidentemente, uma manifestação do movimento mais geral, em favor da chamada *revolução verde*. Essa relação intrínseca entre as condições locais e as ações realizadas, em níveis nacional e internacional, tem muita importância na organização da produção agropecuária do Sudoeste. Institui-se a

²⁰ Esse é um termo comumente utilizado para designar os banheiros.

idéia do atraso e da necessidade de mudanças técnicas e tecnológicas, como única forma possível para melhorar a produção e as condições de vida.

Outra característica fundamental do processo de *modernização* se refere à produção de sementes, uma vez que a partir desta ocorre a subordinação do produtor à lógica de *modernização* capitalista da agricultura. Dessa forma, ele não é mais capaz de garantir para o ano seguinte sua produção e se torna dependente do mercado. Nesse orquestramento, as sementes selecionadas são consideradas como elemento fundamental para aumentar a produtividade de feijão e de soja, consideradas, pelos extensionistas, como similares.

Em 1969, estabelece-se um convênio entre a ACARPA, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) para instalar locais de produção de sementes nos municípios sudoestinos. As atribuições de cada instituição são assim definidas: o Ministério da Agricultura atuará como responsável pelo fornecimento de sementes selecionadas; a ACARPA selecionará os agricultores, prestará assistência técnica e, por intermédio do sistema bancário, fornecerá o crédito; o GETSOP distribuirá as sementes e aprovisionará os insumos necessários (calcário, adubos, inseticidas e fungicidas), além de comprar as sementes e revendê-las na própria região; à CIBRAZEM caberá armazenar as sementes, coletar amostras, fazer a análise e fornecer a sacaria, quando necessário. Os municípios que têm participação nesse convênio são Capanema, Verê, Francisco Beltrão e Pato Branco, cujos produtores se dedicam à produção de sementes de soja (TRIBUNA SUDOESTE, 1969, p. 04).

O transcorrer da história tem demonstrado que as sementes selecionadas e posteriormente certificadas abrem o caminho para as sementes híbridas, patenteadas por grandes empresas, cumprindo o papel importante, conforme se destaca no capítulo 3. Como se pode observar, na década de 1960, a produção de soja está sendo direcionada para o cultivo no Sudoeste do Paraná, e a matriz tecnológica utilizada tem por base o uso de insumos químicos, considerados indispensáveis à alta produtividade esperada para resolver o problema da pobreza rural. É nesses municípios que surge o germe da *modernização* no Sudoeste, como por exemplo, a primeira lavoura de soja “solteira” que foi produzida em Verê, em 1969.

Todavia, essa forma de produzir limita a autonomia do agricultor, pois seus conhecimentos podem ser descartados. Nesse sentido, entende-se que a afirmação a seguir é depreciativa, pois desmerece a forma como o trabalho agrícola se realiza até então: “todos conhecem como o nosso agricultor produz: roça, queima, planta, capina, colhe e vende. Isso se repete anualmente, sem que haja nenhuma modificação para melhor”.(TRIBUNA SUDOESTE, 07/02/70, p. 09). Os técnicos reconhecem a situação de descapitalização dos

agricultores para “aceitar as novas técnicas” e a necessidade de instrução, de capital de giro e segurança nos preços. Essas condições são consideradas fundamentais para aumentar a produtividade agrícola.

A chamada segurança é introduzida pelo Estado por intermédio de políticas públicas (apresentadas no capítulo 03), de preços mínimos, crédito rural, aquisição de parte da safra pelo governo, incentivo às cooperativas de produção agrícola etc. Trata-se de políticas econômicas de incentivo à produção com base no novo pacote tecnológico. Também a assistência técnica, tanto estatal como das empresas privadas, tem um desempenho fundamental no processo de ofertas de garantias e no convencimento dos produtores rurais.

Nessa perspectiva de produção, que envolve novas tecnologias e aumento dos custos, o uso de agrotóxicos passa a fazer parte do cotidiano dos agricultores. A ampla divulgação dos insumos químicos necessários nem sempre vem acompanhada de explicações adequadas sobre suas conseqüências. As informações vagas sobre os problemas decorrentes da utilização do produto parecem que mais camuflam e incentivam o seu uso do que esclarecem os produtores sobre seu perigo. A reportagem a seguir demonstra a dimensão do problema da informação sem a preocupação com o esclarecimento efetivo ao produtor rural.

O gasto terá que ser mínimo, comparado com o prejuízo, quando não fizer o tratamento. Assim é para tratar 25 quilos de semente, que é quanto gasta para plantar um hectare, é preciso 50 gramas de veneno, que custará Cr\$ 0,75, e para fazer este tratamento da semente de feijão é muito simples. É só misturar o veneno as sementes, que irá ser plantada. Esta mistura poderá ser feita em um tambor.

Como veneno poderá usar qualquer um dos muitos que existem, como Tillex, a neantina e outros.

Mas, ao fazer o tratamento da semente do feijão, deve-se ter muito cuidado ao lidar com o veneno, pois é perigoso para a saúde (TRIBUNA SUDOESTE, em 18/07/70, p. 05, sem grifo no original).

O que se deprende é a idéia “naturalizante” transmitida sobre o uso desse tipo de toxina. Ela trata do assunto como algo corriqueiro e que faz parte do cotidiano dos agricultores: “como veneno poderá se usar qualquer um dos muitos que existem”. Não se verifica nenhuma espécie de tensionamento sobre este uso, mesmo no que se refere aos cuidados com a saúde, pois, da forma como é abordado o assunto, o perigo é secundarizado: aparece em último plano, na reportagem. Considerando o conhecimento por parte dos técnicos, referente ao baixo grau de escolaridade e as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais no Sudoeste do Paraná, naquele período, como foi explicitado em reportagens citadas anteriormente, não resta dúvida da intenção de favorecer a introdução do pacote tecnológico, desconsiderando-se a saúde das pessoas e a proteção do ambiente.

A reportagem do Jornal Estado do Paraná (14/10/1971) evidencia que as condições derivadas dos minifúndios e o despreparo dos agricultores representam um empecilho para “o maior desenvolvimento da agropecuária na região sudoeste do Estado”. A reportagem também destaca o fato de o Governo Federal e os governos estaduais da região Sul tomarem as providências para solução dos problemas das pequenas propriedades, por intermédio do crédito fundiário, mediante o qual “os agricultores poderão adquirir maior quantidade de terras e estender as lavouras dentro de técnicas modernas”. A demonstração positiva da política de crédito do Governo Federal é exaltada por meio do anúncio de um investimento superior a dois milhões de cruzeiros destinados à Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense (CAMDUL), com o objetivo de financiar projetos para aquisição de máquinas, tratores e adubos.

Apesar do processo de tecnificação da atividade agrícola, o Sudoeste do Paraná, no final da década de 1960 e início de 1970, expressa uma agricultura de apoio familiar, com baixa produtividade, e uma economia baseada na produção de feijão e na criação de suínos, além de uma população eminentemente rural, com taxa de urbanização de apenas 13,3% em 1970. Porém, com evidências do desgaste dos solos e desmatamento intenso.

A migração na região, entre 1950 e 1960, tem um incremento de 12,4% a.a., o que se considera expressivo, quando se compara com o crescimento da população brasileira de 3,1% a.a. e do Paraná de 7,2% a.a. O aumento na densidade demográfica no Sudoeste do Paraná, como se observa na tabela 10, pode ser considerado fundamental para a compreensão da pressão populacional *na* e *pela* terra, representada pelo crescimento demográfico que, na atualidade, é traduzido pela expressiva quantidade de migrantes desse espaço nos assentamentos no Norte e Noroeste do Estado do Paraná.

Tabela 10 – Evolução da densidade demográfica: 1950 – 1970.

		1950	1960	1970
Relação hab/Km ²	Paraná	10,62	21,49	35,15
	Sudoeste	6,57	19,82	38,74
	Paranaense			

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970.

Esse aumento de demanda crescente por terra encontra eco no discurso da *modernização*, através do argumento em favor da produtividade, conforme é demonstrado na reportagem a seguir:

Vitório de Souza Fermallen, um agricultor de Dois Vizinhos acaba de reconhecer as vantagens do uso de técnicas modernas na agricultura. Ele fez uma experiência: plantou um alqueire de trigo com adubo (superfosfato triplo). Em outro alqueire semeou o mesmo IAS 51, mas sem qualquer adubo. E o resultado não fez esperar. Na hora da colheita, Vitório de Souza Fermollen colheu 92 sacas na área de um alqueire cultivado com adubo. Enquanto isso, o outro alqueire de trigo plantado sem adubo produziu apenas 26 sacas (TRIBUNA SUDOESTE, 04/03/72, p. 12).

Mais uma vez a análise realizada está focada apenas nos aspectos positivos da *modernização*, não realiza uma comparação com os custos das duas produções e nem com os seus desdobramentos. Essas reportagens do sistema de assistência técnica e extensão rural, publicadas na década de 1970, demonstram a seleção da pauta apresentada, a qual evidencia os interesses políticos, ideológicos e econômicos do momento. A falta de informação ou a expressão desta forma fragmentada dificulta e, por vezes, impede formas de reação.

Neste contexto, o volume da produção agrícola no Sudoeste, na década de 1970, é crescente e demanda estruturas para armazenamento da produção. A CAMDUL, por exemplo, criada em 1971, com cerca de 700 associados, nos municípios de Dois Vizinhos, Salto do Lontra e Verê, segundo dados da Tribuna Sudoeste (18/02/72), entre 1971 e 1972, armazena 26 mil sacas de soja, 21 mil sacas de feijão e 20 mil sacas de milho, tendo como previsão para a safra seguinte o armazenamento de 100 mil sacas de soja. Para atender a demanda prevista, a cooperativa conta com recursos do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para a construção de um armazém graneleiro com capacidade para 300 mil sacas.

A estruturação de um sistema de comercialização por intermédio da cooperativa agrícola traduz mais uma mudança territorial, pois a relação de comércio focada na figura de comerciantes locais é substituída pela cooperativa e pela idéia de organização dos produtores. A cooperativa passa a ser o local da comercialização e também o meio para se obter o crédito. As cooperativas agrícolas, aos poucos, substituem cada vez mais o papel de mediação na circulação de mercadorias, que é realizado pelos comerciantes locais.

O crédito rural e as cooperativas, como, por exemplo, a CAMDUL, COASUL²¹, Cooperativa Agropecuária Capanema (COAGRO) etc., são considerados essenciais na construção interna da *modernização* das atividades agrícolas no Sudoeste do Paraná. O transcorrer da história mostra que, de fato, a utilização desses mecanismos resulta na maior tecnificação do campo, embora isso não tenha implicado melhor preparo do agricultor.

²¹ A COASUL é criada em 1969, no município de São João, por 43 produtores rurais e, atualmente, tem mais de 3.500 cooperados, 21 entrepostos divididos em 18 municípios do Sudoeste do Paraná, 4 supermercados e uma fábrica de rações.

Segundo os técnicos, os minifúndios e o despreparo dos agricultores impede o maior desenvolvimento da agropecuária na região sudoeste do Estado. O Governo Federal juntamente com os governos dos quatro estados do sul (sic) no entanto já tomam as primeiras providências para a solução dos problemas das pequenas propriedades. Nos próximos meses deverão ser concluídos os projetos de crédito fundiário, para a Região Sul. Através deste crédito, os agricultores poderão adquirir maior quantidade de terra, e conseqüentemente estender suas lavouras dentro de técnicas modernas. Dentre as providências tomadas em Dois Vizinhos pela CAMDUL, com vistas ao desenvolvimento da agropecuária destaca-se a assistência técnica através da ACARPA, e a concessão de financiamento aos agricultores, segundo o presidente daquela cooperativa, Jaime Guzzo. Um montante superior a dois milhões de cruzeiros deverá ser financiado aos agricultores nos próximos dias para aquisição de máquinas, tratores e adubos (O ESTADO DO PARANÁ, 14/10/71).

O mesmo jornal, em 06/05/1979, destaca a importância do uso das tecnologias de forma adequada e recomendada para garantir o aumento da produtividade.

Numa análise econômica, ficou evidenciado que em lavouras altamente tecnificada o retorno por cruzeiro aplicado é menor e nem todo o produtor tem condições de arcar com os pesados riscos de uma tecnologia avançada. A experiência revela que há necessidade de se fazer uma separação dos produtores em termos de tecnologia.

Para os médios e grandes produtores, que tem condições de suportar riscos, a tecnologia, principalmente a adubação de certas práticas corresponde às expectativas do produtor em termos econômicos.

Em 17/07/1979, o jornal apresenta os principais problemas identificados pelos produtores agropecuários, no Sudoeste do Paraná, referentes ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor: destaca a dificuldade de acesso dos pequenos produtores mercantis ao crédito rural, a precariedade da eletrificação rural e o mal estado das estradas rurais.

Todavia, no final da década de 1970, começam os primeiros indícios dos problemas da matriz tecnológica baseada no uso intensivo de insumos químicos. Em 1977, os agricultores vivenciam uma queda no valor da saca de soja, decorrente do aumento da safra norte-americana. Enquanto, em 1973, o preço da saca de soja é comercializado a Cr\$ 250,00, em agosto de 1977 (O ESTADO DO PARANÁ, 18/08/77), o preço para comercialização está cotado entre Cr\$ 130,00 e Cr\$ 140,00. A oscilação dos preços, nominais, principalmente em decorrência da concorrência da produção dos Estados Unidos, da Argentina e do Paraguai provoca mudanças internas no discurso sobre a soja.

A reportagem do Jornal O Estado do Paraná (14/01/1979) destaca que a Embrapa de Londrina, em seu quinto ano de existência, desenvolve um programa de uso racional dos inseticidas para o combate das primeiras pragas nas lavouras no Sudoeste paranaense.

Dessa maneira, a partir das exigências impostas pela expansão da *modernização* tecnológica, difunde-se a idéia de um esgotamento da forma de produzir através da pequena propriedade com base no trabalho familiar. Essas forças se encontram com a situação de vida precária de muitos produtores agrícolas, que acabam sendo envolvidos pela possibilidade de melhoria em suas produções. A *modernização* tecnológica é apresentada e difundida como uma “solução” para melhorar as condições de vida desses indivíduos.

A *modernização* da agricultura é apresentada como a face moderna do desenvolvimento, mas um desenvolvimento prioritariamente econômico, que resulta em uma série de problemas, como será abordado, na seqüência.

4.2. Os reflexos da *modernização* na estrutura da produção agrícola no Sudoeste do Paraná

Como é demonstrado no terceiro capítulo, o conceito utilizado para compreender a chamada *modernização* da agricultura ocorrida no Brasil tem por base a análise de dados que demonstram a utilização de tecnologias modernas, as quais demandam insumos externos à propriedade, diminuem o uso da mão-de-obra e aumentam a produtividade da terra e do trabalho. Busca-se entender a relação entre o tamanho do estabelecimento, a distribuição da população e as condições de produção, pois uma discussão consensual na literatura brasileira é sobre o aumento da concentração de terras e a *modernização*, provocadoras do êxodo rural, influenciando no rápido processo da urbanização brasileira.

Com base nessas considerações é que se organiza a pesquisa, a fim de entender como esse conceito e suas implicações se aplicam territorialmente no Sudoeste do Paraná. Por entender que se trata de uma construção processual, buscam-se as evidências em dados que demonstram a dinâmica do período e as redes de relações convergentes e/ou conflituosas presentes no território em questão, a partir das permanências e/ou mudanças na exploração da unidade de produção, nas relações de trabalho e no uso de tecnologias.

O crescimento populacional entre 1960 e 1970 revela que o processo de colonização efetiva, iniciado na década de 1940, continua com muita intensidade, assim como se intensificam as articulações da produção com o mercado. Como se evidencia, nos capítulos anteriores, é justamente o discurso de uma inserção mais qualificada que motiva as ações do sistema da ATER local.

Entretanto, essa ampliação da articulação não provoca alterações significativas na estrutura fundiária, permanecendo a identidade de uma agricultura produzida em pequenas

propriedades e com utilização de trabalho familiar. São, justamente, essas permanências e, também, as mudanças que contribuem para compreender a introdução da *modernização* da agricultura em uma realidade de agricultores com baixo nível de escolaridade, descapitalizados e inseridos, inicialmente, no mercado, por meio da produção simples de mercadorias.

Assim, quando se analisam os dados de 1960, constata-se um processo de constituição do território ainda em formação e em expansão horizontal. Observe-se a tabela a seguir:

Tabela11-Área total cultivada no Sudoeste do Paraná, 1960, 1970, 1975 e 1980 – em hectares.

1960	1970	1975	1980
414.408	431.003	741.653	757.103

Fonte: IBGE - Censo Agrícola 1960 e Censos Agropecuários 1975 e 1980.

Essa expansão horizontal das áreas cultivadas se estabelece a partir da produção agrícola, segundo o Censo Agrícola de 1960²², que tem como produtos principais o milho e o feijão. O feijão é produzido em cerca de 85% dos estabelecimentos rurais e o milho em 88%. A produtividade média para o milho é de 2,3 e o feijão 0,88 toneladas por hectare, as quais estão acima da média do Paraná que, no período, é de 1,3 toneladas por hectare para o milho e 0,48 para o feijão; essa produtividade é atribuída às condições naturais de fertilidade do solo e também à importância destes cultivos à sobrevivência familiar. Nesse contexto, o município de Capanema é o que apresenta maior produtividade no Sudoeste do Paraná. Mas as boas condições esbarram na precariedade de armazenamento. O que se observa, na década de 1960, é um dinamismo na produção dos municípios da fronteira, especialmente Capanema e Barracão. Essa produção ocorre, na maior parte dos casos, sem financiamentos; pois, em 1959, apenas 1,5% dos estabelecimentos agrícolas do Sudoeste do Paraná utilizam financiamento, do qual 89% destes são emprestados de pessoas da região.

A seguir serão evidenciadas as análises de mudanças e permanências ocorridas no Sudoeste do Paraná, as quais demonstram os ritmos mais ou menos acelerados da *modernização* em sua fase inicial, entre a década de 1960 e 1980, quando o Sudoeste está efetivamente ocupado e demonstra um dinamismo produtivo, apesar da sua inserção precária no processo de comercialização.

²² A análise referente às mudanças e permanências no Sudoeste do Paraná é realizada a partir de 1960. Entretanto, não existe uma seqüência na padronização dos dados nos Censos Agropecuários posteriores, por isso, em alguns momentos, as estatísticas do período não são apresentadas.

Em 1960, o Sudoeste do Paraná tem 15.426 estabelecimentos agrícolas, em uma área de 414.408 hectares, distribuídos da seguinte forma: Capanema 3.562 hectares; Barracão 1.829 ha.; Francisco Beltrão 1.829 ha. e Santo Antônio do Sudoeste 2.999 ha. Esses dados, quando comparados ao total de estabelecimentos na década de 1970, revelam que há muita terra no Sudoeste a ser ocupada e também regularizada, considerando que o GETSOP termina seu trabalho, em 1973.

Essa expansão horizontal, em 1970, atinge um incremento de 67% na área cultivada e entre 1970 e 1975, tem aumento de 6%. No período seguinte (1975 e 1980), o aumento é de apenas 2%. Nesse sentido, a utilização de técnicas modernas favorece a ampliação de áreas cultivadas.

Como é destacado, o Sudoeste do Paraná, desde sua ocupação efetiva, tem se constituído em um território marcado pela pequena propriedade agrícola mercantil. Ao longo do período, embora tenha aumentado o número de estabelecimentos rurais, bem como a área destes, conserva a predominância dos estabelecimentos de até 50 hectares, que representam, em 1980, 95,6% do total de estabelecimentos, os quais ocupam 69% da área total.

Apesar dessa permanência, alguns destaques demonstram o ritmo de como o processo se efetiva. Um desses é o aumento significativo de estabelecimentos no estrato de até 10 hectares que, entre 1970 e 1980, é de 48%, enquanto que a área deste estrato tem aumento de 36%, ou seja, cresce em um ritmo menor, revelando um processo de fragmentação da terra e de ocupação de novas áreas, até então não cultivadas. Ao mesmo tempo, percebe-se a diminuição em 10% no número e na área dos estabelecimentos entre 20 e 50 hectares.

Tabela 12: Estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná - 1970 a 1980.

	1970		1975		1980	
	Estabelecimentos	Área**	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
Menos de 10	14.905	84.378	17.744	97.938	22.119	114.720
10 a menos de 20	10.882	155.544	11.245	160.645	12.036	172.151
20 a menos de 50	8.880	262.412	8.461	249.932	7.968	235.754
50 a menos de 200	1.616	123.318	1.787	164.491	1.770	146.414
200 a menos de 500	101	29.981	108	32.203	122	36.381
500 e mais	27	37.782	31	36.444	43	51.683
TOTAL	36.411	693.415	39.376	741.653	44.058	757.103

* Número total.

** Em hectares.

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários.

No mesmo período, aumenta em 21% o número de estabelecimentos e a área daqueles entre 200 e 500 hectares, o que representa uma concentração de terras a partir desse estrato de área, o qual é considerado como formado por grandes estabelecimentos, em virtude do conjunto da estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná.

O aumento no número total de estabelecimentos agropecuários é mais expressivo nos estratos acima de 500 hectares, que têm aumento de 59% no total, enquanto que em termos de área o aumento é de 37%. Esses dados também evidenciam uma concentração de terras entre 1970 e 1980.

A área média das propriedades agrícolas no Sudoeste do Paraná, em 1960, é de 27 hectares. Em uma década passa para 19 hectares e, em 1980, a diminuição permanece em ritmo mais lento, significando cerca de 17 hectares.

Entre 1970 e 1975, a diminuição na área média é mais significativa nos estabelecimentos do estrato de até 10 hectares e nos acima de 500 ha. No quinquênio seguinte, segue a tendência de diminuição no estrato até 10 hectares, como também se efetiva a diminuição naqueles entre 50 e 200 hectares; nos demais estratos há um aumento da área média, especialmente naqueles acima de 500 hectares, evidenciando certa concentração de terra, como já foi mencionado.

Tabela 13- Área média dos estabelecimentos rurais no Sudoeste do Paraná, em hectares.

	1970	1975	1980
Menos de 10	5,66	5,52	5,19
10 a menos de 20	14,29	14,29	14,30
20 a menos de 50	29,55	29,54	29,59
50 a menos de 200	76,31	92,05	82,72
200 a menos de 500	296,84	298,18	298,20
500 e mais	1.399,33	1.175,61	1.201,93
Total	19,04	18,84	17,18

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.

De modo geral, o que se observa, de acordo com os dados do IBGE, é que, no período entre 1970 e 1980, a diminuição de área média impacta de forma mais específica o estrato de até 10 hectares e aqueles acima de 500. Outra característica é o aumento na área média dos estabelecimentos entre 50 e 200 hectares, a qual não se verifica apenas nos municípios de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, expressando uma tendência de formação de estabelecimentos de médio a grande porte.

O processo de diminuição da área média no estrato de até 10 hectares revela, além da fragmentação, uma contradição, uma vez que, em decorrência do avanço tecnológico, a

tendência é a concentração de terras, pois possibilita o cultivo de áreas cada vez maiores. Verificam-se os principais municípios que apresentam um processo mais intenso de diminuição da área média no estrato de até 10 hectares, diminuindo as áreas já consideradas pequenas e de difícil viabilidade econômica.

Tabela 14 - Municípios do Sudoeste do Paraná que tiveram maior redução na área média dos estabelecimentos, entre 1970 e 1980, no estrato de até 10 ha.

	1970	1980
Verê	6,0	4,9
Santa Izabel do Oeste	5,6	4,7
Salto do Lontra	5,8	4,9
Planalto	5,9	5,1
Dois Vizinhos	5,8	5,1

Fonte: IBGE – Censos agropecuários de 1970 e 1980.

Embora tenha ocorrido uma diminuição na área média dos estabelecimentos acima de 500 hectares, em 14% entre 1970 e 1980, em alguns municípios ocorre efeito inverso. Nota-se um movimento paralelo do verificado na situação anterior. Por exemplo, em Dois Vizinhos, em 1970, não há nenhum estabelecimento agropecuário acima de 500 hectares, em 1980 passa a haver quatro, com uma área média de 696 hectares cada; em situação similar encontram-se em Realeza 03 estabelecimentos com área média de 641 hectares cada.

Tabela 15 - Municípios do Sudoeste do Paraná com aumento da área média dos estabelecimentos, entre 1970 e 1980, nos estratos acima de 500 ha.

	1970	1980
Santo Antônio do Sudoeste	576	1.125
Marmeleiro	1.755	2.160
Enéas Marques	503	585

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

Assim, podem-se visualizar dois movimentos, entre 1970 e 1980, no que se refere à estrutura fundiária no Sudoeste do Paraná: I) a concentração de terras em estratos de áreas maiores e, II) uma minifundialização, derivada da fragmentação da terra, nos estratos menores. Estes dois processos de concentração e fragmentação são concomitantes e correlatos na apropriação e organização do território de cada município.

O denominado processo de minifundialização sucede-se em todos os municípios do Sudoeste, apesar de atingir diferentes intensidades, em termos de número de estabelecimentos e área. Entretanto, a concentração de terras nos estratos acima de 500 hectares ocorre em apenas cinco municípios: Enéas Marques, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Santo Antônio do Sudoeste e São Jorge d'Oeste. Destes, o principal destaque é para o município de Santo

Antônio do Sudoeste que, em 1970, apresenta uma área média no estrato acima de 500 hectares de 576 e, em 1980, passa para 1.125.

Em termos de perda de área média no estrato acima de 500 hectares, é possível destacar que o município de Barracão tem, em 1970, uma área média de 1.137,5 hectares por estabelecimento, o que se reduz em 1980, para 845. Isto também ocorre no município de Salgado Filho que, em 1970, possui 2 estabelecimentos agrícolas neste estrato, com uma área de 1.396 hectares cada e, em 1980, não tem nenhum estabelecimento acima de 500 hectares.

Diante dessa estrutura fundiária e da permanência de pequenos estabelecimentos, a condição predominante é a de produtor proprietário, entretanto, algumas especificidades referentes ao processo de povoamento a diferenciam da estrutura verificada no restante do estado, em alguns aspectos.

No Paraná, assim como no Sudoeste do estado, até 1980, percebe-se o predomínio da condição do produtor enquanto proprietário, seguida da condição de parceiro, arrendatário e ocupante, tanto em termos de estabelecimentos quanto de área. Essa realidade local difere da encontrada em 1960, em que a maior parte dos estabelecimentos se encontra sob a posse de ocupantes, justamente em decorrência do processo de colonização, conforme é apresentado no primeiro capítulo.

Tabela 16 - Condição de produtor – número de estabelecimentos e área em hectares.

		Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Ano	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Sudoeste do Paraná	1970	32.003	643.572	1.223	13.141	2.226	22.563	2.133	28.170
	1975	31.448	649.310	3.032	28.209	2.358	20.787	2.718	23.469
	1980	31.481	653.359	2.872	27.125	5.594	48.795	4.149	27.874
Paraná	1970	312.762	12.161.283	68.741	646.760	122.937	1.067.145	50.048	750.342
	1975	305.734	13.798.843	48.466	579.795	79.869	685.661	44.384	566.662
	1980	305.765	14.578.888	43.340	702.844	63.044	646.168	41.954	452.431

Fonte: IBGE – Censos agropecuários 1970, 1975 e 1980.

Entre 1970 e 1980, tanto no Sudoeste como no Paraná, continua a tendência de diminuição no número de estabelecimentos agropecuários, assim como em relação à área desses. No que diz respeito à condição de produtor arrendatário verifica-se um aumento no número de estabelecimentos e na área no Sudoeste e diminuição no Paraná, entre 1970 e 1975. Entretanto, entre 1975 e 1980, no Sudoeste, há uma diminuição da área e dos estabelecimentos, enquanto no Paraná, o número de estabelecimentos diminui concomitantemente ao aumento da área, o que decorre da introdução de tecnologias, que permitem o cultivo de áreas maiores, em muitos casos arrendadas. Nesse sentido, também,

entre 1970 e 1980, ocorre a diminuição no número de estabelecimentos e na área classificada na condição do produtor em sistema de parceria no estado, porém a área média por estabelecimento nessa condição aumenta. A condição de produtor parceiro destaca-se como uma forma de produzir no Sudoeste, avançando principalmente sobre a condição de produtor proprietário, pois as técnicas rudimentares exigem uso de mão de obra, e, com o Estatuto do Trabalhador Rural em vigor, o trabalho em parceria é uma maneira de garantir a produção.

A condição de produtor proprietário é predominante, entre 1970 e 1980, tanto no Sudoeste como no Paraná. Entretanto, ocorre uma diminuição no número dos estabelecimentos no Sudoeste do Paraná e no Paraná, no qual se constata um aumento da área cultivada pelos agricultores considerados proprietários. O que se verifica é uma diminuição gradativa da representatividade, em termos numéricos, dessa condição de produtor, quando comparada a outras condições como: arrendatário, parceiro e ocupante no Sudoeste do Paraná. Em um movimento simultâneo, observa-se o aumento da condição de produtor classificado como arrendatário e também ocupante. Assim como a de parceiro entre 1975 e 1980. Essas informações demonstram as singularidades do território em questão que, em alguns aspectos, apresenta dinâmicas inversas às verificadas no estado.

De forma geral, o Sudoeste do Paraná segue a tendência do Paraná apenas no que diz respeito à condição do produtor na categoria de proprietários. Nas demais, apresenta especificidades em decorrência de seu processo de ocupação diferenciado e recente, como já destacado.

Tabela 17 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, de 14 anos e mais – 1970 e 1980.

	Responsável e membro da família não remunerado	Em trabalho permanente	Em trabalho temporário	Em parceria	Total
Sudoeste do Paraná					
1970	100.963	1.553	2.868	656	106.040
1980	118.290	3.890	10.058	472	132.710
Paraná					
1970	1.340.477	118.242	114.087	21.252	1.594.058
1980	1.107.603	169.448	161.576	42.853	1.481.480

Fonte: Censos Agropecuários 1970 e 1980.

Esse predomínio dos agricultores proprietários, nos municípios estudados, e as condições gerais de produção resultam em mais uma especificidade do Sudoeste em relação ao total do Paraná, pois, entre 1970 e 1980, o total de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias no estado diminuiu em 7%, sobre o número de pessoas ocupadas na categoria

de responsáveis e membros da família não remunerados. No Sudoeste do Paraná, de forma oposta, incide um aumento do total de pessoas ocupadas na atividade agropecuária de 25%. Em relação ao trabalho em parceria constata-se dois movimentos contrários. No total do Paraná ocorre um aumento em 102%, enquanto no Sudoeste consiste na única categoria de ocupação que diminuiu, embora tenha aumentado o número de estabelecimentos e área na condição de produtor parceiro. Essa dinâmica é oposta no restante do estado, onde ocorre uma diminuição dos estabelecimentos na condição de parceria, mas aumenta o número de pessoas ocupadas, pois, em outros espaços do estado, as parcerias ocorrem em atividades que demandam mão-de-obra.

Essas particularidades referentes ao pessoal ocupado, de 14 anos e mais, com as atividades agropecuárias revelam um expressivo dinamismo na agricultura do Sudoeste do Paraná, já na década de 1970, e, também, indicam sinais de mudanças, pois o aumento no pessoal ocupado, representado pelos responsáveis e membros da família, ocorre em um ritmo muito menor do que o das pessoas ocupadas em trabalhos temporários e permanentes. Enquanto a variante dos membros da família aumenta em 17%, o número de empregados temporários cresce em 251% e os permanentes em 150%. Ainda nesse sentido, observa-se que o trabalho familiar representa 95% do total das ocupações, em 1970, e, passa a representar, em 1980, um total de 89%, em relação às ocupações registradas pelo IBGE.

Evidentemente, no Sudoeste do Paraná, ocorrem mudanças que atingem significativamente a organização da agricultura familiar, a qual apresenta uma tendência de diminuição da oferta de postos de trabalho.

Porém, essas alterações não ocorrem de forma homogênea, e as mudanças e permanências variam de município para município. Na seqüência, será demonstrado o que ocorre, de forma mais expressiva, nos municípios que compõem esse território.

Tabela 18 - Municípios que têm menor crescimento no total de pessoas responsáveis e membros da família nas ocupações agropecuárias.

	1970	1980	% de crescimento 1980/70
Renascença	2.280	2.070	-9,21
Realeza	5.546	5.721	3,16
Verê	4.583	4.703	2,62
Francisco Beltrão	8.809	9.388	6,57
Ampére	4.387	4.914	12,01

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários – 1970 e 1980.

Dos municípios que têm menor crescimento no pessoal ocupado, representado pelo trabalho familiar, apenas Renascença tem uma diminuição em termos absolutos. Possivelmente, em virtude da expansão do cultivo da soja nas grandes propriedades ali existentes, da concentração fundiária e da expropriação. Os demais apresentam aumento, mas pequeno, quando comparado a alguns municípios, cujos índices aumentam acima da média do Sudoeste do Paraná, que é de 17%. Nessa situação, verificam-se o município de Planalto, com aumento de 36%, Marmeleiro 33%, São Jorge d'Oeste 30%, Barracão 29% e Salgado Filho com 27%.

Porém, a maior alteração no Sudoeste do Paraná ocorre sobre a variável de pessoas ocupadas em trabalho temporário. Nesse caso o incremento ocorre expressivamente em Pérola d'Oeste em 1.800%, São Jorge d'Oeste em 1.702%, Ampére em 1.252%, Salto do Lontra em 635% e em Verê em 569%. Mas não se pode, com isso, concluir que o aumento do pessoal ocupado em trabalho temporário apresente uma tendência a se sobrepor ao pessoal representado pela categoria do trabalho familiar. Apenas para exemplificar, destaca-se São Jorge d'Oeste, que teve o segundo maior índice de aumento dos trabalhadores temporários, é o terceiro em termos de aumento do pessoal responsável e membro da família não remunerado, ocupado na atividade agropecuária. O que se pode deduzir, de modo geral, é uma tendência ao aumento do trabalho temporário, como ocorre em outros lugares do Brasil.

Também reforçando essa heterogeneidade, verifica-se que em Renascença e em Salgado Filho ocorre uma diminuição em termos absolutos do trabalho temporário. Contudo, trata-se de realidades distintas, pois, em Renascença essa diminuição está relacionada à mecanização do trabalho agrícola, enquanto que em Salgado Filho muitas áreas deixam de ser cultivadas, justamente em virtude das dificuldades para incorporação da mecanização. A territorialização da *modernização* da agricultura no Sudoeste do Paraná é intensa, porém há muita variação de um município para outro. Também em relação a todo o estado observa-se distinção, principalmente no que se refere às condições da pequena propriedade rural e do produtor. É sobre essas condições que se realizam a produção agrícola, sendo o seu uso um indicador para demonstrar de que forma essas condições potencializam ou fragilizam a lógica produtiva implantada pelos agentes do capital e pelo Estado.

Todavia, as especificidades do Sudoeste do Paraná não são descoladas da lógica nacional. Isso é revelado tanto por mudanças nas forças e relações produtivas como através do uso do solo. Nesse sentido, uma questão recorrente, quando se discute a *modernização* da agricultura e o uso do solo, realizada com frequência pelos estudiosos da questão agrária, é a correlação existente entre a *modernização* da agricultura e o aumento das áreas de lavouras

temporárias. No Sudoeste do Paraná, as áreas destinadas às lavouras permanentes têm pouca expressão. O processo de *modernização* provoca uma influência significativa no aumento da área das lavouras temporárias, as quais, desde 1960, ocupam maiores áreas.

Tabela 19 - Áreas de lavouras permanentes e temporárias no Paraná – em hectares – 1960, 1970, 1975 e 1980.

	Permanente	Temporária
1960	1.657.000	1.784.000
1970	1.306.000	3.412.000
1975	1.179.701	4.447.834
1980	952.320	5.132.701

Fonte: IBGE – Censo Agrícola 1960; Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.

Um dos elementos a ser considerado, no caso dessa correlação, no Paraná, ocorre em consequência da existência das lavouras de café, especialmente, no Norte do estado, onde acontece no período de análise, uma forte diminuição na produção, e isso impacta no resultado total. Entretanto, reafirma-se que não é significativo para o Sudoeste do Paraná, como se observa na tabela 19.

O Sudoeste do Paraná, que tem uma ocupação efetiva por gaúchos e catarinenses, tem, na produção e na área destinada para o uso do solo agrícola, marcas das características da forma de vida dos migrantes, conjugadas às características do novo lugar. Isso ocorre, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970, período no qual se demarca a apropriação e se define o uso do solo centrado na policultura e no trabalho familiar. Ocorre uma ruptura com relação ao modo de vida caboclo. Observando a distribuição do uso do solo, reforça-se a idéia de um território eminentemente agrícola, que envolve o processo de ocupação de áreas de *matas e florestas naturais*, que tem, entre 1970 e 1980, uma diminuição em 63% da área total.

Tabela 20 - O uso da terra no Sudoeste do Paraná – 1970, 1975 e 1980 - em hectares.

	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Pastagens naturais	Pastagens plantadas	Matas e florestas naturais	Matas e florestas plantadas	Total
1970	4.966	270.383	26.852	90.015	154.447	4.313	550.976
1975	2.918	658.792	52.259	58.863	76.587	8.246	857.665
1980	5.336	457.159	45.160	77.765	57.126	9.742	612.988

Fonte: IBGE - Censos agropecuários 1970, 1975 e 1980.

Percebe-se um aumento na área utilizada nas atividades agropecuárias (lavouras e pastagens), entre 1970 e 1975, de 97%; todavia, entre 1975 e 1980, há uma diminuição em 24% nessa área. O que se evidencia, entre 1970 e 1975, é que esse aumento ocorre paralelo à

diminuição dos espaços destinados ao cultivo de lavouras permanentes, em 41%, e das áreas de pastagens plantadas, em 35%. Em relação à área total do uso do solo as *matas e florestas* naturais diminuem em 50%, revelando a expansão horizontal das atividades agropecuárias e de silvicultura sobre as áreas naturais. Por outro lado, o aumento mais significativo é em relação às lavouras temporárias (143%), entre 1970 e 1975, reafirmando a tendência de uso do solo para cultivo dos produtos da chamada *revolução verde*, como a soja.

Em relação à área utilizada para os cultivos, há uma diminuição, entre 1975 e 1980, nas áreas de lavouras temporárias, em 37%, das pastagens naturais, em 14%; e das *matas e florestas* naturais, que diminuem em 25%, em relação a 1975. Isto resulta de uma maior seletividade das áreas para utilização agropecuária, pois, como se vê, à medida que aumenta o uso do trator, muitas áreas deixam de ser utilizadas para cultivos ou são destinadas às pastagens, indicando redefinições que ocorrem na produção agropecuária no Sudoeste do Paraná.

Em 1970, a área total destinada ao cultivo das lavouras temporárias representa 49% do total do Sudoeste do Paraná; seguidas de 28% do total destinado às *matas e florestas* naturais. Em 1975, permanecem estas formas como as principais na distribuição do uso do solo, todavia, com uma alteração em termos percentuais, pois, enquanto a primeira significa 77% do total da área utilizada registrada pelo Censo, as *matas e florestas* naturais representam apenas 9%. Em 1980, apesar da diminuição, em termos absolutos, das áreas destinadas às lavouras temporárias, elas permanecem como a atividade principal no uso do solo, representando 68%, e, em segundo lugar aparecem as pastagens plantadas com 13% da área total, demonstrando um avanço deste tipo de pastagem no Sudoeste do Paraná, que tinha perdido destaque entre 1970 e 1975.

Nesse caso específico, pode-se inferir que o avanço nas áreas de pastagens naturais, a partir de 1970, e as plantadas, após 1975, tem uma correlação com o processo de *modernização*, pois muitas áreas que não são adequadas à mecanização são, aos poucos, destinadas à pastaria para criação, principalmente de gado leiteiro. Ao mesmo tempo, em alguns municípios, efetiva-se o aumento da área destinada aos cultivos temporários. De maneira geral, na segunda metade dos anos de 1970, têm-se três processos que revelam mudanças na produção: o aumento da área cultivada com lavouras permanentes, a diminuição das áreas com cultivos temporários e o redirecionamento à atividade criatória com pastagens plantadas em unidades produtivas.

Para exemplificar especificidades no uso do solo, entre 1970 e 1980, no Sudoeste do Paraná, utilizar-se-á o que acontece em cinco municípios que têm aumento da área das

lavouras temporárias. Assim, nessa categoria verifica-se o aumento da área cultivada em Renascença, com 162%; Marmeleiro, 145%; Realeza, 96%; Santa Izabel, 86% e Capanema, 79%.

Já no que se refere ao uso do solo agrícola para lavouras permanentes, ocorre aumento significativo nas áreas de alguns municípios, como Enéas Marques, 130%; Pérola d'Oeste, 99%; Marmeleiro, 99%; Santo Antônio do Sudoeste, 96%; e São Jorge d'Oeste, 83%. Também se verifica a diminuição na área destinada a esse cultivo em Capanema, 62%; Planalto, 48%; Ampére, 28%; Salgado Filho, 24%; Verê, 12%; e, Barracão, 9%.

Esses dados demonstram as particularidades existentes, por exemplo, em Marmeleiro, que tem um aumento nas áreas dos dois tipos de lavouras, pois se trata de um município que passa por um processo de minifundialização e também de concentração de terras. O que se observa empiricamente é que ocorre, nas áreas mais adaptáveis, a mecanização.

Um aspecto inegável é que o avanço das atividades agrícolas e pecuárias ocorre sobre as áreas de *matas e florestas*, pois, em 65% dos municípios do Sudoeste do Paraná, entre 1970 e 1980, elas diminuem principalmente as naturais. Apesar dessa diminuição verificada, em alguns municípios ocorre um incremento significativo na área plantada de *matas e florestas*, como se dá em Francisco Beltrão, que aumenta sua área de matas e florestas plantadas em 1.846 hectares, ao mesmo tempo em que se constata uma diminuição de 19.664 hectares de *matas e florestas* naturais.

Cabe destacar que o processo de destruição das *matas e florestas* é expressivo, durante todo o período de 1970 a 1980, porém, nos primeiros cinco anos, é ainda mais acelerado. Francisco Beltrão, por exemplo, tem uma diminuição nas áreas de *matas e florestas*, entre 1970 e 1975, de 97%. Efeito semelhante ocorre em Pérola d'Oeste. Já no município de Marmeleiro, ocorre uma situação que chama a atenção, pois entre 1970 e 1975 há uma diminuição de 53%, o que equivale a uma redução de 5.569 hectares, entretanto, entre 1975 e 1980, aumenta as áreas classificadas como *matas e florestas* naturais em 4.157 hectares. E um dos motivos decorre dos terrenos acidentados, que não possibilitam o uso de mecanização, por isso são deixados para capoeira.

As áreas destinadas às pastagens avançam a partir do final da década de 1970. Conforme se verifica no trabalho de campo, é possível deduzir que este processo acontece nas encostas, promovendo assim uma adequação da produção às condições naturais, não

agregando maior valor a esse tipo de atividade e liberando as terras mecanizáveis para os cultivos agrícolas.

Essa observação leva à análise das condições da produção agropecuária do Sudoeste do Paraná e no que se refere a sua pauta de produtos e a seus desdobramentos.



Foto 02 - Área de encosta desmatada e em processo de erosão no município de Marmeleiro.
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2006.

Os dados apresentados têm identificado a existência e a permanência da pequena propriedade familiar assim como indicam a ocorrência de mudanças, ora mais expressivas, como a minifundialização e a concentração de terras, ora menos intensas, como o uso do solo em alguns aspectos. Essas condições reforçam a idéia de um território com muitas especificidades, mas também demonstram a existência de uma dinamicidade nas respostas às demandas nacionais, seja no seu processo de ocupação, para atender ao estrangulamento das condições de vida e produção no Rio Grande do Sul, seja na produção agropecuária para atender a um mercado interno consumidor crescente. Esta produção, realizada no Sudoeste do Paraná, em pequenas e em grandes unidades, tem como destino o mercado, o que ocorre a

partir da ação de comerciantes locais, atravessadores e, posteriormente, com a organização de cooperativas²³ empresarialmente desenvolvidas.



Foto 03 - Área de encosta cultivada no município de Marmeleiro.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2007.

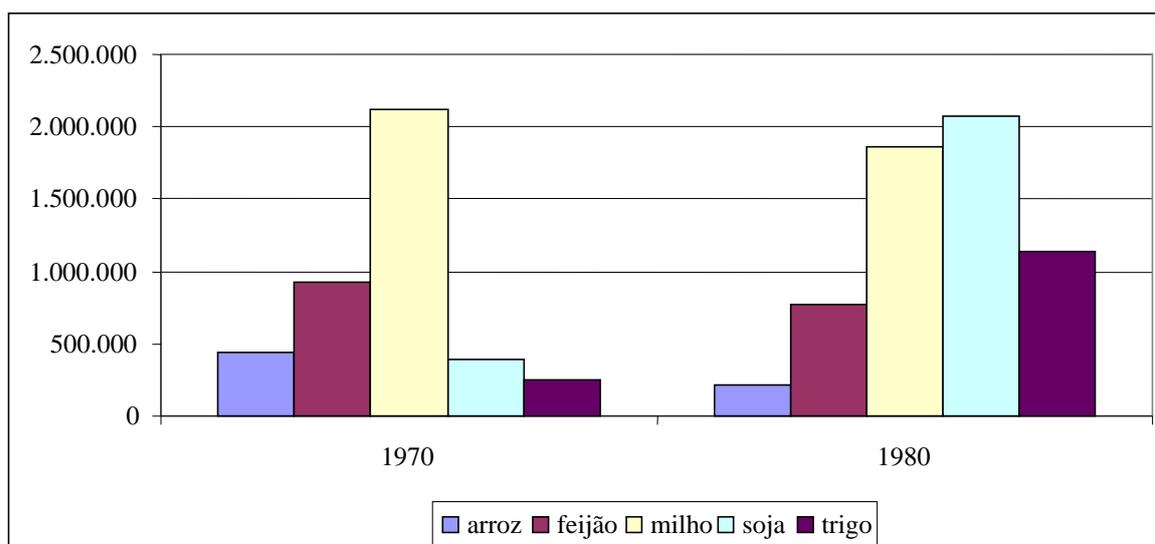


Gráfico 03: Área destinada às lavouras temporárias no Paraná (em hectares).

Fonte: Censos agropecuários 1970 e 1980.

²³ Indicamos nesse sentido a leitura da pesquisa de Sinhorini (2007), relativa ao crescimento do sistema cooperativo no Sudoeste do Paraná.

É neste contexto que, no Paraná, entre 1970 e 1980, há um aumento de 50% na área destinada ao cultivo de lavouras temporárias. No mesmo período, no Sudoeste do Paraná, verifica-se também essa tendência, com um aumento na área de 69% . Isso ocorre porque, desde o início da ocupação efetiva, as lavouras temporárias são predominantes (soja, milho, trigo, arroz e feijão), sendo muito pequena a destinação de áreas a outras lavouras. Isto reforça a expansão horizontal das lavouras temporárias e o incremento da produtividade agrícola.

Na seqüência, o gráfico 03 apresenta a distribuição das cinco lavouras no Paraná em 1970 e 1980, no qual se evidencia, de forma expressiva, a expansão do binômio soja-trigo sobre as demais lavouras e, como essas utilizam o pacote tecnológico, isso reflete a *modernização* da agricultura, ocorrida no período no estado.

Enquanto no Paraná as áreas destinadas às lavouras de arroz, feijão e milho diminuem em relação a 1970, no Sudoeste do Paraná elas têm um aumento significativo, que representa um incremento, entre 1970 e 1980, de 15% no caso das áreas das lavouras de arroz; de 35% nas áreas de feijão; e de 45% nas de milho. Se, por um lado, esse território segue a tendência verificada no Paraná de *modernização* da agricultura e alteração na pauta de produtos, por outro, mantém algumas especificidades locais, nas quais se inclui a produção de subsistência inerente à agricultura familiar.

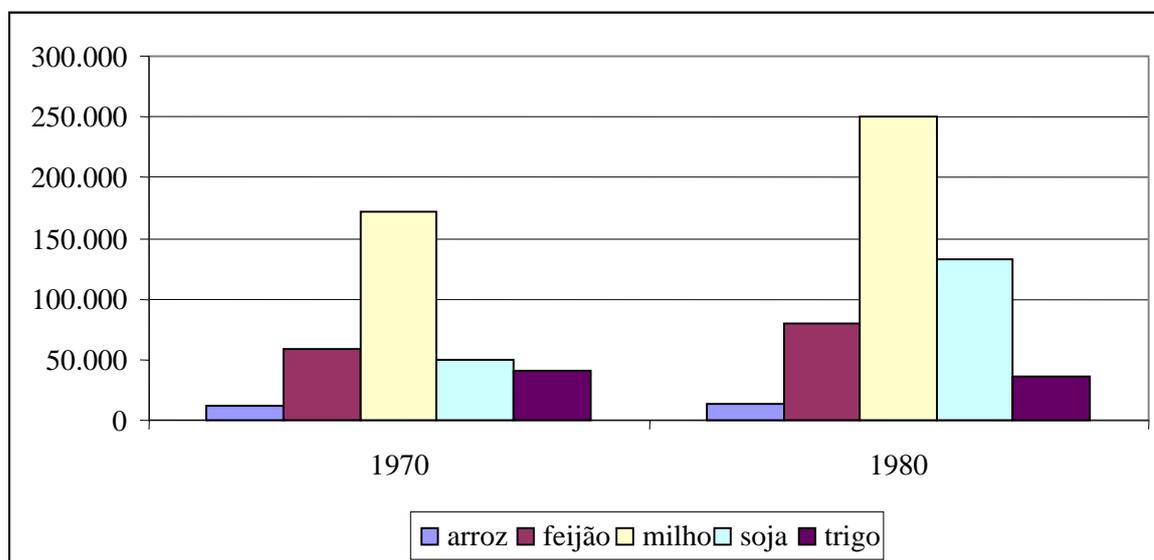


Gráfico 04: Área destinada às lavouras temporárias no Sudoeste do Paraná (em hectares).
Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

O aumento expressivo da área destinada ao cultivo das lavouras de soja ocorre nos municípios de Renascença, em 1.537%; Marmeleiro, 710%; Francisco Beltrão, 558%; Santa Izabel do Oeste, 508%; e Ampére, 413%, evidenciando que a *modernização* é mais intensa

em alguns municípios, pois a média de aumento no Sudoeste é de 171% e a do Paraná, 425%. As áreas mais planas, o tamanho dos estabelecimentos e a forte atuação das empresas de extensão rural e das cooperativas agrícolas de comercialização são fatores que influenciam nas características diferenciadas em termos de municípios.

Assim, o aumento da área destinada à lavoura da soja é mais expressivo no total do estado, e a produtividade média segue o mesmo caminho. Isso demonstra que, para o período de 1970 e 1980, a produção de soja no Sudoeste não responde com a mesma intensidade que outros espaços do estado.

A análise da produtividade, apresentada na tabela 21, é um importante indicador do processo de *modernização*, mas também existe uma relação com as condições naturais de fertilidade do solo, especificamente nesse território que, ainda no final da década de 1960, tem áreas sendo desmatadas, apesar de em outras, conforme se verifica na indicação dos técnicos da ACARPA, os solos demonstram sinais de esgotamento pelas práticas agrícolas utilizadas.

Atribui-se à fertilidade natural do solo e ao uso dos fertilizantes químicos o aumento da produtividade média no Sudoeste do Paraná, entre 1970 e 1980. Esta é superior à do estado, no caso das lavouras de arroz, milho e feijão. A produção de arroz, por exemplo, é um tipo de cultivo que apresenta elevada produtividade em áreas recém desmatadas.

No que se refere ao cultivo de soja e trigo, observa-se que a produtividade no resto do estado é superior à verificada no Sudoeste, o que representa uma resposta mais rápida de outros lugares, principalmente por se tratar de dois produtos típicos da *modernização* agrícola no Brasil. Mesmo assim, nos municípios estudados, a soja é o produto agrícola que apresenta maior aumento na produtividade entre 1970 e 1980.

É importante evidenciar que o aumento na produtividade da soja em relação aos demais cultivos, é superior em 88% dos municípios do Sudoeste, indicando ser a atividade que recebe maior investimento em insumos químicos. Paralelamente, verifica-se que o menor incremento de produtividade ocorre nas lavouras de trigo e de feijão. No caso do trigo, 35% dos municípios têm uma diminuição na produtividade, como, por exemplo, Marmeleiro, Francisco Beltrão e Renascença, os quais também têm o maior percentual de aumento na produtividade da soja. No caso do feijão, Planalto tem uma diminuição na produtividade. No entanto, em 59% dos municípios, a produtividade é menor que a média do Sudoeste.

Outro sinal da *modernização* da agricultura é o uso de máquinas e implementos agrícolas, e, nesse caso, verifica-se que, desde a década de 1960, o Sudoeste do Paraná apresenta um ritmo acelerado no desempenho da atividade agrícola.

Tabela 21 - Variação percentual da produtividade de lavouras entre 1980/70 nos municípios do Sudoeste do Paraná²⁴ (%).

	arroz	feijão	milho	soja	trigo
Ampére	39	11	33	123	26
Barracão	3	2	8	35	25
Capanema	77	31	49	41	19
Dois Vizinhos	34	29	30	111	33
Enéas Marques	43	16	18	73	-17
Francisco Beltrão	33	23	18	141	-35
Marmeleiro	150	17	14	177	-33
Pérola d'Oeste	80	9	69	98	39
Planalto	35	-16	28	32	17
Realeza	96	8	32	80	18
Renascença	54	27	33	261	-34
Salgado Filho	47	22	28	87	6
Salto do Lontra	21	38	37	92	22
Santa I. do Oeste	68	31	36	156	34
Santo A. Sudoeste	65	47	42	83	-1
São Jorge d'Oeste	17	52	54	114	40
Verê	41	18	25	162	-2
Média Sudoeste	46	25	39	86	13
Média Paraná	28	13	30	104	32

Fonte: IBGE - Censos agropecuários 1970 e 1980.

O arado é um instrumento agrícola bastante utilizado no Sudoeste, no período de sua ocupação efetiva, pois trata de uma tradição dos lugares de origem das pessoas que migram para esse lugar. Em 1960, há 2.908 arados, dos quais 225 são de disco e 2.683 de aiveca, puxados por força animal. Isso representa 2% do total de arados de disco e 4% do aiveca do Estado. Como se pode observar, basicamente, a força utilizada para o trabalho agrícola é animal. Em 1970, os arados de tração animal têm um aumento de 1.032%, em comparação com os de aiveca em 1960, passando a representar 11% do total do estado. Diante da dificuldade de estabelecer quanto dos arados de disco são movidos, exclusivamente, por força mecânica, parte-se para a análise desta, a partir de 1970.

Entre 1970 e 1980, o Sudoeste do Paraná mantém sua especificidade em relação ao estado, com um incremento proporcional no número de arados muito superior ao verificado, tanto de tração animal como mecânica. O uso da tração mecânica tem um aumento de 2.008%, entre 1970 e 1980. O que demonstra a expressividade da incorporação da força mecânica, principalmente ao se considerar o pequeno número desse instrumento agrícola na fase inicial da análise. Entretanto, ao observar os dados da tabela 22, deduz-se que, entre 1970 e 1975, o processo é mais intenso, tanto no Sudoeste como no Paraná. No período seguinte,

²⁴ Em 1970 havia 17 municípios no Sudoeste do Paraná, o que não permite comparação entre os 27 municípios estudados. Porém, a área total destes 17 corresponde, praticamente, à dos 27 atuais.

entre 1975 e 1980, parece que há uma diminuição no ritmo de aumento desse implemento. Porém, entre 1970 e 1975, ocorre a incorporação de 1.853 arados de tração mecânica e, no período seguinte, essa foi de 1.722. Nesse sentido, faz-se uma crítica a análises meramente estatísticas que podem camuflar a realidade: parece que a *modernização* sofre uma desaceleração a partir de 1975, quando, no entanto, permanece elevada. O percentual elevado verificado entre 1970 e 1975 explicita o pequeno número de arados de tração mecânica existentes em 1970: 178.

Tabela 22 - Número de arados de tração animal e de tração mecânica no Sudoeste do Paraná e no estado em 1970 e 1980.

	1970		1975		1980	
	animal	mecânica	animal	mecânica	animal	mecânica
Sudoeste do Paraná	30.384	178	39.972	2.031	40.975	3.753
Paraná	283.215	18.883	290.316	59.785	289.122	90526

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.

Em relação aos municípios estudados, Renascença e Verê são os que mais diminuem o número de arados de tração animal, enquanto em Marmeleiro e São Jorge d'Oeste aumenta significativamente a quantidade desse implemento agrícola, entre 1970 e 1980.

Quanto ao aumento do número de arados de tração mecânica, apenas o município de Salgado Filho, entre 1970 e 1975, tem um aumento relativamente baixo, ficando em torno de 66%, enquanto que a média para o período é de 1.041%. Mas essa média diminui no Sudoeste, entre 1975 e 1980, em relação ao período anterior, significando 88% de aumento, ou seja, muito menor do que o verificado no primeiro quinquênio. Esses dados reforçam a idéia de mudanças na forma de cultivo da terra e do ritmo impactante ocorrido no início dos anos 1970, diante da prática agrícola efetivada até a década de 1960.

Nesse sentido, os municípios em que menos cresce a quantidade de arados de tração mecânica são Santo Antônio do Sudoeste, Santa Izabel do Oeste, Renascença, Verê e Dois Vizinhos. O uso do arado é um indicador da base técnica de produção, embora por si só, não representa exclusivamente a *modernização*, mas o aumento desse implemento de força mecânica, movido pelo trator, sinaliza para as mudanças verificadas em muitos municípios do Sudoeste do Paraná, com sinais fortes de mudanças na forma de produção.

Outro importante sinal da *modernização* da agricultura é o uso do trator, que possibilita a incorporação de outros instrumentos agrícolas e potencializa o uso do pacote tecnológico.

Também na análise do número de tratores no Sudoeste do Paraná, conforme as informações do gráfico 05, a seguir, ocorre um aumento, entre 1970 e 1980, que é mais intenso na primeira metade da década. Como ocorre com a introdução dos arados mecânicos, esse elevado percentual decorre da inexpressividade desta máquina agrícola no período anterior a 1970.

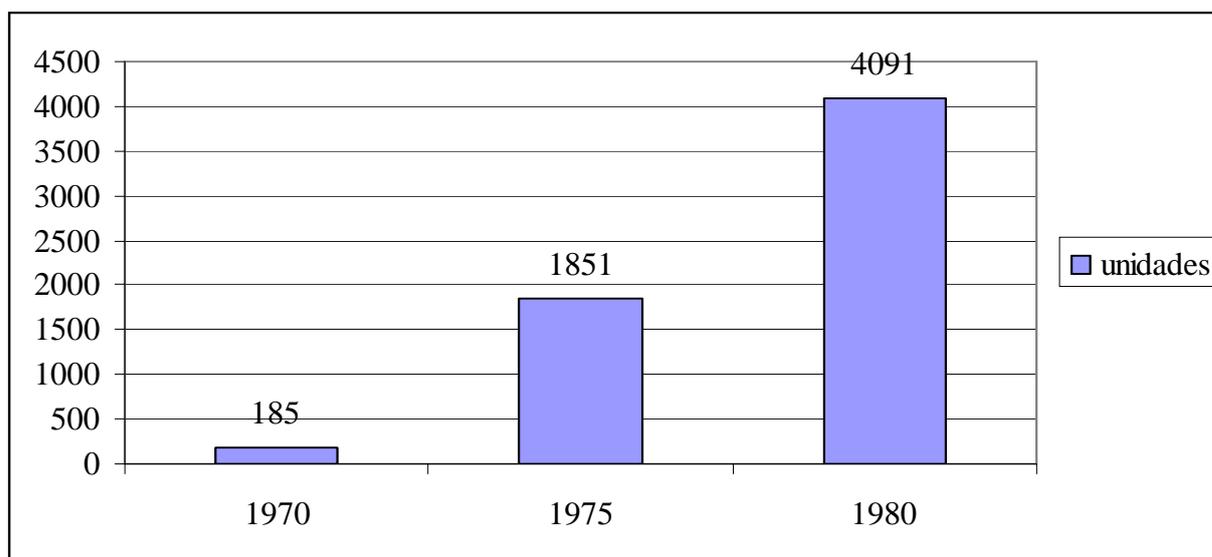


Gráfico 05: Número de tratores no Sudoeste do Paraná – 1970, 1975 e 1980.

Fonte: IBGE – Censos agropecuários 1970, 1975 e 1980.

Há um aumento de 2.111%, no número de tratores, no período entre 1970 e 1980 no Sudoeste do Paraná. A incorporação, em termos absolutos, entre 1970 e 1975, é de 1.630 tratores, enquanto que, entre 1975 e 1980, essa significa 2.276 novas máquinas, número 40% superior ao verificado no primeiro quinquênio. Dos municípios do Sudoeste, Renascença, Santa Izabel e Santo Antônio do Sudoeste são os que apresentam um aumento maior no número absoluto de tratores, entre 1970 e 1975. Nos demais, o incremento é maior entre 1975 e 1980, expressando um dinamismo desses, especialmente no caso de Renascença e, ao mesmo tempo, revelando o efeito do crédito para o período, inclusive com forte aparato das cooperativas, como se verá mais adiante.

No que se refere ao aumento na frota de tratores, ela é expressiva em termos relativos, e isso é reforçado quando se realiza a comparação com o número de estabelecimentos. É incontestável que a área média por tratores diminui no Sudoeste do Paraná, assim como o processo é generalizado por todos os municípios do Sudoeste, com exceção de Salgado Filho que, em 1975, tem a área média aumentada em relação a 1970, conforme demonstra a tabela 23.

Tabela 23 - Área média cultivada por trator no Sudoeste do Paraná – em hectares.

	1970	1975	1980
Ampére	951	403	163
Barracão	27.672	1.595	772
Capanema	2.920	243	111
Dois Vizinhos	1.862	425	217
Enéas Marques	2.995	1.307	428
Francisco Beltrão	1.854	362	196
Marmeleiro	3.305	755	237
Pérola d'Oeste	6.285	286	140
Planalto	2.998	663	122
Realeza	3.198	286	113
Renascença	1.895	201	144
Salgado Filho	3.332	6.185	1.844
Salto do Lontra	8.021	449	187
Santa Izabel do Oeste	1.734	260	139
Santo Ant. do Sudoeste	1.972	285	169
São Jorge d'Oeste	3.669	489	221
Verê	498	299	127
Total Sudoeste do Paraná	2.330	401	185

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários – 1970, 1975 e 1980.

Comparando o número de estabelecimentos agropecuários, no Sudoeste do Paraná, com o de tratores, encontra-se a seguinte situação: em 1970, há um trator para cada 189 estabelecimentos rurais e, em 1980, há um para cada 10. Nesse comparativo, em 1970, tem-se em Salgado Filho 242 estabelecimentos para cada trator e, em 1980, são 94. No outro extremo, em Renascença, que em 1970 possui 54 estabelecimentos para cada trator, em 1980, são 03 estabelecimentos para cada um. Os exemplos mostram a intensidade e demonstram as especificidades desse território. Entretanto, destaca-se que se trata de uma demonstração, pois é muito difícil precisar, com os dados disponíveis, a quantidade de tratores e sua distribuição em termos de estabelecimentos e também de estratos de área.

Outro elemento revelador das mudanças tecnológicas, no espaço rural, está no uso da força mecânica e da força animal, para os trabalhos agrícolas, realizados nos estabelecimentos rurais no Sudoeste do Paraná e nas demais regiões do estado, para além dos arados.

Tabela 24 - Uso da força utilizada nos trabalhos agrícolas - número de estabelecimentos.

	1970		1975	
	Animal	Mecânica	Animal	Mecânica
Sudoeste do Paraná	23.242	84	32.962	11.942
Estado do Paraná	249.333	16.285	254.641	122.269

Fonte: IBGE - Censos agropecuários 1970 e 1975.



Foto 04 - Cultivo agrícola com uso de plantadeira mecânica.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2007.

O número de estabelecimentos que utilizam a força animal, entre 1970 e 1975, cresce 42%, no Sudoeste do Paraná; enquanto que, no total do estado o aumento é de cerca de 2%. Em relação ao aumento no número de estabelecimentos que utilizam força mecânica, o índice é de mais de 14.000%, e nas demais localidades é de 751%. Esses dados reforçam que há, para o período, um ritmo acelerado de introdução do pacote tecnológico, neste território e em outros, em virtude dos fatores que foram destacados no capítulo 3, especialmente, do sistema de financiamento, que registra um aumento de 264% na quantidade de recursos destinados ao crédito rural entre 1970 e 1975.

Outra máquina agrícola que é utilizada para demonstrar a *modernização* é a colheitadeira. Ela apresenta um aumento menor em proporção aos tratores, porém demonstra a seletividade do processo; pois, se trata de uma máquina agrícola de custo elevado, ao ser comparado ao preço de um trator.



Foto 05 - Cultivo agrícola com arado de força animal.
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2007.

Em 1975, há, nos municípios estudados, segundo o censo agropecuário, 1.099 colheitadeiras e, em 1980 elas são em 2.190. O que significa que, em 1975, há, em média, 35 estabelecimentos agrícolas para cada colheitadeira e, em 1980, são 19 estabelecimentos para cada máquina. Como se observa, é um número muito reduzido, comparando ao de tratores. Nesse caso, deve-se destacar que também se trata de uma máquina fundamental no caso das lavouras de soja e trigo, pois, na produção em larga escala, ela é praticamente indispensável.

As máquinas agrícolas são importantes facilitadoras do trabalho agrícola e potencializam condições para mudanças efetivas na produção. Entretanto, elas são utilizadas a partir de um pacote tecnológico e, muitas vezes, não são adequadas às determinadas condições naturais e sociais. Dessa forma, sua introdução exige mudanças, que nem sempre

são adequadas e podem trazer resultados que não beneficiam a todos os agricultores. Ademais, seu custo elevado exclui o acesso de muitos produtores.

Mesmo com a introdução de tecnologias para produção, a forma como são cultivadas as terras, nesse território, resulta no rápido desgaste do solo e na necessidade de sua adubação e correção. Entretanto, é a partir da década de 1970 que o uso dos fertilizantes, em especial o de origem química, tem maior crescimento.

Tabela 25 - Estabelecimentos rurais que utilizam fertilizantes químicos e orgânicos.

	1960		1970		1975		1980	
	Químico	Orgânico	Químico	Orgânico	Químico	Orgânico	Químico	Orgânico
Sudoeste do Paraná	10	37	279	133	4.447	731	16.892	4.562
Total Paraná	2.694	16.942	56.424	15.187	122.597	32.951	207.011	49.280

Fonte: IBGE – Censo agrícola 1960 e Censo agropecuário 1970, 1975, 1980.

Verifica-se uma inversão na distribuição entre os estabelecimentos que utilizam o uso do adubo orgânico e o químico, entre 1960 e 1980, reafirmando a utilização do pacote tecnológico, no qual o uso dos adubos químicos é fundamental como forma de aumentar a produtividade. Embora, haja um aumento no uso do adubo orgânico, entre 1970 e 1980 no Sudoeste do Paraná, ele é bem menos expressivo que o dos químicos. Porém, existe uma correlação entre esses aumentos, pois o desgaste dos solos e a ampliação da produção em termos horizontais e verticais exigem maior fertilidade. Assim independentemente da forma utilizada, os agricultores precisam investir na fertilização para acompanhar as mudanças tecnológicas introduzidas e seus desdobramentos. Essa incorporação do uso da adubação revela a materialização da matriz tecnológica disseminada na prática de extensão rural, apresentada no início desse capítulo, e que é fomentada pelo crédito rural.

De forma geral, esse contexto tem forte influência na base técnica da produção, assim como no restante do estado. De acordo com os dados do IBGE (tabela 25), em 1960, no Sudoeste do Paraná, utilizam-se fertilizantes químicos em apenas 10 estabelecimentos rurais e, orgânicos, em 37. O uso de fertilizantes, quando comparado ao utilizado no Paraná não significa 0,5%, o que demonstra o baixo nível técnico e a fragilidade da fertilidade dos solos ocupados há pouco tempo.

Nos anos seguintes, observa-se que o crescimento no número de estabelecimentos que utilizam fertilizantes é bastante expressivo. Entre 1960 e 1970 acontece um aumento de

2.690%, no número de estabelecimentos do Sudoeste do Paraná, que utilizam fertilizantes químicos e de 259% no dos que utilizam fertilizantes orgânicos. Entre 1970 e 1975, o incremento é de 1.493% no dos que utilizam químicos e 549% os orgânicos e, entre 1975 e 1980, o aumento é de 279% para os que utilizam fertilizantes químicos e de 524% para os orgânicos. O aumento do uso de fertilizantes químicos, no Paraná, para o período entre 1960 e 1970, é de 1.994%; entre 1970 e 1975, é de 117%; e, entre 1975 e 1980, é de 69%.

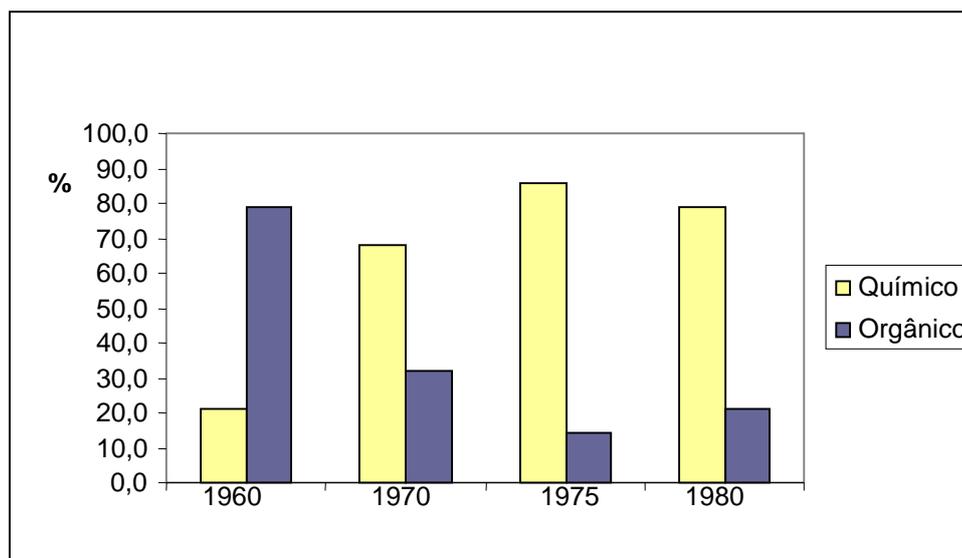


Gráfico 06: Origem da adubação utilizada nos estabelecimentos rurais no Sudoeste do Paraná - em porcentagem.

Fonte: IBGE – Censo Agrícola 1960 e Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.

Esses dados revelam o aumento no número de estabelecimentos rurais que utilizam fertilizantes químicos, no período entre 1960 e 1980, os quais apresentam um incremento maior do que o ocorrido em geral do estado, mas o destaque se dá no período entre 1970 e 1975, enquanto o aumento no número de estabelecimentos que utilizam fertilizantes químicos é de 117%. No Sudoeste do Paraná, esse incremento é de 1.493%, o que revela visivelmente a expansão e a força da chamada *modernização* da agricultura no Sudoeste do Paraná no início dos anos 1970, provocando mudanças territoriais substantivas, sobretudo, no uso do solo, nas forças produtivas e nas relações de produção.

As informações apresentadas ao longo desse capítulo têm demonstrado as alterações na base técnica da produção, bem como um aumento na produtividade, em especial dos produtos cultivados com o pacote tecnológico. Como se destaca no início do capítulo, o Estado, através do Banco do Brasil, por intermédio da assistência técnica, influencia fortemente nas alterações apresentadas. Um instrumento importante de apoio a essas mudanças é o crédito rural, que tem seu uso ampliado no Sudoeste do Paraná, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 26 - Número de informantes referentes à fonte financiadora.

Ano	1970				1980			
Fonte	Entidade particular	Entidade do governo	Entidade privada	Total	Entidade do governo	Cooperativa	Outros	Total
Sudoeste do Paraná	1.095	1.628	330	3.053	13.057	1.805	1.131	15.993
Paraná	24.325	45.058	19.532	88.915	114.398	6.991	28.957	150.346

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1970 e 1980.

O número de informantes que utilizam crédito rural no Sudoeste do Paraná amplia entre 1970 e 1980 em 423%, ao passo que no Paraná cresce 69%. Isso demonstra a importância que tem o crédito na estruturação da *modernização*. Desde 1970, a principal fonte do crédito é o Estado, através das entidades do governo, como o Banco do Brasil, que representa, no Sudoeste 53% e no Paraná 51%. Em 1980, o Estado permanece como a principal fonte de financiamento, porém representa, nos níveis escalares adotados, respectivamente, 82% e 76%. Em 1980, chama a atenção o aparecimento das cooperativas agrícolas como fonte de financiamentos, representando 11% no Sudoeste e 19% no restante do estado, demonstrando a consolidação desse sistema em outras regiões, especialmente no Norte do Paraná, no qual as cooperativas têm papel central, especialmente no que se refere aos investimentos.

Novamente, de acordo com os dados do IBGE, constata-se que, entre 1970 e 1980, a utilização do crédito agrícola se destina basicamente para investimentos. Apesar da maior parte do crédito no Sudoeste se destinar aos investimentos, uma parcela significativa quando comparada ao estado é utilizada para custeio. Esses números podem ser compreendidos pelas necessidades de adaptação das terras para a introdução de novos cultivos, como, por exemplo: a correção do solo e a necessidade de maior fertilização.

Os municípios que têm maior crescimento no número de informantes, entre 1970 e 1980, em relação aos financiamentos, são: Ampére, Santa Izabel do Oeste, Marmeleiro, Realeza e Salto do Lontra, e o crédito nesses municípios tem como destino principal o custeio das lavouras. Os municípios, no mesmo período, com maior incremento no número de informantes sobre o destino do crédito para investimento são: Planalto, Santa Izabel, Barracão, Salto do Lontra e São Jorge d'Oeste.

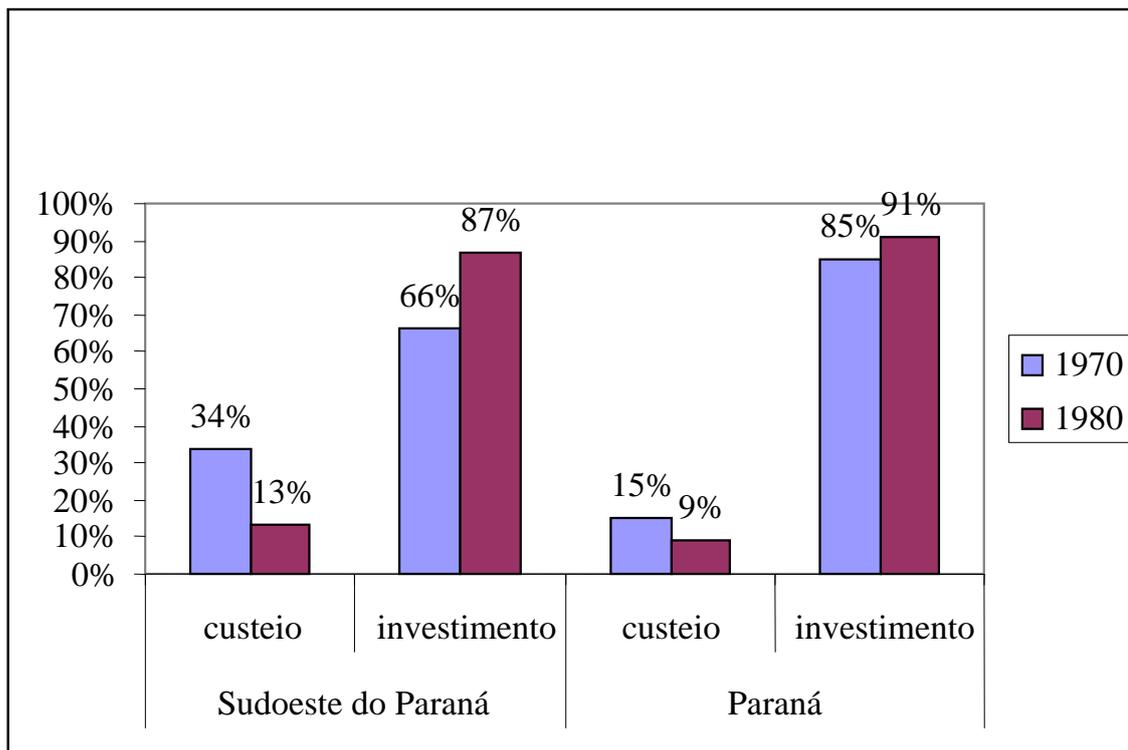


Gráfico 07: Destino do crédito agrícola no Sudoeste do Paraná e no Paraná -1970 e 1980 - em percentual (%).

Fonte: Censos agropecuários 1970 e 1980.

Chama atenção o fato de que, em alguns municípios, o número de informantes, que utilizam crédito para investimento, diminuiu, como Renascença, em 42%, Dois Vizinhos, em 9% e Verê, em 5%. No caso de Verê e Dois Vizinhos o aumento de tratores, por exemplo, no período, é um dos mais baixos do Sudoeste. Entretanto, em Renascença, ocorre um aumento significativo. Um indicativo do aumento na aquisição e na diminuição do número de informantes em relação aos investimentos agrícolas financiados é, nesse caso, a seletividade no acesso a este. Mesmo nos municípios em que o crescimento no número de tratores é menor, este é superior ao número de informantes que receberam crédito, e a história do crédito no Brasil demonstra que este possui um caráter de exclusão no acesso dos pequenos agricultores a ele.

Os dados disponíveis não permitem precisar essas ocorrências, mas demonstram que a *modernização* no Sudoeste do Paraná não segue uma lógica diferente do restante do Brasil, mesmo que a sua identidade seja substancialmente diferenciada. Neste recorte espacial, como se demonstra, há mudanças importantes na base técnica e na produção agrícola.

As mudanças e permanências de um território, geradas por sujeitos sociais, também têm influência direta na dinâmica populacional. Porém são os diferentes jogos de forças e interesses que impulsionam ou desaceleram o movimento da população. Assim, é utilizado

um comparativo entre a dinâmica populacional do Brasil, Paraná e Sudoeste do estado, na intenção de identificar a proporcionalidade dos fatos ocorridos no território em estudo, uma vez que este não é construído de forma isolada, mas em relação com outros territórios.

No período que está sendo analisado, de 1960 a 1980, as políticas voltadas ao campo brasileiro são muito significativas, pois fomentam não apenas alterações na base produtiva, como também alterações na distribuição da população. A saída da população do campo para as cidades constitui-se em uma materialização visível dessas políticas, mas outras manifestações são importantes. Também no contexto da *modernização* da agricultura, a dinâmica populacional tem um teor de causa e consequência das mudanças, pois se trata de diferentes e de diversas relações de poder. No entanto, é ela, no seu agir, que provoca as mudanças ou permanências que caracterizam cada território.

Assim, o que se observa, na tabela 27, é que, no período entre 1960 e 1970, há um expressivo dinamismo no crescimento populacional no Sudoeste do Paraná, resultado da constituição da *frente* de ocupação, daí o percentual de crescimento em relação ao estado e ao Brasil ser significativamente superior. Percebe-se, ainda, que o crescimento da população urbana, entre 1960 e 1970, é mais intenso que o da rural, nas três escalas apresentadas, porém, com maior expressividade no Sudoeste. Provavelmente, em virtude da formação recente das pequenas cidades, caracterizadas como espaços urbanos pelo IBGE. A população rural, no mesmo período, tem um crescimento de apenas 6%, em nível de Brasil, 50% no Paraná e 140% no Sudoeste do estado: nesse último permanece a tendência de maior expressividade em relação aos outros níveis socioespaciais.

Tabela 27 - Total da população urbana e rural.

	Brasil			Paraná			Sudoeste do Paraná		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1960	70.070.457	31.303.034	38.767.423	4.278.000	1.328.000	2.950.000	126.019	12.864	113.155
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053	6.929.868	2.504.378	4.425.490	323.080	51.866	271.264
1980	119.002.706	80.436.409	38.566.297	7.629.392	4.472.561	3.156.831	372.962	106.429	266.533

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1960, 1970 e 1980.

Ainda, observa-se que, em nível de Brasil, a proporcionalidade entre a população urbana e rural é pequena, sendo que em 1970 a população brasileira, considerada urbana, é superior à rural, refletindo a lógica do desenvolvimento, conforme é discutido no capítulo 2, que induz à urbanização, por meio das mudanças na base técnica da produção, especialmente no campo. Entretanto, entre 1970 e 1980, verifica-se que ocorre uma diminuição da população rural em todos os níveis, porém a maior intensidade ocorre no Paraná, o que indica

que as mudanças na base técnica da produção não apresentam a mesma intensidade em todo território brasileiro, além do atrativo exercido pelas cidades, ao mesmo tempo em que se verificam as precariedades de vida no campo. A diminuição também ocorre no Sudoeste, mas em uma intensidade menor que nos demais níveis escalares.

A dinâmica populacional no Sudoeste do Paraná permanece intensa até a década de 1970, chega a um incremento de 156% no total da população. Porém, os dados de 1980 indicam que o crescimento é mais lento em relação à década anterior. Entre 1970 e 1980, a população desse território cresce em uma taxa de 15%, enquanto que a do Paraná cresce em 10%. Essa desaceleração no ritmo do crescimento indica a consolidação do processo de colonização da *fronteira agrícola*.

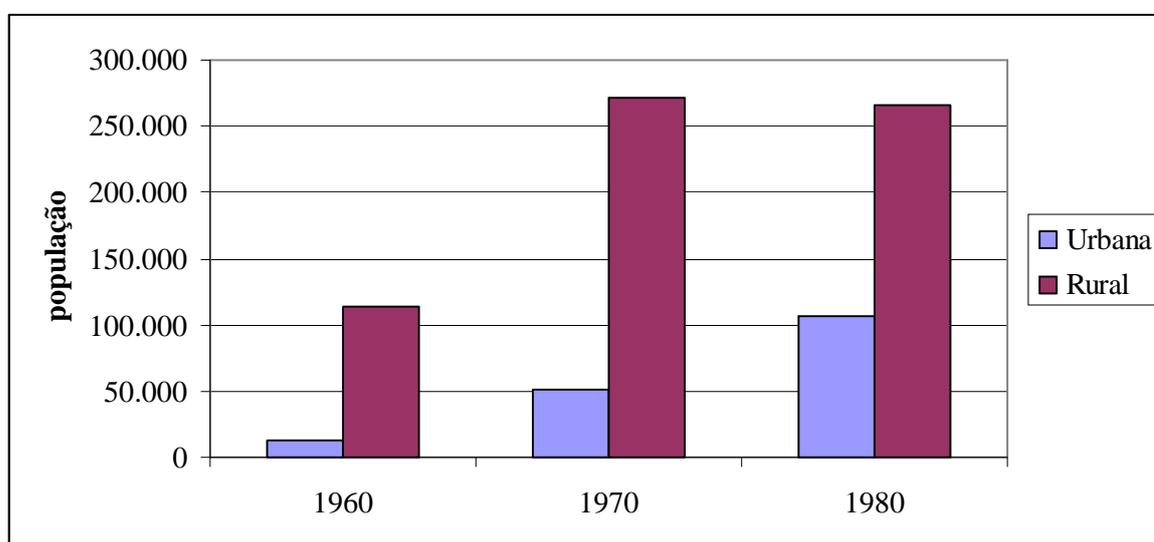


Gráfico 08: Percentual de distribuição da população urbana e rural do Sudoeste do Paraná - 1960, 1970 e 1980 - %.

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1960, 1970 e 1980.

O que se percebe é que a identidade territorial de *fronteira agrícola* é construída e complementada concomitantemente à outra, formada pela agricultura familiar, produzida em pequenos estabelecimentos agrícolas, com base na policultura e no trabalho familiar. Nesse sentido, a diminuição da população rural, em 1980, conforme se observa no gráfico 08, é um indicativo de que a conformação existente não demanda a mesma quantidade de mão-de-obra. Do mesmo modo demonstra que as mudanças políticas e econômicas também têm manifestações territoriais no território em estudo. Dessa forma, destaca-se que as alterações ocorridas nesse território são mais lentas que no restante do estado: um dos indicativos é de que enquanto o Sudoeste do Paraná apresenta uma diminuição da população rural, em 2%, no conjunto do estado, essa é da ordem de 29%, no mesmo período.

Apesar do aumento da população ocorrer em todos os municípios estudados, entre 1970 e 1980²⁵, encontram-se algumas dinâmicas singulares, como ocorre, por exemplo, nos municípios de Renascença, Verê, Enéas Marques, Pérola d'Oeste e Barracão, que apresentam uma média abaixo da do Sudoeste do Paraná. Também, pode-se observar que o aumento da população urbana é mais intenso nos municípios de Ampére, Capanema, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Realeza e Salto do Lontra. Um dos fatores que influenciam esse processo é a maior complexidade social, efetivada nestas cidades, especialmente a partir da diversificação das atividades de serviços, sobretudo em Dois Vizinhos e Francisco Beltrão.

Em relação ao crescimento da população rural, excetuando os municípios de Ampére, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Renascença, Salto do Lontra e Verê, todos os demais têm um crescimento acima da média, demonstrando que a existência de um número considerável de pequenas propriedades rurais interfere na permanência de indivíduos no campo, de maneira especial, vinculados à prática agrícola familiar.

Das singularidades ocorridas nesses municípios, pode-se concluir que ocorre uma tendência ao aumento da população, entre 1970 e 1980, de forma mais específica a urbana nos municípios citados anteriormente. Embora, em nenhum desses, a população rural fosse maior que a urbana em 1970, a proporcionalidade entre elas diminui em 1980. Reforçando essa análise, verifica-se que, no município de Francisco Beltrão, a população urbana que, em 1970, representa 36%, passa a significar, em 1980, 58% do total do município. Também se destaca que, apesar de Dois Vizinhos e Santa Izabel não manifestarem, até 1970, tendência de urbanização, essa se revela de forma intensa durante a década de 1970.

Essas singularidades demonstram que, apesar do predomínio da agricultura familiar, não se trata de um território homogêneo, e sua contigüidade não é absoluta, pois existem diferentes manifestações. É justamente a identidade da agricultura familiar e das condições técnicas, em vários lugares ainda incipientes para a produção agrícola, que indica um dos fatores de permanência da população rural, de forma predominante nesse território, embora se reconheça que ela necessita de atenções específicas, a fim de se garantirem boas condições de vida.

Da análise desse primeiro período de 1960 a 1980, constatam-se como os elementos se articulam para a consolidação do território no Sudoeste do Paraná, modificando a forma de produzir, mas mantendo a estrutura basilar das pequenas unidades de produção familiar, paralelamente à tecnificação de uma parcela dos estabelecimentos agrícolas. Verifica-se que a

²⁵ A comparação da dinâmica populacional, em relação a 1960 é inviabilizada em virtude da maior parte dos municípios do Sudoeste do Paraná não existirem naquele ano.

modernização da agricultura é estabelecida e há uma expansão horizontal da agricultura, porém muitas das características técnicas consideradas arcaicas, símbolo de um tempo mais lento, permanecem e, inclusive, são ampliadas.

O diagnóstico dos dados secundários não permite avaliar os conflitos, mas evidencia o aumento do uso de fertilizantes, o crescimento da população urbana e o desmatamento. São esses indicativos que configuram a trajetória de mudanças, na produção no território do Sudoeste do Paraná, balizando sua rapidez e intensidade e, ao mesmo tempo, destacando sua heterogeneidade. Enquanto, em alguns municípios, as mudanças verificadas são intensas, em outros, as permanências são mais expressivas revelando tempos diferentes para um território de origens semelhantes.

Assim, nesse primeiro período, a *modernização* da agricultura conta com o apoio dos atores locais que, articulados em uma política nacional, fomentam novas bases para produção, a partir de uma estrutura fundiária existente. A relação com o Estado, por intermédio do crédito rural e com os agentes do capital, como fabricantes de insumos químicos, máquinas agrícolas, no bojo da *modernização* da agricultura no Sudoeste do Paraná, define mediações entre os produtores agrícolas, através das redes de circulação e comunicação, e outros lugares, contribuindo na expansão do modo capitalista de produção. Conjugado com esse contexto, observa-se que a dimensão natural, expressa na paisagem, é um elemento importante para disseminação do uso de determinadas tecnologias. E, como se trata de um território marcado por uma área de relevo acidentado, a territorialização dessa produção ocorre, sobretudo, em municípios de relevo mais suave, mas também nas parcelas “mecanizáveis” de cada unidade de produção, independente de seu tamanho.

5. A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SUDOESTE DO PARANÁ

No capítulo anterior é demonstrado que no final da primeira fase (1960 – 1980), no Sudoeste do Paraná, já se instituiu uma maneira “moderna” de se produzir na agricultura, embora permaneçam formas consideradas ultrapassadas. A alteração na configuração de produção agrícola é um elemento que influencia na concentração de terras, entretanto, não desestrutura a identidade territorial baseada na agricultura familiar.

Assim a expansão horizontal da agricultura caracteriza a primeira fase. Apesar dos índices percentuais elevados, verifica-se que os ritmos expressos são territorialmente desiguais. A modernização tem sido mais expressiva naqueles municípios que apresentam áreas mais planas e mais adequadas ao uso de máquinas agrícolas e naqueles em que se concentra o maior número de estabelecimentos acima de 200 hectares.

Em relação às máquinas agrícolas, os números são elevados a partir da década de 1970, porém, isso também decorre da incipiência dessas no Sudoeste do Paraná no período anterior. Entretanto, sua difusão promove o aumento da produção, em especial da soja, que aumenta expressivamente.

A soja cultivada no Sudoeste do Paraná tem acompanhado o processo de *modernização* agrícola instituído no Brasil. Todavia, em decorrência das características locais da estrutura fundiária, topografia etc. realiza-se um processo de convencimento dos produtores, especialmente por intermédio do órgão de assistência técnica -EMATER- além de um mecanismo fundamental que serve de atração: o crédito rural subsidiado.

Um elemento importante nesse processo é a comercialização do produto, uma vez que existe um mercado nacional e internacional disponível e de fácil acesso, inclusive para a pequena produção agrícola mercantil. Após a colheita já se sabe de antemão onde vai vender a safra.

Na segunda fase, realiza-se uma análise que se inicia em 1985 até o momento atual. Até 1995/96, os dados principais utilizados são aqueles disponibilizados pelo IBGE através dos censos agropecuários, completados com dados da Secretaria de Agricultura do Paraná. Na falta destes a partir de 1995/96, as análises são realizadas utilizando os dados coletados pela EMATER, cujas implicações metodológicas são indicadas na introdução. Também se vale de informações obtidas em outras fontes e no trabalho de campo realizado em 2006.

5.1. A *modernização* da agricultura e seus desdobramentos territoriais

De acordo com Raffestin (1993), o território é marcado por relações de poder. No caso da *modernização* da agricultura, o que se constata é que as marcas desta expressam o poder do sistema financeiro, da indústria, do Estado, dos comerciantes, das cooperativas agrícolas, dos agricultores, enfim, dos diferentes atores que influenciam e são influenciados por uma forma de produção que tem desdobramentos territoriais através das dimensões sociais que compõem o território.

As diferentes relações de poder que se instituem no processo de *modernização* da agricultura, no Sudoeste do Paraná, impactam o território e se expressam, entre outras formas, através da dinâmica populacional. Na primeira fase há, no Sudoeste, preponderância de uma população e de um território baseado na pequena unidade de produção familiar, na qual a população rural é predominante.

É importante notar que, de maneira geral, com base nos dados do censo demográfico de 2000 (Mapa 02), verifica-se uma permanência da população rural superior à urbana, na maior parte dos 27 municípios do Sudoeste do Paraná. Apenas em Ampére, Barracão, Dois Vizinhos, Cruzeiro do Iguaçu, Capanema, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Nova Prata do Iguaçu, Realeza e Santo Antônio do Sudoeste a população urbana é maior.

Ao mesmo tempo, também é importante destacar que, desde a década de 1980, o crescimento populacional tem sido negativo nos municípios estudados, com exceção de Francisco Beltrão que aumenta e de Ampére que, em 2000, tem a mesma população de 1980. O aumento populacional, nesse caso, ocorre em ritmo bem menos intenso que a diminuição verificada nos demais municípios, o que demonstra que parte das pessoas não tem migrado necessariamente para cidades do Sudoeste. No que se refere especificamente à população rural, no período entre 1991 e 2000, segue a tendência verificada desde 1980 e todos os municípios apresentam redução.

A *modernização* da agricultura teve uma relação direta no processo de diminuição da população rural, constituindo-se este processo um dos responsáveis pelo êxodo rural. Entretanto, parte significativa da população migrante não permanece no Sudoeste do Paraná. Isso se constata pela colonização recente, em decorrência do processo de migração, na década de 1950 e através dos dados das décadas de 1970 e 1980 que já apontam para um crescimento negativo da população rural. Assim, parte dos migrantes oriundos, especialmente, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, em poucas décadas são condicionados a migrar, primeiramente para algumas cidades da região, como Francisco Beltrão, conforme

mencionado anteriormente. Posteriormente, sobretudo a partir dos anos 1980, muitas pessoas migram para o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre e Rondônia.

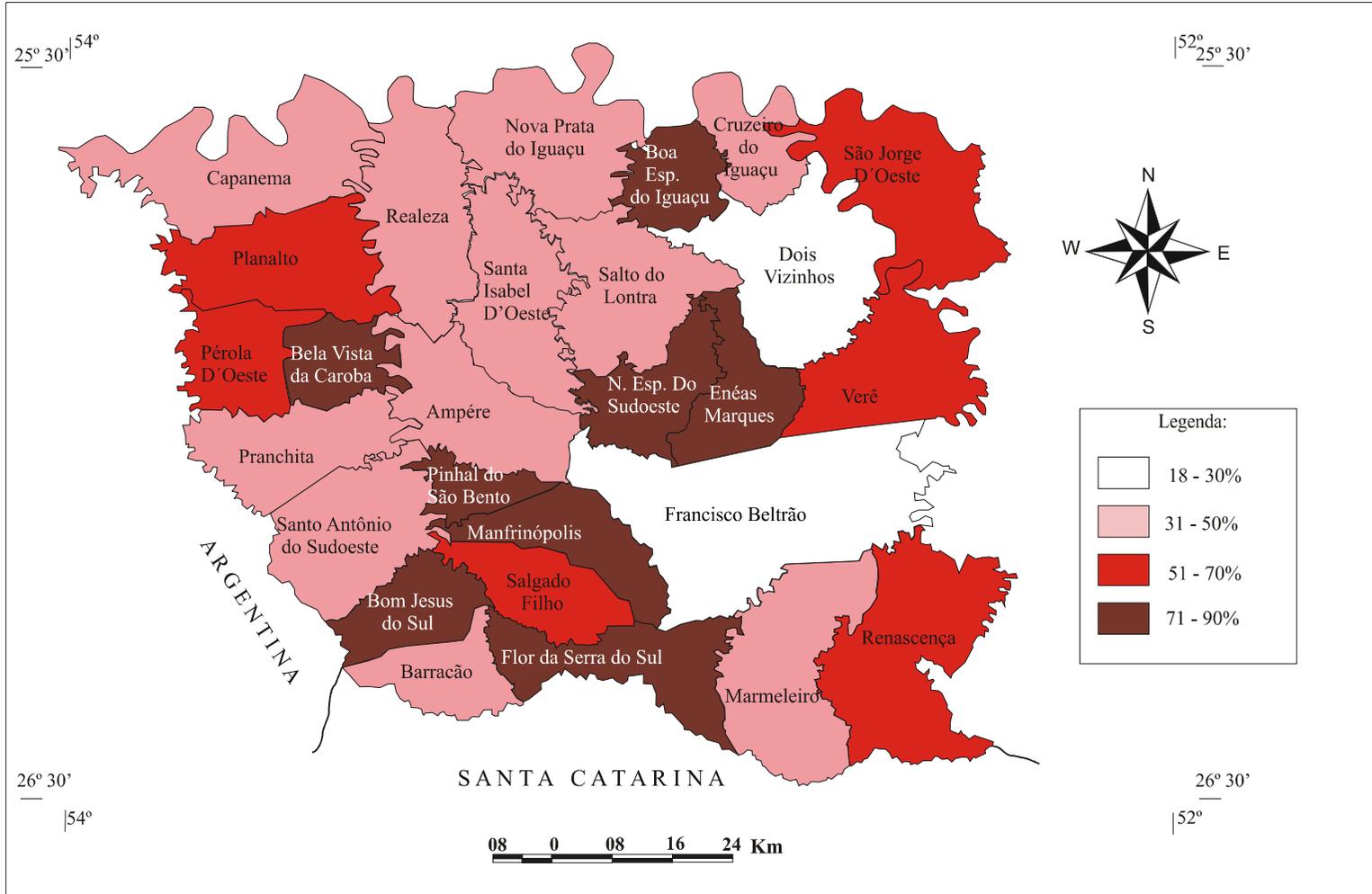
Porém, o trabalho de campo realizado em seis municípios do Sudoeste do Paraná com 93 produtores rurais possibilita observar, a título de ilustração, que 70% dos entrevistados (65) vivem no município de origem há mais de 20 anos, demonstrando que uma parcela da população responsável pela colonização do Sudoeste permanece no campo. Dos sujeitos estudados, 31% obtiveram o estabelecimento por meio de herança; 47% por compra e 22% através de outras formas como cessão. Dos entrevistados, 8% moram na propriedade há mais de 50 anos, 37% moram entre 20 e 50 anos na propriedade, 32% moram entre 10 e 20 anos e 23% há menos de 10 anos.

Segundo interpretação de um diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul FETRAF – SUL²⁶ tem-se verificado, no campo, a saída dos jovens, a masculinização e o envelhecimento da população. Para ele isso é consequência da falta de cultura e de atividades de lazer no espaço rural e não decorre de problemas com a baixa renda agrícola, como era imaginado pela entidade. Porém os dados observados na pesquisa de campo realizada reafirmam que a *modernização* da agricultura, como já destacado, é uma propulsora do êxodo rural e um dos problemas decorrentes é a desvalorização do campo, inclusive com o fim das escolas rurais. O menor agrupamento de pessoas está relacionado à concentração da terra, à mecanização e a precarização das condições de vida, passando o campo, muitas vezes, a ser caracterizado pelas ausências, nas quais se incluem lazer e educação escolar. Ao mesmo tempo, no campo, evidenciam-se as precariedades, o urbano é visto como sinal de modernidade e desempenha um papel de atração populacional a partir da instituição de um imaginário que tem na cidade como o *locus* do progresso.

Conforme analisado no capítulo 2, a lógica de estruturação territorial brasileira opta-se por uma forma de desenvolvimento urbano industrial e é sobre ela que se estruturam as políticas e as configurações territoriais decorrentes. Dessa forma, na valorização do capital, a partir de uma lógica moderna, não há uma preocupação com as condições de vida da população do campo.

Nesse sentido, Sauer (2000) destaca que o desenvolvimento ocidental transforma a cidade em lugar privilegiado para a produção e a troca; as cidades modernas são lugares irradiadores de mercadorias, tecnologias, valores culturais e ideológicos, reforçando uma dicotomia entre o campo e a cidade.

²⁶ Afirmação realizada em palestra proferida para acadêmicos da UNIOESTE em novembro de 2006.



Mapa 2 - População Rural do Sudoeste do Paraná, em % - 2000.
Fonte: IBGE - 2000.
Organização: Danielli Batistella Saquet.

Sobre essa falsa dicotomia se estabelecem as relações de dominação. Na realidade trata-se de uma rede de interesses e demandas que fomentam no campo uma lógica, que não difere daquela verificada nas cidades, mas que em cada espaço tem uma manifestação territorial diferente, mas objetivando a ampliação do capital ou a resistência a essa.

Assim, a concentração da população no espaço urbano não é senão uma forma de organização territorial moderna, decorrente do modelo de desenvolvimento urbano-industrial adotado, no Brasil, a partir de 1930. Nesse mesmo contexto é que se vislumbra a modernização da agricultura, forjando um contexto em que a pouca quantidade de mão-de-obra por unidade produtiva constitui-se em dificuldade para implementar outras atividades, por outro lado, a utilização de tecnologias modernas, mesmo que através do aluguel de máquinas agrícolas contribui para resolver o problema da falta de mão-de-obra e, ao mesmo tempo, influencia no êxodo rural.

A permanência de pessoas no campo não é fator suficiente para equacionar os problemas enfrentados: como já destacado, a população rural, na maioria dos municípios do Sudoeste, é superior a urbana. As carências e as dificuldades derivam da lógica estruturante da produção do território, das relações de poder que determinam à reprodução da dominação social. Nesse caso, apenas o número de pessoas não é suficiente para garantir melhoria das condições de vida da população.

A força manifestada na agricultura no Sudoeste do Paraná é expressiva, principalmente quando considerada a dimensão econômica, a qual tem sido um dos motes do desenvolvimento brasileiro e um dos objetivos destacado pelo processo de *modernização* da agricultura. Em seu território, o montante da renda agropecuária é bastante significativo em quase todos os municípios que o compõem, consoante observado pelo resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do Sudoeste do Paraná, considerado um importante indicador econômico para demonstrar o grau de relevância de determinados segmentos. O PIB agropecuário do Sudoeste do Paraná, apesar da diminuição que vem ocorrendo nos últimos anos, conforme pode ser observado no gráfico 09, é expressivo. Em 1970, o PIB total é majoritariamente originado das atividades agropecuárias (70%); em 1975, o seu valor é o mesmo do quinquênio anterior, entretanto, o PIB total aumenta demonstrando o crescimento da renda em outros segmentos. Em 1985, o PIB agropecuário representa 48,46%, percentual que diminui ainda mais a partir da segunda metade dos anos 1990, atingindo, no ano de 1996, o seu percentual mais baixo, 30%, retomando um crescimento nos anos seguintes, voltando a 45,34% em 2003. Apesar dessas oscilações, o PIB agropecuário tem sido representativo nos municípios do Sudoeste do Paraná.

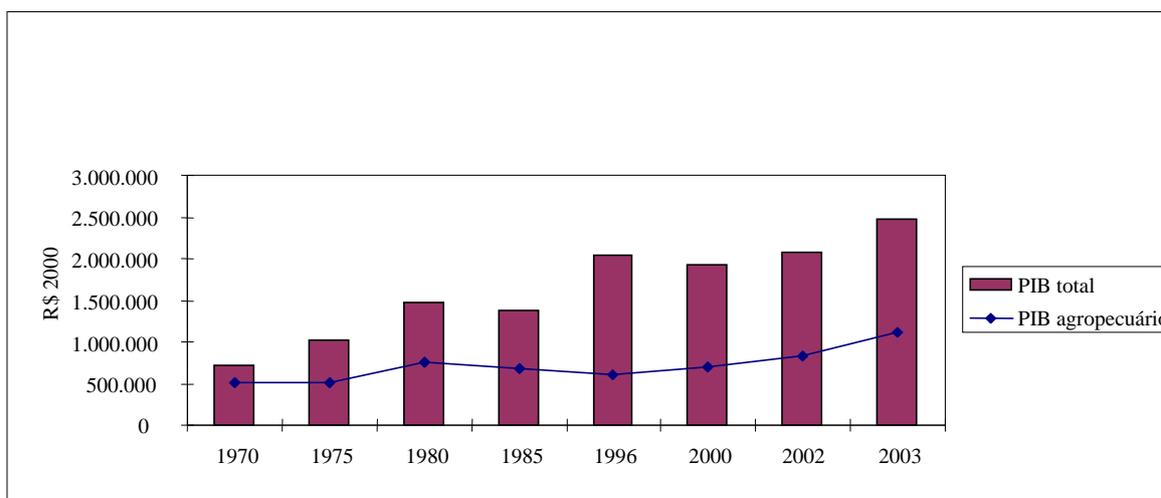


Gráfico 09: Produto Interno Bruto Total e agropecuário* - R\$ 2000(mil).

* Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional

Fonte: www.ipeadata.gov.br. Elaborado pela autora.

Desde 1970, os municípios de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão têm apresentado diminuição no PIB agropecuário em decorrência, principalmente, do crescimento das atividades industriais e comerciais. A partir de 1996, tal processo ocorre nos municípios de Ampére e Barracão; em seguida, nos municípios de Realeza e São Jorge d'Oeste há uma diminuição da participação do PIB agropecuário em relação ao PIB total entre os anos de 2000 e 2002, registrando um crescimento no ano de 2003. De maneira geral, na economia regional, ocorrem mudanças significativas a partir da segunda metade dos anos 1980: construção de parques industriais, diversificação industrial e das atividades de serviços nas principais cidades como Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Realeza etc. Isso interfere diretamente no aumento do PIB total entre 1985 e 2003.

Outro fato importante é que, entre os anos de 1999 e 2001, cerca de 50% dos municípios do Sudoeste do Paraná tiveram o PIB agropecuário abaixo da metade do PIB total de cada município. Porém, a partir de 2002, o PIB agropecuário passa novamente a representar a maior fonte, tendência dos anos anteriores mantida desde a década de 1970 no município de Ampére, Barracão, Capanema, Realeza e Santo Antônio do Sudoeste, além de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão. No município de Marmeleiro o PIB agropecuário tem aumentado, principalmente, a partir de 1996, período em que se inicia uma série de desapropriações de terras para a implantação de assentamentos rurais. A implantação de áreas de reforma agrária como, por exemplo, o Assentamento Eduardo Raduan, com 432 famílias, além de outros como o Anoni, o reassentamento Itaíba e o assentamento Perseverança, interferiram diretamente na produção agropecuária e no PIB.

Uma explicação para o crescimento do PIB agropecuário, nos últimos anos, decorre do aumento da cotação do preço da soja, conforme se observa no gráfico 10.

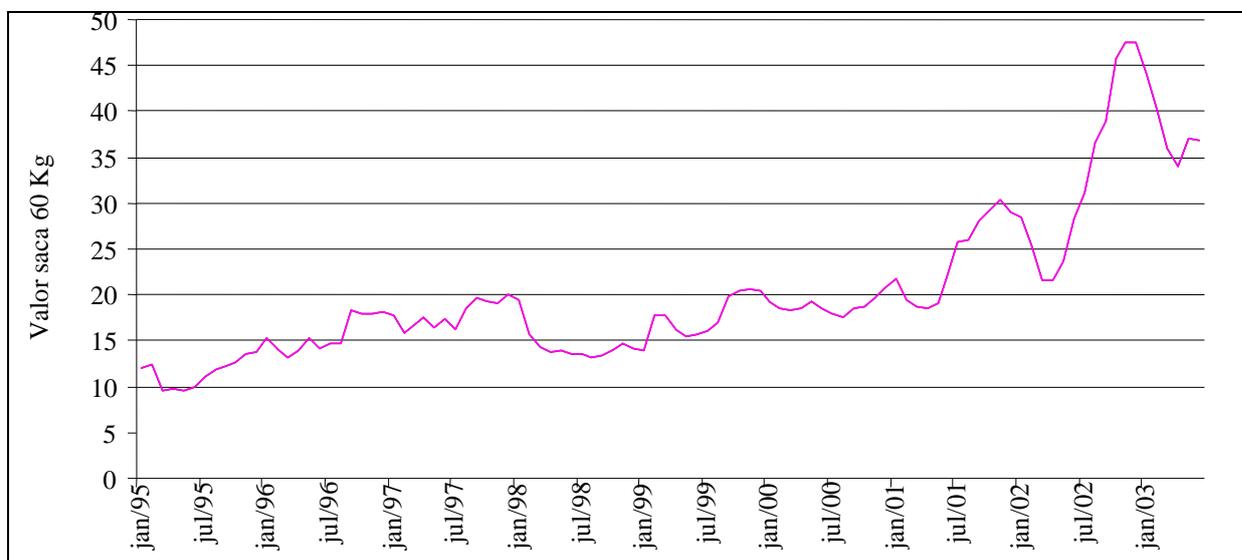


Gráfico 10: Preço médio da saca de soja no Paraná – na Bolsa de Cereais de São Paulo – em reais.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

O aumento da cotação da soja tem uma relação direta com o aumento da arrecadação agrícola, pois nos períodos em que os preços estão elevados, seu plantio torna-se mais atrativo para o agricultor. Inclusive áreas com menos de 01 hectare, conforme verificado em trabalho de campo no município de Francisco Beltrão, são utilizadas para o cultivo do cereal. A diminuição na cotação e os problemas decorrentes da estiagem verificados entre 2003/2004 provocam um efeito inverso devido à característica de uma agricultura voltada para o mercado, cuja interferência direta dá-se sobre a produção agrícola e das próprias relações cotidianas exercidas no território.

Nesse contexto, apesar do PIB agropecuário, em alguns municípios, não se apresentar expressivo, não significa que a agricultura não tenha importância, pois a indústria e o comércio possuem uma vinculação direta com a atividade agropecuária. Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, cujos PIBs agropecuários há décadas são menores que os da indústria e do comércio, têm sua base industrial estreitamente ligada às atividades agropecuárias. A empresa Sadia, cuja base está na exploração de atividades agropecuárias, está instalada nos dois municípios. Esta relação também é revelada por outras empresas como a Souza Cruz, Perdigão, empresas veterinárias e por organizações como a CRESOL, CLAF etc. São diferentes atividades que estão nas cidades e isso gera, evidentemente, uma trama de relações urbano-rurais que extrapolam cada unidade produtiva.

Em uma abordagem territorial, é válido destacar que a relação urbano-rural não ocorre de forma separada, mas elas estabelecem relações dialéticas, construídas a partir de lógicas exógenas, mas também das identidades locais que as fragilizam ou as potencializam.

Segundo destaca Saquet:

No Sudoeste paranaense, há aspectos e elementos culturais, políticos e econômicos, que caracterizam pequenas cidades e centros urbanos, intimamente ligados ao espaço rural de cada município, e, porque não dizer, pequeníssimas cidades, como Salgado Filho, Flor da Serra do Sul, Bela Vista da Caroba, Boa esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Manfrinópolis e Pinhal de São Bento, todas com menos de 1.000 habitantes, onde o caráter urbano é incipiente, dado o baixo nível de complexidade dos papéis que estes núcleos desempenham [...] (2006, p. 158).

Como afirma o autor, existem temporalidades e territorialidades que caracterizam o urbano e o rural, cada qual com seus ritmos, os quais só podem ser compreendidos numa relação complementar e dialeticamente definida.

O que se constata é que a territorialidade decorrente da *modernização* da agricultura faz parte de uma trama de relações de poder que não podem ser rotuladas como estritamente urbana ou rural, embora se tratem de territórios que tenham suas especificidades. Compreendendo essas especificidades, o foco desta pesquisa volta-se para os desdobramentos territoriais, num espaço caracterizado visualmente pela produção agropecuária.

É nesse sentido, como tem sido destacado, que a produção de soja representa o produto principal da *modernização* da agricultura, porém, outros cultivos também possibilitam e potencializam tal processo, como o trigo, que tem diminuído sua produção nos últimos anos e o milho, plantado em período concomitante com a soja. Entretanto, no cultivo e na colheita de milho podem ser utilizadas técnicas e tecnologias que não fazem parte do pacote da *revolução verde*.

Observa-se, no gráfico 11, que, entre a safra de 1984/1985 e a de 2005/2006, ocorre um aumento na área colhida de milho e soja em torno de 28%, entretanto, ao longo da série, não foi regular, apresentando períodos abaixo daquele verificado no início da série e, em outros, como, por exemplo, na safra 2003/2004, em que a área colhida atingiu seu ápice e teve também a maior produtividade. Ao confrontar esses dados com os do gráfico 10, é possível verificar que, nas safras anteriores, a cotação da soja estava em alta, constituindo-se um atrativo para o aumento da área desse cultivo. A relação entre área colhida e produção tem variado o longo do período, embora a produção tenha apresentado um aumento superior ao verificado na área colhida. Esse fato pode ser atribuído aos investimentos em insumos

químicos e na utilização de sementes melhoradas. Em geral, as quebras na produção decorrem de alterações climáticas como chuvas ou estiagem prolongadas. Por exemplo, a safra 2003/2004 tem um aumento na área colhida de 183% em relação à safra anterior, entretanto a estiagem provoca uma diminuição de 77% na safra, se comparada à anterior.

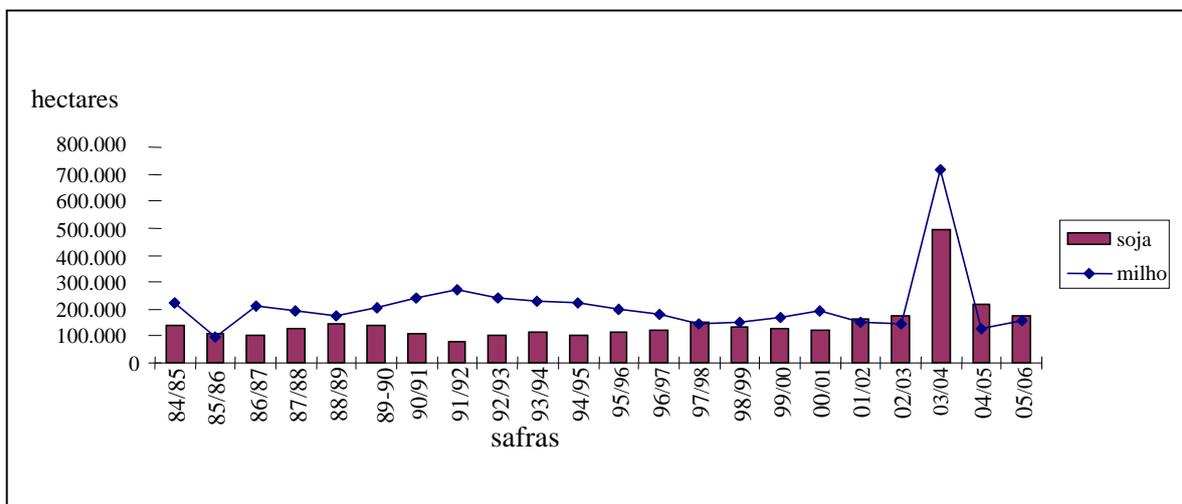


Gráfico 11: Área colhida de soja e milho no Sudoeste do Paraná –em hectares – safras 1984/1985 a 2005/2006.

Fonte: SEAB/DERAL, organizado pela autora.

De modo geral, tanto a produção como a área colhida de milho têm sido maior que a de soja. Ao longo das safras, observam-se muitas oscilações decorrentes de condições climáticas, preços praticados, incentivos etc.

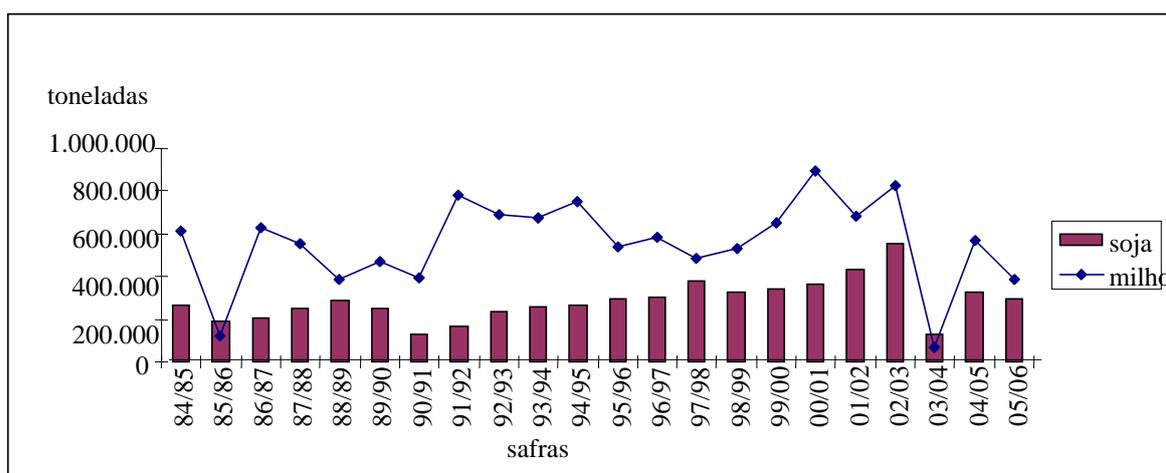


Gráfico 12: Produção obtida de soja e milho no Sudoeste do Paraná – em toneladas – safras 1984/1985 a 2005/2006.

Fonte: SEAB/DERAL, organizado pela autora.

Constata-se que o aumento da produção tem uma relação direta com o preço praticado, por exemplo, na produção de soja, na safra 1997/98 ocorre um aumento de 24% na

produção em relação à safra anterior; já a cotação da soja diminuiu 12% no mesmo período. Isso se reflete na safra seguinte com uma diminuição de 14% na produção, entretanto, a cotação sobe 22% o que estimula o aumento da produção.

A soja, desde a produção até a comercialização, inevitavelmente, tem sido organizada de acordo com os padrões de exploração capitalista, visando à ampliação do capital, baseado em relações sociais de exploração do trabalho. Também pode ser atribuída à soja a geração de *novas* demandas como uma infra-estrutura para escoamento e processamento do produto, armazenamento, políticas direcionadas, principalmente referentes ao financiamento para custeio e investimento na produção. Enfim, houve maior complexidade que vai do global ao local, uma vez que se trata de um produto destinado à exportação, embora o consumo interno seja significativo tanto como óleo comestível quanto no uso de ração, desencadeando um processo que só pode ser compreendido por uma lógica em rede. Com a produção da soja ocorre a viabilização de uma exploração capitalista em sentido mais explícito, bem como a integração de capitais provindos de atividades agrárias, comerciais, industriais e financeiras.

Tabela 28 - Armazéns no Sudoeste do Paraná cadastrados na CONAB 2005/2006.

Município	Quantidade	Capacidade de estocagem (em toneladas)
Ampére	9	43.380
Barracão	1	4.160
Bela Vista da Caroba	1	1.850
Boa Esperança do Iguaçu	4	7.040
Capanema	11	27.590
Cruzeiro do Iguaçu	3	6.430
Dois Vizinhos	19	185.580
Enéas Marques	1	1.470
Francisco Beltrão	18	105.620
Marmeleiro	11	30.550
Nova Esperança do Sudoeste	2	2.090

Fonte: CONAB - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.

Em relação ao armazenamento no Sudoeste do Paraná na safra 2005/2006, segundo dados disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), há 80 lugares para estocagem da produção, com uma capacidade total de 415.760 toneladas. Considerando apenas a safra de soja e milho em 2005/2006, verifica-se um déficit na capacidade de armazenamento de 40%. Entre os entrevistados a maioria desses armazena a produção em cooperativas e empresas especializadas, entretanto 20% guardam a produção de milho no

próprio estabelecimento. Esse tipo de armazenamento geralmente dá-se em paiol; já a soja, como tem uso reduzido nas unidades de produção tem outro destino e não são armazenadas nas propriedades.

A produção de soja exige condições pré-definidas para sua produção; entre elas, grandes extensões de terra. Entretanto, cabe ressaltar que, mesmo em outros lugares do estado do Paraná, a soja também é cultivada em pequenas propriedades rurais, que além do uso das sementes selecionadas, dos insumos químicos participam de outras estratégias das empresas responsáveis pela produção dos implementos e insumos agrícolas. Como exemplo, pode-se citar o estudo da região Norte do Paraná, desenvolvido por Paulino (2003) que destaca a utilização da soja e outras culturas temporárias como estratégia de aumento da renda, entretanto, as condições materiais de produção e reprodução são precárias e se diferenciam da realidade dos produtores capitalistas.

5.1.1. Da estrutura fundiária, do pessoal ocupado e do uso do solo na produção agropecuária no Sudoeste do Paraná

Independente da atividade realizada, de modo geral, o que se nota é uma importância considerável da agropecuária na maior parte dos municípios estudados desde a sua colonização efetiva, a partir de 1940-50. Marcas como a policultura familiar, a pequena propriedade privada e pequenas cidades são muito fortes e caracterizam, de maneira geral, a formação do território do Sudoeste do Paraná.

Tabela 29 - Estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná - número de estabelecimentos e área em hectares (ha) - 1980 e 1995/96.

	1980		1985		1995/96	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
Menos de 10	22.119	114.720	21.738	115.222	15.972	89.226
10 a menos de 20	12.036	172.151	11.652	166.136	10.270	147.518
20 a menos de 50	7.968	235.754	7.403	217.315	6.865	204.086
50 a menos de 200	1.770	146.414	1.707	141.393	1.792	152.396
200 a menos de 500	122	36.381	164	47.346	219	65.182
500 e mais	43	51.683	35	38.423	46	40.790
Total	44.058	757.103	42.699	725.835	35.164	699.198

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 1980, 1985 e 1995/96.

Reconhece-se que o tamanho da propriedade não pode ser considerado como a característica basilar para identificação do tipo de atividade agropecuária desenvolvida em

determinado território. Entretanto, conforme destacado nos capítulos anteriores, no Sudoeste do Paraná o tamanho da propriedade constitui-se numa das características da agricultura familiar, como demonstrado a seguir.

Tabela 30 - Municípios do Sudoeste do Paraná de acordo com o número de estabelecimentos e a área nos estratos acima de 500 hectares.

	1985		1995/96	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Ampére	0	0	1	605
Barracão	2	1.967	1	541
Cruzeiro do Iguaçu	0	0	2	1.234
Dois Vizinhos	4	2.524	2	1.116
Enéas Marques	1	532	0	0
Francisco Beltrão	2	1.879	4	4.472
Marmeleiro	5	5.658	3	3.178
Nova Esp. Do Sudoeste	0	0	1	658
Nova Prata do Iguaçu	4	3.172	6	5.040
Pérola d'Oeste	0	0	1	800
Pinhal do São Bento	0	0	2	1.038
Pranchita	0	0	1	515
Realeza	3	2.184	2	2.193
Renascença	7	13.024	6	7.727
Salgado Filho	0	0	4	3.122
Salto do Lontra	1	677	2	1.486
Santa Izabel do Oeste	1	1.258	2	1.930
Santo Ant. do Sudoeste	1	636	0	0
São Jorge d'Oeste	4	4.912	6	5.135
TOTAL	35	38.423	46	40.790

Fonte: IBGE – Censos agropecuários 1985 e 1995/96.

Do final da primeira fase, de 1980 até 1985, nota-se uma diminuição na área total dos estabelecimentos agropecuários no Sudoeste do Paraná, superior à verificada no número de estabelecimentos e com um forte indicativo de concentração no estrato entre 200 e 500 hectares. Na segunda fase, entre 1985 e 1995/96, os dados demonstram que o total de estabelecimentos diminuiu em torno de 17%, enquanto o total da área é de 4%. O destaque para o período é a continuação do aumento da concentração de terras no estrato entre 200 hectares e 500 hectares e da diminuição do número de estabelecimentos e da área no estrato de até 50

hectares. O aumento do número de estabelecimentos acima de 500 de hectares também revela a concentração da terra no Sudoeste do Paraná, relacionada à expansão da agricultura moderna e patronal. Essa concentração, que não diverge da existente no restante do país, mostra que, em 1995/96, no Sudoeste do Paraná, 46 estabelecimentos possuem 40.790 hectares, o que significa 46% da área total ocupada por 15.972 estabelecimentos de até 10 hectares.

No período entre 1985 e 1995/96, ocorre uma diminuição no número total de estabelecimentos agropecuários; naqueles até 10 hectares, a diminuição é de 27% no número de estabelecimentos e de 23% na área destes; seguindo essa tendência os estabelecimentos de mais de 10 a menos de 20 hectares têm uma diminuição de 12% no total e de 11% na área. Contrapondo-se a essa diminuição, verifica-se que, naqueles entre 200 e 500 hectares, ocorre um aumento de 34% do total de estabelecimentos e de 31% na área, na mesma lógica seguem os acima de 500 hectares. O que se observam é a incorporação de terras pelos grandes proprietários.

Em 1985, os municípios que têm maior concentração de estabelecimentos até 20 hectares são Dois Vizinhos, Capanema, Francisco Beltrão, Planalto e Santo Antônio do Sudoeste. Em 1995/96, apesar dos desmembramentos de municípios, ocorridos em alguns casos, estes permanecem como os com maior concentração de estabelecimentos no estrato de até 20 hectares. Nesse contexto, destaca-se Dois Vizinhos, que diminui substancialmente o número e a área dos estabelecimentos, em razão das emancipações dos municípios de Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu em 1993.

Em relação à área média dos estabelecimentos do Sudoeste do Paraná, no estrato de área até 20 hectares, verifica-se que, em 1970, é de 9,3; em 1985, esta diminui para 8,43 hectares e em 1995/96, de acordo com o censo agropecuário, aumenta para 9,02. Este aumento da área média ocorre porque a diminuição no número dos estabelecimentos é maior que a diminuição das áreas ocupadas.

Em números absolutos, verifica-se uma diminuição, entre os estratos de até 20 hectares, tanto em termos de estabelecimentos como na área ocupada. Mas, ao se considerar a área média destes, observa-se pouca alteração. Essa diminuição está atrelada à concentração de terras e também aos desmembramentos político-administrativos ocorridos, especialmente a partir de 1993.

Tabela 31- Distribuição fundiária dos municípios do Sudoeste do Paraná nos estratos de área de até 10 hectares e de mais de 10 a 20 hectares. – 1985 e 1995/96.

	Até 10 hectares				de 10 a menos de 20 hectares			
	1985		1995/96		1985		1995/96	
	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)
Ampére	950	5.236	862	4404	537	7676	443	6345
Barracão	1.283	7.083	813	4486	658	8983	411	5962
Bela Vista da Caroba*								
Boa Esp. Do Iguaçu	*	*	308	1738	*	*	168	2436
Bom Jesus do Sul*								
Capanema	1.673	8.598	1108	6497	862	12208	792	11114
Cruzeiro do Iguaçu	*	*	252	1363	*	*	138	1976
Dois Vizinhos	2.137	10.889	1055	5924	1077	15620	604	8732
Enéas Marques	922	5.470	366	2207	608	8913	283	4200
Flor da Serra do Sul	*	*	428	2582	*	*	328	4749
Francisco Beltrão	1.179	6.899	1077	6636	988	14412	976	14290
Manfrinópolis								
Marmeleiro	793	4.945	537	3482	593	8300	532	7556
Nova Esp. Do Sudoeste	*	*	335	1967	*	*	284	4224
Nova Prata do Iguaçu	1.374	6.380	660	3428	467	6675	357	5148
Pérola d'Oeste	1.377	6.693	977	5299	592	8251	573	7868
Pinhal do S. Bento	*	*	149	893	*	*	128	1962
Planalto	1.477	8.160	1253	7494	742	10215	768	10600
Pranchita	546	3.103	410	2303	359	5169	276	4027
Realeza	932	4.908	675	3095	416	6075	337	4871
Renascença	270	1.331	203	1150	211	3100	255	3766
Salgado Filho	1.204	6.727	667	3954	684	9621	471	6801
Salto do Lontra	1.315	6.661	993	5129	607	8833	487	7065
Santa I. do Oeste	965	4.728	751	3857	531	7361	409	5894
Santo Ant. do Sudoeste	1.399	7.883	771	4713	810	11584	505	7252
São Jorge d'Oeste	1.070	5.042	738	3650	407	5746	334	4688
Verê	872	4.486	584	2979	503	7394	411	5992
TOTAL	21.738	115.222	15.972	89.230	11652	166136	10270	147518

* Municípios não emancipados.

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1985 e 1995/96.

Ao considerar a diminuição de número de estabelecimentos e área no estrato de até 10 hectares, constata-se que isso decorre, principalmente, pela dificuldade de exploração e viabilidade econômica em áreas muito pequenas como acontece com o cultivo da soja. Ao mesmo tempo, constata-se que em Planalto e em Renascença ocorre um aumento no número e na área dos estabelecimentos agrícolas entre 10 e menos de 20 hectares, entre 1985 e 1995/96, em virtude do parcelamento da terra, decorrente da implantação de assentamento em

Renascença e provavelmente da compra de terras por parte dos proprietários de terras com menos de 10 hectares.

Quadro 04: Relação de municípios emancipados no Sudoeste do Paraná após 1985, data e locais de respectivo desmembramento.		
Município	Data de emancipação	Municípios de desmembramento
Bela Vista da Caroba	21/12/1995	Pérola d'Oeste e Pranchita
Bom Jesus do Sul	03/12/1995	Barracão
Manfrinópolis	25/12/1995	Salgado Filho
Boa Esperança do Iguaçu	01/01/1993	Dois Vizinhos
Cruzeiro do Iguaçu	01/01/1993	Dois Vizinhos
Flor da Serra do Sul	01/01/1993	Barracão, Marmeleiro e Salgado Filho
Nova Esperança do Sudoeste	01/01/1993	Enéas Marques e Salto do Lontra
Pinhal de São Bento	01/01/1993	Santo Antônio do Sudoeste
Saudade do Iguaçu	01/01/1993	Chopinzinho

As emancipações do período constituem-se num dos motivos que contribuem para compreensão das mudanças verificadas como a diminuição acentuada do número de estabelecimentos rurais e da área cultivada em municípios como Dois Vizinhos e Barracão.

Na segunda fase apesar da diminuição no número de estabelecimentos, especialmente nos estratos de até 10 hectares, permanece uma estrutura fundiária baseada em parcelas de chão destinadas à prática agropecuária: em 1985, esse estrato representa 51% do número total e passa a significar 45%, em 1995/96. Considerando-se os estabelecimentos até 20 hectares, tem-se 78% desses neste estrato em 1985, ocupando 39% da área total e em 1995/96 representam 75% do total de estabelecimentos, os quais ocupam 34% da área total.

A título de ilustração, como os últimos dados referentes à estrutura fundiária datam do Censo de 1995/1996, também são apresentados os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); todavia, é importante notar que se referem ao número de propriedades rurais e, dessa forma, podem camuflar parcialmente a situação estudada. Trata-se de técnicas e metodologias diferentes, enquanto o IBGE trabalha com o conceito de estabelecimento rural como toda área contínua, subordinada a um único produtor e na qual se desenvolve atividades agropecuárias; o INCRA utiliza o conceito de propriedade ou imóvel rural considerando as áreas de acordo com seu registro no Sistema Nacional de Cadastro Rural.

Conforme os dados do INCRA o que se constata é que, em 2006, 72% das propriedades rurais têm até 20 hectares, um pouco inferior ao percentual de estabelecimentos rurais neste estrato de área em 1995/96, que era de 75%. Apesar de se referirem à classificação diferente, os números evidenciam que o Sudoeste do Paraná é constituído basicamente por pequenas propriedades e estabelecimentos rurais.

Tabela 32 - Número de propriedades rurais no Sudoeste do Paraná – 2006.

Estrato de área em hectares	0 a 20	20,1 a 50	50,1 a 100	100,1 a 200	200,1 a 500	Acima de 500
Total	27.830	8.738	1.435	374	149	31

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro - INCRA 2006.

No trabalho de campo, percebe-se que é comum, principalmente entre os produtores que possuem mais de 50 hectares, a existência de mais de um registro no INCRA e, muitas vezes, em nome de diferentes membros de cada família. Tal fato facilita o acesso ao crédito originariamente destinado ao agricultor familiar, pois, muitas vezes, este tem vinculação direta com o tamanho da sua propriedade. E o trabalho familiar, apesar da modernização da agricultura, é outra característica central da prática agropecuária nos municípios estudados, conforme se demonstra a seguir.

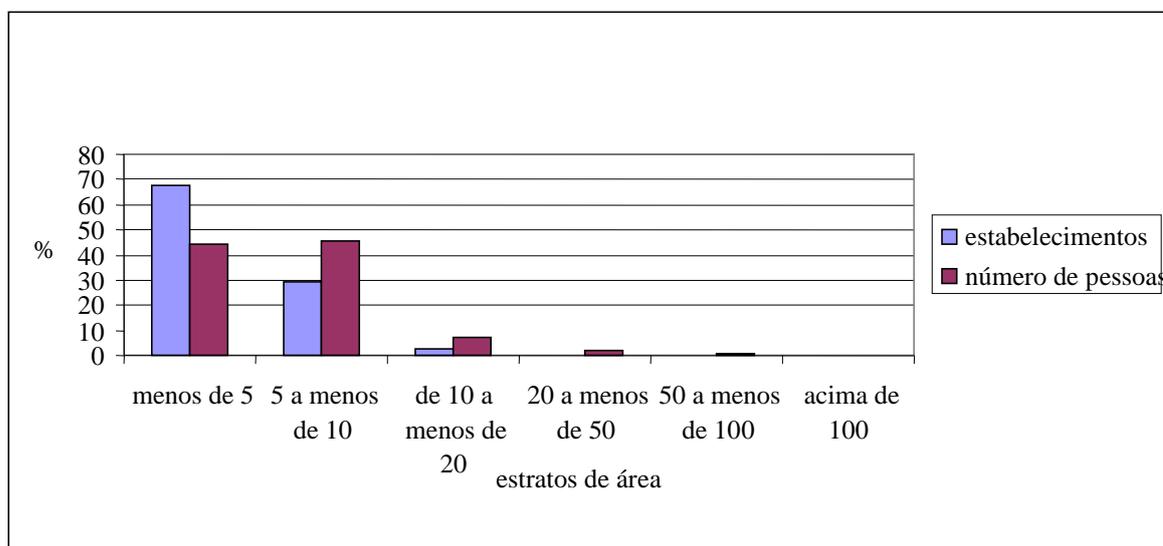


Gráfico 13: Percentual de estabelecimentos e de pessoal ocupado em atividades agropecuárias no Sudoeste do Paraná – 1985.

Fonte: IBGE: Censo agropecuário 1985.

Em 1985, conforme de acordo com o gráfico 13, a maior parte do pessoal ocupado em atividades agropecuárias encontra-se no estrato entre 5 e 10 hectares, representando uma demanda por terra; no estrato inferior a esse, a ocupação de pessoas é menor, justamente em

decorrência do tamanho da terra, com exceção de atividades que demandam mais mão-de-obra; já os estabelecimentos com mais de 50 hectares demandam poucas pessoas, geralmente por se tratar daqueles que utilizam técnicas e tecnologias poupadoras de mão de obra como herbicidas, plantio direto, colheitadeiras e tratores.

No Sudoeste Paranaense²⁷, cerca de 90% dos estabelecimentos agropecuários, (tabela 33) pertencem à categoria de familiares e se situam, principalmente, nos estratos de até 100 hectares com destaque aos menores pedaços de chão, com 20 hectares. Nos estabelecimentos maiores, predomina a categoria de trabalhadores permanentes e temporários, sobretudo, nos estratos entre 100 e mais de 500 hectares.

Entre os 93 agricultores entrevistados, apenas 12% contam com o trabalho de empregados permanentes nas atividades agropecuárias.

Tabela 33 – Número e distribuição do pessoal ocupado na agropecuária, no Sudoeste Paranaense, segundo categoria de ocupação e estrato de área – 1995/96.

Estrato de área (ha)	Categoria de ocupação							
	Familiares		Empregados permanentes		Empregados temporários		outros	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Menos de 10	60.055	96	741	1	982	2	640	1
10 a 20	43.150	95	593	1	1.063	2	532	1
20 a 50	31.360	89	1.281	4	1.952	6	754	2
50 a 100	6.850	74	1.153	13	804	9	401	4
100 a 200	2.115	56	905	24	538	14	199	5
200 a 500	921	35	1.086	42	497	19	113	4
500 e mais	137	16	490	56	205	24	42	5
Total	144.588	91	6.249	4	6.041	4	2.681	2

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1995/1996.

Assim, constata-se, no trabalho de campo, a presença da pequena propriedade de base familiar em 90% dos estabelecimentos estudados, nos quais a mão-de-obra é exclusivamente familiar. Os dados do Ministério do Trabalho e Administração (MTA-RAIS) também indicam nesta direção, pois, em 2001, na agricultura existem 1.917 postos de trabalho formal²⁸, ou seja, um número reduzido quando comparado à quantidade de estabelecimentos rurais e ao número de trabalhadores familiares em 1995/96.

²⁷ Os dados do IBGE referem-se à mesorregião que inclui além dos municípios estudados, também os municípios de Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Coronel Vivida, Itapejara d'Oeste, Mariópolis, Pato Branco, São João, Saudade do Iguaçú, Sulina e Vitorino.

²⁸ Neste caso são considerados os postos de trabalho com carteira assinada.

Efetivamente a maior parte da população ocupada nos trabalhos agrícolas, no Sudoeste do Paraná, demanda da agricultura familiar e em algumas atividades esta é fundamental, principalmente no sistema de integração agro-industrial, como é o caso do fumo e da criação de aves e suínos, em virtude da elevada demanda por mão-de-obra. Entretanto, constata-se a diminuição do total de pessoas ocupadas, em 1985 essas são 169.226 e em 1995/96 esse total é de 120.183, ou seja, diminui em 29% o total de pessoas ocupadas; demonstrando uma alteração significativa, uma vez que praticamente se mantém a estrutura fundiária baseada na unidade de produção familiar.

Na situação específica do Sudoeste do Paraná, com a permanência dos estabelecimentos de base familiar, a diminuição da população ocupada nas atividades agropecuárias tem relação intrínseca com o uso do solo e as tecnologias utilizadas.

Tabela 34 - Uso do solo no Sudoeste do Paraná – número de informantes e área em hectares – 1980 a 1995/96.

	Lavouras permanentes		lavouras temporárias		pastagens naturais		pastagens plantadas		matas e florestas naturais		matas e florestas plantadas	
	Inform	área	Inform	área	Inform	área	Inform	área	Inform	área	Inform	área
1980	26358	5336	43610	417859	12090	45160	17501	77765	12660	57126	2594	9742
1985	25555	7736	42169	419007	4822	15842	25459	131921	12925	47992	6113	16103
1995/96	9570	6874	33453	296897	9521	63473	21925	179368	21556	71572	6615	14131

Fonte: IBGE – Censos agropecuários 1985 e 1995/96.

O que se denota da tabela é que as áreas destinadas às atividades agropecuárias praticamente têm-se mantido desde 1985, embora ocorra uma diminuição significativa no número de informantes, o que pode ser compreendido pela diminuição do número de estabelecimentos, conforme descrito anteriormente. Entretanto, a principal alteração constatada é o aumento das áreas de pastagens em 64%, especialmente nas pastagens plantadas. No período 1985 a 1995/96, há uma diminuição das áreas destinadas às lavouras, tanto permanentes quanto as temporárias; assim como há um aumento de 49% nas áreas de *matas e florestas naturais*. Tal fato decorre tanto do aumento da vigilância fiscal quanto das especificidades naturais em que muitas áreas não são utilizadas, conforme foi apresentado no capítulo 4, e refletem no seu aumento. Em relação às áreas de *matas e florestas plantadas*, estas aumentam entre 1980 e 1985, porém diminuem em 1995/96, pois neste caso, estão inclusas as áreas de reflorestamento e em 10 anos essas madeiras estão prontas para o corte.

A partir da distribuição do uso do solo em 1995/96, pode-se constatar que as áreas destinadas às lavouras permanentes, pastagens e matas e florestas plantadas têm ganho expressão no Sudoeste. Isso resulta da dificuldade de se produzir nas pequenas unidades a

partir do pacote tecnológico, tanto em virtude do custo como da adequação às condições locais ao mesmo. O que se tem observado é que a produção leiteira tem crescido, segundo a SEAB, em 2002 há 3.221 produtores de leite, os quais produzem 76.604.037 litros; em 2003, são 5.199 produtores e a produção é de 108.369.902 litros. A produção de leite representa uma fonte de renda fixa mensal para os agricultores, o que, especialmente para os pequenos produtores, é muito significativo diante das incertezas dos demais cultivos e do baixo retorno econômico obtido.

Na seqüência, utilizando os dados do Perfil da Realidade Agrícola²⁹ da EMATER (tabela 35) constata-se que, entre 1996/97 e 2004/05, as áreas totais destinadas ao cultivo aumentaram no Sudoeste do Paraná, principalmente as destinadas à pastagem cultivada e reflorestamento, o que revela a tendência verificada durante os anos 1980 e, sobretudo, na década de 1990. Há uma valorização da produção de leite e do reflorestamento mercantil, para além da produção de grãos, apesar desta continuar importante. O aumento na produção leiteira é justificado pelo crescimento das áreas de pastagem, em especial, nos estabelecimentos agrícolas familiares. A ocupação do solo com reflorestamento (Eucalipto e Pinus Americano) tem sido apresentada como uma alternativa de renda aos produtores rurais e tem sido incentivada, entre outras, pela empresa Sadia que necessita da lenha como combustível. A ASSESOAR também tem incentivado o reflorestamento com árvores nativas, através do sistema de agro-floresta, considerada uma alternativa de renda e autonomia para o produtor rural, em especial aquele que tem pouca terra. O que se visualiza, nestes dois casos, são práticas diferentes e concepções antagônicas dirigidas, especialmente, ao agricultor familiar, pois, no primeiro caso, indica-se uma monocultura e, no segundo, uma estrutura que possibilita a diversidade.

Tabela 35 - Ocupação do solo no Sudoeste do Paraná, em hectares.

Safras	Lavouras anuais	Permanentes	Pastagens cultivadas	Pastagens naturais	Reflorestamentos	Matas naturais	Outras áreas	Total
1996/1997	314.584	5.916	122.823	29.990	15.965	42.473	42.082	573.833
1997/1998	331.327	9.617	140.065	49.426	21.559	60.904	52.031	664.949
2003/2004	359.616	10.457	151.742	28.352	21.112	40.676	29.936	641.891
2004/2005	406.748	11.546	181.937	32.215	27.997	45.930	39.822	746.194

Fonte: EMATER – Perfil da Realidade Agrícola. Elaboração Roselí A. Santos.

²⁹ Os dados do Perfil da Realidade Agrícola coletados pela EMATER são utilizados internamente pela empresa, porém a metodologia utilizada não apresenta rigor científico e decorre do conhecimento da realidade empírica dos técnicos, na maioria das vezes, representa uma aproximação da realidade. Entretanto, são dados disponíveis para análise.

A atividade leiteira embora consista numa alternativa para os agricultores, tem um custo bastante elevado, principalmente quando se utilizam rações industrializadas. Assim, em relação ao aumento nas áreas de pastagens no Sudoeste do Paraná, Santos e Santos (2005, p. 3) afirmam que “podemos verificar um incremento de 41% no total de leite produzido entre 2002/2003 e de 61% no número de produtores”. Para os autores a produção de leite a pasto em contraposição à utilização de rações industrializadas é fundamental tanto como fonte de alimentos quanto na sustentabilidade econômica e ambiental, aumentando a renda do produtor.

No caso específico do leite, o aumento no nível de tecnificação das unidades produtivas é promovido, inicialmente, em função da Instrução Normativa Nº. 51 de 18 de setembro de 2002 do Governo Federal, que exige melhorias nas condições técnicas através da introdução de tecnologias para produção. Essa normativa, que não é executada na prática, exige uma série de medidas para melhorar a qualidade do leite, como a obrigatoriedade de tanque de expansão, coleta do produto em caminhão com sistema de resfriamento, adequação de estrebarias, exame no gado realizado por veterinários etc. Atrelado a essa medida a demanda por leite e os preços praticados fomentam a melhoria e a expansão das áreas de pastagens cultivadas. Decorre desses fatos a diminuição das áreas de pastagens naturais, embora a criação de gado seja realizada nas áreas de maior declividade, onde não é possível o cultivo, principalmente, mecanizado.

De acordo com os dados do Perfil da Realidade Agrícola, as áreas ocupadas com lavouras permanentes também apresentam um ligeiro crescimento, entre a safra de 1996/1997 e a de 2005/2006, devido ao incentivo da EMATER, ASSESOAR e prefeituras municipais a fruticultura, proposta como alternativa à agricultura familiar. Com relação às áreas destinadas às lavouras temporárias ou anuais, observa-se um aumento no período, reafirmando que a produção de grãos continua expressiva no território.

Efetivamente, a agricultura, mais especificamente a de base familiar, constitui a identidade do Sudoeste do Paraná. Trata-se de pequenas unidades de produção mercantil com diferentes ritmos de produção, mas tendo em comum sua origem e a atividade agrícola. Entretanto, mudanças rápidas têm-se efetivado sobre esse território, provocando o aumento da concentração de terras, diminuição da população e mudanças na forma de produção. Maior diversificação também caracteriza o Sudoeste do Paraná como aumento de áreas industriais, ao mesmo tempo em que pequenas cidades vivem em função de atividades agropecuárias.

A presença das pequenas unidades de produção, as quais concentram a maior parte da mão-de-obra, é um estímulo à subordinação desses agricultores a sistemas de integração de

ave e fumo. No Sudoeste Paranaense são 2,6 mil propriedades que trabalham com avicultura. Assim, tem-se, no território, parte significativa das atividades econômicas relacionadas à produção agropecuária, o que faz com que essa esteja entre as maiores do estado do Paraná. A avicultura no Sudoeste é bastante desenvolvida tecnologicamente e a principal indústria do setor é a Sadia que inicia suas atividades de abate de frangos e peru em 1991; as atividades de criação de aves (aviários) são realizadas, em sua maioria, por agricultores familiares sobre a forma de contrato aos quais estes são subordinados a lógica da empresa, que se territorializa monopolizando boa parte da produção de frangos e perus no sul do Brasil. Os complexos agroindustriais são agentes muito fortes e decisivos na expansão do capitalismo no campo.

De modo geral, a partir de 1985 e até meados dos anos de 1990, as áreas destinadas às lavouras têm diminuído, paralelamente ao aumento nas áreas de pastagens e reflorestamentos que surgem como alternativas às dificuldades verificadas na produção de soja e milho, produtos típicos do agronegócio brasileiro. Já a partir de 1995, ao que tudo indica, há um aumento nas áreas cultivadas, tanto nas lavouras permanentes como nas temporárias.

5.1.1.1. A produção de soja e milho no Sudoeste do Paraná

Até a década de 1960, a produção de feijão tem papel central na agricultura do Sudoeste do Paraná, não apenas como cultivo de subsistência mas também como mercadoria. Assim como o milho, presente na agricultura desde o início da colonização, que apresenta aumento da produção não por fazer parte da alimentação típica dos migrantes gaúchos e catarinenses, mas pela sua adequação ao mercado, assim ocorre com a soja, introduzida no final da década de 1960.

O que se verifica na produção de feijão, desde o início dos anos 1980, é a existência de oscilações na área colhida e na produção obtida; a partir da safra 1994/95 ocorre uma diminuição constante na área colhida e na produção. A produtividade (tabela 37), apesar de oscilar, desde a safra de 1996/1997, tem aumentado independente da retração verificada na área colhida. O aumento na produtividade está relacionado à fertilização da terra, pois o feijão tem sido plantado logo após a colheita de milho, o qual, em geral, é adubado química ou organicamente. A safra de feijão (2005/2006) apresenta um aumento expressivo, tanto em termos de área como de produção obtida. Isso decorre, principalmente, da diminuição da cotação da soja, do aumento nos custos com insumos químicos e do incentivo gerado pelas

compras diretas pelo governo. Todavia, o que se verifica é apenas o dado de uma safra e não pode ser compreendido como uma tendência.

Tabela 36 - Produção agrícola (ton) e área colhida (ha) no Sudoeste do Paraná, entre as safras 1984/85 e 2005/06.

Safr	Feijão		Arroz		Soja		Milho	
	Área colhida	Produção obtida (t)						
84-85	93.710	78.705	11.780	16.201	135.400	262.752	221.370	611.642
85-86	87.760	35.840	6.052	8.481	109.150	189.279	96.090	120.431
86-87	101.780	50.619	10.383	18.673	100.630	201.309	209.200	625.414
87-88	97.949	63.384	10.869	16.345	123.980	253.130	191.570	552.157
88-89	56.790	20.179	10.710	20.051	145.400	287.840	174.400	386.476
89-90	62.450	25.160	12.120	22.580	137.600	252.315	201.600	469.400
90-91	74.030	32.552	11.150	2.970	106.910	130.691	240.000	392.789
91-92	61.900	61.705	10.120	17.996	80.590	166.647	273.000	780.100
92-93	61.540	61.420	7.710	11.768	101.680	237.051	243.100	691.440
93-94	74.535	75.752	7.295	10.185	113.760	256.566	226.400	673.950
94-95	106.575	116.263	6.520	11.705	99.400	262.457	221.100	750.560
95-96	88.765	61.449	5.500	10.486	112.250	298.169	196.400	535.190
96-97	72.920	56.779	4.130	6.953	118.320	304.451	182.900	585.660
97-98	60.170	55.448	3.040	6.241	149.200	377.381	141.900	487.766
98-99	76.040	43.665	2.810	5.558	132.250	323.630	152.800	530.000
99-00	45.080	31.971	2.600	5.140	128.650	341.885	170.900	648.400
00-01	23.380	26.328	1.950	4.047	119.200	361.960	195.000	894.480
01-02	28.480	28.956	1.760	3.515	160.750	435.515	152.500	680.910
02-03	23.100	25.100	-	-	174.100	552.740	144.600	826.850
03-04	17.550	22.680	-	-	127.300	713.560	68.700	103.940
04-05	10.580	15.200	-	-	216.100	322.658	125.600	570.983
05-06	67.100	94.938	-	-	173.500	298.874	158.820	388.384

Fonte: DERAL/SEAB. Elaboração Roselí Alves dos Santos.

No caso do arroz, trata-se de uma produção pouco expressiva no Sudoeste e, em virtude das condições climáticas, não tem sido produzido nos últimos anos. Em termos de produtividade, tem-se uma diminuição ao longo das séries de safras apresentadas; inclusive, a produtividade da última safra colhida 2001/2002 é pouco maior que aquela verifica no início do período, na safra 1977/1978.

Observa-se, com referência a soja, na produção obtida e na área colhida, uma variação constante ao longo das safras. A produção obtida tem sido superior à área colhida, com exceção da safra de 1986/87 e da de 2004/05, nas quais há queda da produção decorrente de problemas de estiagem. Isso demonstra que, embora a produção de soja oscile durante o período, tem tido uma produtividade expressiva, superior aos índices de aumento de produção (tabela 37).



Foto 06 - Produção de soja no município de Francisco Beltrão.
Arquivo pessoal da autora, 2008.

Segundo o IBGE, em 1995/96, 88% da produção de soja é realizada por proprietários de terras, 5% por arrendatários, 5% por parceiros e 2% por ocupantes. Sobressai-se, neste caso, a situação verificada em Enéas Marques, Nova Esperança do Sudoeste e Pinhal de São Bento em que a produção é toda realizada por proprietários. A produção de soja realizada por arrendatários, assim como nas demais condições, é baixa, destacando-se os municípios de Boa Esperança do Iguazu (14%), Verê (11%), Marmeleiro (9%), Ampére (8%) e Santa Izabel do Oeste como os que têm um percentual maior de produtores de soja na condição de arrendatários. O município de Salgado Filho diferencia-se dos demais, pois apenas 33% dos produtores de soja são proprietários e o restante trabalha em sistema de parceria.

Em relação à produção de milho, as condições dos produtores em 1995/96 são similares: 87% são proprietários, 4% arrendatários, 3% parceiros e 6% ocupantes. Destaca-se que essas condições estão presentes em todos os municípios e que a produção de milho na condição de produtor ocupante é superior aos arrendatários e também aos parceiros. Isso resulta da menor exigência técnica para a produção e também reforça a idéia do uso do milho para consumo interno nas unidades produtivas. Nessa situação, no município de Salgado

Filho, tem 33% da produção de milho (em 1995/96) produzido por ocupantes: em decorrência das condições naturais muitas áreas são abandonadas e os ocupantes as utilizam para produção, especialmente de milho.



Foto 07 - Vista parcial de estabelecimentos rurais no município de Salgado Filho.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2008.

Embora a produção de soja esteja disseminada em praticamente todos os municípios do Sudoeste (com exceção de Bom Jesus do Sul, Enéas Marques e Salgado Filho), na safra 2005/2006, a maior produção verificada é encontrada nos municípios de Renascença, Pranchita, Nova Prata do Iguçu, Capanema, Realeza e Marmeleiro. O milho de safra normal é produzido em todos os municípios, mas as maiores produções são verificadas em Renascença, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Verê e Flor da Serra do Sul. O milho safrinha é uma prática recente no Sudoeste, atingindo cerca de 40% da área do milho de safra normal, entretanto a produção chega (na safra 2005/2006) a equivaler 36% do total das duas safras juntas (normal e safrinha). No Sudoeste, o milho safrinha é muito produtivo, principalmente, por ser produzido com sementes precoces, insumos químicos e sobre a palhada da lavoura anterior, do contrário as geadas regulares não permitiram uma boa produtividade.

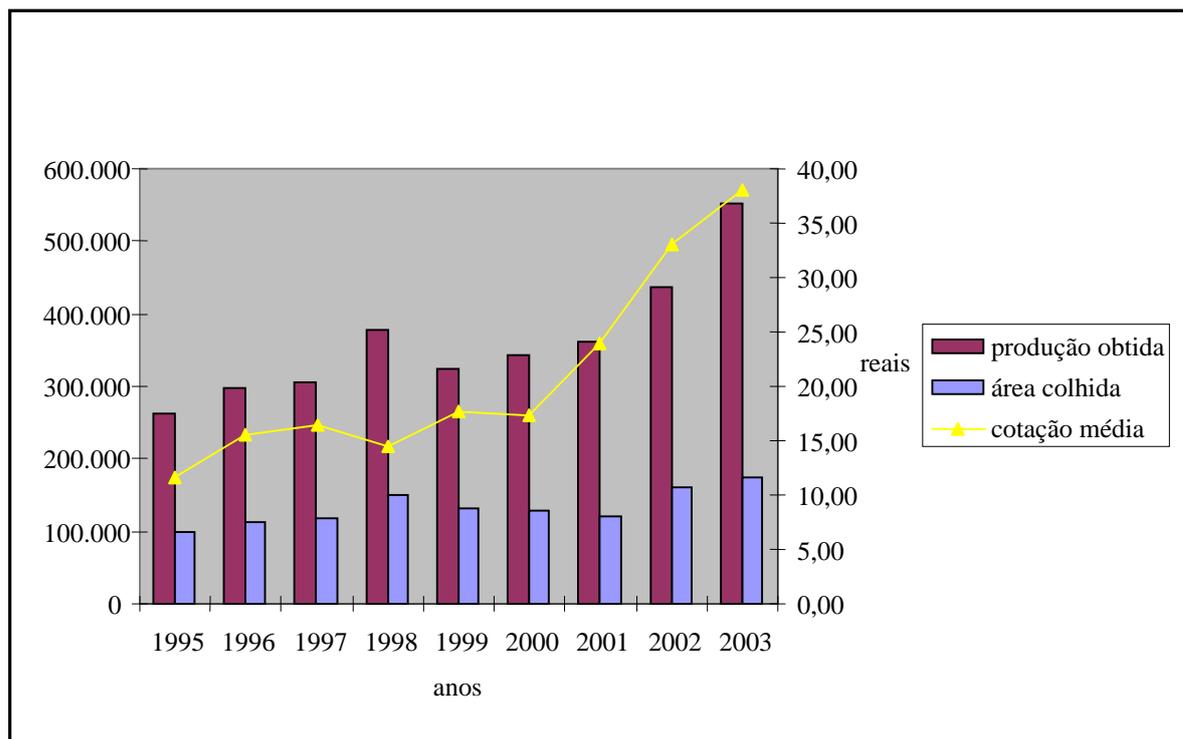


Gráfico 14: Área colhida (em hectares) e produção obtida de soja (em toneladas) - safra 1995/96 a safra 2002/03 e cotação média do preço da saca de soja (60 kg) em reais (R\$).
Fonte: SEAB/DERAL.

Com base nos dados disponíveis sobre a cotação do preço da soja, toma-se como referência a safra de 1994/95 e a cotação média do valor da saca de soja de 1995. O que se verifica, a partir de então, é um aumento tanto da produção como da área colhida. Porém, em 1998 ocorre uma diminuição na cotação da soja, a que reflete na diminuição da área colhida nas duas safras seguintes. O inverso ocorre entre 2001 e 2003, quando há um aumento da área colhida e da produção, principalmente em 2003/2004, em virtude dos altos preços que a soja atinge no mercado.

O incremento na produtividade da soja, entretanto, ocorre a partir da introdução de melhoramentos na produção, decorrentes de pesquisas e da implantação de tecnologias específicas, pois o aumento da área colhida é pouco expressivo, chegando a diminuir entre meados das décadas de 1980 e 1990. A área máxima colhida de soja foi na safra de 1979/1980, quando chegou a 185.120 hectares, uma área 6% maior que a colhida na safra 2005/2006. Assim, pode-se afirmar que, já no final da década de 1970, estava estabelecida a área de produção de soja no Sudoeste do Paraná, seus aumentos e recuos derivam a partir das condições de mercado. Em geral, as áreas mais apropriadas ao cultivo já estavam pré-definidas. O aumento da produção é garantido, sobretudo, pelo aumento da produtividade.

Tabela 37 - Produtividade agrícola no Sudoeste do Paraná – em toneladas/ha³⁰.

Ano safra	Feijão	Arroz	Soja	Milho
1977-78	0,97	1,80	1,74	2,49
1978-79	1,00	1,84	1,84	2,70
1979-80	1,14	2,25	2,77	1,14
1980-81	0,83	2,29	1,59	2,65
1981-82	1,14	1,20	1,29	2,29
1982-83	0,33	1,75	1,70	1,87
1983-84	0,77	1,55	1,99	2,76
1984-85	0,84	1,38	1,94	2,76
1985-86	0,41	1,40	1,73	1,25
1986-87	0,50	1,80	2,00	2,99
1987-88	0,65	1,50	2,04	2,88
1988-89	0,36	1,87	1,98	2,22
1989-90	0,40	1,86	1,83	2,33
1990-91	0,44	0,27	1,22	1,64
1991-92	1,00	1,78	2,07	2,86
1992-93	1,00	1,53	2,33	2,84
1993-94	1,02	1,40	2,26	2,98
1994-95	1,09	1,80	2,64	3,39
1995-96	0,69	1,91	2,66	2,73
1996-97	0,78	1,68	2,57	3,20
1997-98	0,92	2,05	2,53	3,44
1998-99	0,57	1,98	2,45	3,47
1999-00	0,71	1,98	2,66	3,79
2000-01	1,13	2,08	3,04	4,59
2001-02	1,02	2,00	2,71	4,46
2002-03	1,08	-	3,17	5,72
2003-04	1,29	-	5,61	1,51
2004-05	1,43	-	1,49	4,55
2005-06	1,41	-	1,72	2,45
Média	0,85	1,72	2,14	2,79

Fonte: Secretaria de Agricultura/Deral. Elab. Roselí A. Santos.

Já o milho é um produto de elevada utilização nos estabelecimentos agropecuários do Sudoeste do Paraná – como ração animal no período de inverno e como um produto comercial regulado por um sistema de *commodities*- e tem apresentado um aumento significativo em sua produtividade assim como a soja. Neste caso, o aumento também decorre

³⁰ Embora tenha se optado por utilizar os dados do IBGE para descrever o processo de modernização até 1995/96, em decorrência da falta desde ou pela dificuldade de acesso aos mesmos, em alguns casos são utilizados dados da Secretaria de Agricultura do Paraná de modo a garantir a compreensão do processo.

da utilização de tecnologias modernas e da prática do plantio direto que, juntamente com o uso de insumos químicos, aumenta a produtividade e diminui o desgaste do solo. O que se destaca, neste contexto, é que tem diminuído a produção de gêneros de subsistência no Sudoeste do Paraná assim como seus níveis de produtividade. O arroz e o feijão têm-se mantido praticamente nos mesmos patamares do final da década de 1970; há uma subordinação do produtor familiar a uma forma de produção definida por uma lógica exógena, que tem garantido o aumento da produtividade da soja e milho, mas não, necessariamente, a melhoria na qualidade de vida, especialmente dos pequenos produtores familiares.

Tabela 38 - Frequência de práticas agrônômicas utilizadas pelos sojicultores no Paraná, na safra 2002/03.

Prática agrícola utilizada	Frequência %
Semente de origem comercial	87,40
Adubação	95,65
Inoculação	61,72
Tratamento com fungicida	86,12
Micronutrientes	38,28
Avaliação prévia da qualidade	27,92
Classificação por peneira	94,20

Fonte: Carraro e Peske (2005).

O aumento da produtividade é decorrente dos investimentos realizados pelo Estado, pelos agricultores mais capitalizados e por empresas, em pesquisas para fomentar produtos que atendam uma demanda de mercado, enquanto os produtos de subsistência, especialmente o feijão e arroz, presentes diariamente na mesa do brasileiro, são relegados a um segundo plano. Em geral, as pesquisas destinadas a esses produtos não são prioridades, especialmente de grupos econômicos representados pelas empresas multinacionais.

No Paraná, a maioria dos produtores de soja utiliza adubação química. Os dados, a seguir, também demonstram o elevado índice técnico destes produtores.

No Sudoeste, destaca-se a safra 2003/2004, na qual ocorre uma diminuição em 26% na área colhida e um aumento da produção em 29% em relação à safra anterior, reforçando a idéia de aumento na produtividade. Entretanto, na safra seguinte, 2004/2005, ocorre o inverso, com um aumento em 69% na área e uma diminuição de 54% na produção. Esse aumento da área ocorre em decorrência dos preços praticados no mercado e a diminuição da estiagem, demonstrando uma fragilidade quando se refere à produção agrícola. Os agricultores que utilizam a semente de soja transgênica têm mais dificuldades, pela sua pouca resistência a estiagem.

A quantidade de milho produzida, mesmo tendo diminuído em alguns anos agrícolas, entretanto, apresenta crescimento mais acentuado. Verifica-se (tabela 36) que nos

anos agrícolas em que houve grande expansão de um ocorre a retração do outro, pois se referem aos cultivos agrícolas que, no Sudoeste do Paraná, ocorrem em épocas concomitantes. Cabe ressaltar que a análise refere-se ao milho de safra normal, sem considerar o plantio do milho safrinha, o qual passa a ser mais significativo na região após a década de 1990.

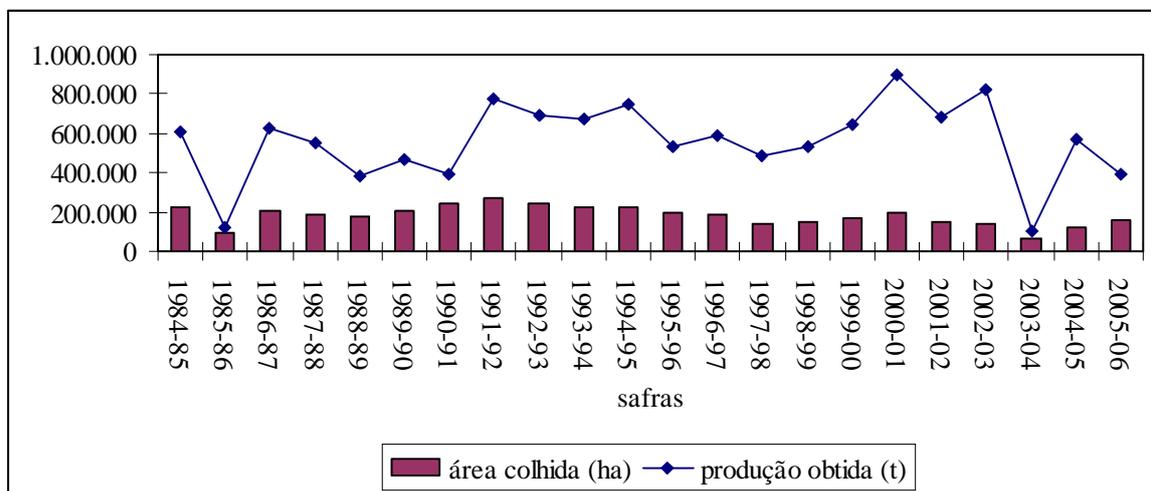


Gráfico 15: Produção obtida (em toneladas) e área colhida (em hectares) da produção de milho no Sudoeste do Paraná - safra 1984/85 a 2005/2006.

Fonte: SEAB/DERAL.

Historicamente, até o início do ano 2000, a área destinada à produção de milho tem sido maior que a destinada ao cultivo da soja. Um dos fatores que permite compreender a maior expansão do milho em relação à soja consiste no fato de estar presente desde o início da ocupação no Sudoeste do Paraná, principalmente em decorrência da criação de suínos. Nos últimos anos, tem crescido na região o rebanho leiteiro, que também emprega o milho na elaboração de silagem, além do grande número de agricultores integrados à Sadia, que utilizam o milho para criação de aves.

O que se nota na ocupação do solo no Sudoeste do Paraná, em especial o destinado às atividades agropecuárias, é o seu uso dominado pelas lavouras temporárias e, dentre essas, o milho e a soja. Assim, o aumento da produção também precisa ser considerado a partir das técnicas utilizadas para sua produção, pois referem-se a produtos que exigem, especialmente a soja, uma tecnologia específica para garantir sua produção em grande escala.

Como se tem destacado, o uso da tecnologia não é considerado como algo com vida própria, mas entendido no contexto de uma sociedade que realiza, a partir da década de 1960, a *modernização* da produção agrícola não atinge a todos os segmentos da sociedade e dos produtos. O que se questiona são os desdobramentos territoriais provocados por essa nova forma de produção numa área de pequenas unidades agrícolas produtivas, que conservam em

si algumas especificidades como uma população rural significativa e instrumentos e práticas agrícolas consideradas rudimentares para o século XXI.

5.1.2. Importância e contradições no uso de tecnologias na produção agrícola

O avanço tecnológico é a expressão material da modernidade, principalmente em um mercado competitivo e controlado pelas demandas internacionais. A tecnologia é fundamental para garantir ao produtor rural a condição de se estabelecer no mercado e, mais do que isso, obter rentabilidade na realização de seu trabalho. Todavia, a forma como as tecnologias modernas (tratores, colheitadeiras, insumos químicos etc.) são introduzidas no país inibe o acesso da maioria a elas, bem como aos “benefícios” resultantes de sua utilização.

O uso de técnicas e instrumentos modernos abranda o desgaste físico, aumenta a produtividade e diminuiu o uso de mão-de-obra e, simultaneamente, provoca o agravamento dos problemas ambientais, do êxodo rural, o encarecimento dos custos de produção etc.

A aplicação de avanços tecnológicos no conhecimento e sistematização da produção é uma necessidade, independente de sua escala de produção; porém, o uso das tecnologias não é neutro e, na atualidade, favorece a articulação com as atividades agroindustriais para produção de determinados produtos que trazem baixo retorno financeiro ao pequeno produtor e torna-o alheio ao controle do processo.

Não há intenção de refutar o uso da tecnologia, pois ela é fundamental; ao contrário, a discussão é justamente no sentido de mostrar as dificuldades de acesso aos avanços tecnológicos por grande parte dos produtores do Sudoeste do Paraná e ressaltar a importância de investimento na pesquisa, na geração e na adaptação de técnicas modernas utilizadas pelos produtores agrícolas familiares, de forma a melhorar a qualidade de vida e promover a utilização equilibrada dos recursos naturais.

As tecnologias modernas utilizadas são poupadoras de mão-de-obra e no contexto da *modernização* brasileira, cujas políticas promovem a exclusão, os custos elevados do processo produtivo e os atrativos gerados pelo urbano fomentam o êxodo rural e a precariedade do campo em serviços básicos como escolas, atendimento médico etc.

Apesar do êxodo, uma parcela da população permanece no espaço rural, mais especificamente, nas unidades produtivas familiares. Embora nos estabelecimentos maiores, geralmente, a população diminui, são estes estabelecimentos que, historicamente, têm condições de acesso às tecnologias modernas e poupadoras de mão-de-obra. Nesse sentido, são apresentados, na seqüência, os mapas números 3 e 4, que permitem a comparação do

aumento das colheitadeiras e a diminuição da população rural em 1980 e em 1995/96. Ressalta-se que não se trata de uma relação linear e cartesiana, entretanto permite algumas aproximações. O que se constata é que, em 1980, as colheitadeiras estão presentes em praticamente todos os municípios do Sudoeste do Paraná, enquanto a população rural é predominante, com exceção do município de Francisco Beltrão. Já os dados de 1995/96 referente às colheitadeiras reafirmam a difusão destas pelos municípios, todavia com uma diminuição expressiva, assim como ocorre com a população rural.

No Sudoeste, em 1980, existem 2.190 colheitadeiras; em 1985, 1.635 e, em 1995/96, 1161. Tal diminuição no número de colheitadeiras ocorre tanto no Sudoeste do Paraná como no restante do estado do Paraná; isso acontece em decorrência do seu aumento de custo. O desenvolvimento da tecnologia promove o seu aperfeiçoamento e o aumento da sua potência, entretanto também do custo de comercialização. Logo, as colheitadeiras antigas, à medida que deixam de ser utilizadas, não têm renovação da frota na mesma proporção, principalmente, em decorrência dos preços delas. Como se afirma, no capítulo 3, em 2004 são necessárias, em média, 7.692 sacas de soja para aquisição de uma colheitadeira.

O que ocorre com as colheitadeiras, no Sudoeste do Paraná, é muito significativo, pois, enquanto no período entre 1980 e 1995/96, estas diminuem em 47%, no total do Paraná tal diminuição representa 15%, o que evidencia mudanças mais profundas nesse território. Dessa forma, o total de colheitadeiras no Sudoeste que, em 1980, representa 8% do total do estado, em 1995/96, passa a representar apenas 5%. Os dados da estrutura fundiária ratificam a presença da pequena propriedade, mas a diminuição das colheitadeiras pode ser compreendida como um indicativo das dificuldades de adequação ao pacote tecnológico no sentido de aquisição desse instrumento, embora os agricultores não deixem de produzir por não possuir essa máquina: para isso utilizam a terceirização de suas colheitas como verificado em mais de 80% dos estabelecimentos pesquisados.

A utilização das colheitadeiras como comparativo com a diminuição da população acontece por ser esta empregada em uma importante etapa no processo de produção agrícola, que exige a realização do trabalho no tempo de maturação dos produtos agrícolas, o que ocorre praticamente em períodos simultâneos em diferentes unidades de produção. A colheita não mecanizada representa uma atividade, muitas vezes, penosa e que precisa ser realizada de forma ágil para que não ocorram prejuízos. O emprego das colheitadeiras libera mão-de-obra e pode refletir na diminuição populacional do campo ou na sua liberação para realização de outras atividades. Entretanto, não é o uso da colheitadeira em si que promove diretamente a



Foto 08 - Depósito de sucatas de colheitadeiras na Comunidade da Barra Grande – Itapejara d’Oeste – PR.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2007.



Foto 09 - Vista parcial do depósito de sucatas de colheitadeiras na Comunidade da Barra Grande – Itapejara d’Oeste – PR.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2007.

diminuição da população, mas um conjunto de fatores dos qual esse instrumento agrícola faz parte.

Nesse processo, centrado na introdução de inovações técnicas e tecnológicas, também ocorrem sucateamentos e as velhas máquinas agrícolas, que não são mais utilizadas, ficam depositadas em espaços denominados “ferro velho”. A seguir, as fotos número 8 e 9 ilustram, em uma comunidade rural do município de Itapejara d’Oeste, o que ocorre com as máquinas antigas que têm sua vida útil finalizada. Segundo informação de um mecânico de máquinas agrícolas, o custo da sua manutenção é muito alto e, portanto, não compensa ao produtor mantê-las; além disso, as mais antigas são menos aperfeiçoadas e provocam um desperdício de grãos, acarretando prejuízos ao produtor.

Essa informação retrata a dificuldade de produzir de acordo com o pacote tecnológico, pois o custo de uma máquina fundamental no processo produtivo agrícola exclui muitos agricultores, em especial os familiares, que ficam dependentes da prestação do serviço por terceiros para realização da colheita. O que tem acontecido é que esse serviço é prestado por agricultores mais capitalizados que conseguem adquirir e manter essas máquinas e, após a colheita em sua propriedade, alguns prestam serviços aos vizinhos. Conforme observado em trabalho de campo, dos 93 entrevistados, apenas 11 possuem colheitadeiras e, 2 usam uma de forma coletiva: a máquina que pertence à associação de moradores da Comunidade do Km 20, em Francisco Beltrão. No entanto, 71% destes utilizam a máquina para colheita, esta sendo realizada através de aluguel de máquinas em 57% dos estabelecimentos estudados.

Nos dados mais recentes (1997/1998 a 2005/2006), disponibilizados pela EMATER, verifica-se uma ampliação no número de colheitadeiras no Sudoeste do Paraná, o que pode ser revelado pelo aumento na produção e na cotação da saca de soja, como já destacado, a partir de 2000. Entretanto, o total de colheitadeiras é menor que aquele apresentado pelo IBGE no Censo Agropecuário de 1995/96. Conforme se tem afirmado, trata-se de metodologias diferentes, mas os dados confirmam: apesar do aumento no período, há uma diminuição desse maquinário, assim como se constata uma distribuição desigual deste, apresentando concentração em alguns municípios, como Renascença, Santo Antônio do Sudoeste, Realeza, Capanema, Pranchita e Planalto, quase todos municípios da fronteira com a Argentina.

No Mapa 05, construído com base nos dados da EMATER, a título de ilustração, pode-se observar que é pequeno o número de colheitadeiras na maior parte dos municípios do Sudoeste do Paraná; a maior quantidade está naqueles municípios com áreas mais mecanizadas e com maior concentração de terras. Este fato indica que a colheita, especialmente da soja, depende para a maior parte dos agricultores de trabalho realizado por

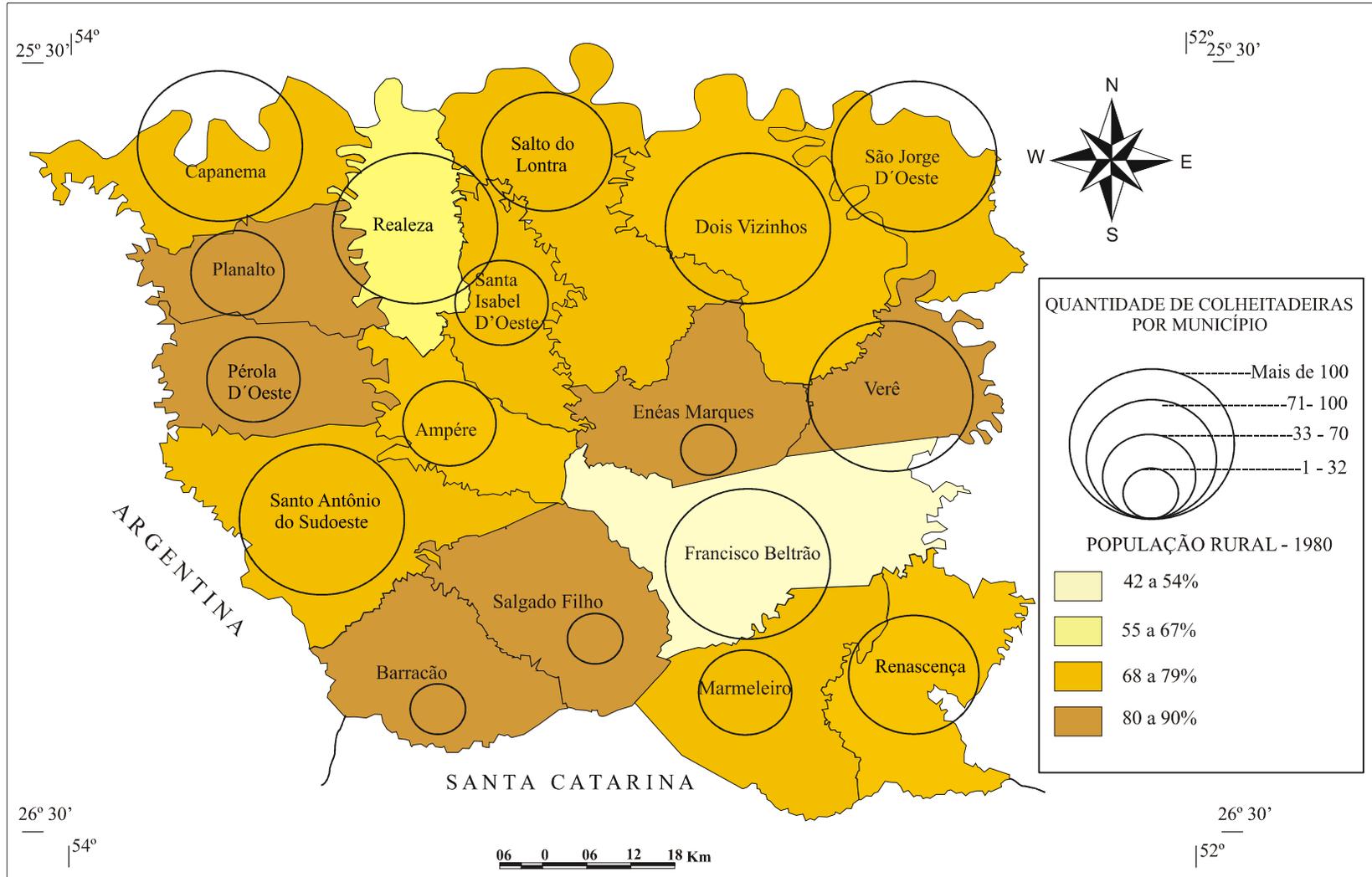
terceiros, o que significa uma diminuição de renda, uma vez que a forma de pagamento do serviço prestado com a colheitadeira é geralmente pago em mercadoria, ou seja, entre 10 e 12% do total do produto colhido é entregue ao dono da colheitadeira.

Tabela 39 - Número de colheitadeiras nos municípios do Sudoeste do Paraná.

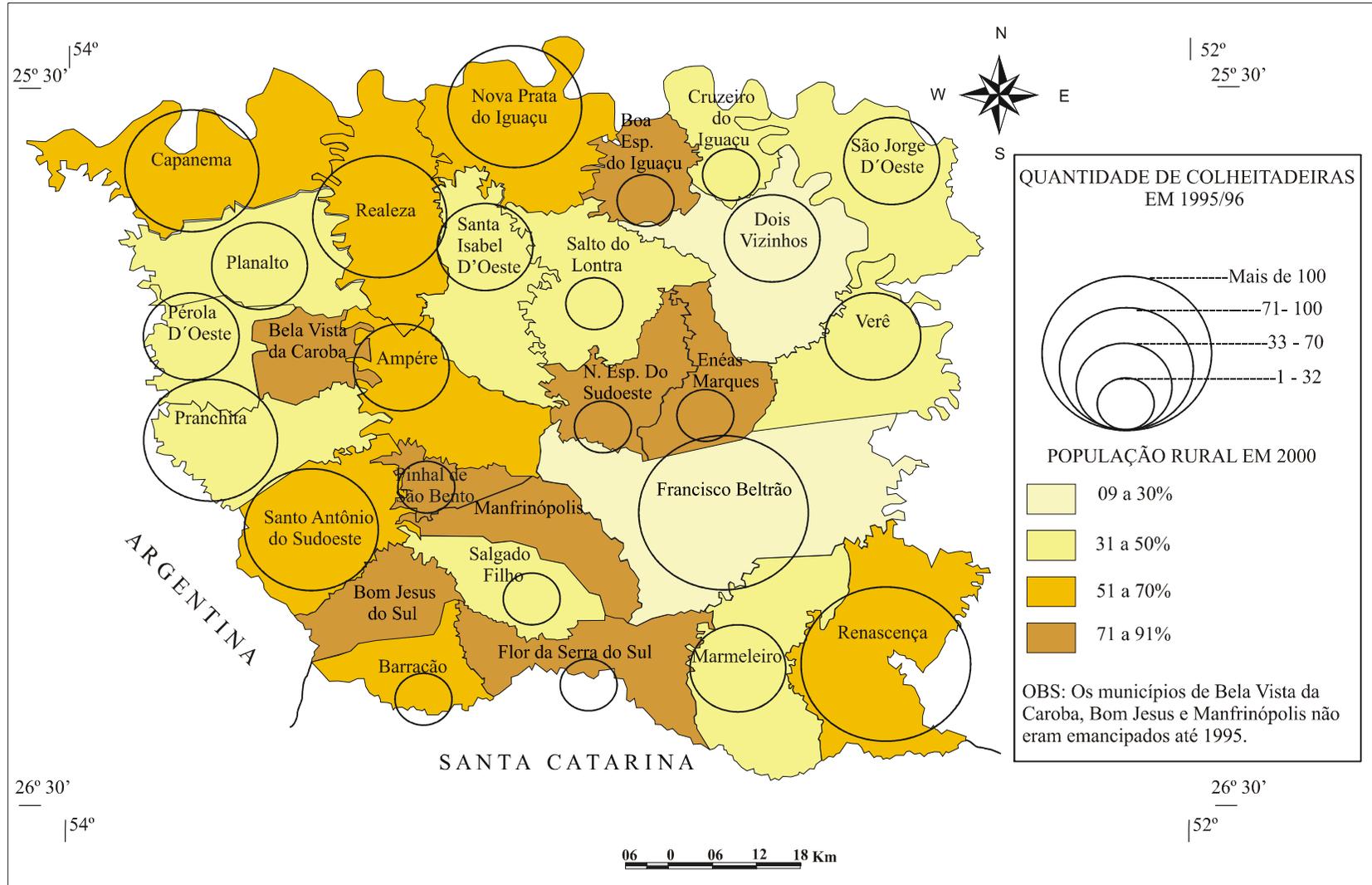
	1997/1998	1999/2000	2001/2002	2003/2004	2005/2006
Ampére	30	35	38	45	43
Barracão	7	7	6	6	6
Bela Vista da Caroba	13	14	15	16	18
Boa Esp. do Iguaçu	nd	8	11	12	12
Bom Jesus do Sul	1	3	1	nd	1
Capanema	18	18	18	45	63
Cruzeiro do Iguaçu	11	12	12	12	12
Dois Vizinhos	28	28	28	28	35
Enéas Marques	1	2	2	2	4
Flor da Serra do Sul	8	9	18	nd	30
Francisco Beltrão	12	12	12	17	21
Manfrinópolis	15	nd	nd	2	2
Marmeleiro	nd	15	25	30	40
Nova Esp. do Sudoeste	nd	2	3	nd	5
Nova Prata do Iguaçu	27	27	nd	32	30
Pérola d'Oeste	nd	22	nd	8	15
Pinhal de São Bento	1	nd	5	5	5
Planalto	50	50	50	50	50
Pranchita	56	50	58	58	58
Realeza	65	52	54	nd	81
Renascença	102	104	118	126	122
Salgado Filho	nd	1	2	3	2
Salto do Lontra	11	12	12	15	15
Santa Izabel do Oeste	28	30	nd	50	52
Santo Ant. Sudoeste	18	18	42	121	121
São Jorge d'Oeste	13	13	13	17	19
Verê	23	25	30	37	40
Total Sudoeste	538	569	573	737	902

nd: dado não disponível.

Fonte: Perfil da Realidade Agrícola Municipal – EMATER, Elab. Roselí A. Santos.



Mapa 3 - População Rural e Número de Colheitadeiras no Sudoeste do Paraná em 1980.
 Fonte: IBGE - Censos Demográfico e Agropecuário de 1980.
 Base cartográfica: AMSOP, 1985.
 Organização: Danielli Batistella Saquet.



Mapa 4 - População Rural e Número de Colheitadeiras no Sudoeste do Paraná.
 Fonte: Censo Demográfico - IBGE 2000.
 Censo Agropecuário 1995/96.
 Organização: Danielli Batistella Saquet.

Esses dados demonstram que, apesar do aumento da tecnificação de atividades no campo, ocorre uma disparidade no seu crescimento, inclusive com uma concentração em alguns municípios que compõem o território do Sudoeste do Paraná. Ocorrem diferentes ritmos de variação na quantidade de máquinas. Nesse sentido, reafirma-se que as características físicas, principalmente a topografia, favorecem o aumento ou a diminuição das tecnologias de força mecânica, mas o fundamental é a dimensão econômica, ou seja, o poder aquisitivo de cada agricultor.

As máquinas agrícolas, efetivamente, são instrumentos importantes por aliviar o penoso trabalho, entretanto, seu custo é bastante elevado. Para se ter uma idéia, o valor de um trator de 55cv, fabricado no ano de 1978, que custa, em média R\$ 11.000,00 (o que equivale 579 sacas de milho³¹). O trator para realizar o trabalho necessita de implementos como grade aradora (R\$ 2.000,00), plantadeira seis linhas³² (R\$ 3.000,00). Nesse caso, são necessárias 842 sacas de milho para aquisição do maquinário e dos implementos usados³³.

Esses valores revelam uma dificuldade para o agricultor familiar, em especial, os que têm pequenas parcelas de terra e são geralmente descapitalizados. De acordo com os dados obtidos em trabalho de campo, 58% dos entrevistados obtinham uma renda na propriedade de, no máximo, três salários mensais; destes 9% ganham menos de um salário mínimo com a prática agrícola. Com esse rendimento, a aquisição individual de maquinários agrícolas é inviabilizada.

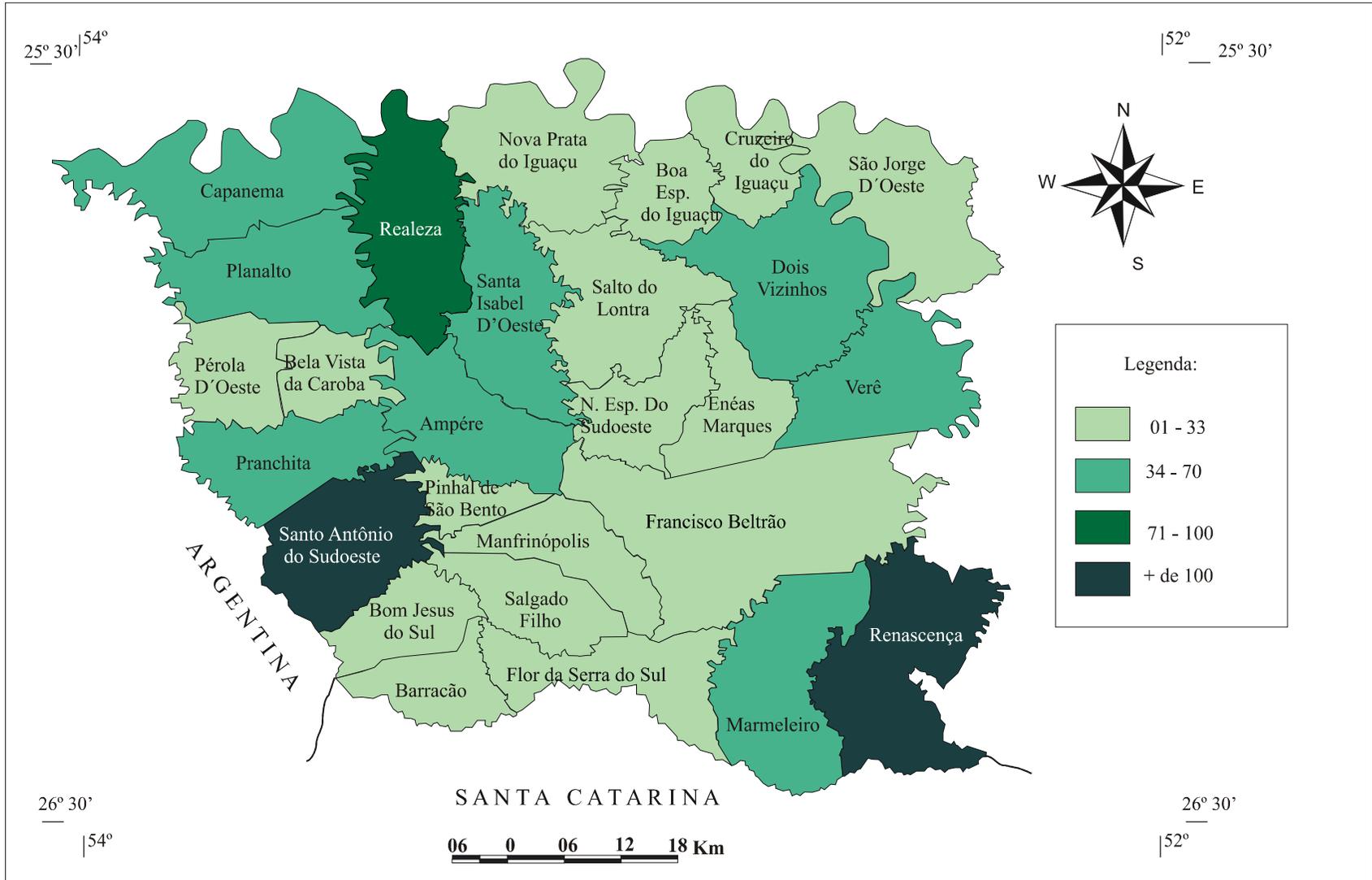
Em relação à colheitadeira, esse valor é ainda maior, pois, usando padrão similar de comparação, em média, ela custa R\$65.000,00. Nesse caso, são necessárias 3.421 sacas de milho ou 185 salários mínimos, sem contar o custo de manutenção básica de uma colheitadeira (troca de óleo, engraxamento, revisão de peças) que, segundo depoimento de um mecânico, fica em torno de R\$6.000,00 por ano.

Seguindo a idéia da mecanização agrícola como manifestação do pacote tecnológico da *modernização* da agricultura brasileira, observa-se o aumento no número de tratores, embora em ritmo bem menos intenso que aquele verificado na primeira fase no Sudoeste do Paraná. Pois enquanto, entre 1970 e 1980, são incorporadas 3.906 novas máquinas à frota existente, entre 1980 e 1995/96, esse total é de 1.875. Observando os dados dessas duas fases, constata-se que a maior intensidade nesse aumento ocorre entre 1975 e 1980.

³¹ A saca de milho foi cotada em R\$19,00.

³² Existem plantadeiras mecanizadas de diferentes tamanhos; porém, a de seis linhas é comumente utilizada nos pequenos estabelecimentos agrícolas.

³³ Foi utilizado o comparativo com o valor de maquinário usado por representar a compra realizada pela maioria dos agricultores menos capitalizados quando da aquisição de máquinas agrícolas.



Mapa 5 - Número de Colheitadeiras no Sudoeste do Paraná na Safra 2005/06.
Fonte: Relatório do Perfil da Realidade Agrícola Municipal - EMATER.
Organização: Danielli Batistella Saquet.

No Mapa 06, verifica-se o aumento no número de tratores no Sudoeste do Paraná, entre 1975 e 1995/96, que apresenta um acréscimo de 222% (4.115 unidades) no seu total, o qual, apesar de significativo, não atinge a todos os municípios nas mesmas proporções. O aumento entre 1985 e 1995/96 é de 23%, o que significa incorporação de 1.136 tratores. Municípios como Renascença, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão que, em 1975, são os que mais concentram tratores, permanecem na mesma situação em 1995/96. Essa permanência é observada nos municípios de Barracão, Salgado Filho e Enéas Marques como aqueles que têm menor número dessa máquina. Já em outros municípios verifica-se uma ampliação expressiva no número de tratores como Planalto, São Jorge, Santo Antônio, Capanema, Pranchita e Marmeleiro. O que se afirma, nesses casos, é que a *modernização* da agricultura territorializa-se de forma diferente e constitui-se em processos únicos, de acordo com cada lugar. A lógica da produção é a mesma, mas seus efeitos são diversos.

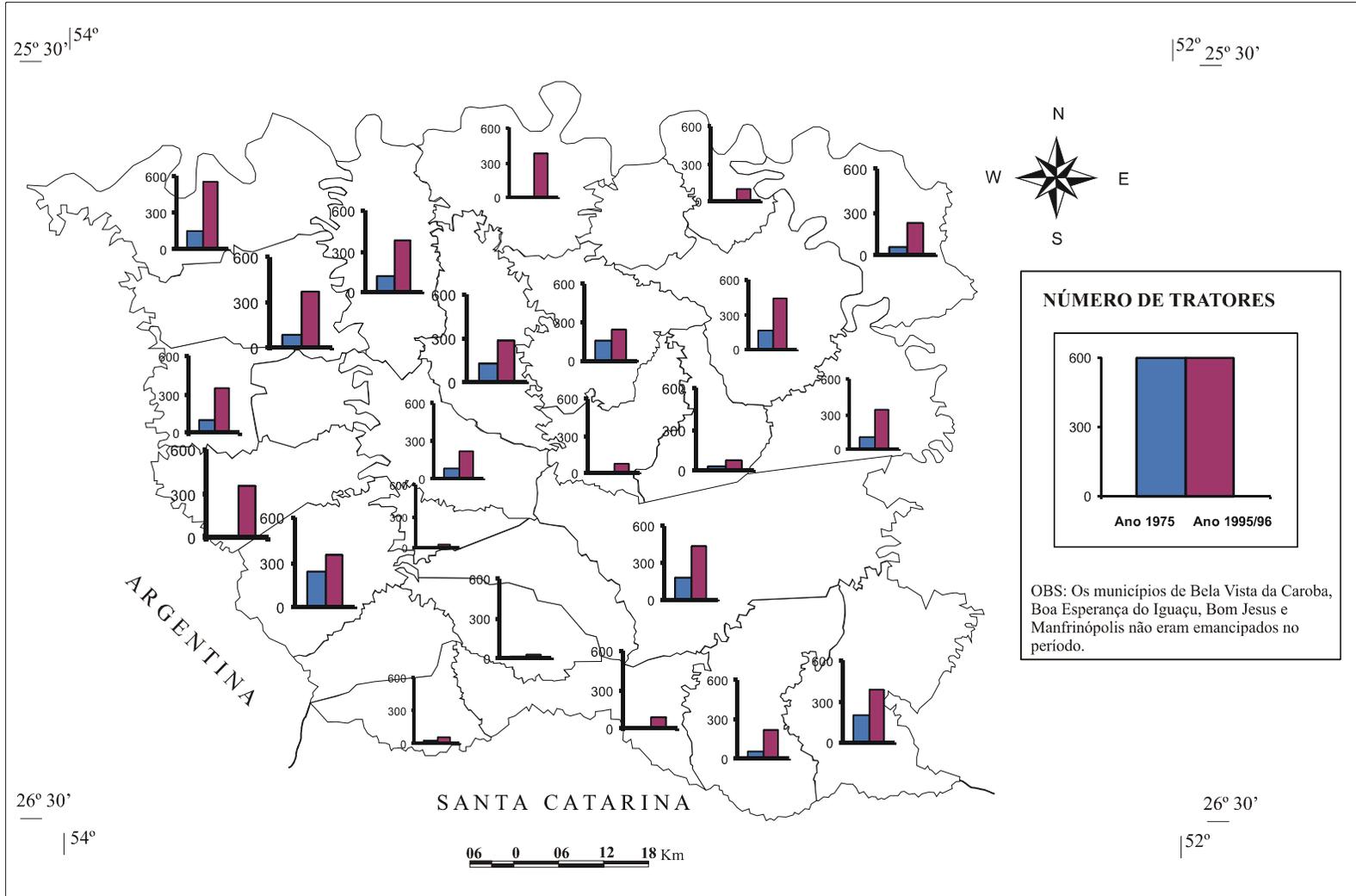
Máquinas modernas, como tratores e colheitadeiras, subsistem, conforme se verifica na fase anterior, juntamente com outras mais rudimentares como o arado de tração animal. Nesse sentido, constata-se que o número de arados (tração animal e mecânica), entre o final da primeira fase (1980) e o início da segunda (1985), apresenta um aumento no Sudoeste do Paraná, num ritmo superior ao restante do estado, inclusive com incremento superior nos arados movidos por força animal.

Entretanto, o que se processa, entre 1985 e 1995/96, é a diminuição no total desse instrumento agrícola, especialmente, o movido pela força animal, pois, com a introdução do plantio direto, há menor uso desse implemento agrícola, indicando alterações nas técnicas de produção. No caso do arado, técnica trazida de seus lugares de origem, pelos imigrantes europeus, contribui na erosão dos solos. Já o plantio direto, ao mesmo tempo em que provoca menor desgaste do solo, influencia na utilização de agrotóxicos, reforçando o uso do pacote tecnológico da *modernização* da agricultura e, com ele, todo um processo de exclusão. Outra característica decorrente da prática do plantio direto é o uso menor de mão-de-obra, o que resulta na diminuição nos postos de trabalho tanto familiar como de trabalhadores assalariados, em especial, os temporários.

Tabela 40 - Quantidade e percentual de arados de tração mecânica e de tração animal no Sudoeste do Paraná.

	Sudoeste do Paraná				Paraná			
	animal	%	mecânica	%	animal	%	mecânica	%
1985	52.732	92	4.645	8	306.617	76	97.570	24
1995/96	35.290	83	7.342	17	200.195	67	99.032	33

Fonte: IBGE – Censos agropecuários 1985 e 1995/96.



Mapa 6 - Número de Tratores no Sudoeste do Paraná nos Anos de 1975 e 1995/96.
Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1975 e 1995/96.
Organização: Danielli Batistella Saquet.

A diminuição do total de arados, no período entre 1985 e 1995/96, simultaneamente ao aumento da representatividade dos arados mecânicos em relação aos movido por força animal já era previsto, considerando o aumento na quantidade de tratores, o que ocorre tanto no Sudoeste como em todo o estado. A prática do plantio direto é altera a forma de produzir. Entre os produtores entrevistados, a maioria utiliza o plantio direto, entretanto, apenas 27% deles fazem uso exclusivo dessa prática para o cultivo agrícola. Geralmente os que utilizam somente a técnica do plantio direto são aqueles que têm maior quantidade de terras. Em geral, constata-se uma combinação de técnicas, que representam menos um retrocesso e mais uma adequação da forma de produzir às condições locais, tanto culturais como econômicas e ambientais.

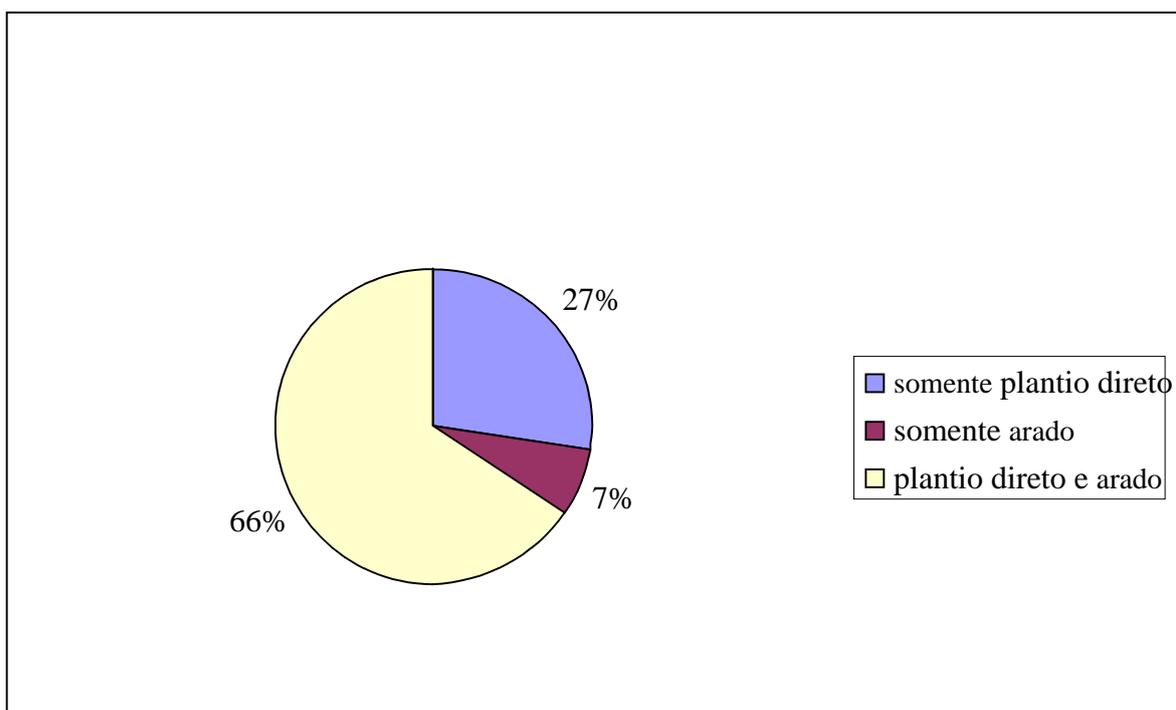


Gráfico 16: Forma de cultivo da terra utilizado pelos produtores entrevistados – 2006.
Fonte: trabalho de campo realizado em 2006.

O uso do pacote tecnológico no Brasil ao mesmo tempo que territorializa o processo de exclusão, também aumenta a demanda por fontes de energia, especialmente o petróleo, para garantir a sua reprodução. A produção agrícola exportável assume um papel central na busca por energia ou de recursos para sua aquisição, pois representa uma forma de captação de recursos monetários. É nesse contexto que se apóia a base produtiva da agricultura brasileira, em geral em um modelo de *modernização* destinado a grandes extensões de terras,

produção em larga escala e destinada ao mercado externo. São esses os valores da chamada sociedade moderna.

Consoante estudado no capítulo anterior, a utilização de insumos químicos torna-se imprescindível para o alcance dos objetivos apresentados. Assim, o projeto de *modernização* da agricultura a partir dessa base produtiva aumenta a exploração de *commodities*, cujas ações desencadeiam-se em diferentes níveis, mas acaba por refletir sobre a unidade de produção, conforme o esquema elaborado (anexo 1). A efetivação do pacote tecnológico, no Brasil, decorre de um contexto mundial de aumento da produção e do consumo, em especial de grãos, e também de políticas específicas, conforme apresentado no capítulo 3, as quais, apesar de suas abrangências e desdobramentos, não podem ser consideradas estruturantes, além de alimentar um processo excludente, cujos desdobramentos permanecem e podem ser ilustrados pela presença dos instrumentos agrícolas considerados ultrapassados, mas presentes, no cotidiano do trabalho agrícola, predominantemente nas pequenas unidades de produção familiar. Nelas encontram-se diariamente problemas para a produção e de inserção no mercado, os quais constituem-se em desafio e dilema na atualidade, qual seja, produzir com a utilização dos avanços científicos, inserir-se no mercado, sem, no entanto, perder a autonomia frente a esse processo.

Nesse contexto, a dimensão econômica apresenta-se fortemente, pois ela revela algumas necessidades dos agricultores. Dessa forma, para supri-las utilizam um pacote tecnológico construído de forma exógena e que tenta estabelecer-se independente da cultura, da política e das condições naturais existentes. A lógica da agricultura moderna é o aumento da produção e, especialmente, da produtividade, de forma a garantir a exploração dos recursos naturais, não tendo como preocupação central a renovação e perpetuação destes, mas a ampliação do capital.

É sob essa ótica que se torna indispensável o uso de agrotóxicos para garantir a exploração capitalista ampliada e, no Sudoeste do Paraná, o uso dos fertilizantes tem aumentado proporcionalmente ao crescimento das áreas destinadas aos cultivos, especialmente da soja e do milho. Na foto número 10, observa-se a destinação de grandes áreas para o cultivo de monoculturas, no caso o milho, independente da área individual das unidades de produção.

É indiscutível a importância da tecnologia na atualidade; todavia, ela deve estar em consonância com as identidades locais e em condições de potencializá-las. Neste caso, é fundamental repensar a matriz tecnológica, de forma a intensificar a produção e respeitar as

características políticas e culturais presentes em cada território, considerando-se, evidentemente, a recuperação e a preservação do ambiente natural.

No contexto da *modernização* da agricultura aqui exposto, o uso de insumos químicos na agricultura faz parte do cotidiano dos 93 agricultores entrevistados: entre eles, 88% utilizam adubo químico, 81% usam inseticidas, 69% fungicidas e 76% herbicidas. Para a produção da soja convencional, estes insumos são considerados imprescindíveis. Nesse aspecto, as cooperativas (CAMDUL, COASUL, COOPAVEL, COAGRO) exercem influência sobre o uso dos fertilizantes químicos, insumos e máquinas, pois são elas as responsáveis pela comercialização dos mesmos e, muitas vezes, efetivam a venda do insumo para receber na venda do produto agrícola. Na atualidade, esta é uma prática utilizada também por empresas especializadas no ramo, como Plantanense e Germmer localizadas em Francisco Beltrão.

Para ilustrar esse contexto, observa-se a resposta de C.D., agricultor com 33 hectares, produtor de soja, milho e leite (Linha Tartari, município de Dois Vizinhos):

A soja que produzo é vendida para a CAMDUL e o milho é 40% para o consumo, o restante vendo para a cooperativa e para os vizinhos. A produção de soja em safra normal sem estiagem dá mais retorno que o milho. Uso semente selecionada há 15 anos. A soja faço uma troca com a cooperativa já faz 2 anos. Hoje, o custo é muito alto com sementes selecionadas. Antes, era à base da capina, não tem mais braço, os velhos são velhos e os jovens não querem ficar.

A qualidade de vida é pior pelas dificuldades da lavoura, o uso de veneno. A saúde da gente não é a mesma. A preocupação deixa a pessoa debilitada. (05/06/2006)

Já para um agricultor da mesma localidade (A.D.), com 11,3 hectares, produtor de soja, milho e aves, integrado à Sadia e que tem sua produção mecanizada, destaca que com a mudança tecnológica começa a entrar em processo de endividamento, daí ocorre um desequilíbrio. Para ele a “moleza do mecanizado é que em pouco tempo faz a lavoura”. Afirma que tem vontade de voltar a produzir com tração animal, porém, destaca que para isso precisaria estruturar-se e desvincular-se do aviário, deixando este para a família. “[...] O uso do animal promove o controle, mas só da para usar no feijão e no milho. Nem soja e nem milho é viável. O feijão sim. É viável, tem semente caseira e sobra para gente” (05/06/2006).



Foto 10 - Vista da produção de milho com cultivos mecanizados no município de Verê.
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2007.

Em decorrência desse processo, ressalta-se, conforme os dados do gráfico 17, um aumento na quantidade de adubo químico utilizado nas unidades de produção agrícola, este aumento é justificado pelo desgaste do solo, pois em entrevistas com os produtores são comuns as queixas sobre a baixa fertilidade e a dificuldade de produzir sem adubação, apesar de considerarem elevados os custos para sua aquisição.

Segundo J T. (Comunidade do Km 20, em Francisco Beltrão), agricultor que tem 60 hectares, está difícil a produção agrícola: “Deixei de usar o milho crioulo há 25 anos. Hoje, é pior, mas a terra também é mais fraca. O colono tem se virado com o leite”.

Os dados referentes à utilização de adubos químicos nas lavouras do Sudoeste do Paraná apresentam muitas variações ao longo do período exposto, e demonstram o aumento por hectare: na safra 1996/97 é utilizado 0,2 tonelada por hectare e na safra 2005/2006 a quantidade aumenta para 0,4 tonelada. Em geral, o número de produtores tem apresentado pequenas alterações; a maior variação ocorre na expansão ou retração da área cultivada com auxílio de adubação química. Nesse caso, apenas nas safras 1999/2000, 2002/2003 e 2004/2005, verifica-se uma relação direta do aumento da área com o aumento da quantidade de adubo utilizado; nas demais, outros fatores interferiram, pois mesmo com a diminuição da

área e do número de produtores, verifica-se aumento da quantidade de adubo utilizado, o que reforça a tese da necessidade crescente de adubação decorrente das práticas utilizadas e da especialização que provoca maior desgaste do solo.

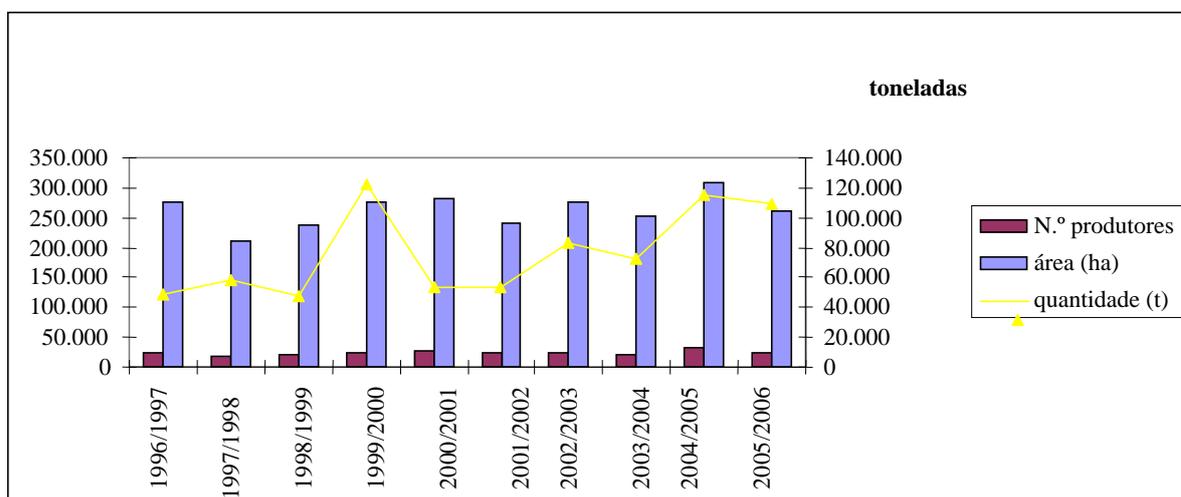


Gráfico17: Uso de adubo químico no Sudoeste do Paraná - safras 1996/97 a 2005/06.

Fonte: EMATER – Relatório do Perfil da Realidade Agrícola.

Esse aumento verificado no período citado, porém, não é homogêneo e a maioria dos municípios do Sudoeste do Paraná apresenta diminuição no uso dos adubos químicos. Para explicar tal fato, recorre-se a duas hipóteses as quais dificilmente podem ser mensuradas com exatidão: uma decorre do aumento do número das propriedades que utilizam produtos químicos contrabandeados, portanto sem controle ou, ainda, diminuição de fato no uso de adubos; e outra pode ser atribuída ao fato da utilizarem sementes transgênicas. Os dados do Boletim da FAEP (N.º 916, p. 6) indicam que a utilização de organismos geneticamente modificados (OGM³⁴), com o crescimento da biotecnologia provoca uma redução de 20% no uso de produtos fito-sanitários: “[...] Só no ano passado, o agricultor que planta soja deixou de gastar US\$ 231 milhões em agro químicos”.

No Sudoeste do Paraná, verifica-se o uso de técnicas consideradas ultrapassadas com muita frequência, mas também é possível constatar a utilização de tecnologias modernas como, por exemplo, a semente de soja geneticamente modificada. No trabalho de campo realizado, observa-se que 25% dos produtores utilizam-na. Do ponto de vista ambiental, o discurso corrente entre as empresas produtoras e os agricultores que as utilizam é de que ocorre menor contaminação pelo uso de agrotóxicos. Entretanto, independente dessa dimensão, o que mais se considera é a diminuição nos custos da produção, apesar da

³⁴ Este OGM refere-se às sementes transgênicas resistentes à herbicida (RH), representada pela soja *round up*. Trata-se de uma biotecnologia sob o domínio de uma empresa.

tecnologia ficar sob o domínio de uma grande empresa multinacional, mantendo o produtor subordinado a ela. Quanto às chamadas “vantagens ambientais”, não existe consenso e o discurso da sustentabilidade ambiental é utilizado para defender ou criticar o uso deste tipo de semente.

Nesse sentido concorda-se com as afirmações de Saquet et al. (2005, p. 21) sobre os riscos ecológicos na utilização de OGM:

- 1) A disseminação extensiva de culturas transgênicas ameaça a biodiversidade genética através da simplificação dos sistemas de cultivo e promove erosão genética.
- 2) O potencial de transferência de genes de culturas resistentes a pesticidas, para plantas silvestres ou plantas semidomésticas, pode induzir o surgimento de “superinvasoras”.
- 3) Plantas voluntárias resistentes a herbicidas podem tornar-se plantas daninhas em cultivos subsequentes.
- 4) Insetos – praga poderão desenvolver resistência contra plantas possuidoras da toxina BT (*Bacillus Thuringiensis*)
- 5) O uso massivo da toxina BT poderá desencadear processos ecológicos e organismos diversos, dentre estes, inimigos naturais de diversos insetos-praga.

Vale lembrar que, na atualidade, o debate sobre o uso ou não de sementes transgênicas, de certa maneira, aponta para um discurso no qual a soja convencional passa a ser considerada como uma maneira de produzir mais progressiva e menos agressiva ao produtor, principalmente no que se refere a sua sujeição à patente da empresa privada Monsanto. Todavia, a lógica da subordinação e o próprio problema das patentes também estão presentes na produção de soja convencional. O que se tem mais clareza é sobre os efeitos da soja convencional, a qual também não é uma alternativa.

Durante a realização do trabalho de campo, foi possível observar que a técnica utilizada por 93% dos produtores entrevistados é o plantio direto, muitas vezes, combinado com outra forma de cultivo, o que provoca menor agressão ao solo. No entanto, há necessidade de maior utilização de herbicidas, os chamados dessecantes, que, em geral, são utilizados para o plantio, com uma ou duas aplicações para controle de ervas daninhas e, depois, no momento da colheita. Em relação à força utilizada nessa forma de plantio e da disponibilidade dos agroquímicos, é verificado que, do total de entrevistados, 37% usam implementos próprios para o cultivo e 63% utiliza-no através de aluguel com pagamento de horas de trabalho.

No gráfico 18, demonstra-se a distribuição dos estabelecimentos de acordo com a força utilizada para realização do plantio direto. O trabalho de campo realizado ratifica essa

situação. Entre os entrevistados, observa-se que há o predomínio da força mecânica sobre a força animal. No caso do plantio com uso de força animal, a maioria é proprietária, ocorrendo o inverso em relação à força mecânica.

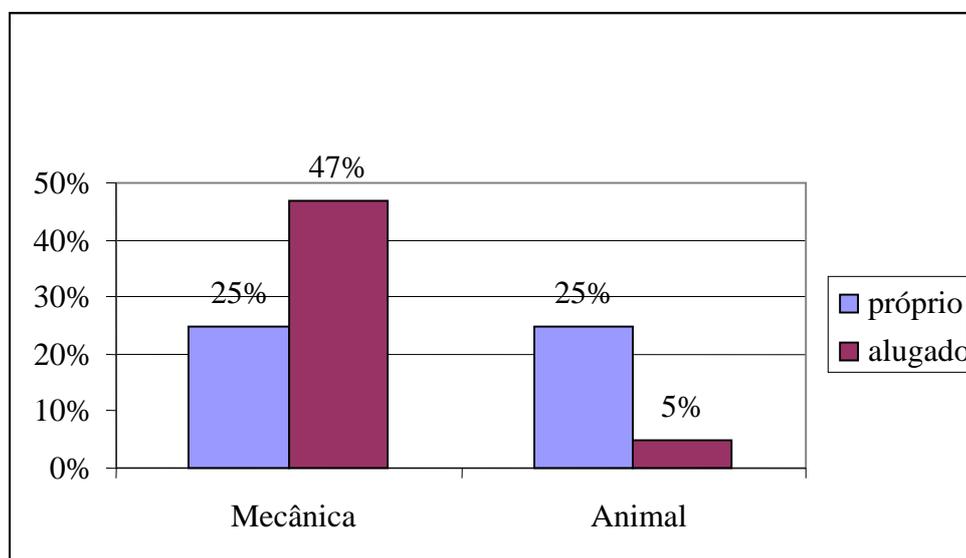


Gráfico 18: Disponibilidade de implementos para o plantio direto de acordo com a força utilizada na safra 2005/2006.

Fonte: EMATER – Relatório do perfil da Realidade Agrícola.

Na situação constatada anteriormente, no momento do plantio, o produtor fica na dependência de terceiros, embora essa dependência, na maioria das vezes, não inviabiliza a produção. Já quando trata do uso da força animal, apesar desta ser baixa em relação à anterior, ela permite mais autonomia do produtor em relação ao tempo de trabalho, além da diminuição do custo da produção. É nesse sentido que se observam os dados das safras de 1996/1997 a 2005/2006, os quais demonstram aumento no número de plantadeiras tanto de tração animal como de tração mecânica no Sudoeste do Paraná. A explicação para tal fato encontra-se mais uma vez na especificidade dos municípios estudados, ou seja, na pequena propriedade estabelecida em área de relevo acidentado. São áreas com afloramentos rochosos e de difícil acesso para a realização do plantio direto. Nelas, há cultivos de subsistência, pastagens ou, ainda, milho, utilizando um instrumento antigo e tradicional denominado *matraca*³⁵. São essas características que expressam a territorialidade típica ao território em estudo. Incluindo-se a situação de *precariedade*, especialmente econômica, vivida por muitos agricultores familiares no uso de tecnologias consideradas arcaicas, porém, mais econômicas e de mais fácil acesso.

³⁵ Plantadeira manual.

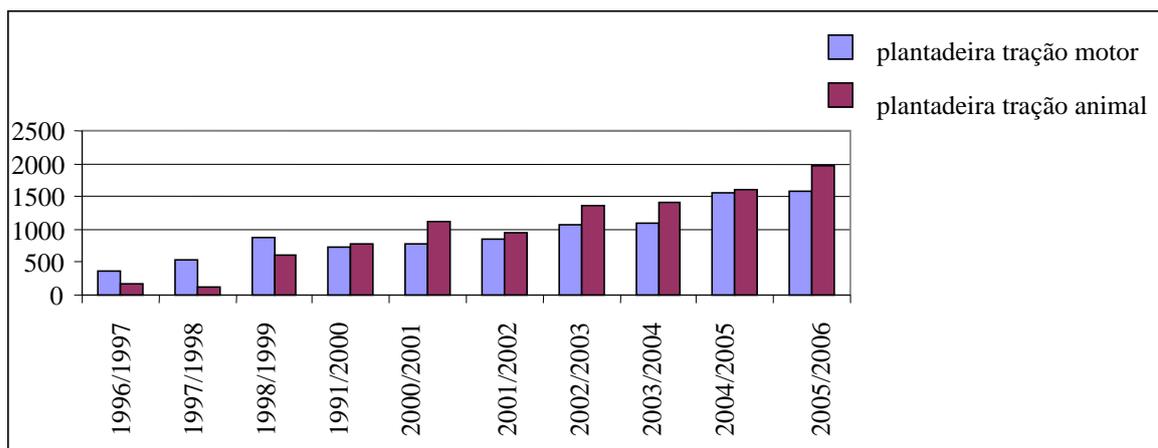


Gráfico 19: Número de plantadeiras de tração motor e de tração animal no Sudoeste do Paraná - safras 1996/97 a 2005/06.

Fonte: EMATER – Relatório do perfil da Realidade Agrícola.

Reforçando o constatado no trabalho de campo, a utilização das plantadeiras de tração animal justifica-se pelo fato de a maioria dos agricultores, no Sudoeste do Paraná, não possuir tratores e o pagamento de horas para realização deste serviço encarece a produção. Assim, nas áreas mais acidentadas e de difícil acesso ou mesmo naquelas utilizadas para o plantio do autoconsumo, o recurso técnico utilizado para produção é a força animal, presente na maior parte dos pequenos estabelecimentos. Porém, quando se trata do plantio comercial, é utilizada a força mecânica, mesmo que o trabalho tenha que ser terceirizado. Os municípios com maior concentração de plantadeiras mecânicas são Renascença, Realeza, Santo Antônio do Sudoeste, Dois Vizinhos e Flor da Serra do Sul. Destes, os dois primeiros estão também entre os maiores produtores de soja e todos os demais estão entre os municípios de maior produção de milho na safra 2005/2006.

O que ocorre, nessa situação, é uma *modernização* tecnológica que se institui paralelamente à utilização de técnicas e instrumentos tradicionais, considerados ultrapassados em outros territórios. Trata-se dos diferentes ritmos existentes no Sudoeste do Paraná.

O aumento na produção de milho e as lavouras de fumo também são elementos para compreender o incremento positivo no número de plantadeiras de tração animal, pois trata-se de cultivos que permitem o uso desses instrumentos agrícolas. Outro destaque é o pequeno número de tratores nas unidades de produção agrícola ou mesmo nas áreas pequenas e com relevo acidentado que não comportam o uso do trator.

Tais dados demonstram que, ao se considerar a *modernização* a partir do parâmetro da utilização de novas tecnologias, o Sudoeste do Paraná apresenta índices significativos e crescentes. Neste caso, o trator, conforme destaca Santos (2001), pode ser considerado como

um instrumento deste processo, pois possibilita o manejo diferenciado das propriedades rurais, além de viabilizar uso de outros implementos estreitamente relacionados.

As plantadeiras, tanto de tração mecânica quanto animal, têm um crescimento expressivo no período analisado, com destaque para as de tração animal que tiveram um crescimento acima de 1.000% entre 1996/1997 e 2005/2006. Isso demonstra que a *modernização* no Sudoeste do Paraná, muitas vezes, apresenta particularidades que vão na contramão da mecanização. Tal característica decorre da existência do grande número de pequenos produtores agrícolas mercantis que não conseguem adquirir trator ou outros implementos agrícolas de força motriz, principalmente pelo seu elevado preço, como tem sido evidenciado. Esses agricultores estão distribuídos pelo Sudoeste, mas a título de ilustração, os municípios que possuem, na safra 2005/2006, maior concentração de plantadeiras de tração animal são Marmeleiro, Barracão, Flor da Serra do Sul, Pérola d'Oeste e Salgado Filho.

Com exceção da diminuição no número de produtores de soja com uso de força animal, o que se acura é o aumento do plantio direto, tanto em termos de área como de produtores, independente do tipo de tração utilizada. Dos três cultivos representados (tabela 41) o feijão é o que apresenta menor crescimento, em termos de produtores e de área, independente da tração utilizada. Efetivamente, a produção de subsistência não assume papel central, pois têm um incremento muito menor, entre 1996/1997 e 2005/2006, que a soja e o milho quando se refere ao plantio direto com tração mecânica. Assim, também se constata que o cultivo da soja, no Sudoeste do Paraná, é incompatível com o uso de tração animal.

A maior produção de feijão de safra normal em 2005/2006 é verificada em Capanema, no entanto, em virtude das condições climáticas (estiagem) e do uso de adubação, tem aumentado a produção do feijão de 2ª safra ou feijão das águas, que é plantada após a colheita da primeira, ou após a colheita de outros cultivos como, por exemplo, milho e fumo. Na safra 2005/2006 a área e a produção de feijão foram maiores que a safra normal, tendo, inclusive, aumento na produtividade de 1,28 para 1,96 toneladas por hectare.

Sucintamente, pode-se afirmar que o Sudoeste do Paraná pode ser considerado um território modernizado a partir de um modelo de concentração e exclusão. A “*modernização do campo*” em termos produtivos não vem acompanhada de desenvolvimento efetivo, compreendido em suas dimensões econômica, cultural e política. Especialmente nas áreas de pequenas propriedades, organizadas com trabalho de base familiar, como no Sudoeste do Paraná.

Tabela 41 - Plantio direto com tração mecânica e tração animal no Sudoeste do Paraná.

Número de produtores						
	Tração mecânica			Tração animal		
	feijão	milho	soja	feijão	milho	soja
1996/1997	597	970	1.148	55	157	444
1997/1998	2.132	3.439	3.648	140	993	117
1998/1999	2.747	5.465	4.513	343	2.488	230
1999/2000	2.240	7.140	5.791	335	3.000	261
2000/2001	3.251	8.542	5.435	244	3.612	248
2001/2002	2.351	9.647	6.731	816	3.161	502
2002/2003	2.373	9.000	7.733	809	2.358	215
2003/2004	1.631	10.271	8.458	171	2.360	282
2004/2005	1.887	10.114	13.306	780	3.672	305
2005/2006	1.968	12.159	9.910	977	3.199	270
Área plantada						
	Tração mecânica			Tração animal		
	Feijão	Milho	Soja	feijão	Milho	soja
1996/1997	6.631	11.827	19.206	215	588	81
1997/1998	15.476	39.119	68.821	569	5.309	514
1998/1999	16.775	47.738	81.080	952	11.775	930
1999/2000	12.181	63.048	80.760	900	13.920	1.200
2000/2001	10.731	78.963	86.670	492	18.067	1.855
2001/2002	11.333	87.300	108.170	1.217	15.140	3.150
2002/2003	11.360	73.410	114.639	1.143	13.310	1.859
2003/2004	8.403	72.970	139.581	466	10.975	4.747
2004/2005	6.821	80.065	137.215	1.023	20.505	3.303
2005/2006	11.105	94.722	123.500	1.535	11.721	2.490

Fonte: EMATER - Perfil da realidade agrícola, EMATER. Elaboração: Roselí A. dos Santos.

Conforme observado em trabalho de campo, 8% dos entrevistados têm um pequeno rendimento provindo da produção agropecuária, não atingindo um salário mínimo mensal. Essa situação é encontrada nos estabelecimentos de até 20 hectares, e a maior parte dos produtores afirma receber uma renda de, no máximo, três salários, conforme já mencionado.

Também foi verificado que a renda obtida através de pensão ou aposentadoria é significativa nos estabelecimentos entrevistados; cerca de 40% destes contam com essa fonte de renda, o que aumenta a renda familiar.

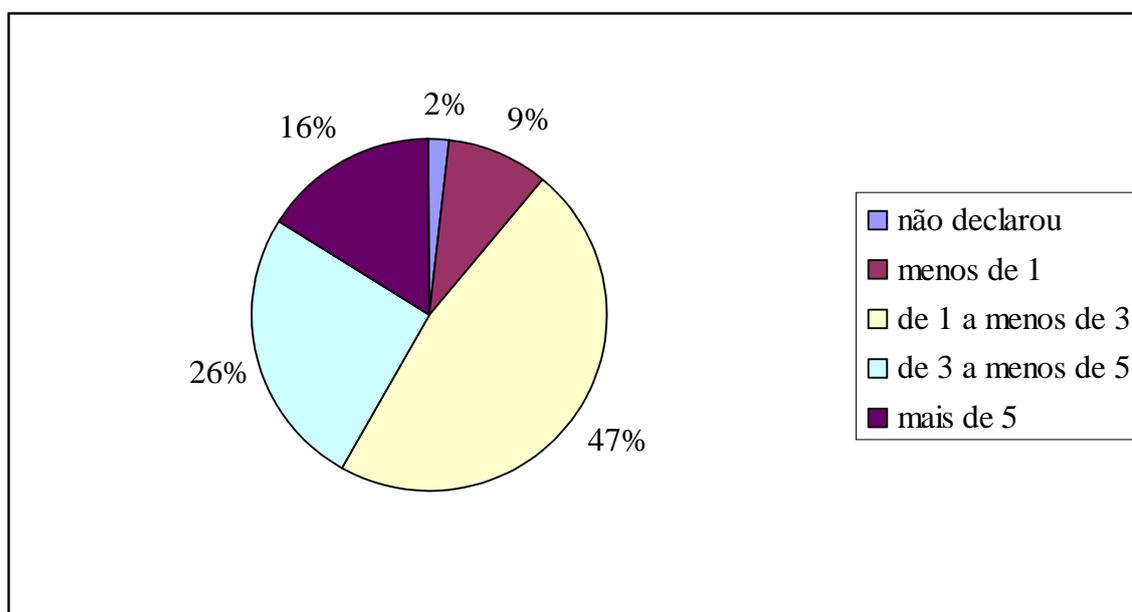


Gráfico 20: Renda mensal obtida na produção agropecuária nos estabelecimentos estudados - em salários mínimos - em 2006.

Fonte: trabalho de campo.

Segundo estudo de Delgado e Cardoso Jr. (1999), a renda das famílias, no Sul do Brasil, que recebem alguma forma de benefício do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) tem sido maior do que aquelas que não recebem e tem possibilitado a manutenção do homem no campo bem como tem-se demonstrado uma maneira de revitalização da economia familiar rural e, ainda, configura-se uma forma de seguro agrícola para as famílias.

A melhoria das condições de vida da população rural passa também pelo acesso a tecnologias e pelo domínio do conhecimento necessário para poder controlá-las. O uso da tecnologia precisa garantir aos agricultores viabilidade econômica e social.

Dos 93 produtores entrevistados, 40% produzem exclusivamente para o mercado. Desse percentual, 12 agricultores possuem entre 10 e 20 hectares de terra, o que significa que 32% daqueles que produzem visando ao mercado são pequenos produtores mercantis que têm um rendimento agrícola pouco expressivo.

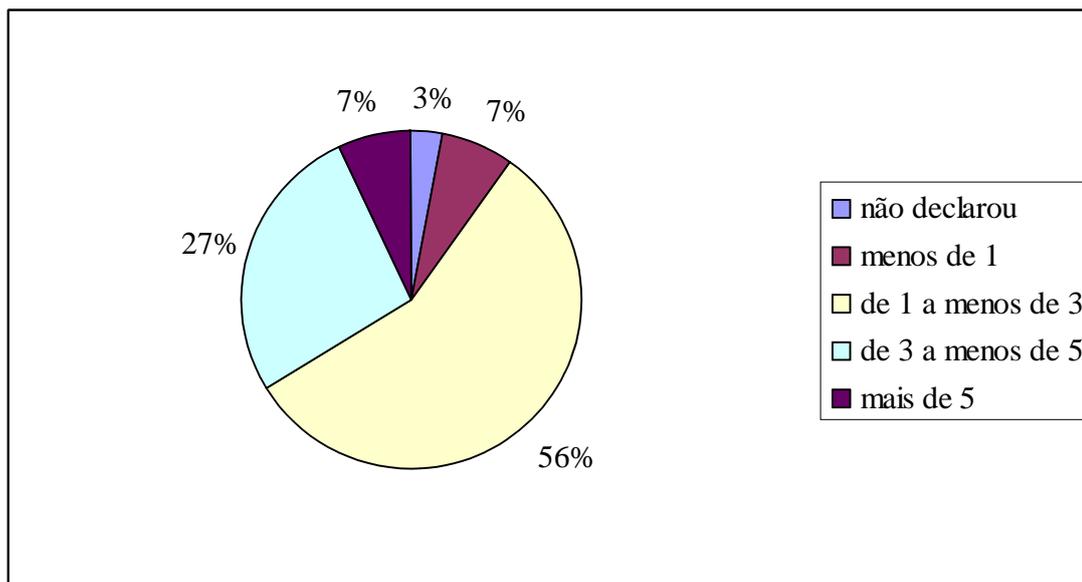


Gráfico 21: Renda mensal obtida nos estabelecimentos entre 10 e 20 hectares, entre os entrevistados – em salários mínimos.

Fonte: trabalho de campo.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 1995/96, no estrato de área de 10 até 20 hectares, encontra-se a maior concentração dos estabelecimentos agrícolas do Sudoeste do Paraná. Entre os agricultores entrevistados nesse estrato de área, a renda provinda da produção não é alta, assim como não está vinculada ao uso de tecnologias mais ou menos modernas. Apesar das condições técnicas existentes, em geral, são produtores com baixo dinamismo econômico. Nessas circunstâncias, o crédito rural tem-se tornado um elemento fundamental para garantir a produção e fomentar o uso do pacote tecnológico a ele atrelado, embora de forma não oficial.

5.1.3 O crédito rural

Historicamente, as políticas agrícolas privilegiam uma *modernização* da agricultura que se mostra excludente e concentradora, tanto em termos geográficos como em relação aos produtos cultivados e às tecnologias utilizadas. Para os agricultores familiares as políticas implantadas para viabilizar a *modernização* da agricultura provocam mudanças significativas, consoante é demonstrado, conjugadas a permanências em suas unidades produtivas. Ao mesmo tempo, torna-se inegável que o crédito subsidiado consiste em força central para o crescimento da agricultura brasileira, em especial àquela derivada de produtos para exportação bem como a capitalização de uma pequena parcela de produtores, geralmente, os grandes proprietários de terra.

O crédito rural abundante na década de 1970, sustentado pelo Estado, tem, a partir da década de 1980 - com o redirecionamento das aplicações do Estado e o fim dos subsídios - o seu montante de recursos diminuído e a seleção dos agricultores é ainda mais aguda. A partir de 1985, a política de crédito é orientada a partir de uma lógica de mercado e a agricultura segue a tendência de ser organizada pelos agentes do capital, com diminuição da ação estatal e, em paralelo, uma abertura de mercado atrelada ao processo de globalização.

O resultado dessa reestruturação econômica, conforme observado, resulta em mudanças territoriais como a inversão entre população urbana e rural, desemprego decorrente da mecanização e mudanças implantadas na década de 1970, concentração da terra e especialização na produção agrícola, ampliação acelerada do desmatamento, uso de insumos químicos e problemas ambientais como o desgaste dos solos. As pequenas unidades produtivas querem modernizadas ou com uso técnicas e tecnologias tradicionais, reproduzem-se num ambiente de competição global.

O crédito rural consiste, entre 1960 e 1985, numa política setorial do Estado brasileiro, entretanto, à medida que diminuem os recursos estatais, diminui sua presença, a qual vai ser retomada a partir da década de 1990.

Até a década de 1990, as políticas creditícias permanecem excluindo, quer pelas ações, quer pelas exigências de enquadramento, muitos agricultores familiares de acesso a ela. Em meados da década de 1990, é criado um sistema de crédito destinado aos agricultores familiares, com maior facilidade de acesso. Essa forma de crédito, denominado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), é fruto de reivindicações de segmentos organizados de trabalhadores rurais, como uma tentativa de inclusão dos milhares de produtores proprietários, meeiros, parceiros familiares ao crédito.

Segundo Mattei (2007):

Na década de noventa, entretanto, dois fatores foram decisivos para mudar o curso da história. Por um lado, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que começaram a ter voz já na Constituição de 1988 e ganharam destaques nas famosas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de 90, ocuparam definitivamente a agenda pública para o meio rural. Por outro, os estudos realizados conjuntamente pela FAO E INCRA, definem com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabelecem um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas para esse segmento específico. Sabe-se que esse estudo serviu de base para as primeiras formulações do PRONAF (acessado em 01/09/2007).

Teoricamente, a intenção desse programa é fomentar a dinâmica da agricultura, em especial a familiar, e seu objetivo é: “O fortalecimento e a valorização do agricultor familiar,

visando integrá-lo à cadeia de agronegócio e proporcionar-lhe aumento de renda e agregação de valor ao produto e à propriedade, com sua profissionalização e com *modernização* do seu sistema produtivo”. (MDA/SAF. <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=1309>, acessado em 15/09/2007) (sem grifo no original).

O crédito é fundamental para os agricultores familiares, porém, uma série de exigências são cobradas para acessá-lo, pois num momento como o atual, de contenção dos gastos estatais, a garantia de pagamento é condição elementar.

Os bancos analisam o histórico, o passado do agricultor para definir se concedem ou não o financiamento. Os agricultores que sempre pagaram em dia as suas contas no banco e no comércio, são bons pagadores, não tem dívidas em atraso, tem crédito. Ter crédito é o começo. Mas não basta ter crédito, a atividade que vai ser financiada também é analisada [...].

Também é recomendável que o agricultor tenha um bom histórico no comércio referente à compra de insumos, máquinas e equipamentos, e venda da produção.

Além disso, ter um bom histórico de tomador de financiamentos e pagamentos em dia é favorável. (MDA/SAF. <http://www.mda.gov.br/saf/index..>, acessado em 15/09/2007. Sem grifo no original).

Apesar das condições mais favoráveis de acesso ao crédito rural nos últimos anos, trata-se de uma prática que segue a lógica do capital financeiro³⁶, por isso as garantias ofertadas pelos tomadores de empréstimo são fundamentais. Dessa forma, os agricultores que possuem uma pequena extensão de terra têm dificuldades de provar a viabilidade da produção e, nesse caso, acabam por ser excluídos.

Algumas vezes, mesmo quando o agricultor tem crédito e a atividade financiada tem boa capacidade de pagamento, os bancos decidem não conceder o financiamento. Entre os outros fatores que, algumas vezes, os bancos estudam e que podem provocar a não concessão do financiamento, pode estar o risco de morte do tomador do financiamento, o excesso de dívidas e até a existência de doenças (MDA/SAF. <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=1309>, acessado em 15/09/2007).

Propõe-se o PRONAF visando à inserção de pequenos agricultores, pouco ou nada capitalizados, no mercado globalizado e modernizado. Entretanto, os resultados demonstram que o objetivo da inserção no mercado tem sido atingido, mas não significa mudança no padrão de vida. O PRONAF, mais que uma política agrícola, tem significado uma política social que contribui para a realização da produção e a manutenção da população no campo, mas não age de forma estrutural para que as condições de vida nesse território sejam alteradas

³⁶ Os juros do PRONAF variam de acordo com a classificação de cada agricultor, a menor taxa é 1,15% a.a. destinado à estruturação de lotes de assentamentos e a maior é de 8,75% a.a. destinado, ao custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

significativamente. A idéia dos movimentos sociais, quando clamaram por uma política de crédito para fomentar a agricultura, de certa forma, inviabiliza-se a ponto de se ouvir o questionamento de um dos líderes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL): “da forma que está organizado, o PRONAF, hoje, seria melhor ele não existir”³⁷

Tabela 42 - Total de contratos de custeio e investimento agrícola, no Sudoeste do Paraná – Unidades/contratos.

	1993		1997		2000		2004	
	custeio	Investi- mento	custeio	Investi- mento	custeio	Investi- mento	custeio	Investi- mento
Ampére	412	136	312	38	889	51	982	75
Barracão	277	18	182	16	526	2	875	42
Bela Vista da Caroba	-	-	81	-	72	2	643	75
Boa Esperança do Iguaçu	60	38	180	3	408	2	509	61
Bom Jesus do Sul	-	-	14	-	479	1	517	7
Capanema	406	128	1.209	61	2.384	460	2089	161
Cruzeiro do Iguaçu	28	12	87	2	32	3	246	26
Dois Vizinhos	567	289	966	29	2.348	229	2459	172
Enéas Marques	105	30	140	5	887	-	813	84
Flor da Serra do Sul	24	1	144	2	114	4	804	81
Francisco Beltrão	328	120	341	86	1.929	148	2605	272
Manfrinópolis	-	-	45	-	378	2	597	64
Marmeleiro	365	258	432	83	1.301	94	1463	211
Nova Esperança do Sudoeste	59	12	141	1	992	-	850	138
Nova Prata do Iguaçu	323	181	386	14	456	3	1057	67
Pérola d'Oeste	237	41	781	2	1.283	11	1259	98
Pinhal de São Bento	25	14	78	2	237	2	440	29
Planalto	312	42	860	13	1.741	13	2559	221
Pranchita	186	89	398	13	550	16	924	41
Realeza	345	170	355	54	1.017	38	1257	88
Renascença	274	157	305	31	441	23	650	58
Salgado Filho	132	15	252	6	469	-	916	159
Salto do Lontra	442	155	467	20	991	50	250	-
Santa Izabel do Oeste	543	192	405	26	1.310	29	2074	99
Santo Antônio do Sudoeste	352	129	458	45	1.129	65	1528	167
São Jorge d' Oeste	264	173	352	3	469	17	1258	93
Verê	235	182	441	36	1.452	32	1247	120
Total sudoeste	6.301	2.582	9.812	591	24.284	1.297	30.871	2.709

Fonte: www.ipeadata.gov.br, elaboração Santos, R. A.

³⁷ Declaração feita em 22/11/2007 no Seminário do Fórum de Entidades da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná realizado em Verê.

A *modernização* tecnológica da agricultura brasileira, especialmente em seu início, é fortemente apoiada no Estado. Todavia, o trabalho de campo realizado permite observar que este modelo não está completamente superado. Ao contrário, nota-se a ação do Estado apoiando e financiando, embora não de forma subsidiada, o processo de *modernização*. Em geral os pequenos produtores agrícolas mercantis utilizam o crédito do PRONAF para custear suas lavouras, principalmente de milho e, nos últimos anos, em decorrência da estiagem, tem sido comum recorrer-se ao seguro das lavouras por meio do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO). Assim o PRONAF se constitui em importante instrumento para o financiamento da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná.

No Sudoeste do Paraná ainda se utiliza de maneira intensiva o crédito para custear a produção agrícola. A elevada utilização para tal finalidade, também percebida em trabalho de campo, decorre dos elevados custos do plantio e cultivo e da baixa capitalização do agricultor familiar. Assim, o crédito tem sido mecanismo utilizado para efetivar a produção, mesmo que isso represente baixo retorno, principalmente em períodos de frustração de safras.

Ao comparar o total de contratos entre 1993 e 1997, verifica-se um aumento naqueles destinados ao custeio em 56% e uma diminuição no total dos contratos destinados a investimento em 77%. Efetivamente, são anos em que os contratos para investimentos são menores que os de 1993 na maior parte dos municípios; no mesmo período, apenas o município de Flor da Serra do Sul aumenta o número de contratos destinado a investimento: de 1 para 2. Já em relação ao custeio, apenas os municípios de Ampére, Barracão e Santa Izabel do Oeste têm, no período de 1993 a 1997, um decréscimo no número de contratos para custeio. Esses dados ratificam que, no período analisado, o crédito volta-se para o custeio: nos municípios do Sudoeste do Paraná são mais 3.511 contratos somente entre 1993 e 1997. O que se verifica é de fato mudança no direcionamento do crédito brasileiro, com uma menor injeção de recursos do Estado nas questões de estrutura, mas garantindo uma ação do mercado.

Entre 1997 e 2000, já em vigor o PRONAF, observa-se aumento no total dos contratos destinados a investimentos, entretanto, esse total é 50% menor do que o verificado em 1993. O oposto ocorre com o número de contratos destinados ao custeio que, em 2000, é 285% maior do que os verificados em 1993 (Mapa 07).

De forma mais específica, constata-se que, entre 1997 e 2000, praticamente em todos os municípios, ocorre aumento no total de contratos para custeio, com exceção de Bela Vista da Caroba, Flor da Serra do Sul e Cruzeiro do Iguaçu (Mapa 08). Já em relação aos

contratos para investimentos, existem dinâmicas diferenciadas nos municípios. O que se observa é que 22% têm diminuição no número de contratos. Neste caso há duas hipóteses: a) uma, pelo pequeno dinamismo agrícola, como em Bela Vista da Caroba; b) outra, por ter atingido determinado nível de tecnificação e demandado menor quantidade de investimento, como Realeza, Renascença e Verê. Apesar do grande número de pequenos estabelecimentos e dos problemas de infra-estrutura que se apresentam de forma similar nos municípios do Sudoeste, ocorre a diminuição no número de contratos.

De modo geral, em 2004 permanece a tendência verificada em 2000 (Mapa 08), qual seja, de prevalecerem os contratos para custeio. Entretanto, naquele ano ocorre um aumento no total de contratos para custeio de 27%, enquanto os destinados a investimentos aumentam 109% em relação aos realizados em 2000. Tal aumento significativo tem relação direta com a compra de vacas leiteiras e a estruturação das unidades produtivas, especialmente para produção leiteira. Esse aumento generalizado no número de contratos pode ser compreendido como um traço marcante da ação do capital mediada pelo Estado, pois o crédito é fundamental para garantir a produção agropecuária no Sudoeste, conforme se tem afirmado.

O aumento expressivo no número de contratos revela como o crédito tem-se tornado indispensável e crescente na produção agropecuária do Sudoeste do Paraná. Os contratos destinados à comercialização praticamente desaparecem, efetivando a intenção do Estado em diminuir a sua intervenção no mercado agrícola, deixando os produtores inserirem-se e se organizarem-se de acordo com as condições do mercado. É nesse processo que as cooperativas agrícolas de produção e comercialização, já citadas, ganham centralidade. A ação do Estado, por intermédio do crédito, nos últimos anos, tem-se dado praticamente através do PRONAF e Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural (PROGER-Rural), os quais se destinam praticamente aos agricultores familiares.

Através dos mapas observa-se que os contratos de crédito rural estão dispersos em praticamente todos os municípios. O que demonstra que o acesso a ele, no período do PRONAF, especialmente em área de pequenas unidades produtivas, tem sido facilitado, conforme objetiva o Governo Federal, todavia, questiona-se a utilização deste como forma de subordinação do agricultor ao mercado.

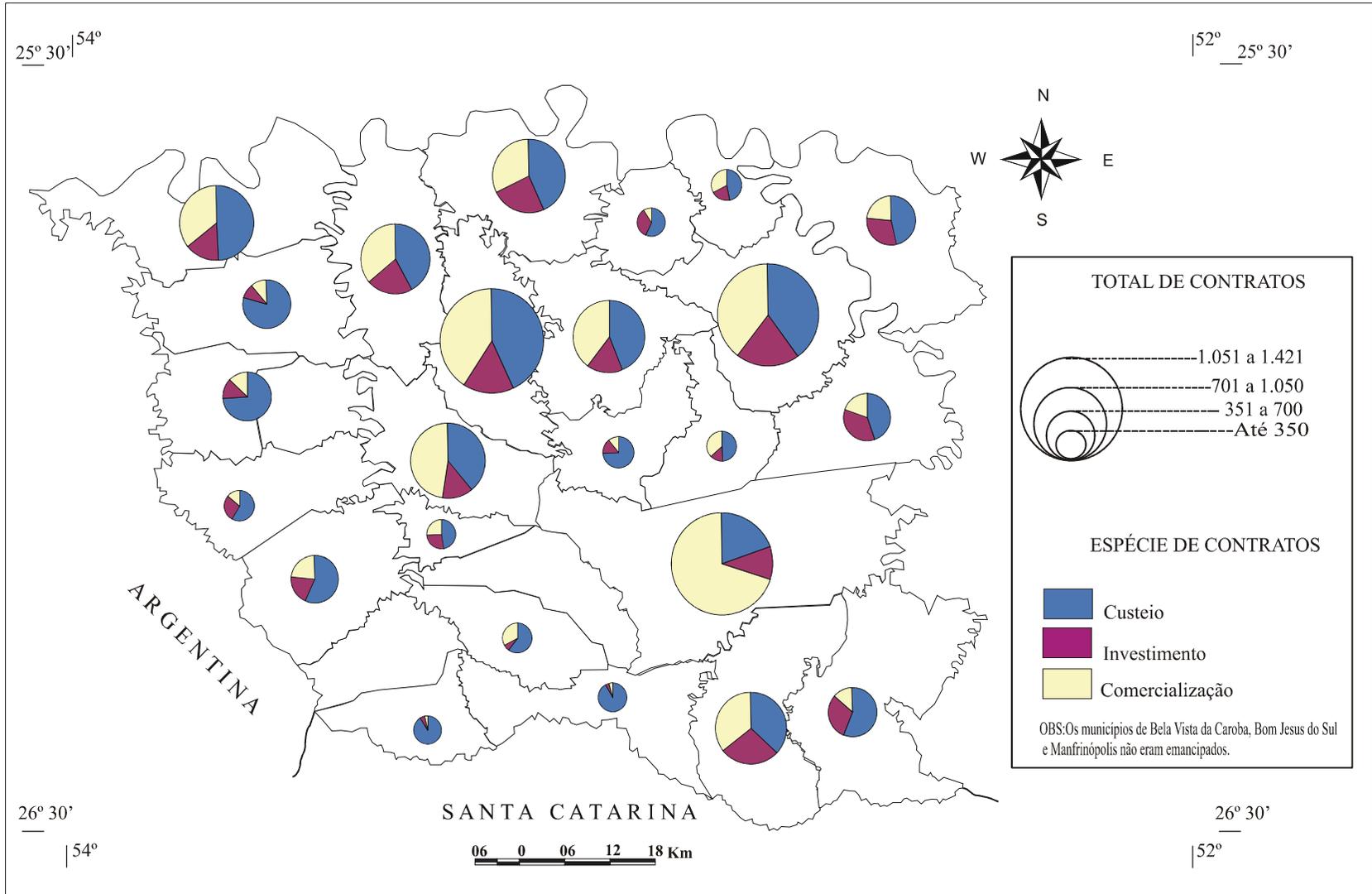
Os dados do trabalho de campo demonstraram que 87% dos agricultores entrevistados utilizam o crédito rural e, deste percentual, 85% utilizam recursos do PRONAF para custear sua produção. Mesmo alguns produtores que não se enquadram nos requisitos exigidos por essa forma de financiamento o utilizam, pois neste caso, o estabelecimento está dividido em vários registros, inclusive em nome de filhos e cônjuges.

É evidente que a realidade atual é distinta daquela das décadas de 1960 e 1970, com a existência de um Estado interventor investindo fortemente na pesquisa e extensão, voltada para as questões do capitalismo agrário. No entanto, mesmo com a redução das atividades estatais verificadas na atualidade, este papel não está totalmente superado, pois a existência da EMBRAPA e IAPAR são exemplos disso.

Ao mesmo tempo, entre os agricultores entrevistados, é possível observar o alto nível de endividamento, pois 76% possuem outro financiamento agrícola referente a investimentos. Considerando o pequeno retorno financeiro obtido pelos agricultores nos últimos anos e o nível de endividamento é possível compreender a dificuldade de pagamento por parte deles.

O pagamento do crédito nas condições atuais de renda dos agricultores familiares indica a necessidade de repensar seu uso, bem como o planejamento de medidas futuras para impedir a sua expropriação, uma vez que, ao se discutir a agricultura familiar, considera-se esta fundamental para geração de empregos, além de possibilitar a preservação ambiental, podendo, inclusive, ser um dos instrumentos de conservação e vinculação do crédito rural. Para tanto, é fundamental a existência de políticas específicas, voltadas e dirigidas às demandas da agricultura familiar e não dos empresários do *agribusiness*, que constituem a minoria, no Sudoeste do Paraná, embora sejam considerados pelo mercado como a face *moderna* do desenvolvimento.

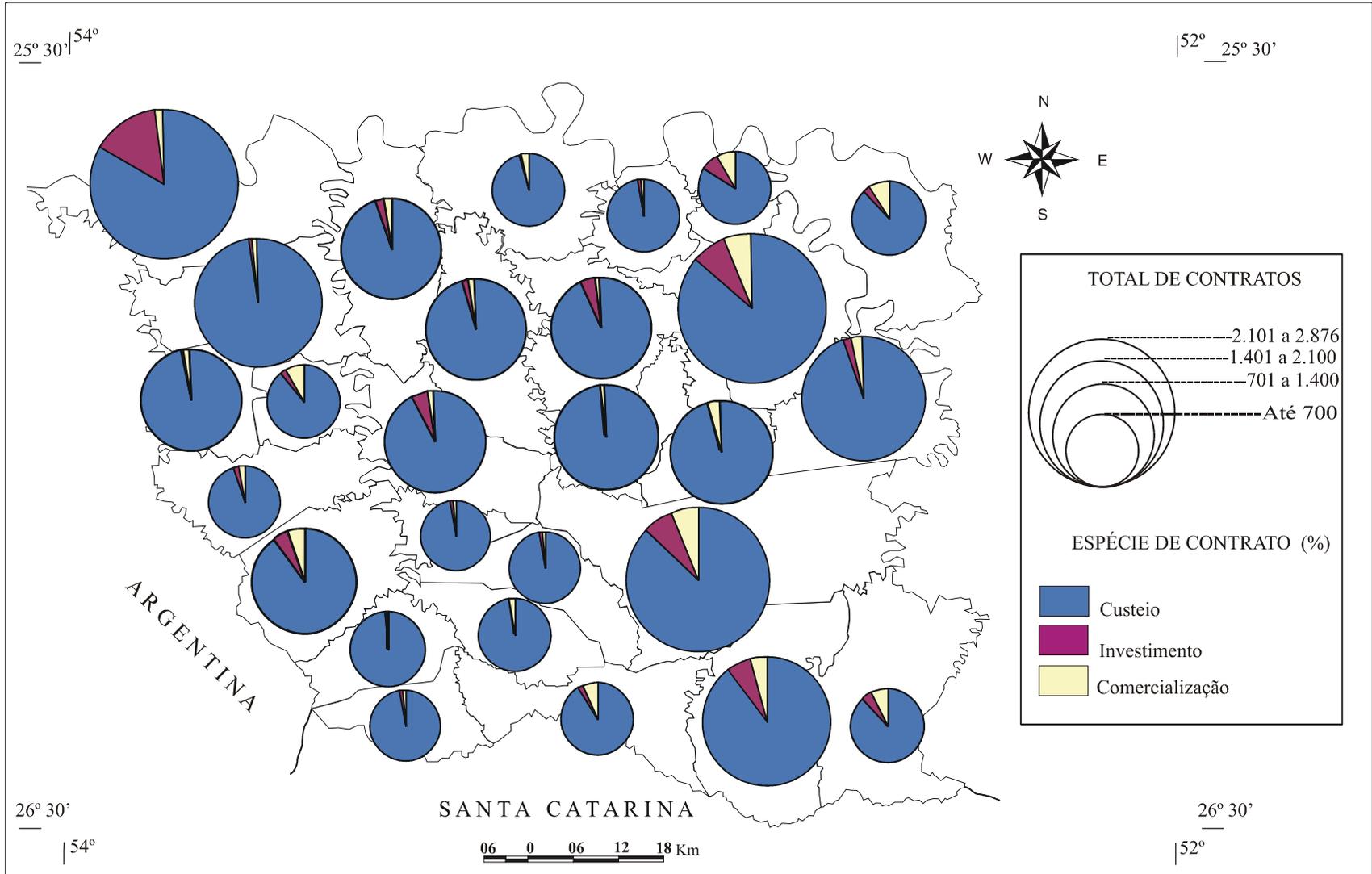
Nessa fase, assinala-se para a seletividade das áreas para produção agrícola, com foco central não na expansão horizontal da produção, característica da fase anterior, mas na sua verticalização, o que resulta em aumento da produtividade em decorrência do uso intensivo de fertilização química, agrotóxicos e sementes melhoradas, além do uso de força mecânica em todas as etapas da produção, constituindo-se numa forma de produção que parece estar consolidada. São alterações na base técnica que refletem em mudanças territoriais. Paralelo a estas e também em decorrência delas e de outras relações que se estabelecem no território como, por exemplo, os altos custos da produção, o processo de subordinação de agricultores, a continuidade da concentração de terras, diminuição da ocupação da população em atividades agropecuárias, permanecem formas rudimentares de produção, com uso de força animal, plantio manual etc.



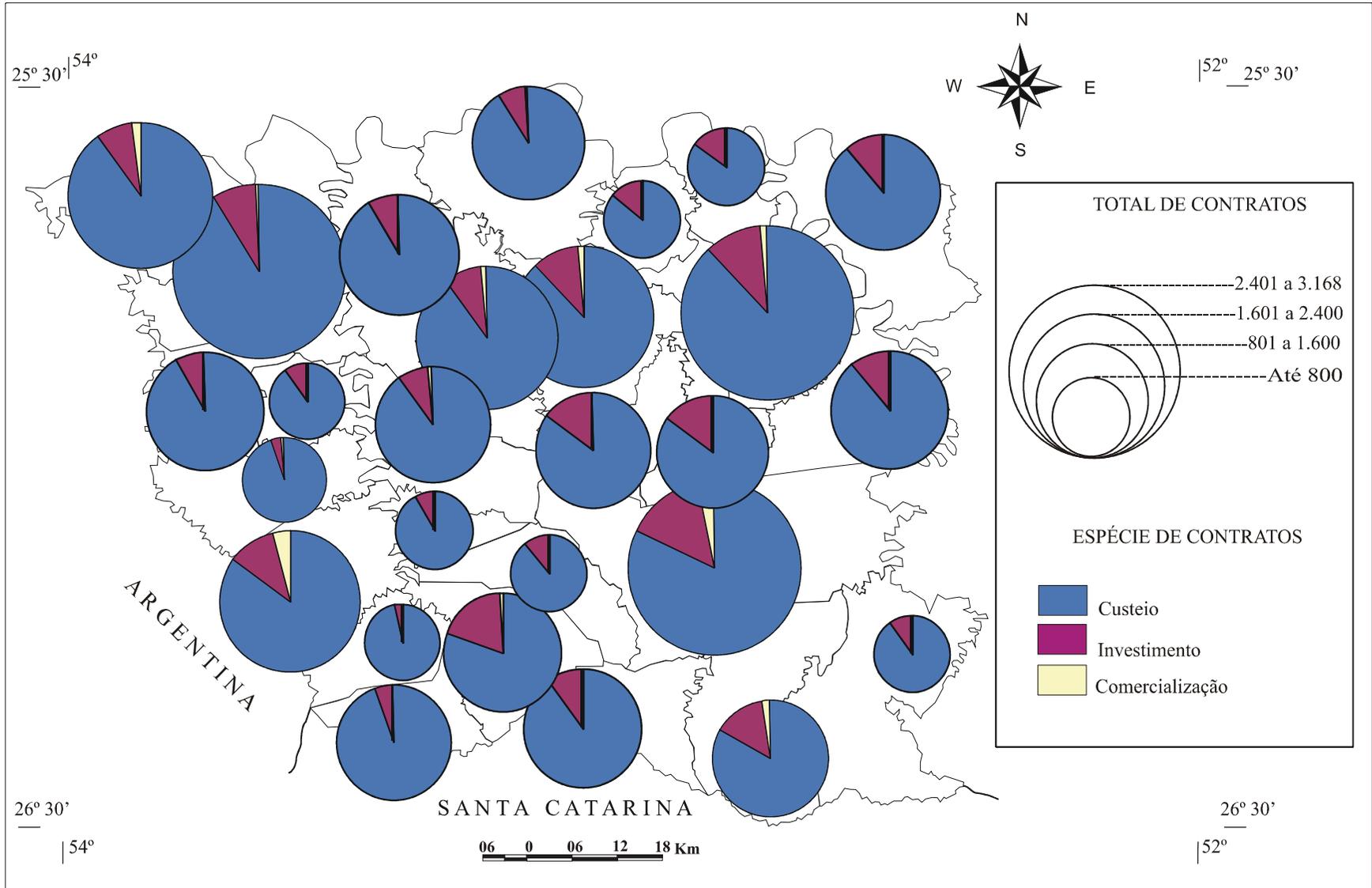
Mapa 7 - Número de Contratos Agrícolas no Sudoeste do Paraná em 1993.

Fonte: www.ipeadata.gov.br.

Organização: Danielli Batistella Saquet.



Mapa 8 - Número de Contratos Agrícolas no Sudoeste do Paraná em 2000.
Fonte: www.ipeadata.gov.br
Organização: Danielli Batistella Saquet.



Mapa 9 - Número de Contratos Agrícolas no Sudoeste do Paraná em 2004.

Fonte: www.ipeadata.gov.br.

Organização: Danielli Batistella Saquet.

Essas permanências, ao mesmo tempo representam uma dificuldade de enquadramento de muitos produtores a uma forma *moderna* de produção, enquanto que para outros é uma forma de resistência com certa autonomia frente ao processo. A maior produção e produtividade decorrentes de insumos químicos e uso de força mecânica aumentam os custos da produção e, em território de agricultores familiares, uma parcela descapitalizada não consegue enquadrar-se nela, apesar da expansão verificada no crédito rural, através dos financiamentos para custeio. Em virtude dessas condições é que se tem verificado a diversificação da produção para além do cultivo de soja e milho. A atividade pecuária leiteira tem ganho destaque assim como a criação de frangos e perus na forma de integração, a produção de fumo e o reflorestamento mercantil.

5.2. Perspectivas para o território da agricultura familiar no contexto de uma agricultura moderna

Na segunda fase da *modernização* da agricultura, consolida-se, no Sudoeste do Paraná, uma agricultura com base moderna, paralela a uma agricultura familiar praticada pelo responsável pela unidade produtiva e sua família. Uma agricultura que mantém traços e condições materiais tradicionais como o patriarcado. Em 92% dos entrevistados, o homem é o responsável pela produção, sendo 90% deles casados; dos entrevistados, 26% tem até 40 anos e 58% entre mais de 40 e 60 anos e os demais acima de 60. A formação escolar dos responsáveis pelo estabelecimento, na maioria dos casos, é baixa (48% estudaram até a quarta série do ensino básico) e apenas 2% têm ensino superior.

Essas condições contribuem para dificultar o acesso desses agricultores a formas mais sistematizadas de conhecimento. Em relação à sua organização social, verifica-se que, dos entrevistados, 76% participam das atividades vinculadas à igreja, 57% são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e 57% afirmam ser vinculados à cooperativa de produção e/ou crédito (CAMDUL, COASUL, COOPAVEL, CRESOL, COOPAFI etc.). Nesse item verifica-se a falta de conhecimentos de muitos agricultores, pois a maioria é filiada a CRESOL, no entanto, muitos não conseguem distinguir se esta entidade é uma cooperativa, um sindicato ou mesmo uma associação. Embora a participação em diferentes formas de organização seja expressiva, esta não significa conhecimento necessariamente.

É a partir dessas condições efetivas que se organiza o território no Sudoeste do Paraná. Com uma população que tem na atividade agropecuária sua forma de vida, mas que produz visando ao mercado; porém, o ganho econômico muito baixo, não lhe permite que

possa capitalizar-se e melhorar significativamente as condições de vida. Por exemplo, entre os 93 entrevistados, 12 possuem outro estabelecimento rural, mas são todos aqueles que têm acima de 50 hectares e 9 dos maiores produtores afirmam possuir um imóvel urbano.

Apesar dessas condições, no Sudoeste do Paraná, há uma agricultura que pode ser considerada moderna, em razão da tecnificação existente e sua relação com o mercado. A *modernização* e a constituição de um território moderno são complexas e diferentes atores sociais agem na sua construção. Dessa forma, essa é bastante polêmica quando se refere aos benefícios obtidos, os quais não atingem, de forma específica, a todos os agricultores com a mesma intensidade e nem no mesmo momento histórico.

Há diferentes atores que atua no território da agricultura família, mais precisamente nas unidades de produção familiar, como é demonstrado ao longo do texto. Nele constam algumas das diversas formas de poder - que interferem no cotidiano de uma unidade de produção - e se expressam por relações dialéticas. Embora se verifique que a dimensão econômica tende a predominar sobre as demais, na sociedade capitalista, focada na busca pela ampliação do capital, definem-se determinados modelos que são implantados de forma linear, camuflando a diversidade das redes presentes na organização territorial.

A *modernização* da agricultura brasileira, constituída por intermédio da implantação de um pacote tecnológico que perdura há mais de três décadas, é um exemplo desse modelo, no qual as forças econômicas têm ganho centralidade. As confluências de diferentes ações e atores para a unidade de produção podem potencializa-las ou fragilizá-las. O resultado depende do poder de reação dos sujeitos que vivem em cada unidade de produção e de seu grau de engajamento na estrutura macro, porém, do modo como está estruturada atualmente, a sua autonomia desaparece.

O território não é linear, existem ritmos diferentes nesse processo de *modernização*, uns avançam mais que outros em virtude das diferentes forças de poder que agem sobre eles. São forças de resistência, por exemplo, as questões culturais ou de organização política, que podem significar estratégias de reorganização da produção e do território, valorizando os homens, as mulheres, a natureza, a produção orgânica de alimentos etc. Porém, das ações que caracterizam o território é a dimensão econômica que tem maior expressão na sociedade capitalista. Ela realiza uma espécie de domínio territorial, sendo, em alguns casos, as dimensões política e cultural que impõem limites à exploração econômica, juntamente com determinadas condições naturais.

A crítica a respeito da *modernização* da agricultura não se refere ao avanço tecnológico, manifestado através das tecnologias desenvolvidas, mas à execução destas por

meio do pacote tecnológico que se impõe sobre o território desconsiderando as suas especificidades em nome da lógica de ampliação do capital. Não se trata de uma análise saudosista que considera a vida anterior à *modernização* tecnológica mais solidária. O avanço tecnológico é, indubitavelmente, necessário, mas é preciso que ele não seja excludente, poluidor e degradante. Na atualidade, o domínio econômico precisa equilibrar-se com as demais dimensões. Entretanto, como isso pode ser processado? Numa sociedade capitalista, é evidente ser a acumulação o foco central, porém, não é unitário, assim como não o é a organização territorial. Nesse sentido, as organizações sociais da agricultura também podem e devem organizar a produção para que ocorra uma inserção mais qualificada dos agricultores nesse contexto, mas realizando uma releitura política, cultural e econômica do processo e da materialização da *modernização*.

Algumas tentativas desenham-se nesta direção, no Sudoeste do Paraná, como a ação da ASSESOAR, do sistema CRESOL, da CLAF e das Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFIs), para os quais há o desafio de uma inclusão diferenciada num mercado excludente e, ao mesmo tempo, garantir as condições de valorização da cultura e da identidade locais. As ações precisam transformar a agricultura familiar de protagonista do desenvolvimento rural, em protagonista da agricultura brasileira. O conceito de território apresenta-se como uma contribuição, valiosa e indispensável, para pensar um desenvolvimento que compreenda os diversos tempos e as diferentes dimensões sociais da vida, incluindo a conservação/preservação da natureza.

O desenvolvimento territorial é, para o Sudoeste do Paraná, uma possibilidade de constituição de uma *modernização*, não apenas na sua base técnica, mas na sua base política, incluindo e democratizando as condições efetivas de cidadania. Para construção desse desenvolvimento é fundamental conhecer a realidade e o conceito de território permite expressar as diferentes relações de poder existentes que forjam cada lugar. De acordo com a lógica capitalista, a *modernização* representa o caminho para o progresso e deve ser trilhado por todos. Nesse sentido, a prática agrícola do Sudoeste do Paraná tem apresentado o moderno como sinônimo de progresso, o que se expressa nos números apresentados de aumento da produção e da produtividade. Entretanto, à medida que se avança para a forma moderna de se produzir os agricultores familiares perdem força, ficando subordinados aos agentes do capital e ao próprio Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1960 representa, para a agricultura brasileira, uma mudança profunda na forma de produção, introduzida pela *modernização* – conservadora e excludente – baseada no uso da força mecânica, na utilização de insumos químicos e no reforço da produção agrícola destinada à exportação. Trata-se de uma expressão de poder do capital, que procura moldar no Brasil, uma produção para atender a sua ampliação. Na sua materialização ocorre a integração de capital (comercial, industrial e financeiro), submetendo toda uma estrutura nacional aos seus desígnios. O Estado assume em determinados momentos papel de financiador da *modernização*, favorecendo a fluidez nos interesses do capital.

A opção pelo conceito de território, enquanto resultado das relações de poder que o constitui, é fundamental nesta pesquisa, pois permite compreender de que forma as singularidades do lugar são estruturadas e como atuam sobre os ritmos de desenvolvimento. As relações de poder manifestam-se localmente a partir de uma rede de articulações mais ou menos abrangentes que, em cada espaço geográfico, tem uma manifestação singular estruturada na relação espaço-tempo. Assim, constata-se a não homogeneização do capital, frente às singularidades locais.

A abordagem territorial adotada nessa pesquisa possibilita compreender a importância das dimensões políticas, econômicas e culturais na organização do território e também como eles exercem uma rede de relações entre o local e o global que permitem mudanças e/ou permanências territoriais. Essas condições locais são as singularidades territoriais e figuram no processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná revelando os tempos das coexistências.

São as singularidades espaciais que caracterizam os diversos ritmos territoriais. Essas, por sua vez, são resultantes de um tempo histórico e de um tempo de coexistências, que permitem que em um território, como no Sudoeste do Paraná, exista uma agricultura moderna interligada a um sistema internacional de circulação e informações, considerada expressão da modernidade e sinônimo de um tempo rápido; ao lado de uma agricultura de uso de técnicas rudimentares, dependente das condições naturais, realizada com base em um trabalho físico exaustivo, considerada como um tempo lento, um retrocesso histórico.

A abordagem territorial permite compreender o Sudoeste do Paraná de forma heterogênea, composto por diferentes forças e interesses que sobrepõe territórios, pois não parte do pressuposto da soberania de uma única dimensão sobre as demais, mas de uma ação e

reação entre elas, que são guiadas, na sociedade moderna, pela ampliação do capital, mas que não tem resultados únicos e universais. Na abordagem territorial, as mudanças não são definitivas e as permanências não se configuram em obstáculos a serem superados. A existência da agricultura familiar é compreendida como uma singularidade, em que as dimensões políticas, culturais, ambientais figuram com a dimensão econômica, constituindo uma tessitura da qual se reveste o território.

Trata-se de uma construção realizada por diferentes atores, uns com maior poder de articulação em rede nacional e internacional, outros com ações mais locais. São diversas redes que se estabelecem com maior ou menor poder de fluidez, mas que estabelecem condições territoriais aparentemente antagônicas e passíveis de superação, trata-se de territórios sobrepostos.

Entretanto, é preciso registrar a dificuldade encontrada para trabalhar dimensão cultural a partir de uma abordagem territorial. E, apesar da relevância, a pesquisa centra-se mais nas dimensões econômicas e políticas, assim como a natureza se destaca como uma dimensão territorial fundamental no estudo do Sudoeste em decorrência da relação entre a topografia e a localização das pequenas unidades de produção.

O território em estudo é resultado do processo histórico que o constitui, com presença efetiva do Estado, figurada pela CANGO, GETSOP, EMATER, BANCO do BRASIL. No entanto, as suas especificidades, como o predomínio de pequenas parcelas de terras; a ocupação recente por famílias numerosas não impedem que a *modernização* da agricultura ocorra. Assim, no Sudoeste ela se dá sobre um território, onde um dos principais traços da identidade é a agricultura familiar.

No entanto, não é com a *modernização*, apoiada pelo Estado, através do crédito rural, da assistência técnica, que se introduz no Sudoeste uma prática mercantil, ela está presente desde a sua ocupação efetiva. A mudança baseia-se na forma de produzir, nas condições e instrumentos para a produção e nos agentes comerciais.

O Sudoeste do Paraná tem a sua ocupação efetiva a partir da década de 1940, baseada em uma agricultura familiar. O pacote tecnológico é introduzido com maior vigor na década de 1970, especialmente após 1975. A partir da década de 1980, com o estabelecimento da expansão horizontal da agricultura e com a diminuição dos financiamentos do Estado para a atividade agrícola, observa-se uma desaceleração no ritmo da *modernização* técnica. Entretanto, uma nova forma de produzir é implantada. Considerada moderna, articulada a uma rede que envolve mais tecnologias e atrelada a um sistema de informações e a uma estrutura técnica e científica de abrangência global. Essa forma é implantada paralela à outra, que é

rudimentar, com uma estrutura em rede de ação mais local, explorando as trocas de serviços, de sementes e de informações nas organizações próximas. São as multidimensões desse território constatadas na abordagem utilizada.

A *modernização* da agricultura é uma manifestação de poder, incentivada pelo Estado brasileiro, de forma a beneficiar os segmentos mais capitalizados da sociedade. Entretanto, as alterações provocadas extravasam o espaço rural e se manifestam territorialmente, expressando-se no êxodo rural, no crescimento das cidades, nas relações de trabalho, na criação e extinção de serviços, como as escolas rurais.

Um outro limite deste estudo é o aprofundamento da relação campo-cidade como espaços complementares. Assim, aponta-se para a necessidade da realização de pesquisa contínua, feita por um trabalho em rede e envolvendo diversos pesquisadores. Nesse contexto, reforça-se a importância do trabalho empírico, como forma de superação da dissimulação, muitas vezes, expressa nos dados estatísticos.

A *modernização* da agricultura significa uma mudança de ordem política, econômica e cultural que não atinge somente a produção mensurável, mas também as relações sociais, por isso sua repercussão é entendida como uma manifestação territorial. Com ela se evidencia a ampliação do capital e seus interesses, principalmente, pelas manifestações de poder do Estado, das cooperativas agrícolas, das agroindústrias e das organizações de agricultores, que representam diferentes nós de uma rede de relações que se estabelecem no território. O resultado dessas ações promove mudanças e/ou permanências no território.

A atividade agropecuária é significativa na economia do Sudoeste, embora outros segmentos, especialmente, localizados na área urbana, tenham se destacado. A introdução da agricultura moderna provoca o aumento da produção e da produtividade, especialmente para os produtos destinados à exportação, e, recebe maior atenção dos investimentos para pesquisa, o que se consolida no decorrer dos anos de 1980 e 1990.

A alteração no trabalho agrícola no Sudoeste e, também, nos tipos de cultivos, tem, internamente ao território, uma contribuição fundamental da assistência técnica que realiza o convencimento dos produtores e consumidores, em relação aos benefícios resultantes da utilização do pacote tecnológico.

É inegável o papel da ciência, da tecnologia e da extensão para o desenvolvimento territorial; todavia, é preciso, no caso da agricultura familiar, que seja construída a partir de uma nova matriz tecnológica, para contribuir com o fortalecimento do agricultor familiar no Sudoeste do Paraná. Neste sentido, é preciso haver um envolvimento dos diferentes segmentos que representam à agricultura familiar.

No bojo da *modernização* da agricultura convivem a agricultura familiar e a agricultura patronal e o que as distingue, além do tamanho e da produção nas unidades produtivas agrícolas, é a condição de acesso às tecnologias e às políticas destinadas à atividade. Nas pequenas unidades encontra-se maior diversificação agrícola, enquanto nos estabelecimentos maiores predomina a monocultura, especialmente, de *commodities* e o trabalho assalariado.

A agricultura familiar comporta diferentes níveis de produtores, mas a maior parte destes possui pequenas parcelas de terras. Nelas são produzidas as lavouras temporárias, especialmente as de milho e as de soja, que não possibilitam capitalização desses pequenos agricultores mercantis. Também, encontram-se a produção de fumo, integrada as fumageiras e a criação de aves e porcos em sistema de integração com agroindústrias, especialmente a Sadia. A produção leiteira vem destacando-se como alternativa de renda; assim como a produção em sistema de agro-florestas, de árvores frutíferas, a produção para o autoconsumo e a produção orgânica. Entretanto, essas alternativas são bem menos abrangentes que o cultivo de soja e milho.

A escolha do tipo de cultivo a ser produzido resulta do contexto no qual a agricultura está inserida e, interferem sobre ela as condições de cada agricultor e de sua unidade produtiva, mas também das facilidades para sua produção, seja no trabalho ou no acesso aos recursos para sua viabilização. São essas condições que fazem com que os pequenos produtores mercantis do Sudoeste optem por uma produção de *commodities*, com mercado e formas de produção pré-estabelecidas. Dessa forma, os interlocutores tornam-se fundamentais na apresentação de projetos de desenvolvimento. No Sudoeste esse papel é desempenhado pela ASSESOAR, que apresenta um projeto de desenvolvimento consubstanciado na agroecologia. As mudanças ou permanências nesses projetos de desenvolvimento dependem do poder de articulação dos atores territoriais, destarte, a estrutura em redes mais abrangentes ou localizadas pontualmente é fundamental na edificação do desenvolvimento e na manifestação de poder decorrente.

A introdução das tecnologias na atividade agropecuária aumenta a produtividade, mas, tornam os agricultores mais dependentes de insumos químicos para mantê-la. As sementes melhoradas, por exemplo, são resistentes a determinadas pragas, adaptadas as condições naturais, mas têm um custo elevado e não permite que o agricultor armazene seus próprios cultivares. Dessa forma, as empresas de sementes subordinam os agricultores e apresentam efeito em cadeia, pois, o uso de determinadas sementes e também de determinadas tecnologias exige o uso de outras partes do pacote. Os elevados custos da produção agrícola,

em especial o econômico, consubstanciam-se em uma dificuldade na utilização do pacote tecnológico, assim como na permanência de formas mais rudimentares de produção.

O processo de *modernização* da agricultura, especialmente no território estudado, tem também um custo social e ambiental elevado, pois implica no uso crescente de agrotóxicos, contaminando - além dos seres vivos - rios e solos; aumenta o desmatamento pela necessidade de mais terras; eleva o valor nominal da terra; provoca o êxodo rural; altera a concentração de terra e empurra as unidades produtivas para áreas de encostas, cujos agricultores são descapitalizados.

Ao mesmo tempo em que se apresentam as dificuldades para produzir com a utilização do pacote tecnológico ocorre à diminuição do desgaste físico no trabalho agrícola, constituindo-se em um dos motivos, que incita aos pequenos produtores familiares, a enquadrarem-se na produção pautada pelo pacote, inclusive em pequenas parcelas de terra. Também o acesso ao crédito é outro motivador do uso desse.

Nesse contexto, constrói-se um arcabouço teórico-metodológico, utilizado pelo sistema de ATER, prestado por cooperativas, empresas agropecuárias e Estado, e, também, pelo sistema financeiro, que fomenta o uso; pois é um caminho que, teoricamente, cabe ao produtor seguir modelos pré-estabelecidos, enquanto que em outras formas de cultivos carecem de pesquisas, resultados comparativos, mercado instituído, entre outros. Enfim, uma rede de relações a ser construída ou ampliada.

O uso de instrumentos rudimentares, apesar de representar uma alternativa ao uso do pacote tecnológico, não é adequado à produção de determinados cultivos, especialmente aqueles voltados à exportação, uma vez que se trata de produtos com valores determinados por uma concorrência internacional e que exige, do produtor, um conhecimento mais profundo das relações de mercado para que possa fazer escolhas adequadas em relação aos retornos financeiros.

A agricultura familiar tem, no Sudoeste do Paraná, uma expressiva manifestação territorial, que engloba diferentes ritmos na sua constituição, mostrando faces modernas e rudimentares. Os resultados também são diversos e expressam a pluralidade do Sudoeste. Assim o território é composto a partir de outros territórios, como o da agricultura moderna, da agricultura rudimentar, das agroindústrias integradoras, da produção leiteira, enfim territórios sobrepostos cujas relações que o consubstanciam, lhe dão especificidades. Entretanto, todos esses se compõem a partir de uma identidade, que exige as mudanças e/ou permanências para o seu desenvolvimento: a agricultura familiar.

É, justamente, em virtude dessa pluralidade, das dificuldades encontradas na produção nos moldes da *modernização* tecnológica da agricultura, da precariedade vivenciada no campo e dos sinais do esgotamento desse modelo de produção, mesmo para muitos agricultores que sequer adequaram-se a ele, que se torna indispensável repensar a direção do desenvolvimento. O que significa uma re-significação da agricultura familiar, não vista como um setor, mas como uma dimensão territorial.

Para essa re-significação é preciso uma re-estruturação na matriz tecnológica, de forma a respeitar a identidade do território. Assim, as novas tecnologias devem valorizar as características locais, os elementos de identidade territorial, fomentar o desenvolvimento em sua multi-dimensionalidade, ter custo compatível com a realidade da agricultura familiar e não ser uma fonte canalizadora de recursos da agricultura familiar para outros segmentos. Nesse processo, é também inegável o papel desempenhado pela assistência técnica. Essa, prestada pelas cooperativas e empresas ligadas ao ramo de comércio de insumos químicos, precisa ser substituída por um sistema de ATER comprometido com tal desenvolvimento. E como o pensar territorial exige maior transparência e conhecimento, o processo de formação e informação é fundamental, para que se possa haver participação dos atores locais nas tomadas de decisões e definições de prioridades para o desenvolvimento territorial.

Nessa perspectiva o Estado atua como um articulador das redes que se estabelecem além do fomento ao desenvolvimento, o qual é construído a partir da valorização da identidade do território. Assim a constituição de redes de formação, produção, circulação são fundamentais.

É preciso que se instaure de fato uma agricultura moderna, porém que não represente apenas mudança na base técnica de produção, mas que gere condições efetivas de melhoria da qualidade de vida das pessoas que permanecem no campo, preservando a sua autonomia. Em uma realidade plural como a brasileira é difícil se conquistar o respeito à diversidade, principalmente, quando isso interfere nas relações de poder. Mas na modernidade cabe realizar uma *modernização* tecnológica e, também, das relações sociais e ambientais. Efetivamente, as condições para essas mudanças efetivam-se a partir da organização local, como aquela realizada na revolta dos posseiros em 1957.

O desenvolvimento territorial é uma forma de superar o desenvolvimento setorial, no qual a *modernização* da agricultura brasileira se estabelece. É preciso elucidar que essa *nova* forma de desenvolvimento não é a transformação do território em um bloco homogêneo, sem diferenças políticas, econômicas, culturais. Trata-se de uma maneira de viabilizar que os atores locais tenham participação mais efetiva na gestão e controle do território na produção,

circulação e consumo potencializando relações mais transparentes e democráticas, que ampliam as condições de vida, respeitando as dimensões política, cultural, econômica e a ambiental. Essas relações implicam na mudança de tessitura, com maior empoderamento dos agricultores familiares.

Concluindo: a análise do processo de *modernização* da agricultura permite afirmar que ela é apenas uma face do território da agricultura familiar, que apresenta problemas na viabilização das unidades produtivas familiares, pois da forma como se estrutura no Brasil, é sinônimo de um pacote tecnológico que é incompatível com as condições desse território. Também, a presença do Estado, bem como sua reestruturação, é fundamental para edificação de um projeto territorial. Assim, o desenvolvimento deste território implica em um projeto que considere essa identidade e as condições ambientais específicas de cada lugar. Essa construção precisa partir do conhecimento das diversas características territoriais, expressas nas relações de poder que o constitui e que precisam ser redimensionadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste Paranaense**. São Paulo, 1981. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – USP, São Paulo.

ABREU, Maurício de. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs). **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 197 – 245, 1997.

AGRA, Nadine Gualberto; SANTOS, Robério Ferreira dos. **Agricultura Brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/zipados/agra.pdf>> . Acesso em 2007.

ALVES, Adilson Francelino; et al.. Paisagem, espaço e território. **Revista Formação**. Presidente Prudente: UNESP, n.11, p. 151 – 173, 2004.

ANFAVEA. **Anuário Estatístico**, 2007. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/anuario.html>> Acesso em: 05/05/2007.

APASEM. **Nota técnica sobre o uso de sementes**. Disponível em: <<http://www.apasem.com.br/noticias.php>> Acesso em: 13/12/2006.

ASSESOAR/UNIJUI. **Diagnóstico sócio-econômico da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná**.1992.

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio Pereira (org). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

BENETTI, Pablo Cesar. **Da migração à mobilidade da força de trabalho: o trabalho clandestino: estudo de caso- Campos – RJ.(mestrado)**, UFRJ. Rio de Janeiro,1985.

BERCKENBROCK, Laís Ticiany. **O processo de formação e as diferenças étnicas do município de Nova Esperança do Sudoeste**. Monografia (conclusão de curso), UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2004.

BESKOW, Paulo Roberto. **Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira: um estudo no Sudoeste Paranaense**. Rio de Janeiro, 1982. (relatório final do Projeto de Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira) Ministério da Agricultura/Fundação Getúlio Vargas.

_____. Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 12, p. 56-79, abr. 1999.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BONETI, Lindomar Wesller. Formação a apropriação do espaço territorial do Sudoeste do Paraná. In: ALVES, Adilson Alves; FLÁVIO, Luiz Carlos; SANTOS, Roseli Alves dos. **Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

CALÓGERAS, João Pandiá. **A formação histórica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. (coleção Brasileira)

CAMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/materia.asp?codMat=33704&codjor Acesso em: 01/06/2007

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 8, Rio de Janeiro, p. 70-82, abr. 1997.

CARRARO, Ivo Marcos. **A Importância da utilização de sementes melhoradas na agricultura moderna**. Disponível em: www.abrasem.com.br/materia_tecnica/2004/0004_sementes_melhoradas.htm Acesso em: 20/10/2007.

CORADINI, Odacir. Luiz. Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja. In: CORADIANI, Odacir Luiz e FREDERICO, Antoninette. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

CORREA, Roberto. Lobato. O Sudoeste Paranaense antes da Colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, jan./mar 1970.

_____. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M., SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.

CORREIO POPULAR - Caderno C - 13/2/2007). **Legado da Semana de 22 está nos desdobramentos**. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping/fevereiro2007/clipping070213_cpopular.html#4 Acesso em 27/03/2007.

COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda. A modernização da agricultura no contexto da constituição do complexo agroindustrial no Brasil. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 11, 1992, Maringá (**Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária**), Maringá: UEM, 1992.

DANZMANN. **Tribuna Sudoeste**. Francisco Beltrão, 24/07/68, p. 05.

DEFENSIVOS Agrícolas: Expectativa de Aumento da Demanda Em 2007. **Análises e Indicadores do Agronegócio**. Volume 2, N.7, Julho de 2007. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=9014>

DELGADO, Guilherme C. Capital e política agrária no Brasil: 1930 – 1980. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. Expansão e *modernização* do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 Mar 2007.

DELGADO, Guilherme Costa; CARDOSO JR, José Celso. **O idoso e a previdência rural no Brasil**: a experiência recente da universalização. IPEA: Rio de Janeiro, 1999. (Texto para discussão nº 688)

DELGADO, Guilherme; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. Políticas de Preços Agrícolas e Estoques de Alimentos: origens, situação atual e perspectivas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.108, p. 25-32, jan./jun. 2005. disponível em: <www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/108/guilherme_junia.pdf>

DESER/UNIJUI. **Diagnóstico sócio-econômico da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná**. Francisco Beltrão, 1992.

DIAS, Raquel Pereira; MORO, Dalton Aureo. A mobilidade espacial da população paranaense nas décadas de 70 e 80. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia; v.9, n.17,p. 81-130, jan/jun. 1997.

DIEESE, Ano I – Nº 7 – Março de 2005, p. 3.

DOMINGUES, José Maurício. Desenvolvimento, modernidade e subjetividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 Mar 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0102-69091999000200007

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 6, n.14, jan/abr.1992.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930 – historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra: opressão e miséria**: o meio rural na história social do Brasil. Geboren, s/d.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura**. Curitiba: Ed. Livraria Chain, 1988.

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias desenvolvimento – uma visão do estado da arte. Disponível em: <<http://www.rimisp.cl/seccion.php?seccion=513>> Acesso em: 20/09/ 2006.

FRANCHI, Márcio J. **Tribuna Sudoeste**. Francisco Beltrão, 15/06/68, p. 5.

_____. **Tribuna Sudoeste**. Francisco Beltrão, 29/06/68. Tribuna Sudoeste.s/d.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GOODMAM, David. Economia e sociedades rurais a partir de 1945. In: BACHA, E e KLEIN, H. S. (orgs.). **A transição incompleta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In: MENEGUETTE JR, Messias; ALVES, Neri (orgs). **FCT 40 anos, perfil científico-educacional**. Presidente Prudente, UNESP/FCT, 1999.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Atlas, 2002.

IBASE. Geração de emprego e renda. **Democracia Viva**. Rio de Janeiro, Edição Especial, 1999.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense**. – Curitiba : IPARDES : BRDE, 2004.

JORNAL ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 14/10/1971.

_____. Curitiba, edição de 18 de agosto de 1977.

_____. Curitiba, 06/05/1979.

_____. Curitiba, 14/01/1979.

_____. Curitiba, 17/07/1979.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo. Proposta editorial, 1980.

KOHLHEPP, Gerd. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no norte do Paraná (Brasil). **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.2, n. 53, p. 79-94, abr/jun. 1991.

LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da posse de terra no Sudoeste Paranaense**. Curitiba, SECE/BPP, 1986.

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: BADEP: UFPR: IBPT, 1968.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Expropriação e Violência**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, Rubens da Silva. **Entre Jagunços e Posseiros**. Curitiba, 1986.

MATTEI, Lauro. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados.** Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/trabalhosbsp3.pdf>> Acesso em: 01/09/2007

MDA/SAF. Como o agricultor familiar pode conseguir e manter o financiamento rural e como se dá à relação com os bancos. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=1309>> Acesso em: 15/09/2007.

MORO, Dalton Aureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná.** 1991. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, UNESP, Rio Claro.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 43, v.15, Set./Dez. 2001.

NOVAIS, Fernando Antonio. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em perspectiva.**São Paulo: Difel, 1982.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 58, p. 5-64, 1981.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1990. (série princípios)

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste e planejamento e conflitos de classes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

ORTEGA, Enrique e MILLER, Mariana. **Produção Ecológica de Soja e Milho - planilha do _____, sistema complexo de tipo agroecológico.** Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fea/ortega/curso/planilha-complexo.htm>>. Acesso em 2007.

PAULA, Nilson Maciel de. **Os Camponeses e a Intermediação Comercial: um estudo sobre as relações mercantis dos pequenos produtores do Sudoeste Paranaense.** 1983. Dissertação (mestrado) Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e Vida: a Geografia dos camponeses no norte do Paraná.** 2003. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente.

PEREIRA, Laércio Barbosa. **O Estado e as transformações recentes da agricultura paranaense.** 1987. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

PLANO SAFRA: **Plano Simples para Custeio Agrícola**, 2006 (documento pessoal)

- PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. As leis do crescimento espacial dos estados. In: MORAES, Antonio Carlos. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990a. p. 175-192.
- _____. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.
- RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- RIOS, Gilvando Sá Leitão. Da Antiguidade da *Modernização* ou o Moderno como Atributo. **Informação & Sociedade: Estudos, América do Sul, João Pessoa**, v.3, n.1, p. 8-15, jan./dez. 1993.
- ROSA, Lurdes H. **Tribuna Sudoeste**, Francisco Beltrão, 22/06/68, p. 5.
- RÜCKERT, Aldomar A. **Metamorfoses do território**. A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense, 1930-1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- _____. A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. XI, núm. 245 (66), 1 de agosto de 2007. Acesso em 20/11/2007.
- SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida Material Vida Econômica**. Curitiba: SEED, 2001.
- SANTOS, Milton et al. **Território. Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
- SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Roseli Alves dos. **Vilas Rurais no Noroeste do Paraná: a intervenção estatal atenuando as desigualdades socioespaciais**. Dissertação (mestrado em geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2001.
- SANTOS, Roseli Alves dos e SANTOS, Luiz César. **A produção de leite a pasto no Sudoeste do Paraná**. Projeto premiado no Programa Empreender rural, 2005.
- SANTOS, Roselí Alves dos; et al.. Ratzel; Geografia e Território. In: VII Encontro de Geografia da UNIOESTE e I Encontro de Geografia do Sudoeste do Paraná, 2002, Francisco Beltrão. **Geografia na Contemporaneidade**. Francisco Beltrão:Unioeste, 2002, p.45-47.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WITHACKER, Arthur (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.157-186.

SAQUET, Marcos et al. **Agroecologia**. Francisco Beltrão:Grafit, 2005.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: A dimensão do espaço na aventura da luta pela terra**. Tese (doutorado em Sociologia). Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

SCHEJTMAN, Alexander y BERDEGUÉ, Julio A. **Desarrollo territorial rural**. Marzo 2004. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870>>. Acesso em: 25/10/2006.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan/jun 2004.

SCHULTZ, T. N. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Ed, Zahar. 1965.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRA, Elpídio. **COCAMAR: sua história sua gente**. Maringá: Ed. Hamburg, 1989.

SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. UNICAMP. 1996.

_____. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estudos Avançados, set./dez. 2001, vol.15, no.43, p. 37-50. ISSN 0103-4014.

SINHORINI, José Marcos. **A COAGRO e seu processo de territorialização no Sudoeste do Paraná**. Dissertação (mestrado). Geografia. UNESP, Presidente Prudente, 2007.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora, Guanabara,1986 (coleção agricultura e sociedade).

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORREA, Roberto Lobato (orgs).Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.p.77-116.

THOMAZ Jr., Antonio. **Por Trás dos canaviais os (nós) da cana**. 1996. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TODOS CONHECEM. **Tribuna Sudoeste**, Francisco Beltrão, 07/02/70, p. 09.

TRIBUNA DO SUDOESTE. Francisco Beltrão, 18/07/70, p. 05.

_____. Francisco Beltrão,18/02/72, s/p.

_____. Francisco Beltrão, 04/03/72, p. 12.

VEIGA, José Eli da. **A Face Rural do Desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

VEIGA, José Eli da. **Metamorfoses da Política Agrícola dos Estados Unidos**. São Paulo: Anna Blume/ FAPESP, 1984.

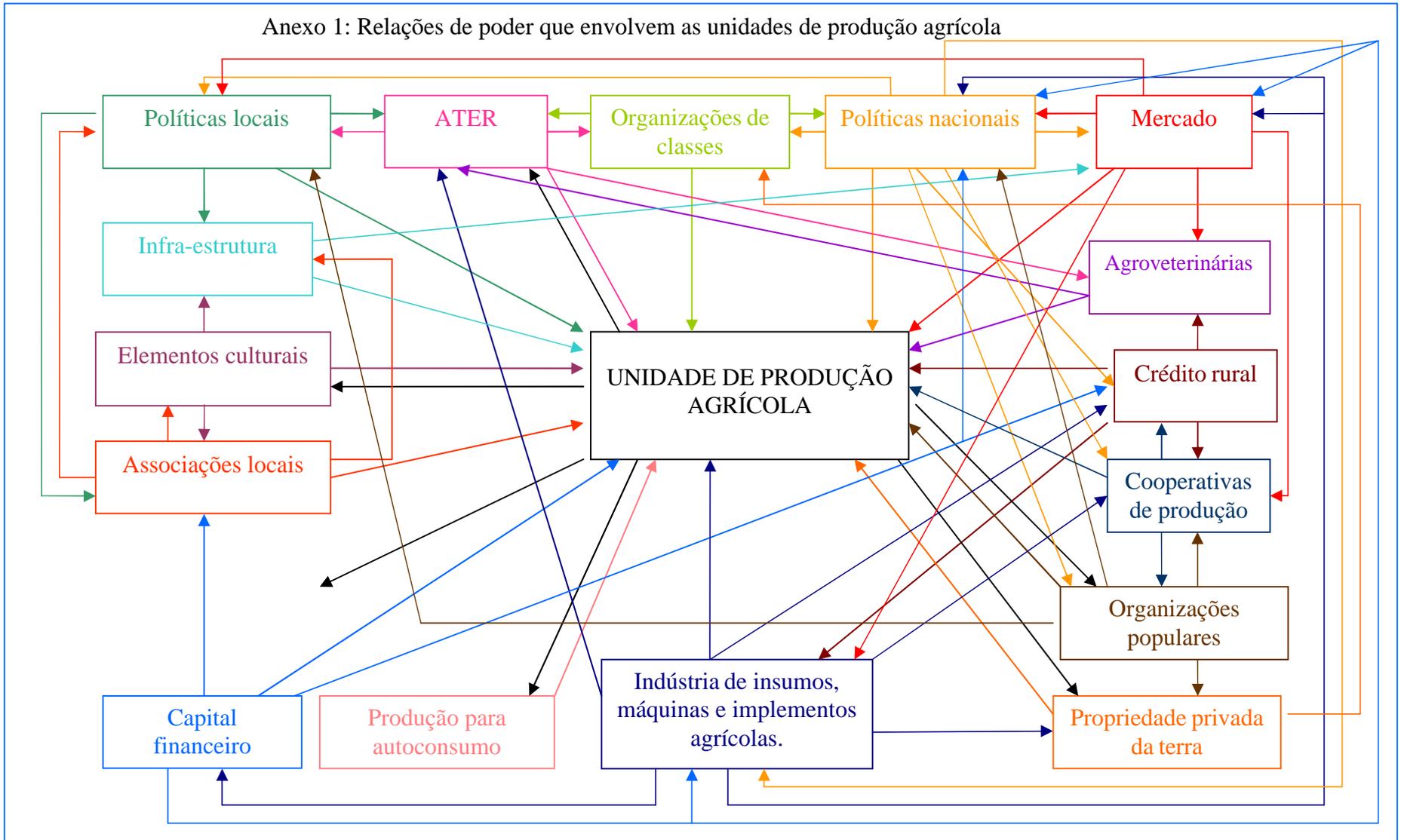
_____. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p. 383-404, 1996. (Debates)

VERONESE, Claudino Domingos. **O papel pedagógico da Assesoar no apoio à construção da cidadania dos ex-posseiros do Sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado). Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A modernização sob comando da terra. Os impasses da agricultura moderno no Brasil*. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Campinas, v. 3, n. 2, jul/dez 1996.

WILKINSON, John (coord.) e CASTELLI, Pierina German. **A transnacionalização da Indústria de Sementes no Brasil**: Biotecnologias, patentes e biodiversidade. Rio de Janeiro: actionaid Brasil, 2000.

ANEXOS



Anexo 2

Aplicação de questionário referente à safra 2005/2006.

Do estabelecimento

Distância da propriedade em relação à cidade: (em Km)

Município:

Linha:

Tamanho da propriedade:

Tempo de aquisição:

1. Forma de acesso ao lote:

- doação(indicar de quem)-----
- compra (indicar de quem)-----
- arrendamento (valor e forma do arrendamento) -----
- cedido (indicar por quem)-----
- herança...
- outros meios (indicar qual)-----

2. A propriedade possui benfeitorias:

- casa de madeira (indicar metragem)
- cada de alvenaria (indicar metragem)
- casa mista (indicar metragem)
- barracão para fumo (indicar metragem)
- aviário (indicar metragem)
- estrebaria (indicar metragem)
- galpão para máquinas (indicar metragem)
- galpão geral (indicar metragem)
- outros (indicar quais e a metragem)

Caracterização do responsável pelo estabelecimento

3. Sexo

- masculino feminino

4. Quanto ao estado civil:

- casado solteiro viúvo outro (indicar)-----

5. Quanto à idade:

- menos de 30 de 30 a 40 de 41 a 60 mais de 60

6. Quanto à escolaridade

- curso superior Completo incompleto: indicar curso
- Ensino Médio Completo incompleto
- primeira a Quarta série Completo incompleto: indicar série
- Quinta a oitava série: indicar série
- nunca frequentou à escola mas sabe ler e escrever
- analfabeto

7. Quanto à participação em entidade e/ou movimentos representativos:

- participa de celebrações e movimentos da Igreja (indicar) -----
- filiado a sindicato (indicar) -----
- filiado a partido político (indicar) -----

Ensino médio completo								
3º grau incompleto								
3º grau completo								
Pós graduação								

15. Quanto ao trabalho dos filhos no lote:

- trabalham sempre
 trabalham as vezes (indicar)-----
 apenas alguns trabalham (indicar)-----
 não trabalham (indicar)-----

16. Situação do trabalho do cônjuge

- é absorvido nas atividades domésticas
 ajuda nos trabalhos do lote (indicar de que forma)-----
 outro (indicar)-----
 não trabalha no lote, tem atividades em outro local(indicar qual)-----

17. Quanto a renda mensal da família:

- menos de um salário mínimo
 um salário mínimo
 de um a dois salários mínimos
 de três a cinco salários mínimos
 de cinco a dez salários mínimos
 mais de dez salários mínimos

18. Forma de deslocamento do lote para a cidade

- carro próprio
 ônibus (indicar tempo e valor da passagem)
 motocicleta
 trator
 a pé (indicar tempo)
 outro (indicar qual)

19. Disponibilidade de bens de consumo duráveis e infra-estrutura na casa do agricultor:

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> geladeira | <input type="checkbox"/> telefone | <input type="checkbox"/> televisão |
| <input type="checkbox"/> liquidificador | <input type="checkbox"/> computador | <input type="checkbox"/> rádio |
| <input type="checkbox"/> batedeira | <input type="checkbox"/> ferro elétrico | <input type="checkbox"/> forno microondas |
| <input type="checkbox"/> máquina de lavar roupa | <input type="checkbox"/> congelador | <input type="checkbox"/> água encanada |
| <input type="checkbox"/> luz elétrica | <input type="checkbox"/> automóvel | <input type="checkbox"/> banheiro |
| <input type="checkbox"/> vídeo cassete | <input type="checkbox"/> DVD | |

Das condições para produção

20. Possui funcionário permanente:

- não sim Indicar quantos e função desempenhada:

21. Já realizou análise de solo:

() sim () não

22. Sobre utilização de calcário:

() nunca utilizou

() usou a mais de 2 anos

() usa anualmente

23. Tipo de cultura desenvolvida:

() lavoura temporária (indicar quais produtos e a quantidade produzida):-----

() lavoura permanente (indicar quais produtos e a quantidade produzida):-----

() pecuária (indicar quais animais e a produzida):-----

() hortaliças:-----

() outra atividade(indicar qual)-----

24. Toda área da propriedade é aproveitada economicamente:

() sim () não

Em caso negativo indicar o motivo:-----

25. Quais os recursos que o lote possui:

() água encanada () energia elétrica
() fossa séptica () instalações sanitárias
() telefone () sistema de irrigação
() fonte natural () poço artesiano

26. Atividades desenvolvidas na propriedade:

() somente agrícola

() agropecuária

() comercial (indicar):-----

() industrial(indicar):-----

() artesanal (indicar):-----

27. Área destinada a produção em hectares e quantidade de sacas colhidas

Produto	Área em hectares	Total de sacas colhidas
Soja		
Milho		
Trigo		
Outro produto:		

28. Quanto à renda **mensal** obtida através do trabalho na propriedade (salário base R\$300,00)

34. Forma de aquisição dos principais insumos: marcar número conforme tipo: sementes selecionadas(**1**), inseticidas (**2**) fungicidas (**3**) adubos químicos (**4**) calcário

Individual (1) (2) (3) (4)

Em grupos informais(1) (2) (3) (4)

Em grupos formais – associações ou cooperativas (1) (2) (3) (4) (indicar qual) -----

Outro (indicar) (1) (2) (3) (4) -----

35. Pretende usar nos próximos anos:

Produtos químicos () sim () não () talvez

Controle biológico () sim () não () talvez

Adubação orgânica () sim () não () talvez

Adubação verde () sim () não () talvez

Sementes selecionadas () sim () não () talvez

Corretivos do solo () sim () não () talvez

Semente Transgênica () sim () não () talvez

36. Periodicidade do uso de insumos:

Produtos químicos () nesta safra () 1 vez () mais de 1 vez () nunca

Controle biológico () nesta safra () 1 vez () mais de 1 vez () nunca

Adubação orgânica () nesta safra () 1 vez () mais de 1 vez () nunca

Adubação verde () nesta safra () 1 vez () mais de 1 vez () nunca

Sementes selecionadas () nesta safra () 1 vez () mais de 1 vez () nunca

Corretivos do solo () nesta safra () 1 vez () mais de 1 vez () nunca

Semente transgênica () nesta safra () 1 vez () mais de 1 vez () nunca

Da obtenção de recursos financeiros, assistência técnica e social

37. Recebeu algum tipo de financiamento ou ajuda financeira para a produção

() sim

() não

38. Caso a resposta seja positiva, indicar à origem

() ONG'S (indicar qual)-----

() Panela Cheia

() Paraná 12 meses

() Prefeitura

() PRONAF

() bancos - crédito oficial (indicar qual)-----

() outros(indicar)-----

39. Tem algum financiamento no momento?

() não

(sim) Indicar valor

40. Utilizou proagro na última safra?

() sim

() não

%.....

41. Quanto a assistência técnica

() tem sido prestada regularmente

() é prestada ocasionalmente

- é prestada com precariedade
 nunca foi prestada

42. Indicar o tipo de assistência que recebe:

- agronômica
 técnica (cessão de equipamentos e máquinas)
 política (organização das relações de produção e sua comercialização)
 outra (indicar)-----

43. Caso tenha recebido indicar a origem:

- EMATER ou ACARPA (indicar)-----
 Cooperativa (indicar)-----
 prefeitura do município
 outro (indicar)-----

Dos custos da produção por safra

Produção de soja	R\$/hectares	R\$/ano
Manutenção de máquinas e equipamentos		
Manutenção e reparo em benfeitorias e instalações		
Combustível		
Máquinas e equipamentos terceirizados		
Mão-de-obra temporária		
Sementes		
Fertilizantes		
Agrotóxicos herbicidas		
Agrotóxicos inseticidas		
Agrotóxicos fungicidas		
Transporte externo		
Recepção/secagem/limpeza/armazenamento		
Frete		
Funrural		
Assistência técnica		
Proagro/seguro		

Produção de milho	R\$/hectares	R\$/ano
Manutenção de máquinas e equipamentos		
Manutenção e reparo em benfeitorias e instalações		
Combustível		
Máquinas e equipamentos terceirizados		
Mão-de-obra temporária		
Sementes		
Fertilizantes		
Agrotóxicos herbicidas		
Agrotóxicos inseticidas		
Agrotóxicos fungicidas		
Transporte externo		

Recepção/secagem/limpeza/armazenamento		
Frete		
Funrural		
Assistência técnica		
Proagro/seguro		

Outra lavoura importante	R\$/hectares	R\$/ano
Manutenção de máquinas e equipamentos		
Manutenção e reparo em benfeitorias e instalações		
Combustível		
Máquinas e equipamentos tercerizados		
Mão-de-obra temporária		
Sementes		
Fertilizantes		
Agrotóxicos herbicidas		
Agrotóxicos inseticidas		
Agrotóxicos fungicidas		
Transporte externo		
Recepção/secagem/limpeza/armazenamento		
Frete		
Funrural		
Assistência técnica		
Proagro/seguro		

Data:

Nome/ Função do entrevistado:

Permissão para identificação: () sim

() não.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)